

1.000

QUESTÕES PARA
Receita Federal
Auditor e Analista

Obra

Caderno de Questões para Receita Federal

Disciplinas

LINGUA PORTUGUESA • 300 Questões

DIREITO ADMINISTRATIVO • 130 Questões

DIREITO CONSTITUCIONAL • 110 Questões

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E
GESTÃO DE PESSOAS • 159 Questões

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO • 30 Questões

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA • 60 Questões

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA • 60 Questões

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS • 60 Questões

DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA • 45 Questões

DIREITO PREVIDENCIÁRIO • 15 Questões

FLUÊNCIA EM DADOS • 30 Questões

Data da Publicação

Dezembro/2022

Todos os direitos autorais desta obra são reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 1998. É proibida a reprodução parcial ou total, por qualquer meio, sem autorização prévia expressa por escrito pela editora Nova Concursos.

Esta obra é vendida sem a garantia de atualização futura. No caso de atualizações voluntárias e erratas, serão disponibilizadas no site www.novaconcursos.com.br. Para acessar, clique em “Erratas e Retificações”, no rodapé da página, e siga as orientações.

Organização

Alan Firmo
Isabella Rodrigues
João Augusto
Josiane Inácio

Diagramação

Higor Moreira
Willian do Carmo

Capa

Joel Ferreira dos Santos

Projeto Gráfico

Daniela Jardim & Rene Bueno



Dúvidas

www.novaconcursos.com.br/contato 

sac@novaconcursos.com.br 

APRESENTAÇÃO

O treino de questões, além de testar seus conhecimentos, é fundamental para compreender melhor o perfil da banca organizadora. Ao mesmo tempo que você revisa a teoria estudada, você pratica a metodologia da banca e cria uma rotina de estudos essencial para a sua preparação.

Pensando nisso, a série *Caderno de Questões* apresenta 1.000 questões gabaritadas da banca FGV organizadora contratada para a realização do certame, trazendo as últimas provas da banca organizadas em disciplinas de acordo com os assuntos abordados no Edital nº 1 - RFB, de 2 de dezembro de 2023 para os cargos de Auditor Fiscal e Analista Tributário da Receita Federal do Brasil para que você conheça o que foi cobrado de acordo com as questões disponíveis nas disciplinas do edital.

Neste material, você encontra ainda o gabarito oficial ao final de cada disciplina, para conferir suas resoluções.

SUMÁRIO

LÍNGUA PORTUGUESA	15
→ ORTOGRAFIA – CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS.....	15
→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A, ETC.).....	16
→ USO DO HÍFEN	17
→ CONVENÇÕES DE ESCRITA (ITÁLICO, SIGLAS, ETC.).....	17
→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS.....	17
→ ARTIGO.....	19
→ SUBSTANTIVO	19
→ ADJETIVO	20
→ CONJUNÇÃO, RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS.....	21
→ LOCUÇÃO VERBAL	24
→ PRONOMES PESSOAIS.....	24
→ PRONOMES INDEFINIDOS.....	24
→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS	24
→ PRONOMES RELATIVOS	24
→ ADVÉRBIO.....	24
→ NUMERAL.....	25
→ PREPOSIÇÃO.....	25
→ CONJUNÇÃO.....	26
→ INTERJEIÇÃO.....	27
→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS	28
→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS.....	29
→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO	29
→ POLISSEMIA.....	30
→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES	30
→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO	31
→ SUJEITO	32
→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO) E VOCATIVO.....	32
→ ADJUNTO ADNOMINAL X COMPLEMENTO NOMINAL.....	32
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS	33
→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS	34

→ ORAÇÕES REDUZIDAS.....	35
→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.).....	35
→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)	38
→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO).....	39
→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL	47
→ PARALELISMO	51
→ REESCRITA DE FRASES E SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO.....	52

DIREITO ADMINISTRATIVO 61

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS).....	61
→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS	61
→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO.....	62
→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO)	62
→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS.....	62
→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO	63
→ PODER REGULAMENTAR	63
→ PODER HIERÁRQUICO	63
→ PODER DISCIPLINAR.....	64
→ PODER DE POLÍCIA	64
→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO).....	65
→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)	65
→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	66
→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO.....	67
→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS	67
→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMAS E FUNDAÇÕES DE APOIO).....	68
→ RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO	68
→ PRINCÍPIOS (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI 8.987).....	69
→ CONCESSÕES - DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES, LEI 8.987).....	69
→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS)	70
→ FORMAS DE EXTINÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI 8.987)	70
→ INTERVENÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI 8.987)	70
→ CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS	70
→ PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) (LEI 11.079/2004).....	71
→ CONSÓRCIOS PÚBLICOS (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI 11.107/2005).....	71
→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES	72
→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO)	72
→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS, CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO).....	72
→ CONTROLE JURISDICIONAL	72
→ CONCURSO PÚBLICO	73
→ ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS E FUNÇÕES	73

→ ESTABILIDADE E ESTÁGIO PROBATÓRIO	73
→ REMUNERAÇÃO (COMPONENTES, SUBSÍDIO, TETO, EQUIPRAÇÃO, VINCULAÇÃO, IRREDUTIBILIDADE ETC.)	74
→ MANDATO ELETIVO (ART. 38 DA CF)	74
→ FORMAS DE PROVIMENTO (LEI 8.112 - ARTS. 5º A 32)	74
→ REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO (LEI 8.112 - ARTS. 36 A 39)	74
→ DAS LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES (LEI 8.112 - ARTS. 81 A 99)	75
→ DO REGIME DISCIPLINAR (LEI 8.112 - ARTS. 116 A 142)	75
→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992)	75
→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992)	75
→ DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992)	77
→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992)	77
→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999)	77
→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784/1999)	77
→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999)	78
→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 9.784/1999)	79
→ FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO (ARTS. 22 A 25 DA LEI Nº 9.784/1999)	79
→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS (ARTS. 26 A 28 DA LEI Nº 9.784/1999)	79
→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/21)	80
→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)	80
→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021)	80
→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021)	80
→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021)	81
→ INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 155 A 163 DA LEI Nº 14.133/2021)	82
→ REQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA	82
→ DESAPROPRIAÇÃO	82

DIREITO CONSTITUCIONAL..... 85

→ FORMAS DE ESTADO E GOVERNO, SISTEMAS DE GOVERNO, SEPARAÇÃO DE PODERES. FREIO E CONTRAPESOS	85
→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO	85
→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	86
→ PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO, DERIVADO, REFORMADOR, REVISOR, DECORRENTE ETC.)	87
→ MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	87
→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)	87
→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS)	88
→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)	88
→ HABEAS CORPUS	89
→ MANDADO DE SEGURANÇA	90
→ MANDADO DE INJUNÇÃO	90

→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988)	90
→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)	90
→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS	91
→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE	91
→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS)	91
→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	91
→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)	91
→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988)	92
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)	93
→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988)	94
→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988)	94
→ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (ART. 74 DA CF/1988)	95
→ TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS	95
→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988)	95
→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988)	96
→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988)	96
→ COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS (PODER JUDICIÁRIO, ART. 96 DA CF/1988)	96
→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988)	96
→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)	96
→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)	96
→ GARANTIAS E VEDAÇÕES (MINISTÉRIO PÚBLICO)	97
→ MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS	97
→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988)	97
→ FORÇAS ARMADAS (ARTS. 142 E 143 DA CF/1988)	98
→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)	98
→ DOS PRINCÍPIOS GERAIS (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, ARTS. 145 A 149 DA CF/1988)	98
→ LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR (ARTS. 150 A 152 DA CF/1988)	98
→ DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (ART. 155 DA CF/1988)	99
→ DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS (ART. 156 DA CF/1988)	99
→ DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS (ARTS. 157 A 162 DA CF/1988)	99
→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF/1988)	100
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988)	100
→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988)	101
→ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988)	101
→ DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 203 E 204 DA CF/1988)	101
→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988)	101
→ DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (ARTS. 220 A 224 DA CF/1988)	102
→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988)	102
→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988)	103
→ ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT	103

→ INTRODUÇÃO, PRESSUPOSTOS E TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	103
→ CONTROLE DIFUSO (INCIDENTAL OU INCIDENTER TANTUM)	103
→ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI).....	104

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE PESSOAS.....107

→ ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO)	107
→ ADMINISTRAÇÃO	107
→ COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO ADMINISTRADOR	108
→ PAPÉIS DO ADMINISTRADOR.....	108
→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS	108
→ GOVERNANÇA PÚBLICA.....	109
→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA.....	109
→ GOVERNO ELETRÔNICO.....	109
→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	110
→ INDICADORES DE DESEMPENHO.....	110
→ BALANCED SCORECARD (BSC).....	110
→ PLANEJAMENTO TÁTICO	110
→ PLANEJAMENTO OPERACIONAL	110
→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO (DESENHO ORGANIZACIONAL, CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO)	111
→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO	112
→ CULTURA ORGANIZACIONAL	113
→ MOTIVAÇÃO	113
→ GRUPOS E EQUIPES DE TRABALHO	114
→ COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO	115
→ GESTÃO POR PROCESSOS (BPM CBOK, CICLO PDCA, 6 SIGMA ETC.).....	116
→ CONCEITO, PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA QUALIDADE	117
→ GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS	117
→ RECRUTAMENTO (GESTÃO DE PESSOAS).....	117
→ SELEÇÃO (GESTÃO DE PESSOAS).....	118
→ ANÁLISE E DESENHO DE CARGOS.....	118
→ DESEMPENHO	118
→ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS.....	119
→ ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	120
→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)	120
→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)	120
→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011).....	121
→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)	121
→ NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DE ADMINISTRAÇÃO OU GESTÃO DE PROJETOS.....	121
→ CICLO DE VIDA DE PROJETOS.....	122

→ PMO - ESCRITÓRIO DE PROJETOS	122
→ CONCEITOS GERAIS DE ÁREAS DE CONHECIMENTO E GRUPOS DE PROCESSO	123
→ GERENCIAMENTO DO CRONOGRAMA (TEMPO) DO PROJETO	123
→ GERENCIAMENTO DO CUSTO DO PROJETO	123
→ GERENCIAMENTO DA QUALIDADE DO PROJETO.....	123
→ GERENCIAMENTO DAS COMUNICAÇÕES DO PROJETO	124
→ GERENCIAMENTO DOS RISCOS DO PROJETO	124
→ GERENCIAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJETO	124
→ DIAGRAMA DE REDES, PERT, CPM E MDP	124
→ EAP - ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO.....	125
→ OUTROS ASPECTOS DE GESTÃO DE PROJETOS.....	125
→ MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIO (BPM).....	126

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO 129

→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS	129
→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS)	129
→ ARGUMENTOS – MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE	130
→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES.....	131
→ ORIENTAÇÃO NO PLANO, NO ESPAÇO E NO TEMPO	131

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA 133

→ MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS.....	133
→ QUANTIS (MEDIANA, QUARTIL, DECIL, PERCENTIL) E INTERPOLAÇÃO LINEAR DE OGIVA	133
→ DESVIO PADRÃO E VARIÂNCIA	133
→ COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E VARIÂNCIA RELATIVA	134
→ PROPRIEDADES DAS MEDIDAS DE DISPERSÃO	134
→ NÚMEROS ÍNDICES	134
→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA.....	135
→ PROBABILIDADE CONDICIONAL.....	136
→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO	136
→ PROBABILIDADE DA UNIÃO.....	137
→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES	137
→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR	137
→ TEOREMA DA PROBABILIDADE TOTAL.....	137
→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA.....	138
→ CONCEITOS INICIAIS E CÁLCULO DAS ESTIMATIVAS DOS PARÂMETROS (REGRESSÃO LINEAR SIMPLES)	139
→ ANÁLISE DE VARIÂNCIA DA REGRESSÃO LINEAR SIMPLES, COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO E ESTATÍSTICA F.....	139
→ REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA.....	140
→ ANÁLISE DE SÉRIES TEMPORAIS	140

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA..... 141

→ ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PÚBLICA	141
→ INTRODUÇÃO ÀS DCASP (PARTE V, CAPÍTULO 1 DO MCASP E NBC TSP 11)	141
→ BALANÇO PATRIMONIAL (AFO E CPU)	142
→ DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (MCASP E NBC TSP 12).....	142
→ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (AFO E CPU).....	144
→ NOTAS EXPLICATIVAS (AFO E CPU)	144
→ BALANCETE.....	144
→ NBC T 16.11 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO	144
→ CONCEITO, OBJETO, FINALIDADE, TÉCNICAS CONTÁBEIS, EQUAÇÃO PATRIMONIAL.....	145
→ ESCRITURAÇÃO: NORMAS, LIVROS CONTÁBEIS, LANÇAMENTOS, MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS	145
→ ATOS E FATOS CONTÁBEIS.....	146
→ REGIMES CONTÁBEIS (COMPETÊNCIA, CAIXA E MISTO).....	146
→ BALANÇO PATRIMONIAL (QUESTÕES DE NÍVEL BÁSICO)	146
→ CAPITAL SOCIAL (SUBSCRITO, A REALIZAR, REALIZADO)	148
→ AÇÕES (ÁGIO NA EMISSÃO, REEMBOLSO, RESGATE, AMORTIZAÇÃO, GASTOS NA EMISSÃO).....	148
→ RESERVAS DE LUCROS.....	148
→ RESERVAS DE CAPITAL.....	148
→ AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	149
→ AÇÕES EM TESOURARIA	149

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS 151

→ CONCEITO DE ECONOMIA.....	151
→ ESCASSEZ, ESCOLHA E CUSTO DE OPORTUNIDADE.....	151
→ CURVA DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO	151
→ DEMANDA E OFERTA.....	151
→ ELASTICIDADE PREÇO DA DEMANDA.....	152
→ ELASTICIDADE PREÇO DA OFERTA	152
→ RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA.....	152
→ EQUILÍBRIO DO CONSUMIDOR	152
→ PRODUÇÃO.....	152
→ TIPOS DE ESTRUTURA	153
→ CONCORRÊNCIA PERFEITA	153
→ MONOPÓLIO.....	153
→ INFORMAÇÕES ASSIMÉTRICAS.....	154
→ TEORIA DOS JOGOS.....	154
→ CONCEITOS E IDENTIDADES MACROECONÔMICOS.....	154
→ ECONOMIA FECHADA.....	155
→ ECONOMIA ABERTA (MODELO MUNDELL-FLEMMING)	155
→ INFLAÇÃO	156

→ POLÍTICA FISCAL	156
→ POLÍTICA MONETÁRIA	157
→ PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA TRIBUTAÇÃO	157
→ CURVA REVERSA (DE LAFFER).....	158
→ DÍVIDA PÚBLICA, NFSP E TIPOS DE DÉFICIT PÚBLICO NO BRASIL	158
→ ANTECEDENTES E IMPLANTAÇÃO	160

DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA 161

→ PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS	161
→ IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS	162
→ COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO	163
→ COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS	163
→ REPARTIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA (PRIVATIVA, COMUM, CUMULATIVA, RESIDUAL, EXTRAORDINÁRIA).....	163
→ DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA (CONCEITO, OBRIGAÇÃO PRINCIPAL E ACESSÓRIA).....	164
→ SUJEITO: ATIVO E PASSIVO (ARTS. 119 A 123 DO CTN).....	164
→ CAPACIDADE TRIBUTÁRIA (ART. 126 DO CTN).....	164
→ DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO (ART. 127 DO CTN).....	164
→ RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA (ARTS. 128 A 138 DO CTN).....	164
→ LANÇAMENTO E CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 142 A 150 DO CTN).....	165
→ EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 156 A 174 DO CTN)	165
→ EXTINÇÃO, EXCLUSÃO E SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO	166
→ GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 183 A 193 DO CTN)	166
→ IMPOSTO DE RENDA - IR (CF/1988 E CTN).....	167
→ IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR	167
→ DO RENDIMENTO BRUTO (ARTS. 33 A 65 DO RIR).....	167
→ DO LUCRO REAL (ARTS. 257 A 586 DO RIR)	167
→ DA INCIDÊNCIA (ARTS. 1º A 7º DO DECRETO Nº 7.212/2012)	167
→ LEI Nº 9.393/1996 - ITR E DÍVIDA AGRÁRIA	168

DIREITO PREVIDENCIÁRIO 169

→ PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL	169
→ SEGURADO FACULTATIVO (RGPS)	169
→ DA MANUTENÇÃO E DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO	169
→ DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ	169
→ DA APOSENTADORIA ESPECIAL	170
→ DO AUXÍLIO-DOENÇA.....	170
→ DA PENSÃO POR MORTE	170
→ ACIDENTE DE TRABALHO.....	170
→ REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL	171

FLUÊNCIA DE DADOS.....	173
→ COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)	173
→ SQL SERVER	173
→ ORACLE.....	173
→ MYSQL	173
→ BIG DATA.....	173
→ NOSQL	174
→ PYTHON.....	174
→ LINGUAGEM R	175
→ MÉTODOS DE CLASSIFICAÇÃO (MACHINE LEARNING)	175
→ MÉTODOS DE TREINAMENTO DE MODELOS (MACHINE LEARNING).....	175
→ PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL (IA).....	176
→ CLOUD COMPUTING (COMPUTAÇÃO EM NUVEM)	176

LÍNGUA PORTUGUESA

→ ORTOGRAFIA – CASOS GERAIS E EMPREGO DAS LETRAS

1. (FGV – 2022) Assinale a frase em que se comete um **erro** de grafia.

- a) A seção em que trabalho é a mais procurada.
- b) A adolescência é uma fase difícil.
- c) Essas coisas nunca passam despercebidas.
- d) Nunca mais vi aqueles facínoras.
- e) Chegaram as encomendas atracez do correio.

2. (FGV – 2022) Texto 2

“O alfabeto? É um pouco difícil saber exatamente o que o ‘o’ significa, porque existem vários assim chamados alfabetos que não começam por a e b. Ogham, o sistema do irlandês antigo, começava com BLF; a escrita medieval alemã, o rúnico, cujos caracteres se chamavam runas, começavam com seis letras que lhe deram o nome. O etíope começava com h-l. (.) Porém, apesar das modificações, persistia um ideal comum: captar os sons da fala por meio de um conjunto de duas ou três dúzias de sinais únicos, cada um dos quais correspondendo a um som falado. Na verdade, como veremos, trata-se de uma vã esperança.”

A falta de correspondência perfeita entre os sons e as letras aparece em nossa língua numa série de pontos.

Assinale a opção em que isso não aparece comprovado nos exemplos.

- a) a presença do H mudo em alguns vocábulos: honra, herói.
- b) a possibilidade de duas letras representarem o mesmo som: asa, azar.
- c) a existência de sons que podem ser representados de formas diferentes: roupa, carro.
- d) a dupla grafia de uma mesma palavra: alevantar/levantar.
- e) a presença de uma grafia única para diferentes pronúncias como nas de Brasil e Portugal. fazê (BR), fazeire (PT).

3. (FGV – 2022) Assinale a frase abaixo em que **não** se cometeu nenhum erro ortográfico.

- a) Meu filho ainda é adolescente.
- b) Nada todos os dias na picina.
- c) Xingou os adversários de facistas.
- d) Toda regra tem exceção.
- e) Ninguém nasce feliz ou infeliz.

4. (FGV – 2022) Texto 1

Índio

Uma das consequências das Cruzadas (séculos XI a XIII) foi a descoberta das riquezas do Oriente: tecidos, pedras e metais preciosos, especiarias.

Tudo isso passou a ter um valor extraordinário para os europeus do século XV (a canela chegou a valer mais do que o ouro!). E assim as grandes navegações para a Ásia se tornaram financeiramente atrativas.

O genovês Cristóvão Colombo, o que botou o ovo em pé (como se fosse uma grande coisa: as galinhas já faziam isso muito antes dele), consegue, na Espanha, em 1492, o patrocínio dos reis Fernando II e Isabel I para uma viagem à Índia.

Para chegar lá, os portugueses desciam até o final da África e dobravam à esquerda. Colombo, que sempre adorou viver na contramão da História, sai da Espanha, no dia 3 de agosto, e dobra à direita, convencido de que a Terra era redonda.

Acertou na forma, mas errou no cálculo do diâmetro. Colombo chega às Bahamas, em 12 de outubro, e acha que alcançou a Índia. Por isso, ao ver uns selvagens locais, Colombo os chama de índios. Pronto, o nome ficou e o erro se consagrou: a partir daí, todo selvagem, nu ou seminu, passou a ser chamado de índio.

(PIMENTA, R. Casa da Mãe Joana, curiosidade na origem das palavras, frases e marcas. Ed. Campus. Rio de Janeiro-RJ. 2002)

A palavra “riqueza” é grafada corretamente no texto, com a letra z. Assinale o vocábulo abaixo cuja grafia está correta com essa mesma letra.

- a) Gáz.
- b) Audaz.
- c) Análize.
- d) Gazolina.
- e) Paralizia.

5. (FGV – 2021) A frase que serviu de base para a elaboração da questão desta prova foi retirada do “Dicionário das Citações” de Ettore Barelli e Sergio Pennacchietti.

“Convém, a quem nasce, muita cautela na escolha do local, do ano e dos pais.”

O verbo “nascer” é grafado com SC; a palavra abaixo que também deveria ser escrita com essas letras é:

- a) docente.
- b) indecente.
- c) fluorecente.
- d) precisão.
- e) concisão.

6. (FGV – 2020) Texto 1

É claro que somos livres para falar ou escrever como quisermos, como soubermos, como pudermos. Mas é também evidente que devemos adequar o uso da língua à situação, o que contribui efetivamente para a maior eficiência comunicativa.

Na redação de um texto, pode ocorrer uma série de dificuldades com vocábulos da língua portuguesa; as palavras abaixo que estão graficamente corretas são:

- a) advogado / metereologia.
- b) bicabornato / astigmatismo.

- c) babadouro / beneficência.
- d) reinvidicação / bugigangas.
- e) jaboticaba / cabelereiro.

7. (FGV – 2019) A frase abaixo em que a grafia do termo em negrito está **equivocada** é:

- a) O atleta genioso deve ter sido mal-educado pelos pais.
- b) Trata-se de pessoa mal-educada.
- c) Os mal-educados não são pessoas agradáveis.
- d) Nenhum mal-educado deve estar presente na festa.
- e) Os arruaceiros presos são muito **mal-educados**.

8. (FGV – 2019) “O vôo de Santos Dumont foi fruto de uma idéia revolucionária, assim como os micro-computadores e a rede que hoje chamamos de Internet”.

O texto é um trecho de redação escolar que não obedece às modificações propostas pelo Novo Acordo Ortográfico, além de cometer outros erros ortográficos já condenados no Acordo anterior.

As palavras que mostram **desobediência** ao Novo Acordo são:

- a) rede / revolucionária / micro-computadores.
- b) micro-computadores / rede / Internet.
- c) vôo / rede / micro-computadores.
- d) rede / Internet / vôo.
- e) Internet / rede / revolucionária.

9. (FGV – 2019) Assinale a opção abaixo em que existe erro ortográfico.

- a) privilégio – bêbedo – infarto
- b) irriquieto – hieróglifo – crânio
- c) muçarela – poleiro – receoso
- d) majestade – obcecar – jenipapo
- e) jabuticaba – feioso – piscina

10. (FGV – 2021) “Causam menos dano cem delinquentes do que um mau juiz”; no caso dessa frase, o vocábulo MAU está corretamente grafado; a frase abaixo em que esse mesmo vocábulo deveria ser grafado com a forma **MAL** é:

- a) Mau é o juiz, se má é a sentença.
- b) O castigo é mau, se não é justo.
- c) O crime é sempre mau feito.
- d) Todos devem combater o mau juiz.
- e) Nem sempre um mau homem é um mau jurado.

→ FATOS DA LÍNGUA PORTUGUESA (PORQUE, POR QUE, PORQUÊ E POR QUÊ; ONDE, AONDE E DONDE; HÁ E A, ETC).

11. (FGV – 2022) A questão desta prova é elaborada a partir de pequenos textos e pretendem avaliar sua capacidade em interpretar e compreender textos, assim como em redigir de forma correta e adequada.

Assinale a frase a seguir em que a expressão todo / todo o está bem empregada.

- a) Alguns divórcios são amigáveis, mas todo o casamento é litigioso.
- b) Um estadista é um homem calmo que conta todo trabalho como algo sério e importante.

- c) Todo o mundo é oportunista, mas nem todos sabem sê-lo com oportunidade.
- d) A arte da guerra consiste em vencer todo o inimigo sem combater.
- e) Os ventos e as ondas estão sempre ao lado de todo o timoneiro.

12. (FGV – 2022) A frase em que a grafia da palavra destacada está correta é:

- a) O motivo porque as pessoas culpam os outros é que é mais fácil do que assumir seus próprios erros.
- b) Eu sei que o amor é indispensável, mas não sei por quê.
- c) **Porque** o país não conseguiu superar as dificuldades da pandemia?
- d) Os jornais não informam mais porquê nem tudo é sabido.
- e) Devemos trocar os pneus **por que** estão gastos.

13. (FGV – 2022) A frase abaixo em que a grafia da palavra destacada está correta é:

- a) Ambição não é nada se não a sombra maligna da aspiração.
- b) Pedia-lhe desculpa do que se passara na véspera; jurava-lhe amor eterno; coisas todas que lhe dissera mais de uma vez, com o mesmo estilo, senão com as mesmas palavras.
- c) A sabedoria não é outra coisa senão a ciência da felicidade.
- d) Uma só coisa pareceu menos apazível ao irmão: eram os olhos, ou antes o olhar, cuja expressão de curiosidade sonsa e suspeitosa reserva foi o único se não que lhe achou, e não era pequeno.
- e) E a alma do pai voava enrolada nas pontas da fita que apertava a cintura de Eugênia, não regressando ao domicílio **se não** quando a moça parava.

14. (FGV – 2022) Em todas as frases abaixo há a presença do vocábulo mais; a frase em que esse vocábulo é gramática e semanticamente diferente dos demais é:

- a) O mais perto que uma pessoa chega da perfeição é quando preenche uma ficha de emprego.
- b) Dinheiro no bolso vale mais do que amigos na corte.
- c) A propaganda é o único negócio em que os clientes com mais dinheiro podem fazer exigências.
- d) Os trabalhadores mais incapazes são sistematicamente promovidos.
- e) Eu quero que falem mais ainda. Com essa difamação vou ganhar muito dinheiro.

15. (FGV – 2022) Todas as frases abaixo contêm o vocábulo porque; a maneira de reescrever cada uma delas de modo a omitir esse vocábulo, mantendo-se o sentido original, é:

- a) A festa demorou mais uma hora porque as crianças pediram / Por petição das crianças, a festa demorou mais uma hora.
- b) Concordou com as medidas porque as circunstâncias pressionavam / Por pressão das circunstâncias, concordou com as medidas.
- c) Nós o ajudamos porque o ouvimos gritar / Pelos gritos auditados, nós o ajudamos.
- d) Fornecemos os passaportes porque foram requeridos / Por requisitos, nós fornecemos os passaportes.
- e) Consegui chegar ao final porque muitas pessoas me animaram / Pelo ânimo de muitas pessoas, consegui chegar ao final

16. (FGV – 2022) Texto

“É preciso fazer uma reflexão. O turismo e os turistas que chegam a Florianópolis causam uma agonia. A invasão das praias mostra um retrato do Brasil popular, mas sem nenhuma delicadeza. Me sinto encurralado pelos hábitos de mal gosto de grande parcela dos turistas que acham que som alto à beira mar e lixo jogado em todo canto fazem parte do relax das férias. Não compreendo essa identidade do brasileiro do quanto mais bagunçado melhor. Tudo pode em nome da liberdade individual e do politicamente correto. E não bastasse o comportamento dos que chegam de fora, os locais acabam cooperando, liberando seus instintos, juntando-se à bagunça geral. E os preços então? Uma explosão numérica sem limites. Mas enfim, deve ser essa a tão sonhada identidade brasileira.”

(PRATA, Anselmo. Turismo em Santa Catarina – Vale a pena? Disponível em <https://www.ronau.com/sociedade/turismo-em-santa-catarina/>)

A forma impressa do texto mostra um problema de correção, que é

- “bagunçado” em lugar de “desorganizado”.
- “mal gosto” em lugar de “mau gosto”.
- “relax” em lugar de “relaxamento”.
- “Tudo pode” em lugar de “Tudo é possível”.
- “à beira mar” em lugar de “a beira mar”.

17. (FGV – 2021) “É minha opinião que não se deve dizer mal de ninguém, e ainda menos da polícia. A polícia é uma instituição necessária à ordem e à vida da cidade.”

(Machado de Assis, A Semana – 1871)

Ao redigirmos um texto devemos ter cuidado com a grafia das palavras empregadas; no caso do pensamento de Machado, há o emprego graficamente correto da palavra mal.

A frase abaixo em que o emprego da mesma palavra está **INCORRETO** é:

- O mal é combatido pela polícia.
- O mal-educado nunca é bem-vindo.
- Desrespeitar as leis é um mal hábito.
- Mal chegou a polícia, todos se retiraram.
- Não há mal que sempre dure

18. (FGV – 2021) Assinale a opção que apresenta a frase em que o termo “onde” não é empregado corretamente.

- “Não sei mais onde amarrei meu burro.”
- “Onde falta o dinheiro, tudo desmorona.”
- “Nunca se vai ao lugar onde mora a fera.”
- “Em toda iniciativa pensa bem onde queres chegar.”
- “Quem tem fome não tem escolha: seu espírito não vem de onde ele gostaria, mas da fome.”

19. (FGV – 2021) O emprego de “se não” na frase “Se não vierem todos, como será a festa?” está correto.

As opções a seguir mostram frases em que o emprego de “se não” está correto, à exceção de uma. Assinale-a.

- Aprender a escrever é, em grande parte, se não principalmente, aprender a pensar.
- O prêmio foi de 170 mil dólares, se não mais.
- O deputado tornou-se rico, se não milionário.
- Deus ajude a que venha, se não todos perderemos.
- Se não desejar acompanhar-me, entenderei.

20. (FGV – 2019)

“É melhor ser ignorante de alguma coisa do que aprendê-la **mal**.”

Assinale a opção em que o vocábulo destacada está grafado erradamente.

- Não há **mal** que sempre dure.
- Os **mal**-educados nunca são bem recebidos.
- Mal** chegaram os turistas os ônibus partiram.
- O **mal** que nos atinge não é grave.
- Quem chuta de **mal** jeito não faz o gol.

→ USO DO HÍFEN

21. (FGV – 2022) Notamos, como usuários da língua portuguesa, que alguns vocábulos podem ser usados com hífen ou **sem** hífen, com diferentes significados.

A opção abaixo em que o vocábulo destacado só pode ser escrito sem hífen, é:

- Trabalhou na segunda-feira / Na segunda feira a que foi, comprou legumes e frutas.
- Chegou ao meio-dia no trabalho / A nova tarefa ocupou meio dia de trabalho.
- Havia um sem-número de camelôs na rua / Eles moravam numa casa sem número ao final da rua.
- Não se deve ter olho-grande sobre os bens alheios / O gigante tinha um olho grande no meio da testa.
- O trabalho estava bem-feito / Todos consideraram o texto bem feito

→ CONVENÇÕES DE ESCRITA (ITÁLICO, SIGLAS, ETC.)

22. (FGV – 2022) Como os textos informativos se preocupam bastante com a clareza, alguns deles traduzem as siglas neles contidas entre parênteses.

A opção abaixo em que essa “tradução” está **correta**, é:

- O MST (Movimento dos Sem-Trabalho) exige reformas na legislação trabalhista.
- O inquilino jurou pagar o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano) até o final do mês.
- O chefe do FMI (Fundação Mundial de Intercâmbio) visitará o país ainda este ano.
- A Rússia ficou preocupada com a filiação da Ucrânia à OTAN (Organização do Tratado Americano das Nações).
- A ONU (Organização das Nações Unificadas) condenou a guerra.

→ FORMAÇÃO E ESTRUTURA DAS PALAVRAS

23. (FGV – 2022) Sabendo-se que o radical cultura entra na composição de muitos vocábulos com o significado de “criação, cultivo; cuidado, exame”, a palavra que tem seu significado corretamente indicado é:

- piscicultura: cultura de pêssegos.
- triticultura: cultura de trigo.
- monocultura: criação de macacos.
- ranicultura: cultura de ramos alimentícios.
- canicultura: cultura de cana-de-açúcar.

24. (FGV – 2022) Em todas as opções abaixo, o termo destacado foi substituído por um outro, formado com a ajuda de um afixo (prefixo ou sufixo); a opção em que a substituição está **INADEQUADA**, é:

- a) No primeiro dia das férias, vou fazer uma análise de mim mesmo / autoanálise.
- b) A vacina aplicada há pouco tempo deve trazer benefícios aos contaminados / recém-aplicada.
- c) Monteiro Lobato está sendo lido de novo / renovado.
- d) O ex-presidente da empresa tinha uma riqueza dificilmente imaginada / inimaginável.
- e) As ações foram **valorizadas acima do normal** / supervalorizadas.

25. (FGV – 2022) “As grandes doenças da alma, bem como aquelas do corpo, renovam o homem; e as convalescências espirituais não são menos agradáveis nem menos miraculosas do que as físicas.”

Nessa frase aparece o termo **convalescência** corretamente grafado (com -escer e não com -ecer).

Assinale a palavra abaixo que está corretamente grafada com esse mesmo sufixo.

- a) decrescer.
- b) aparescer.
- c) enriquecer.
- d) amanhescer.
- e) enlouquescer.

26. (FGV – 2022) Muitas palavras em língua portuguesa são formadas com o sufixo -ada, que possui significados diferentes.

Assinale a opção em que todas as palavras mostram esse sufixo com o mesmo valor.

- a) Garotada / peneirada.
- b) Laranjada / cadeirada.
- c) Peixada / estudantada.
- d) Vassourada / sujeirada.
- e) Caminhada /çaçada.

27. (FGV – 2022) A avançada tecnologia é uma das marcas dos tempos modernos”.

Assinale a opção que apresenta um vocábulo, formado com o mesmo radical logia, com seu significado **corretamente** explicado.

- a) Zoologia – estudo dos jardins zoológicos.
- b) Pneumologia – estudo dos pneus adequados.
- c) Arqueologia – estudo das construções em arco.
- d) Dermatologia – estudo médico da pele.
- e) Geologia – estudo de caráter geográfico.

28. (FGV – 2021) Atenção: a questão deve ser respondida a partir do texto III.

TEXTO III

À proporção que alguns locatários abandonavam a estalagem^(a), muitos pretendentes surgiam disputando os cômodos desalugados. Delporto e Pompeo foram varridos pela febre amarela e três outros italianos estiveram em risco de vida. O número dos hóspedes crescia, os casulos subdividiavam-se em cubículos do tamanho de sepulturas, e as mulheres iam despejando crianças com uma regularidade de gado procriador. Uma família, composta de mãe viúva e cinco filhas solteiras, das quais destas a mais velha tinha trinta anos e a mais moça

quinze, veio ocupar a casa que Dona Isabel esvaziou poucos dias depois do casamento de Pombinha^(c).

Agora, na mesma rua, germinava outro cortiço ali perto, o “Cabeça-de-Gato”. Figurava como seu dono um português que também tinha venda, mas o legítimo proprietário era um abastado conselheiro, homem de gravata lavada^(b), a quem não convinha, por decoro social, aparecer em semelhante gênero de especulações^(d). E João Romão, estalando de raiva, viu que aquela nova república da miséria prometia ir adiante e ameaçava fazer-lhe à sua perigosa concorrência. Pôs-se logo em campo, disposto à luta, e começou a perseguir o rival por todos os modos, peitando fiscais e guardas municipais, para que o não deixassem respirar um instante com multas e exigências vexatórias; enquanto pela sorrelfa* plantava no espírito dos seus inquilinos um verdadeiro ódio de partido, que os incompatibilizava com a gente do “Cabeça-de-Gato(e)”. Aquele que não estivesse disposto a isso ia direitinho para a rua, “que ali se não admitiam meias medidas a tal respeito! Ah! ou bem peixe ou bem carne! Nada de embrulho!”.

qenciosa para enganar ou iludir.

Assinale a opção que apresenta, em destaque, um vocábulo formado por derivação imprópria e outro formado por derivação prefixal, respectivamente.

- a) À proporção que alguns **locatários** abandonavam a **estalagem** (...)
- b) (...) mas o legítimo proprietário era um **abastado** conselheiro, homem de **gravata** lavada (...)
- c) (...) a casa que Dona Isabel **esvaziou** poucos dias depois do casamento de **Pombinha**.
- d) (...) a quem não convinha, por **decoro** social, aparecer em semelhante gênero de **especulações**.
- e) (...) um verdadeiro ódio de **partido**, que os **incompatibilizava** com a gente do “Cabeça-de-Gato”.

29. (FGV – 2021) Um minidicionário de Língua Portuguesa traz o seguinte verbete:

APOIO (a.poi.o) [ô] sm. 1. Suporte que ampara; base. # apoio aos / dos / para as pernas. 2. Colaboração; ajuda. # A equipe conta com nosso apoio. 3. Atitude de aprovação. [Dev. de apoiar]

O item que está ausente do verbete é:

- a) a origem etimológica.
- b) a classificação morfológica.
- c) a formação do vocábulo.
- d) as possíveis significações.
- e) a indicação fonológica.

30. (FGV – 2021) Uma prova de Língua Portuguesa continha uma questão sobre processos de formação de palavras. Nessa questão, solicitava-se a indicação de um vocábulo formado por derivação regressiva – numa lista de cinco – e a resposta pretendida era a indicação do vocábulo **cálculo**.

Ocorre que os dicionários de língua portuguesa informam que esse vocábulo provém do latim *calculus*, “pedrinha”.

Nesse caso, a questão

- a) deve ser anulada, por estar errada.
- b) deve ser anulada, por exigir um conhecimento fora do alcance do aluno/candidato.
- c) está corretamente formulada, pois não se pode misturar morfologia com etimologia.
- d) mostra correção, por ser o vocábulo um derivado de verbal: calcular / cálculo.
- e) traz uma incorreção, por não inserir o vocábulo num contexto frasal.

31. (FGV – 2019) Texto 2

No livro “Viagens de Gulliver”, do grande romancista inglês Jonathan Swift, sobre um dos locais visitados pelo personagem, aparece o seguinte texto:

“Passamos então a outra parte da Academia que se destinava mais às pesquisas especulativas, e onde fomos encontrar três profissionais reunidos discutindo sobre o melhoramento da língua. O primeiro projeto consistia em abreviar o discurso, reduzindo os polissílabos a monossílabos, deixando de lado os verbos e participios, uma vez que todas as coisas imagináveis não passam de substantivos”.

“O primeiro projeto consistia em abreviar o discurso, reduzindo os polissílabos a monossílabos, deixando de lado os verbos e participios...”

É um exemplo desse primeiro projeto (texto 2) o uso de:

- a) tá por está.
- b) BB por Banco do Brasil.
- c) fim por final.
- d) bike por bicicleta.
- e) tom por tonalidade

32. (FGV – 2019) Em todas as palavras abaixo há elementos formais destacados que são de enorme uso em nossa língua; o valor semântico desses elementos está corretamente exemplificado em:

- a) lugar: vindouro e duradouro.
- b) doença: tuberculose e celulose.
- c) golpe: cacetada e molecada.
- d) possibilidade: manipulável e nomeável.
- e) atividade: jornalismo e raquitismo.

→ ARTIGO

33. (FGV – 2021) Texto 1

“A instituição policial brasileira, **segundo** documentação existente no Museu Nacional do Rio de Janeiro, data de 1530, **quando** da chegada de Martim Afonso de Sousa enviado ao Brasil – Colônia por D. João III. A pesquisa histórica revela que no dia 20 de novembro de 1530, a polícia brasileira iniciava as suas ações, promovendo justiça e organizando os serviços de ordem pública, **como** melhor entendesse nas terras conquistadas do Brasil. A partir de então a instituição policial brasileira passou por segundas reformulações nos anos de 1534, 1538, 1557, 1565, 1566, 1603, e, **assim**, sucessivamente. Somente em 1808, **com** a chegada do príncipe Dom João ao Brasil, a polícia começou a ser estruturada, comandada por um delegado e composta por escrivães e agentes.”

A frase abaixo em que há ERRO no emprego ou na ausência do artigo definido é:

- a) Não importa se o gato é preto ou branco, desde que ele pegue os ratos.
- b) As grandes ideias sempre encontram os homens que as procuram.
- c) As ideias concordam bem mais entre si do que os homens.
- d) Todo o dia em que se trabalha é um dia perdido.
- e) A virtude premeditada é a virtude do vício.

34. (FGV – 2019)

“Oscar tinha um sítio. Um dia Oscar resolveu levar na camioneta um pouco de esterco do sítio, que era no interior de Minas, para o jardim de sua casa na capital. Na barreira foi interpelado pelo guarda:

- O que é que o senhor está levando aí nesse saco?
- Esterco – respondeu Oscar, farejando aborrecimento: – Por quê?

Não lhe cheira bem?

- O senhor tem a guia? – o guarda perguntou, imperturbável.

- Guia?

- É preciso de uma guia, o senhor não sabia disso?”

Fernando Sabino, A mulher do vizinho

Sobre o emprego de artigos nesse pequeno texto do início de uma crônica, a única afirmativa **inadequada** é:

- a) “um sítio” é retomado por “do sítio”, mudando-se o artigo indefinido pelo definido em função de, no segundo caso, a realidade já ser conhecida do leitor.
- b) “a guia” faz supor que o guarda sabe do que está falando e que pensa ser também do conhecimento de Oscar.
- c) “Guia”, sem artigo, mostra total desconhecimento do assunto por parte de Oscar.
- d) “uma guia” indica que o guarda percebeu o desconhecimento de Oscar e decidiu especificar o tema.
- e) “na barreira”, apesar de ser citada pela primeira vez, aparece com artigo definido por ter existência possível no contexto.

35. (FGV – 2019) Observe o segmento textual abaixo, que iniciava uma narrativa escolar: “Um carro entrou no estacionamento com os faróis apagados, os pneus furados e um cacho de bananas no teto”.

Uma das observações do emprego dos artigos definidos e indefinidos é que os primeiros indicam termos já enunciados no texto (conhecidos) e os segundos indicam termos presentes no texto pela primeira vez. Assim, é correto afirmar que

- a) o emprego de um artigo definido em “um cacho” não modificaria o sentido geral do texto.
- b) o emprego do artigo definido em “o estacionamento” indica que esse lugar já havia obrigatoriamente sido citado antes.
- c) o único artigo de emprego correto nessa frase é o de “um cacho”.
- d) o emprego do artigo definido em “o estacionamento” e “os faróis” está errado.
- e) o emprego do artigo definido em “os faróis” e “os pneus” se deve ao fato de se referirem a elementos conhecidos a partir do emprego de “um carro”

36. (FGV – 2019) Em sua Nova Gramática do Português Contemporâneo, os autores Celso Cunha e Lindley Cintra afirmam, sobre o emprego do artigo definido, que ele se antepõe ao substantivo para indicar “que se trata de um ser já conhecido do leitor, seja por ter sido mencionado antes, seja por ser objeto de um conhecimento de experiência”. A frase em que o emprego do artigo em destaque se deve ao primeiro caso apontado é

- a) “O melhor amigo do homem é o uísque; o uísque é **o** cachorro engarrafado”. (Vinicius de Moraes)
- b) “Um menininho aproximou-se da estante com uma moedinha na mão e a depositou **no** cofre”. (Fernando Sabino)
- c) “A freira fugitiva sempre fala mal **do** convento”.
- d) “Terceira idade é aquela em que a gente bota **os** óculos para ouvir o rádio”. (Woody Allen)
- e) “Um corvo, após apoderar-se de um pedaço de carne, voou para uma amendoeira onde pousou com **o** alimento no bico”. (Esopo)

→ SUBSTANTIVO

37. (FGV – 2022) A questão desta prova é elaborada a partir de pequenos textos e pretendem avaliar sua capacidade em interpretar e compreender textos, assim como em redigir de forma correta e adequada.

Muitas vezes, na escrita, substantivamos algumas palavras; assinale a frase a seguir em que não ocorre nenhuma substantivação.

- a) Há nas mudanças certo alívio, ainda que seja para pior.
- b) Há apenas um dever: o de sermos felizes.
- c) A felicidade é um agora sem nenhuma pressa.
- d) Felicidade é um como, não um quê.
- e) O confiar nos outros tem seus riscos.

38. (FGV – 2022) Assinale a frase a seguir que é construída sem qualquer palavra substantivada.

- a) Os deuses certamente não revelaram tudo aos mortais desde o princípio, mas, procurando, os homens encontram pouco a pouco o melhor.
- b) A ciência consiste em substituir o saber que parecia seguro por uma teoria, ou seja, por algo problemático.
- c) São todos descobridores ruins, que pensam que não há terra quando conseguem ver apenas o mar.
- d) A descoberta consiste em ver o que todos viram e em pensar o que ninguém pensou.
- e) O provar os frutos da árvore da ciência foi proibido por Deus.

39. (FGV – 2021)

Texto 5 – História da lenda do Bumba meu boi

“No nordeste, a história do Bumba meu boi foi inspirada na lenda da Mãe Catirina e do Pai Francisco (Chico).

Nessa versão, Mãe Catirina e Pai Francisco são um casal de negros trabalhadores de uma fazenda. Quando Mãe Catirina fica grávida, ela tem desejo de comer a língua de um boi.

Empenhado em satisfazer a vontade de Catirina, Chico mata um dos bois do rebanho, que, no entanto, era um dos preferidos do fazendeiro.

Ao notar a falta do boi, o fazendeiro pede para que todos os empregados saiam em busca dele

Eles encontram o boi quase morto, mas com a ajuda de um curandeiro ele se recupera. Noutras versões, o boi já está morto e com o auxílio de um pajé, ele ressuscita.

A lenda, dessa maneira, está associada ao conceito de milagre do catolicismo ao trazer de volta o animal. Ao mesmo tempo, mostra a presença de elementos indígenas e africanos, tal como a cura pelo pajé ou curandeiro e a ressurreição.

A festa do Bumba meu boi é celebrada para comemorar esse milagre.”

“Empenhado em satisfazer a vontade de Catirina, Chico mata um dos bois do rebanho, que, no entanto, era um dos preferidos do fazendeiro.”

Nesse segmento do texto 5 há uma relação vocabular correta, ao escrever-se “um dos bois do rebanho”, já que “rebanho” é o vocábulo coletivo adequado para “boi”.

A opção abaixo em que o emprego do coletivo é INADEQUADO é:

- a) uma das abelhas do enxame.
- b) um dos mosquitos da nuvem.
- c) um dos elefantes da manada.
- d) uma das cabras do fato.
- e) um dos porcos do chiqueiro.

40. (FGV – 2019) Texto 3

Os velhos estão sempre aconselhando os jovens a guardar dinheiro. Digo que este é um mau conselho. Não guardem um centavo; invistam em si mesmo apenas. Eu nunca economizei um dólar sequer antes dos 40 anos de idade. (Henry Ford)

Velhos e jovens no texto 3 são originalmente adjetivos que se encontram substantivados; o mesmo ocorre na seguinte frase:

- a) Os homens realmente educados são os autodidatas.
- b) O que a escultura faz ao mármore, a instrução faz à alma humana.
- c) Você é único. Se isso não é suficiente, algo se perdeu.
- d) É difícil uma pessoa sentir-se confortável sem ter a própria aprovação.
- e) O homem sem educação é a caricatura de si mesmo.

→ ADJETIVO

41. (FGV – 2022) Texto 3

“Uma investigação complexa da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) que durou 16 meses resultou na prisão do homem apontado como o maior traficante de cocaína da capital, Wesley do Espírito Santo, vulgo Macarrão, de 42 anos. Além disso, rendeu também a desarticulação de uma quadrilha especializada em abastecer o DF com uma das drogas mais caras, a escama de peixe, variedade mais valiosa e refinada, em 2013. O Correio revelou, com exclusividade, como funcionava o esquema criminoso comandado pelo traficante, condenado à pena mais alta da história de Brasília e executado enquanto trabalhava, em Taguatinga. Na reportagem deste domingo (31/10), a atuação de cada um dos envolvidos é detalhada”

(Adaptado. Correio Braziliense, 2/12/2021).

“Uma investigação **complexa** da Polícia Civil do Distrito Federal (PCDF) que durou 16 meses resultou na prisão do homem apontado como o maior traficante de cocaína da capital, Wesley do Espírito Santo, vulgo Macarrão, de 42 anos.”

Nesse segmento do texto 3, o adjetivo destacado tem a função de:

- a) valorizar, indiretamente, o trabalho da polícia.
- b) justificar o pouco tempo dedicado à investigação.
- c) mostrar o preparo intelectual dos agentes policiais.
- d) indicar uma opinião do jornal sobre a prisão realizada.
- e) informar a população sobre o trabalho diário da polícia.

42. (FGV – 2022) Abaixo está o início de um conto de Lygia Fagundes Telles, denominado *A Ceia*.

“O restaurante era **modesto e pouco frequentado**, com mesinhas ao ar livre, espalhadas debaixo das árvores. Em cada mesinha, um abajur de garrafa projetava sobre a toalha de xadrez **vermelho e branco** um **pálido** círculo de luz.”

Todos sabemos que os termos de um texto podem indicar valores bem variados. Nesse segmento foram destacados alguns que funcionam como adjetivos; a afirmação correta sobre um deles é:

- a) o adjetivo “modesto” indica uma qualificação do restaurante por parte do narrador e não é acompanhado de nenhum termo que o justifique.
- b) o adjetivo “pouco frequentado” mostra uma qualificação do substantivo restaurante, indicando uma clientela de elite.
- c) a locução adjetiva “de garrafa” indica o material de que é feito o abajur, destacando simultaneamente a qualidade sofisticada do restaurante descrito.
- d) os adjetivos “vermelho e branco”, que indicam características, podem trazer informações implícitas sobre a nacionalidade da comida no local.
- e) o adjetivo “pálido”, que indica uma relação, mostra uma intensidade da luz, com o valor implícito de decadência e pouca qualidade do restaurante.

43. (FGV – 2022) O ato de descrever corresponde a atribuir ao objeto da descrição informações, qualificações, estados, caracterizações ou relações.

A opção abaixo em que o adjetivo indica uma caracterização, é:

- a) relógio importado.
- b) roupa elegante.
- c) vestido curto.
- d) restaurante modesto.
- e) local fúnebre.

44. (FGV – 2022) Texto 2

Sonho, memória e o reencontro de Freud com o cérebro (fragmento adaptado) “Para que serve sonhar? No início do século XX esta pergunta ancestral pareceu subitamente ao alcance da Razão, com a publicação de ‘A interpretação dos sonhos’. Neste livro Freud fundou uma nova e ambiciosa psicologia, repleta de novas ideias sobre a mente humana e seus sonhos^a. A despeito do impacto profundo destas ideias na sociedade ocidental, sua formulação e desenvolvimento não se deram sobre uma base empírica e quantitativa, marcando um divórcio progressivo de método e discurso entre a psicanálise e a biologia. Como resultado, pouca ou nenhuma influência é atualmente atribuída a Freud no que diz respeito à investigação científica do fenômeno onírico.

O fosso não poderia ser mais profundo. Predomina nas ciências exatas a noção de que a contribuição da psicanálise para o entendimento dos sonhos resume-se a um amontoado de observações isoladas, teorias não testáveis, imperativos ideológicos e argumentos de autoridade^b. Por outro lado, as diferentes vertentes da psicanálise ocupam-se pouco ou nada do estudo experimental e quantitativo dos sonhos, voltando-se exclusivamente para os símbolos e jamais para seu substrato material, o sistema nervoso.^c

Na contramão deste divórcio, pretendo aqui demonstrar que os avanços da psicologia experimental e da neurociência convergiram nos últimos anos para dois importantes insights psicanalíticos.^d O primeiro consiste na observação concreta de que os sonhos, muito frequentemente, contêm elementos da experiência do dia anterior:^e denominados ‘restos do dia’. O segundo é o reconhecimento de que estes ‘restos’ incluem atividades mnemônicas e cognitivas da vigília, persistindo nos sonhos na medida de sua importância para o sonhador. Assim, ainda que de maneira difusa, a psicanálise prevê que a consolidação de memórias e o aprendizado sejam importantes funções oníricas. [...]”

(Sidarta Ribeiro. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000600013&lng=en&nrm=iso. Acesso em:

02/04/2022)

Assinale a alternativa em que todos os adjetivos ou locuções adjetivas destacados apresentam carga semântica negativa no contexto em que são empregados no texto 2:

- a) “Neste livro Freud fundou uma **nova** e **ambiciosa** psicologia, **repleta** de novas ideias sobre a mente **humana** e seus sonhos”;
- b) “Predomina nas ciências exatas a noção de que a contribuição da psicanálise para o entendimento dos sonhos resume-se a um amontoado de observações **isoladas**, teorias **não testáveis**, imperativos **ideológicos** e argumentos de **autoridade**”;
- c) “voltando-se exclusivamente para os símbolos e jamais para seu substrato **material**, o sistema **nervoso**”;
- d) “Na contramão deste divórcio, pretendo aqui demonstrar que os avanços da psicologia **experimental** e da neurociência convergiram nos últimos anos para dois importantes insights **psicanalíticos**”;
- e) “O primeiro consiste na observação concreta de que os sonhos, muito frequentemente, contêm elementos **da experiência do dia anterior**”.

45. (FGV – 2022) Abaixo há locuções adjetivas introduzidas, respectivamente, pelas preposições **com** e **sem**.

Assinale a opção em que a substituição dessas locuções por adjetivos é feita de forma incorreta.

- a) carne com sal / sem sal = salgada e insossa.
- b) campo com água / sem água = úmido e seco.
- c) líquido com açúcar / sem açúcar = doce e salgado.
- d) fruta com sabor / sem sabor = saborosa e insípida.
- e) flores com perfume / sem perfume = perfumadas e inodoras.

46. (FGV – 2021) Nas opções a seguir aparecem adjetivos em sequência; assinale a frase em que essa sequência mostra uma intensificação no sentido dos adjetivos.

- a) A mera preocupação gramatical só produz escritores entanguidos, enfezados, pesadões e desluzidos.
- b) Autores são como gatos porque são quietos, amáveis e sábias criaturas, e os gatos se parecem com os autores pelas mesmas razões.
- c) O avião é ainda o meio mais seguro, rápido, sofisticado e caro para se chegar atrasado a qualquer lugar.
- d) Quantas bonitas, belas, lindas árvores deram sua vida para que o escândalo do dia pudesse chegar sem atraso a um milhão de leitores.
- e) Com a notícia todos ficaram inquietos, alarmados, temerosos e preocupados com o destino da empresa.

47. (FGV – 2021) Os gramáticos distribuem os adjetivos em estados, qualidades, características e relações; a frase abaixo em que o adjetivo destacado se inclui entre as relações é:

- a) A indignação *moral* é uma técnica de dignidade.
- b) Revolução é uma ideia *brilhante* que encontrou armas.
- c) O revolucionário *bem-sucedido* é um estadista.
- d) Não há noite tão *longa* que não encontre o dia.
- e) A grama *verde* do vizinho está sempre bonita.

48. (FGV – 2021) Em todas as frases abaixo há adjetivos destacados; o adjetivo que representa a opinião do autor da frase é:

- a) O homem é o único animal que ri.
- b) As grandes obras podem não ser obras grandes.
- c) Os dias atuais passam mais rapidamente.
- d) As provas extensas trazem muito cansaço.
- e) Nuvens **cinzentas** anunciam chuva.

→ CONJUNÇÃO, RECONHECIMENTO E EMPREGO DOS MODOS E TEMPOS VERBAIS

49. (FGV – 2022) Entre os empregos do pretérito imperfeito do indicativo há um que expressa uma relação de cortesia, como no seguinte caso:

- a) Francisco tinha uma voz bonita.
- b) Enquanto dormia, os ladrões roubaram a casa.
- c) Eu pensava em ir à escola hoje.
- d) Olhe onde estava a minha carteira.
- e) Boa tarde, o que queria?

50. (FGV – 2022) Uma frase do Eclesiastes 8, 3 diz:

“Não **discutas** com um falador, não **amontoes** lenha ao fogo.”

Se passássemos essa frase para a forma afirmativa, as formas verbais adequadas seriam

- a) discuta / amontoe.
- b) discute / amontoa.
- c) discutes / amontoas.
- d) discute / amontoe.
- e) discuta / amontoa.

51. (FGV – 2022) Observe a estruturação da seguinte frase: “A descoberta consiste em ver o que todos viram e em pensar o que ninguém pensou.”

A mesma correspondência de tempos verbais aparece de forma adequada em (

- a) manter o que todos manteram.
- b) prover o que todos provieram.
- c) trazer o que todos trizeram.
- d) intervir no que todos intervieram.
- e) requerer o que todos requiseram.

52. (FGV – 2021) Todas as frases a seguir mostram repetições de vocábulos.

Assinale a opção que apresenta forma adequada de evitar-se uma dessas repetições.

- a) Vão *construir* um cinema aqui, mas não sei quando vão *construir* / Vão *construir* um cinema aqui, mas não sei quando vão *fazê-lo*.
- b) Havia um *buraco* no chão e como não vi o *buraco*, enfiei o pé nele / Havia um *buraco* no chão e como não vi o furo, enfiei o pé nele.
- c) Começaram a *trabalhar* com entusiasmo, mas já desistiram de *trabalhar* / Começaram a *trabalhar* com entusiasmo, mas já desistiram-no.
- d) *Li* todo o livro e não *li* nada sobre isso / *Li* todo o livro e não fiz a leitura de nada sobre isso.
- e) Desse *assunto* eu não entendo nada e, além disso, é *assunto* que não me interessa / Desse *assunto* eu não entendo nada e, além disso, isso não me interessa.

53. (FGV – 2022) Em 2020, a pandemia de Covid-19 alterou profundamente a vida no planeta Terra. Suas consequências sociais, econômicas e psicológicas ainda não são plenamente conhecidas – mas serão certamente duradouras. Os dois textos desta prova discutem algumas dessas consequências.

Texto 1

Z de depressão (fragmento)

“Quando o sol nasce em Minas Gerais, Caio está em seu quarto. Ao cair da noite, também é lá que o rapaz fica, isolado. Ele tem 21 anos e mora em Luz, cidade mineira de pouco mais de 18 mil habitantes. Até os 8 anos, levou a vida tranquila de alguém que cresce numa cidade pequena. Mas então um dos seus tios se matou, e o menino foi se tornando cada vez mais triste. Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – ‘não soube ninguém’, ele conta. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas. [...]

Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. Cresceu encontrando pequenos alívios para a angústia: cachorros, namoradas, bebidas alcoólicas, cortes nos braços. Conseguiu terminar o ensino médio,

mas não teve motivação para prestar vestibular ou trabalhar. [...]

Caio representa uma história, mas não a única, de um quadro de adoecimento mental de crianças e jovens brasileiros, com casos repetidos de depressão, ansiedade e síndrome do pânico. [...] Em um Boletim Epidemiológico divulgado setem-bro passado, o Ministério da Saúde apontava que as taxas de suicídio saltaram 116% entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos no intervalo de 2010 a 2019; nos jovens de 15 a 19 anos, o aumento foi de 81%. Nas demais faixas etárias, a taxa não cresceu mais que 30%. Os dados levaram o governo federal a classificar o suicídio como ‘um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens’.

[...]

Entre junho e novembro de 2020, [Guilherme] Polanczyk e outros pesquisadores da USP e do Hospital das Clínicas entrevistaram remotamente 5.795 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de todas as regiões do país para medir os efeitos da pandemia sobre a saúde mental deles. No segundo semestre do primeiro ano de isolamento, 36% apresentaram sintomas de depressão e ansiedade. Como as escolas estavam fechadas e seria perigoso realizar as entrevistas presencialmente, só participaram aqueles com conexão à internet. ‘A gente sabe que os dados da pesquisa não refletem a realidade das crianças e dos adolescentes mais pobres’, Polanczyk diz. Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos. [...]

[...]

O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros, mas dá a entender que certas particularidades ajudariam a explicar o aumento das taxas de suicídio juvenil. Com base em estudos americanos, menciona que a geração Z, formada por nascidos a partir de 1995, está mais propensa a ter depressão por ser menos resiliente e não saber lidar com frustrações. [...]

[...]

Texto 2

A nova era do divórcio (fragmento)

“Novelas da Globo aumentam o número de divórcios no Brasil.’ Parece fake news de haters, mas não. Trata-se de um dado histórico. A conclusão é de um estudo de 2009, feito pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A pesquisa fez um cruzamento entre informações de censos das décadas de 1970, 1980 e 1990 e dados sobre a expansão do sinal da Globo no país. Segundo os autores do estudo, o número de mulheres que se separaram aumentou conforme a teledramaturgia da emissora foi chegando a mais cidades.

‘A exposição a estilos de vida modernos mostrados na TV, a funções desempenhadas por mulheres emancipadas e a uma crítica aos valores tradicionais mostrou estar associada aos aumentos nas frações de mulheres separadas e divorciadas nas áreas municipais brasileiras’, diz a pesquisa. [...]

O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios aumentariam no Brasil do século 21, por um motivo ainda mais insuspeito: a disseminação de um vírus.

Segundo o Colégio Notarial do Brasil, que congrega os tabeliães de notas e protestos, no primeiro ano da pandemia, em 2020, houve um aumento de 15% no número de divórcios em comparação com o ano anterior. Em 2021, então, o número de casais que oficializaram a separação bateu recorde: 80.573 divórcios consensuais, o maior da série histórica, que é registrada desde 2007.

[...]

Sim, o início desnorteante da pandemia foi o gatilho para um boom de divórcios planeta afora. Motivos para a escalada nas tensões entre casais não faltaram, você sabe: o encarceramento no lar de ambos os cônjuges (condição que se estendeu indefinidamente para quem aderiu ao home office), perren-gues financeiros, a necessidade de lidar com as crianças estudando em casa, distúrbios psicológicos (ansiedade, depressão, paranoia...).

[...]

A [empresa americana] Legal Templates mostrou que os casados há menos de cinco anos foram os que mais se separaram em 2020: 58%. Aliás, quanto menor o tempo de união oficial, maior o aumento no índice de cada um para o seu lado. Enquanto, em 2019, pré-Covid, apenas 11% dos que se separaram tinham menos de cinco meses sob o mesmo teto, em 2020 essa porcentagem quase dobrou: foi para 20%.

Estudiosos que analisaram esses dados chegaram a uma conclusão que faz sentido: casais que haviam se unido havia pouco tempo são menos caleçados para enfrentar o maremoto que atingiu a praia conjugal na onda do vírus. Os parceiros mais longevos já tinham passado por outras crises. Talvez ilusos, talvez feridos. E muitos aprenderam a sair delas juntos.

[...]

Nesta nova era do divórcio, vale um alerta: mesmo nas separações mais amigáveis – e até afetuosas –, romper um relacionamento de anos segue sendo tão difícil quanto sempre foi. Os primeiros tempos tendem a ser um período deprimente, de luto mesmo, acordos difíceis e de pisar em ovos. Se você se separou, vale a pena um esforço a mais para manter o bom convívio. Não apenas pelo bem dos filhos – se o casamento produziu crianças. É importante honrar uma história que, em boa parte do tempo, foi partilhada com a pessoa que um dia você amou como se fosse a única.”

Disponível em: <https://super.abril.com.br/comportamento/a-nova-era-do-divorcio>. Acesso em: 24/07/2022

“O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros, mas dá a entender que certas particularidades **ajudariam** a explicar o aumento das taxas de suicídio juvenil.”

“O que os estudiosos do BID não poderiam prever é o quanto os divórcios **aumentariam** no Brasil do século 21.”

Nessas passagens, retiradas respectivamente dos **textos 1 e 2**, as duas formas verbais em destaque se encontram no futuro do pretérito. Apesar disso, é possível observar que esse tempo verbal desempenha funções comunicativas distintas em cada um dos casos.

As funções comunicativas desempenhadas pelo futuro do pretérito nas passagens acima estão **corretamente** caracterizadas, respectivamente, em:

- expressar ordem ou pedido e enfatizar a noção de desejo.
- marcar polidez no intercâmbio conversacional e indicar que o fato expresso é dependente de uma condição.
- sinalizar incerteza em relação à informação expressa e indicar um evento futuro em relação a um tempo passado.
- exprimir uma verdade atemporal e destacar o caráter improvável de uma condição.
- ênfaticamente um questionamento e sugerir ausência de comprometimento em relação a uma determinada posição.

54. (FGV – 2022) Todas as frases abaixo trazem as formas verbais no modo imperativo; a frase em que esse imperativo expressa um desejo, é:

- Fiquem quietos para as fotos!
- Tragam-me o prisioneiro!
- Mostre-me o seu desenho!
- Não façam mais isso!
- Pare de fumar!

55. (FGV – 2021)

Texto 2 – Voz do Povo, Voz de Deus

“O *vox populi*, *vox Dei* parece referir-se à opinião pública, ao consenso da cidade, unânime ou em matéria decisiva num determinado julgamento. Vale a sentença ditada pela coletividade.

Creio tratar-se de outra origem, mais diretamente ligada a um processo de consulta divina sendo o povo o oráculo, a pítia da transmissão.

Hermes, o Mercúrio de Roma, possuía em Acaia, ao norte do Peloponeso, um templo onde se manifestava, respondendo as consultas dos devotos pela singular e sugestiva fórmula das vozes anônimas. Purificado o consulente, dizia em sussurro ao ouvido do ídolo o seu desejo secreto, formulando a súplica angustiada. Erguia-se, tapando as orelhas com as mãos, e vinha até o átrio do templo, onde arredava os dedos, esperando ouvir as primeiras palavras dos transeuntes.

Essas palavras eram a resposta do oráculo, a decisão do deus. *Vox populi*, *vox Dei*, na sua expressiva legitimidade.” (Coi-sas que o povo diz, Luís da Câmara Cascudo)

“Purificado o consulente, dizia em sussurro ao ouvido do ídolo o seu desejo secreto, **formulando** a súplica angustiada.”

Como o gerúndio é empregado predominantemente com valor adverbial, o valor dessa forma verbal, nesse exemplo, é o de:

- gerúndio temporal.
- gerúndio condicional.
- gerúndio concessivo.
- gerúndio explicativo.
- gerúndio modal.

56. (FGV – 2022) “A Polícia Militar foi informada que o criminoso, usando um alicate grande, teria cortado o cadeado do portão da residência, porém, o cachorro da casa começou a latir e o homem fugiu.

Populares seguiram o criminoso, acionaram a Polícia Militar, ele recebeu voz de prisão e foi encaminhado para a Central de Flagrantes.”

(Rondoniagora, 17/09/2021)

Esse segmento de texto é predominantemente narrativo; as duas formas verbais que mostram sequência cronológica são:

- foi informada / usando.
- usando / teria cortado.
- teria cortado / começou a latir.
- seguiram / acionaram.
- recebeu / foi encaminhado.

57. (FGV – 2021)

Texto 2

“De repente, um índio jovem, neto do tuxaua Senembi, o Camaleão, que integrava a expedição de Carrasco, se aproxima de um dos cativos (que estava preso pela muçurana), bate nele brandamente, várias vezes, com a mão espalmada, e reivindica a sua posse, alegando que fora ele, neto de Senembi, quem primeiro tocara aquele inimigo, durante a luta – circunstância que lhe garantia o direito de executá-lo.” (Alberto Mussa, A primeira história do mundo, p. 129)

“...que **integrava** a expedição de Carrasco...” (**texto 2**); a forma verbal em destaque está no pretérito imperfeito do indicativo, tempo verbal que indica uma ação:

- completamente passada.
- anterior a outra ação passada.
- em desenvolvimento no passado.
- desenvolvida em futuro próximo.
- passada, de término indeterminado.

58. (FGV – 2021) As coisas, por si sós, não são interessantes, mas **tornam-se** interessantes apenas se nos interessamos por elas.”

A forma verbal **tornam-se** indica mudança de estado, o que ocorre de forma semelhante em

- a) “As coisas, por si sós, não **são** interessantes.”
- b) “As coisas **ficam** interessantes se não nos interessamos por elas.”
- c) “As coisas nem sempre **estão** interessantes.”
- d) “As coisas **permanecem** interessantes em nossa mente.”
- e) “As coisas não **andam** interessantes ultimamente.”

→ LOCUÇÃO VERBAL

59. (FGV – 2019) Texto III

“O tempo é a coisa mais preciosa que um homem pode gastar.”

No **Texto III**, a forma “pode gastar” é uma locução verbal, ou seja, forma uma só oração.

Assinale a opção que apresenta uma forma verbal que também corresponde a uma locução verbal.

- a) manda gastar.
- b) deixa gastar.
- c) deve gastar.
- d) sente gastar.
- e) vê gastar.

→ PRONOMES PESSOAIS

60. (FGV – 2022) Assinale a opção em que o pronome **você** aparece identificado.

- a) Quando você rouba de um autor é plágio, se rouba de vários é pesquisa.
- b) Se você tem alguma crença, siga-a.
- c) Se você não for melhor que hoje no dia de amanhã, então para que você precisa do amanhã?
- d) Não basta você chegar ao cume. É preciso também voltar vivo.
- e) Você, que não paga impostos, como vai cobrar do governo?

→ PRONOMES INDEFINIDOS

61. (FGV – 2021) “O valor de todo conhecimento está no seu vínculo com as nossas necessidades, as nossas aspirações e ações; de modo diferente, o conhecimento torna-se um simples lastro de memória”.

Nesse pensamento foi utilizada corretamente o indefinido todo, sem artigo após ele; assinale a opção em que o emprego desse indefinido também está correto.

- a) “Não, senhor meu amigo; algum dia, sim, é possível que componha um abreviado do que ali vi e vivi, das pessoas que tratei, dos costumes, de **todo** resto.”
- b) “Assim devia ser, mas um fluido particular que me correu **todo** corpo desviou de mim a conclusão que deixo escrita.”
- c) “Outrossim, ria largo, se era preciso, de um grande riso sem vontade, mas comunicativo, a tal ponto as bochechas, os dentes, os olhos, toda a cara, toda a pessoa, **todo** mundo pareciam rir nele.”
- d) “Novamente me recomendou que não me desse por achado, e recapitulou **todo** mal que pensava de José Dias, e não era pouco, um intrigante, um bajulador, um especulador, e, apesar da casca de polidez, um grosseirão.”
- e) “Esta fórmula era melhor, e tinha a vantagem de me fortalecer o coração contra a investidura eclesiástica. Juramos pela segunda fórmula, e ficamos tão felizes que **todo** receio de perigo desapareceu.”

→ PRONOMES DEMONSTRATIVOS

62. (FGV – 2022) Os pronomes demonstrativos mostram empregos bem definidos em língua portuguesa; a opção abaixo em que o emprego do demonstrativo está adequado, é:

- a) Esta é a verdade: ninguém é totalmente honesto.
- b) José e Maria vieram à festa: este, de ônibus, aquele, de táxi.
- c) Este cigarro que você está fumando, faz mal à sua saúde.
- d) Os tempos atuais são diferentes destes tempos de outrora.
- e) Aquela sala que você vê na foto é bastante ampla.

→ PRONOMES RELATIVOS

63. (FGV – 2022) A frase em que o pronome relativo destacado se refere ao termo entre parênteses, presente na mesma frase, é:

- a) A família é um conjunto de pessoas que se defendem em bloco e se atacam em particular – (conjunto).
- b) Algumas das mais belas árvores genealógicas que vicejam por aí têm raízes no esterco – (algumas).
- c) Todo homem tem horas de criança, e infeliz daquele que não as tem – (todo homem).
- d) Não é a qualidade do dinheiro que você ganha, é a quantidade de dinheiro que você guarda – (dinheiro).
- e) Avó é a mãe **que** teve uma segunda chance – (avó).

→ ADVÉRBIO

64. (FGV – 2022) o texto a seguir refere-se a questão.

“Os deuses certamente não revelaram tudo aos mortais desde o princípio, mas, procurando, os homens encontram pouco a pouco o melhor”. (Xenófanes, poeta e filósofo grego) Nessa mesma frase “Os deuses certamente não revelaram tudo aos mortais desde o princípio, mas, procurando, os homens encontram **pouco a pouco** o melhor”, há uma locução adverbial em destaque que equivale adequadamente ao advérbio

- a) vagarosamente.
- b) seguramente.
- c) firmemente.
- d) paulatinamente.
- e) progressivamente.

65. (FGV – 2022) A frase abaixo em que o vocábulo mais tem valor semântico de tempo é:

- a) Quanto menos tempo se tem, mais tempo se encontra.
- b) A muleta do tempo é mais trabalhadora que a rápida clava de Hércules.
- c) O tempo perdido não se encontra mais.
- d) Espere pelo mais sábio dos conselhos: o tempo.
- e) Seis horas de sono, seis horas no estudo das leis, mais quatro passadas em oração, as restantes dedicadas à natureza.

66. (FGV – 2022) Assinale a opção em que a substituição de uma locução adverbial por um advérbio, é feita de forma adequada.

- a) Os presentes para o Dia das Mães devem ser comprados **com antecedência** / anteriormente.
- b) De acordo com os jornais, choverá **com certeza** durante o carnaval / certificadamente.
- c) Tanto se adoece por trabalhar **em excesso**, como por não fazer nada / excessivamente.

- d) Disse que moraria na Europa **para sempre** / duradouramente.
e) Devemos fazer as coisas **sem pressa** / apressuradamente.

67. (FGV – 2021) Texto 3 – Machado de Assis e o fumo

1. “Quando fumo, parece que aspiro a eternidade. Enlevo-me todo e mudo de ser. Divina invenção!”.
2. “Fumar é um mau vício, mas é o meu único vício.”
3. “Fumar é a sentença fúnebre que nos acompanha em toda parte.”
4. “O fumo impede as lágrimas, e ao mesmo tempo leva ao cérebro uma espécie de nevoeiro salutar.”
5. “Depois da invenção do fumo não há solidão possível.”

(Gentil de Andrade, Pensamentos e reflexões de Machado de Assis, RJ, 1990)

As frases 3 e 4 do texto 3 mostram duas expressões adverbiais: “em toda parte” e “ao mesmo tempo”. Os advérbios que equivalem semanticamente a essas expressões são, respectivamente:

- a) universalmente / simultaneamente.
- b) localizadamente / paulatinamente.
- c) localmente / progressivamente.
- d) universalmente / cronologicamente.
- e) situacionalmente / paulatinamente.

68. (FGV – 2019) “O homem é o único animal que não aprende nada sem ser ensinado: não sabe falar, nem caminhar, nem comer, **enfim**, não sabe fazer nada no estado natural, a não ser chorar.”

Nesse segmento, o vocábulo em destaque tem a função de

- a) indicar uma finalidade.
- b) marcar uma explicação.
- c) resumir o que foi dito anteriormente.
- d) assinalar o término de algo.
- e) mostrar uma conclusão do autor do texto.

→ NUMERAL

69. (FGV – 2021)

Texto 4 – O transporte público

“O responsável primário pelo transporte público urbano é o poder público municipal. É isso que prevê o inciso V do artigo 30 da Constituição Federal:

‘[Cabe ao município] organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial’.

Entretanto, como você pode observar, esse dispositivo da Constituição dá liberdade aos municípios quanto a como ofertar esse serviço. Primeiro, o município pode escolher cuidar do transporte coletivo por conta própria. A prefeitura se responsabiliza diretamente pela gestão do sistema e desembolsa 100% dos recursos para mantê-lo.

É claro que o modelo direto é pouco adotado, já que o orçamento municipal costuma ser apertado e há outras áreas que as prefeituras devem suprir (saúde e educação, por exemplo). Nesse caso, quais opções restam?

A saída mais comum é contratar empresas para desempenhar essa função. Para fazer isso, é preciso realizar uma licitação, procedimento padrão para que uma empresa desempenhe um serviço público. As empresas vencedoras da licitação atuam sob regime de concessão ou permissão. A diferença entre os dois é sutil e pouco relevante; o que importa saber é que a empresa firma um contrato com a prefeitura por certo

período de tempo, para administrar a maior parte do sistema de transporte coletivo municipal.” (Politize!, 30/05/2021)

“O responsável primário pelo transporte público urbano é o poder público municipal. É isso que prevê o inciso V do artigo 30 da Constituição Federal:”

Temos, nesse caso (texto 4), o emprego de dois números: inciso V e artigo 30; a frase independente abaixo em que a grafia do algarismo arábico é INADEQUADA é:

- a) O caminhão trouxe 1.356 caixas.
- b) O Grêmio ganhou de 2 X 1.
- c) O ônibus viajou por 2.150 quilômetros.
- d) 328 passageiros chegaram de avião.
- e) O ônibus 747 passou atrasado.

→ PREPOSIÇÃO

70. (FGV – 2022) “O laudo de necropsia é um documento elaborado **pelo** Instituto Médico Legal. **Após** ser gerado **pelo** IML, é encaminhado **para** a Delegacia de Trânsito **em** sua localidade. O prazo estimado **para** liberação do laudo é de aproximadamente trinta dias **após** o óbito, **mediante** apresentação dos documentos necessários.” (Adaptado)

Nesse texto, foram destacadas várias ocorrências de conectores; a afirmação correta sobre um deles é:

- a) as duas ocorrências de pelo mostram valores diferentes.
- b) as duas ocorrências de após mostram sentidos diferentes.
- c) as duas ocorrências de para mostram sentidos diferentes.
- d) o conector em indica relação de tempo.
- e) o conector mediante indica relação de finalidade.

71. (FGV – 2022)

Texto 1

“Investigação é o ato ou efeito de investigar, busca, pesquisa. Ou seja, investigação criminal pode ser definida como a atividade preliminar de produzir e colher elementos de convicção acerca da materialidade, de autoria ou participação referente a um fato tido como criminoso”

(Jus.com.br).

“Investigação é o ato ou efeito de investigar, busca, pesquisa. Ou seja, investigação criminal pode ser definida como a atividade preliminar de produzir e colher elementos de convicção...”.

Nesse segmento do texto, há três ocorrências da preposição DE, sem que nenhuma delas seja solicitada por um termo anterior.

A frase abaixo em que a preposição DE tem valor gramatical, ou seja, é uma exigência de um termo anterior, é:

- a) Não pedi a empresário nenhum que chegasse com malas DE dólares em minha casa.
- b) Ninguém quer ser mulher DE malandro. O Brasil não precisa sofrer gol para depois marcar.
- c) Tenho certeza DE que, no Brasil, mais jovens fumaram maconha do que gente comeu carne.
- d) Os gerentes do banco, como diz o ditado, estão mais perdidos que cachorro em dia DE mudança.
- e) Beijar a boca DE uma mulher bonita é fácil.

72. (FGV – 2022) As preposições podem ter valor gramatical, quando são exigidas por um termo anterior, com presença obrigatória, e valor nocional quando são empregadas para acrescentar alguma informação ao texto.

Assinale a frase a seguir em que a preposição DE mostra valor nocional.

- a) Jamais alguém se arrependeu de ter-se acostumado a madrugar e a ter-se casado jovem.

- b) Quando a história se encarrega de fazer teatro, o faz maravilhosamente.
- c) Quem mais tempo sabe aproveitar mais certo está de ganhar.
- d) A vida necessita de pausas.
- e) Aproveita bem o dia de hoje.

73. (FGV – 2021)

Texto 1

“A Estrada de Ferro Mauá é a primeira ferrovia do Brasil e uma das principais estradas de ferro antigas. Implementada em 1852 e com início das operações, 2 anos depois, em 1854, a ferrovia teve papel essencial para o avanço econômico para o país, que viveria uma transição para se tornar uma república.

A estrada tinha a função de ligar o Porto de Mauá, em Magé (RJ), até o município de Frágoso. Na época, foi construída com uma capacidade de 14,5 km de extensão.

Essa ferrovia, que faz parte do quadro de estradas de ferro antigas, e é uma das mais importantes, justamente por dar início às operações desse setor, foi construída por Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá.

O setor ferroviário já se apresentava como uma importante solução em outros países, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Justamente por isso é que o empresário Irineu decidiu implementar esse novo negócio, trazendo uma nova perspectiva para a produção nacional, visto que a partir disso se tornou possível levar os insumos produzidos com mais facilidade.

A Estrada de Ferro Mauá seguia um trajeto específico: abastecia os trens nas plantações de café no Vale do Paraíba, seguindo até a cidade de Magé. A partir daí, os produtos eram posicionados em embarcações para chegar até a cidade do Rio de Janeiro.

Essa prática facilitou muito o transporte do café, que era o principal produto do mercado interno e externo nacional. Antes, esse transporte era feito por tração animal, demorando muito tempo e enfrentando dificuldades maiores do que nas estradas de ferro antigas.

A operação da Estrada de Ferro Mauá durou até o fim do período imperial, em meados de 1888, já tendo perdido a sua importância.”

(Massa, 23/06/2021)

“Essa prática facilitou muito o transporte **do café**, que era o principal produto **do mercado interno** e externo nacional. Antes, esse transporte era feito por tração animal, demorando muito tempo e enfrentando dificuldades maiores do que nas estradas **de ferro antigas**.

A operação **da Estrada de Ferro Mauá** durou até o **fim do período imperial**, em meados de 1888, já tendo perdido a sua importância.”

Todos os segmentos do texto 1 em destaque acima são introduzidos pela preposição DE; o exemplo em que essa preposição é uma exigência de um termo anterior é:

- a) do café.
- b) do mercado interno.
- c) de ferro antigas.
- d) da Estrada de Ferro Mauá.
- e) do período imperial.

74. (FGV – 2019) A oposição de termos construída com as preposições com/sem gera um possível paradoxo em:

- a) Com dinheiro ou sem dinheiro, vou passar o carnaval em Salvador.
- b) Com amigos ou sem amigos, vou divertir-me nas férias.
- c) Com bebida ou sem bebida, vou embebedar-me de felicidade.

- d) Com motivo ou sem motivo, vou comprar roupas novas.
- e) Com vontade ou sem vontade, vou viajar com a família.

→ CONJUNÇÃO

75. (FGV – 2022)

Texto 5

“Um investigador de crimes cibernéticos é um agente da lei especializado na avaliação de casos envolvendo crimes de computador. Esse pessoal pode trabalhar para agências policiais e empresas privadas e também pode ser conhecido como técnico em computação forense. O trabalho nesse campo requer treinamento em tecnologia da informação e aplicação da lei, para que as pessoas tenham as ferramentas para localizar evidências, bem como as habilidades para protegê-las e garantir que sejam utilizáveis em tribunal.

Quando membros do público denunciavam crimes cibernéticos, um investigador de crimes cibernéticos participa da investigação. Isso pode incluir qualquer coisa, desde testar a rede de um banco para determinar como e quando ocorreu um vazamento de dados até avaliar um computador individual que pode ter sido usado em um crime. Os investigadores de crimes cibernéticos podem recuperar e reconstruir dados se forem danificados ou destruídos, acidental ou intencionalmente. Eles também podem explorar redes de computadores, computadores individuais e discos rígidos para identificar evidências de atividade criminosas”

(Netinbag.com).

“Esse pessoal pode trabalhar para agências policiais e empresas privadas e também pode ser conhecido como técnico em computação forense.”

Nesse segmento do texto, há duas ocorrências do conectivo E com valor de adição; a frase abaixo em que esse mesmo conectivo mostra valor diferente é:

- a) A crítica é fácil, e a arte é difícil.
- b) Quando penso que Mozart na minha idade já estava morto, fico mais sério e pensativo.
- c) Quando viu que tinha ladrão no filme, Maria Antônia, imediatamente e precavidamente, tirou os brincos das orelhinhas e guardou na bolsa.
- d) Eu usei o mesmo terno e o mesmo diálogo durante seis anos. Só trocava o título do filme e a mocinha.
- e) Eu pego as lendas e as transformo em coisas comuns. Mozart pega as coisas comuns e as transforma em lendas.

76. (FGV – 2022) Em 2020, a pandemia de Covid-19 alterou profundamente a vida no planeta Terra. Suas consequências sociais, econômicas e psicológicas ainda não são plenamente conhecidas – mas serão certamente duradouras. Os dois textos desta prova discutem algumas dessas consequências.

Texto 1

Z de depressão (fragmento)

“Quando o sol nasce em Minas Gerais, Caio está em seu quarto. Ao cair da noite, também é lá que o rapaz fica, isolado. Ele tem 21 anos e mora em Luz, cidade mineira de pouco mais de 18 mil habitantes. Até os 8 anos, levou a vida tranquila de alguém que cresce numa cidade pequena. Mas então um dos seus tios se matou, e o menino foi se tornando cada vez mais triste. Virou alvo de bullying na escola, perdeu os amigos – ‘não sobrou ninguém’, ele conta. Aos 10 anos, tentou suicídio e precisou ser internado às pressas. [...]”

Na adolescência, Caio identificou que era um homem transgênero, e sua sensação de isolamento só cresceu. Com o agravamento do quadro depressivo, foi levado ao hospital algumas vezes depois de se automutilar. Embora os médicos tenham recomendado, ele nunca tratou a depressão por um longo período de tempo. Cresceu encontrando pequenos alívios para

a angústia: cachorros, namoradas, bebidas alcoólicas, cortes nos braços. Conseguiu terminar o ensino médio, mas não teve motivação para prestar vestibular ou trabalhar. [...]

Caio representa uma história, mas não a única, de um quadro de adoecimento mental de crianças e jovens brasileiros, com casos repetidos de depressão, ansiedade e síndrome do pânico. [...] Em um Boletim Epidemiológico divulgado setembro passado, o Ministério da Saúde apontava que as taxas de suicídio saltaram 116% entre crianças e adolescentes de 5 a 14 anos no intervalo de 2010 a 2019; nos jovens de 15 a 19 anos, o aumento foi de 81%. Nas demais faixas etárias, a taxa não cresceu mais que 30%. Os dados levaram o governo federal a classificar o suicídio como 'um problema de saúde pública crescente no Brasil, com destaque aos grupos etários mais jovens'.

[...]

Entre junho e novembro de 2020, [Guilherme] Polanczyk e outros pesquisadores da USP e do Hospital das Clínicas entrevistaram remotamente 5.795 crianças e adolescentes entre 5 e 17 anos de todas as regiões do país para medir os efeitos da pandemia sobre a saúde mental deles. No segundo semestre do primeiro ano de isolamento, 36% apresentaram sintomas de depressão e ansiedade. Como as escolas estavam fechadas e seria perigoso realizar as entrevistas presencialmente, só participaram aqueles com conexão à internet. 'A gente sabe que os dados da pesquisa não refletem a realidade das crianças e dos adolescentes mais pobres', Polanczyk diz. Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos. [...]

[...]

O Boletim Epidemiológico do Ministério da Saúde não aponta causas exatas do sofrimento mental dos jovens brasileiros, mas dá a entender que certas particularidades ajudariam a explicar o aumento das taxas de suicídio juvenil. Com base em estudos americanos, menciona que a geração Z, formada por nascidos a partir de 1995, está mais propensa a ter depressão por ser menos resiliente e não saber lidar com frustrações. [...]

[...]"

Disponível em: <https://piaui.folha.uol.com.br/z-de-depressao/>. Acesso em: 22/07/2022

"Ainda assim, os resultados indicaram que a insegurança alimentar esteve associada a maiores níveis de ansiedade e a sintomas depressivos."

Nessa passagem, retirada do quarto parágrafo do **texto 1**, o conector "Ainda assim" indica que a informação subsequente irá contrariar uma expectativa do leitor.

A alternativa em que essa expectativa contrariada está formulada de modo adequado é:

- a) a geração Z, por ser formada por pessoas atualmente jovens, tenderá a não sofrer problemas de saúde mental.
- b) pessoas trans, por terem poucas informações sobre a própria condição, são mais vulneráveis a ansiedade e depressão.
- c) a insegurança alimentar, por ser própria de países em desenvolvimento, tenderá a ser detectada em estudos sobre a realidade brasileira.
- d) dados de pesquisas, por serem enviesados, tendem a distorcer a realidade.
- e) pessoas mais pobres, por terem menos acesso à internet, não terão seus problemas econômicos refletidos na pesquisa.

77. (FGV – 2019) "Tive professores ruins. Foi uma boa escola".

Esse pensamento de um poeta alemão é composto de dois períodos; a conjunção que pode ligá-los de forma adequada ao sentido pretendido por seu autor é:

- a) Tive professores ruins, por isso foi uma boa escola.
- b) Tive professores ruins, apesar disso foi uma boa escola.
- c) Tive professores ruins, foi, porém, uma boa escola.

- d) Tive professores ruins, à medida que foi uma boa escola.
- e) Tive professores ruins, caso tenha sido uma boa escola.

78. (FGV – 2019) "Tudo acontece conforme a natureza."

Assinale a opção que apresenta o termo que substitui **corretamente conforme** nessa frase.

- a) contra
- b) sem
- c) diante da
- d) em favor da
- e) segundo

→ INTERJEIÇÃO

79. (FGV – 2022) Texto

Além de ter palmeiras onde canta o sabiá, minha terra tem um monumento muito visitado. E para chegar até o Cristo Redentor, uma das maneiras mais práticas é pegar o trenzinho que sobe até o topo do Corcovado, através de um trilho que atravessa a floresta.

Em um dos trechos, o trem segue mata adentro até fazer uma curva, na qual um clarão na mata e o vão das alturas des-cortinam uma vista deslumbrante. É a Cidade Maravilhosa vista de cima.

O trecho ficou conhecido como "A curva do ohhhh", em função da representação onomatopeica da interjeição, produzida pelos turistas que seguem no trem rumo à estátua mais famosa do Brasil. Tão certo como encontrar o Redentor de braços abertos é escutar o "ohhhhhh" em uníssono, expressado pelos passageiros rumo ao Cristo.

Em Paris, acontece algo semelhante na linha 6 do metrô. Durante a ligação entre as estações de Bir-Hakeim e Passy, o trem passa por cima do rio Sena, atravessando a ponte Bir-Hakeim na superfície. A Torre Eiffel, exibida que é, aparece toda frondosa e não há passageiro que resista.

Não chega a ser um "ohhhh" tão expressivo quanto acontece sobre os trilhos cariocas, mas já vi mesmo o mais concentrado ou sisudo francês largar um livro, parar de mexer no celular ou simplesmente desviar um pouco os pensamentos e dar uma espiadinha na velha dama de ferro imponente.

(Somos todos turistas – Crônicas de Paris. Disponível em <https://crônicasdeparis.com/index.php/2017/07/02/somos-todos-turistas/>)

"O trecho ficou conhecido como "A curva do ohhhh", em função da representação onomatopeica da interjeição, produzida pelos turistas que seguem no trem rumo à estátua mais famosa do Brasil. Tão certo como encontrar o Redentor de braços abertos é escutar o "ohhhhhh" em uníssono, expressado pelos passageiros rumo ao Cristo.

Nesse segmento do texto, o cronista classifica "oh" como interjeição; nos trechos "A curva do ohhhh" e "é escutar o ohhhhhh", esse mesmo vocábulo deve ser classificado, **respectivamente**, como

- a) interjeição / interjeição.
- b) interjeição / substantivo.
- c) substantivo / substantivo.
- d) substantivo / interjeição.
- e) interjeição / advérbio.

80. (FGV – 2022) No caso do trem do Corcovado, o termo "ohhhh" indica

- a) admiração e alegria.
- b) alegria e surpresa.
- c) surpresa e felicidade.
- d) felicidade e espanto.
- e) espanto e admiração.

→ SINÔNIMOS E ANTÔNIMOS

81. (FGV – 2022)

Texto 4 - Inquérito Policial

“O primeiro passo para delimitar os aspectos gerais do que seria o inquérito policial pode partir do próprio vernáculo, inquérito, que pode ser entendido como ‘ato ou efeito de inquirir; conjunto de atos ou diligências com o que se visa a apurar alguma coisa’, ao passo que o verbo inquirir, do qual o substantivo deriva, pode ser definido como ‘procurar informações acerca de; indagar; investigar; pesquisar’, ou ainda, ‘fazer indagações, investigações, pesquisas, perquirições, de natureza filosófica ou científica; investigar, indagar, pesquisar, esquadrinhar’.

Assim, sob um ponto de vista geral, podemos entender o inquérito como o conjunto de atos e diligências que, por meio de investigação, pesquisa e perquirição, busca apurar as causas de algo”

(Jusbrasil.com.br).

“...fazer indagações, investigações, pesquisas, perquirições, de natureza filosófica ou científica; investigar, indagar, pesquisar, esquadrinhar.”

Esse segmento final do primeiro parágrafo do texto mostra:

- a) uma série de sinônimos.
- b) uma definição e sinônimos.
- c) informações sobre a origem do vocábulo.
- d) classificações variadas de um mesmo vocábulo.
- e) um conjunto de definições.

82. (FGV – 2022) O pensamento abaixo que mostra a presença de palavras destacadas de sentido oposto, é:

- a) A ciência é o grande antídoto ao veneno do entusiasmo e da superstição.
- b) A grande tragédia da ciência: o massacre de uma bela hipótese por parte de um horrível fato.
- c) Não é possível que exista uma moral científica, mas também não é possível que haja uma ciência imoral.
- d) O cientista não é o homem que fornece as verdadeiras respostas; é quem faz as verdadeiras perguntas.
- e) O homem, quando sonha, é um deus, quando reflete, é um mendigo.

83. (FGV – 2022) “É bastante inconveniente desobedecer às ordens médicas”.

Nessa frase, a palavra **desobedecer** mostra o prefixo des- com valor de negação, equivalente a **não**.

Assinale a opção em que a palavra em destaque mostra esse mesmo valor.

- a) O hospital decidiu desmontar o aparelho de raio-X.
- b) Os eleitores desaprovaram a decisão.
- c) O diretor pediu que se desfizesse a equipe de médicos.
- d) O documento desmentia o relatório da equipe.
- e) A enfermeira tinha ficado descabelada.

84. (FGV – 2022) A frase abaixo que **NÃO** mostra palavras de significação oposta, é:

- a) Os velhos malucos são mais malucos que os jovens.
- b) A arte existe para perturbar. A ciência tranquiliza.
- c) Há muitos literatos que, pretendendo castigar o estilo, castigam os leitores.
- d) A crítica é fácil, e a arte é difícil.
- e) As gravadoras só contratam bandas por pouco tempo, descontratando-as pouco depois.

85. (FGV – 2021) “Mares tranquilos não fazem bons marinheiros.”

O ditado anônimo acima é confirmado pelo seguinte ditado:

- a) É de pequenino que se torce o pepino.
- b) Não gastes vela com mau defunto.
- c) Gato escaldado tem medo de água fria.
- d) É nas dificuldades que aparecem as virtudes.
- e) Quem responde com pressa, raramente acerta.

86. (FGV – 2020) Algumas vezes, para reduzir-se a extensão do texto, ocorre a substituição de uma forma negativa por uma positiva equivalente.

A frase abaixo em que isso foi feito de forma semanticamente adequada é:

- a) Os projetos não avançaram nas Comissões / recuaram.
- b) Vejo que os candidatos não foram chamados / desistiram.
- c) Os turistas não foram bem recebidos / foram expulsos.
- d) Os estudantes não continuaram no curso / fracassaram.
- e) O presidente **não aceitou** o convite / declinou do.

87. (FGV – 2019) Texto II

“O tempo tudo tira e tudo dá; tudo se transforma, nada se destrói.”

A relação entre **tira** e **dá** não se repete de forma idêntica em

- a) faz / desfaz.
- b) olha / vê.
- c) leva / traz.
- d) cria / destrói.
- e) inicia / termina.

88. (FGV – 2019) “O espaço **mescla-se** com o tempo, assim como o corpo se **mistura** com a alma”

Os vocábulos em destaque exemplificam sinônimos. Assinale a opção que mostra sinônimos adequados.

- a) “**fugazes** correm os anos” / **fugitivos** correm os anos.
- b) “Isso faz o tempo **passar**” / Isso faz o tempo **correr**.
- c) “O tempo corrói **silenciosamente**” / O tempo corrói **tranquilamente**.
- d) “A eternidade é um pensamento **terrível**” / A eternidade é um pensamento **incômodo**.
- e) “O tempo tudo ensina com o **amadurecimento**” / O tempo tudo ensina com a **velhice**.

89. (FGV – 2019) “Os progressos obtidos por meio do ensino são **lentos**; já os obtidos por meio de exemplos são mais **rápidos** e eficazes.”

Nessa frase, os termos “**lentos**” e “**rápidos**” se opõem quanto ao sentido (antônimos). Assinale a frase em que aparecem antônimos.

- a) Nem tudo que balança cai.
- b) As pitangas podem ser amarelas ou verdes.
- c) Os portugueses e os brasileiros se opuseram algumas vezes.
- d) Alguns progressos se transformam em retrocessos.
- e) Lemos nos livros e escrevemos nos cadernos.

90. (FGV – 2019) Um pensamento anônimo diz o seguinte: “O jovem comete o erro de achar que a educação pode substituir a experiência; o velho, que a experiência pode substituir a educação”.

A opção correta sobre a estrutura desse pensamento é:

- a) a juventude é apresentada como superior à velhice.
- b) “experiência” e “educação” são empregadas como sinônimos;
- c) “jovem” e “velho” são termos de valores opostos;
- d) o termo “educação” se refere a boas maneiras.
- e) a experiência é vista como superior à educação.

→ HOMÔNIMOS E PARÔNIMOS

91. (FGV – 2019) A frase em que está correto o emprego de um dos parônimos mandado/mandato é:

- a) O mandado de senador dura 8 anos.
- b) Impetrou mandato de segurança com pedido de liminar.
- c) Não tinha mandado de busca para entrar na casa.
- d) Todos desejavam que seu mandado de diretor acabasse.
- e) O mandato de apreensão não havia sido expedido.

92. (FGV – 2019) Assinale a opção que mostra a frase cuja lacuna deve ser preenchida com a primeira das formas entre parênteses.

- a) “_____ é um homem que jamais bate numa mulher sem primeiro tirar o chapéu”. (cavaleiro / cavalheiro)
- b) “A indústria do_____ se beneficia do sexo, ou você acha que as pessoas andariam com os jeans apertados desse jeito se não fosse pela conotação sexual?”. (vestiário / vestuário)
- c) “A diminuição_____ do nível da água dos reservatórios trazia preocupação aos governadores de Estado”. (eminente / iminente)
- d) “As mudanças no Código Penal incluem possibilidades de _____ penas mais duras aos criminosos”. (infligir / infringir)
- e) “As novas medidas presidenciais vieram_____ o acerto das votações no Congresso Nacional”. (retificar / ratificar)

→ DENOTAÇÃO E CONOTAÇÃO

93. (FGV – 2022) Todas as frases abaixo mostram linguagem figurada; a que mostra uma expansão da figura inicial, com o emprego de outra expressão figurada, é:

- a) Felicidade é um lugar onde você pode pousar, mas não pode fazer seu ninho.
- b) Felicidade é como um beijo: você deve compartilhar para aproveitá-lo.
- c) Felicidade é uma escrivanhinha muito pequena e uma grande cesta de lixo.
- d) Felicidade é um fluxo de caixa positivo.
- e) A felicidade é um bem que se multiplica ao ser dividido.

94. (FGV – 2022)

Texto 1

Vejamos, agora, o que nos diz Machado de Assis sobre a autópsia: “Li um termo de autópsia. Nunca deixo de ler esses documentos, não para aprender anatomia, mas para verificar ainda uma vez como a língua científica é diferente da literária. Nesta, a imaginação vai levando as palavras belas e brilhantes, faz imagens sobre imagens, adjetiva tudo, usa e abusa de reticências, se o autor gosta delas. Naquela, tudo é seco, exato e preciso. O hábito externo é externo, o interno é interno; cada fenômeno, cada osso, é designado por um vocábulo único. A cavidade torácica, a cavidade abdominal, a hipóstase

cadavérica, a tetania, cada um desses lugares e fenômenos não pode receber duas apelacões, sob pena de não ser científica.” (Adaptado. A Semana, 1830)

Machado de Assis verifica, no termo de autópsia, como a linguagem científica é diferente da literária. A frase abaixo que está formulada em linguagem científica é:

- a) Os vivos são os mortos de férias.
- b) A morte é como nascer de novo, só que ao contrário.
- c) A vida é um naufrágio onde só se salva o barco.
- d) O sol e a morte não podem ser olhados fixamente.
- e) Com a morte, os órgãos param de funcionar.

95. (FGV – 2022) A frase abaixo em que a palavra religião é empregada em sentido figurado, é:

- a) Fez da obediência ao coronel da fazenda a sua religião.
- b) Todas as religiões parecem-me estar certas em suas afirmações e erradas em suas negações.
- c) O líder de uma religião não deve só confortar os aflitos, deve também afligir os confortáveis.
- d) Os que professam alguma religião são mais felizes.
- e) As crianças não devem receber a religião. têm de pegá-la no meio ambiente, como se pega o sarampo.

96. (FGV – 2022) A frase abaixo em que a palavra restaurante é empregada em sentido figurado, é:

- a) Restaurante sofisticado: aquele que serve sopa fria de propósito.
- b) Com a qualidade da comida feita por minha mulher, vivo em um eterno restaurante.
- c) Quanto mais difícil é ler um cardápio, mais altos são os preços de um restaurante.
- d) O restaurante é uma espécie de fantasia viva, em que os comensais são os mais importantes membros de um elenco.
- e) Quando for a um restaurante, cuidado ao escolher a mesa. Às vezes é melhor que seja longe do banheiro.

97. (FGV – 2021) Assinale a opção que apresenta a frase inteiramente construída com vocábulos em sentido lógico, não figurado.

- a) “Os olhos são a morada da vergonha.”
- b) “A juventude é a embriaguez sem vinho.”
- c) “A velhice é o abrigo de todos os males.”
- d) “Realizando coisas justas, tornamo-nos justos.”
- e) “A consciência é um Deus para todos os mortais.”

98. (FGV – 2021) A frase que serviu de base para a elaboração da questão desta prova foi retirada do “Dicionário das Citações” de Ettore Barelli e Sergio Pennacchietti

“O adúlador é um ser que não tem estima nem pelos outros, nem por si mesmo. Aspira apenas a cegar a inteligência do homem, para depois fazer dele o que quiser. É um ladrão noturno que primeiro apaga a luz e em seguida começa a roubar.”

Nesse pensamento, a única frase abaixo, retirada do texto, expressa em linguagem denotativa ou lógica é:

- a) “O adúlador é um ser que não tem estima nem pelos outros, nem por si mesmo”;
- b) “Aspira apenas a cegar a inteligência do homem”;
- c) “É um ladrão noturno”;
- d) “...primeiro apaga a luz”;
- e) “...em seguida começa a roubar”.

99. (FGV – 2019) Assinale a opção em que a palavra destacada está empregada em sentido lógico.

- a) “Negar a verdade é um **adultério** do coração.”
- b) “A vida é uma **viagem** durante a noite.”
- c) “Viver é jogar **pontes** sobre os rios que passam.”
- d) “Não se governa com **ideias**, mas com pessoas.”
- e) “A ingratidão é a **amnésia** do coração.”

→ POLISSEMIA

100. (FGV – 2022) Muitos que escrevem exploram a riqueza da polissemia, ou seja, a possibilidade de um vocábulo mostrar mais de um significado.

A frase abaixo em que a polissemia **NÃO** está presente é:

- a) Os espelhos fariam muito bem em refletir um pouco antes de reenviar as imagens
- b) Dentro das cápsulas de viagens interplanetárias, o espaço é cada vez maior.
- c) Nos exames finais, o mestre teve uma prova do pouco estudo do aluno.
- d) Muitas das aldeias portuguesas estão quase desabitadas.
- e) O ator declarava que a sua vida tinha sido um teatro.

101. (FGV – 2022) A frase abaixo cuja estruturação apela para a polissemia de um vocábulo, é:

- a) O sábio lê livros, mas também a vida.
- b) Jornalismo consiste em comprar papel branco a dois centavos e vendê-lo a dez.
- c) Bebendo-se um pouco de vinho, a inteligência aparece.
- d) Quanto mais dividimos os obstáculos, mais fácil é vencê-los.
- e) Champanhe: borbulhas espumantes, brancas como as pérolas de Cleópatra.

102. (FGV – 2020) Um problema da língua escrita é a polissemia das palavras, que pode gerar mais de um entendimento da frase.

A frase abaixo em que isso ocorre com o termo destacado é:

- a) Comprou um romance de estilo moderno.
- b) Após dois anos, perdeu os óculos.
- c) Vi o automóvel importado por meu tio.
- d) Comprou uma caixa de ovos.
- e) **Adquiriu** um terno na semana passada.

→ SIGNIFICAÇÃO DE VOCÁBULO E EXPRESSÕES

103. (FGV – 2021) O verbo **pôr** foi empregado em todas as frases abaixo, com sentidos bastante variados. A frase em que esse verbo foi substituído de forma adequada por outro de significado mais preciso, é:

- a) Puseram em seu uniforme uma condecoração / inscreveram.
- b) Ponha um pouco mais de sal na carne / acrescente.
- c) Temos que pôr um anúncio no jornal / introduzir.
- d) O sacerdote pôs a batina / enfiou.
- e) O rapaz pôs o maço de cigarros no bolso / inseriu.

104. (FGV – 2022) Nas frases abaixo, as locuções em destaque foram substituídas por um único vocábulo de valor equivalente. Assinale a opção em que essa substituição foi feita de forma adequada.

- a) As montanhas **com neve** são atraentes / nubladas.
- b) Os trajes **de verão** são leves e coloridos / varonis.
- c) O ministro usa roupa **fora da moda** / velha.
- d) O estudante era um rapaz **de bons modos** / polido.
- e) O quarto estava **de pernas para o ar** / empoeirado.

105. (FGV – 2021) atenção: a questão deve ser respondidas a partir do texto I.

Texto I

Uma reunião por computador é paradoxalmente mais distante e mais próxima do que um encontro presencial. Mais distante por razões óbvias: as pessoas estão reduzidas a duas dimensões, presas em quadradinhos numa tela. Por outro lado, somos brindados com uma pequena moldura de intimidade alheia que não seria revelada em torno da mesa de um escritório.

Vemos a sala ou o quarto dos outros. A estante de livros. Vejo pendurada uma boina no cabide de um colega de trabalho, a quem sempre atribuí um caráter discreto e austero. Em que ocasião ele usa essa boina? Será que meu colega não é careta e austero coisa nenhuma e, aos domingos, veste a boina, acende um cachimbo e pinta telas com nus gigantes?

Em contrapartida, li no jornal The New York Times uma matéria, a qual tratava da importância que damos, em nossas interações sociais, às imediatas respostas faciais e corporais das outras pessoas. A cada instante, vamos moldando nosso discurso pelos sorrisos, sobranceiras arqueadas ou braços cruzados dos nossos interlocutores.

Numa reunião on-line, cada um tem uma qualidade de conexão diferente e as reações chegam embaralhadas, às vezes com vários segundos de atraso. Ao vivo é quando podemos interpretar perfeitamente o fluxo da conversa. Lemos no outro a antecipação de uma pausa, num outro a intenção de uma fala, num outro, ainda, a disposição para a briga. Uma conversa de várias pessoas é uma sinfonia emocional, cuja partitura a seleção natural nos moldou, por milhares de anos, para ler.

PRATA, Antônio. Zoom. www1.folha.uol.com.br, 14/06/2020. Adaptado.

Considere o fragmento a seguir.

Uma reunião por computador é **paradoxalmente** mais distante e mais próxima do que um encontro presencial.

Ao empregar o vocábulo destacado, o autor

- a) denota que os encontros virtuais atualmente têm caráter dramático e filosófico.
- b) expressa a contradição por ele observada na maneira de se comunicar por computador.
- c) questiona a importância que muitas pessoas dão aos encontros virtuais.
- d) evidencia a necessidade de se buscar formas alternativas de comunicação.
- e) revela a coerência das relações sociais permeadas pela tecnologia.

106. (FGV – 2021)

Texto 2 – Voz do Povo, Voz de Deus

“O *vox populi, vox Dei* parece referir-se à opinião pública, ao consenso da cidade, unânime ou em matéria decisiva num determinado julgamento. Vale a sentença ditada pela coletividade.

Creio tratar-se de outra origem, mais diretamente ligada a um processo de consulta divina sendo o povo o oráculo, a pítia da transmissão.

Hermes, o Mercúrio de Roma, possuía em Acaia, ao norte do Peloponeso, um templo onde se manifestava, respondendo

as consultas dos devotos pela singular e sugestiva fórmula das vozes anônimas. Purificado o consulente, dizia em sussurro ao ouvido do ídolo o seu desejo secreto, formulando a súplica angustiada. Erguia-se, tapando as orelhas com as mãos, e vinha até o átrio do templo, onde arredava os dedos, esperando ouvir as primeiras palavras dos transeuntes.

Essas palavras eram a resposta do oráculo, a decisão do deus. *Vox populi, vox Dei*, na sua expressiva legitimidade.” (Coisas que o povo diz, Luís da Câmara Cascudo)

Para a adequada leitura de um texto, o leitor deve colaborar com o seu conhecimento de mundo, sem o qual torna-se impossível a leitura. No texto 2, uma das referências culturais corretamente explicada é:

- a) “Hermes, o Mercúrio de Roma” – referência a dois nomes do mesmo deus mitológico, na Grécia e em Roma;
- b) “tapando as orelhas com as mãos” – ação praticada pela necessidade de conservar as palavras do deus no interior da mente;
- c) “parece referir-se à opinião pública, ao consenso da cidade” – referência ao fato de só participarem das eleições os habitantes dos centros urbanos;
- d) “...parece referir-se à opinião pública, ao consenso da cidade, unânime ou em matéria decisiva num determinado julgamento” – alusão à existência, desde tempos muito antigos, do tribunal do júri, com participação popular;
- e) “Purificado o consulente” – indicação da presença do hábito cristão da confissão dos pecados antes do contato com a divindade.

107. (FGV – 2021) Polícia Militar reforça presença para garantir proteção nas comunidades quilombolas da Paraíba 21 de julho de 2021

A Polícia Militar vem reforçando a segurança e a interação nas mais de 40 comunidades quilombolas da Paraíba. O objetivo é acompanhar mais de perto as demandas das famílias e buscar viabilizar as soluções, dentro da filosofia de polícia solidária. Entre os trabalhos realizados, estão a prevenção ao furto de animais e ao dano nos roçados dos moradores.

Nos próximos meses, essas comunidades contarão com a Patrulha de Apoio à Integração Social, com policiais militares treinados para atuar na prevenção secundária, junto aos grupos mais suscetíveis à violência, entre eles, os quilombolas e os indígenas.

Nos segmentos abaixo, retirados do texto, o termo destacado que tem explicação EQUIVOCADA é:

- a) “comunidades **quilombolas**” / que habitam ou são originárias de quilombos;
- b) “a segurança e a **interação**” / relação mútua, comunicação entre pessoas;
- c) “acompanhar **mais de perto**” / sob severa vigilância;
- d) “polícia **solidária**” / destinada a apoiar, a auxiliar;
- e) “**prevenção** ao furto de animais” / preparação antecipada de combate a um mal.

108. (FGV – 2021) Em todas as frases abaixo há a substituição de um termo destacado na frase por uma só palavra; a frase em que a substituição está adequada é:

- a) Prefiro entrar em uma mercearia hoje a ir ao banquete de um rei há cem anos / uma década.
- b) O asterisco nada mais é que um ponto final hippie / é somente.
- c) Odeio os movimentos que ultrapassam os limites / limitados.
- d) Amar-se a si mesmo é o começo de uma aventura que dura a vida inteira / efêmera.
- e) Nem todo **grande homem** escreve livros / político.

109. (FGV – 2021) Supõe-se que um redator tenha a capacidade de escrever bem; o conceito de “escrever bem” equivale a:

- a) de forma gramaticalmente correta.
- b) de forma lógica e precisa.
- c) de forma erudita e sofisticada.
- d) de forma adequada à situação comunicativa.
- e) de forma a representar perfeitamente o pensamento.

110. (FGV – 2022) “O conceito de direitos humanos está sendo transformado num palavrão”. (Boris Casoy)

Nessa frase, o vocábulo “palavrão”, formado com o sufixo -ão, perdeu o valor de aumentativo, passando a significar “palavra chula”.

A opção abaixo em que esse caso **NÃO** está representado por nenhum dos termos é:

- a) cartão – homenzarrão – garrafão.
- b) caixão – portão – colherão.
- c) papelão – facão – jarrão.
- d) casarão – panelão – pratão.
- e) peção – cabeção – fardão.

111. (FGV – 2019) “No meio do terreno, as abelhas zumbiam debaixo de uma árvore”.

Nessa frase há uma relação direta entre o verbo zumbir e o som produzido pelas abelhas; o exemplo abaixo em que o som representado pelo verbo **NÃO** está adequado ao substantivo indicado é:

- a) tilintar / moedas.
- b) farfalhar / folhas pisadas.
- c) estalar / as juntas do corpo.
- d) zurrar / os burros.
- e) crepitar / os galhos quebrados.

→ FRASE, ORAÇÃO E PERÍODO

112. (FGV – 2022) Em muitas situações comunicativas, podemos fazer perguntas em orações com verbos ou em orações sem verbo (orações nominais) com o mesmo significado.

A opção em que as duas formas abaixo mostram significados **diferentes** é:

- a) Qual a utilidade do martelo? / Para que serve o martelo?
- b) Qual o seu endereço? / Onde o senhor reside?
- c) Qual o trajeto do ônibus? / Por onde passa o ônibus?
- d) Qual a finalidade da viagem? / Para que o senhor viaja?
- e) Qual o seu nome? / Como o senhor se identifica?

113. (FGV – 2022) O ex-presidente americano Thomas Jefferson declarou que “Fundamental é **aplicar a lei** a homens de todas as condições”.

O segmento em destaque traz um verbo no infinitivo e, por isso, a oração em que esse segmento está inserido denomina-se reduzida de infinitivo.

A forma de oração desenvolvida adequada desse segmento é

- a) que se aplicasse.
- b) que a lei fosse aplicada.
- c) a lei ser aplicada.
- d) a aplicação da lei.
- e) que se aplique.

114. (FGV – 2022) Assinale a opção que apresenta a frase que contém uma interrogação de forma indireta.

- a) Desconhecemos quem fez esse negócio lucrativo.
- b) Conhecemos o investimento que eles fizeram.
- c) Vimos onde ela trabalha com criptomoedas.
- d) Sabemos quando eles voltaram do leilão.
- e) Aplicamos nosso capital porque ele não pode ficar parado.

115. (FGV – 2022) Uma mãe diz a um filho: “- O senhor não me saia mais daqui!”; essa frase representa

- a) um conselho.
- b) uma ordem.
- c) um aviso.
- d) uma reclamação.
- e) um pedido.

116. (FGV – 2021) Texto 3

“Um dos grandes problemas enfrentados pelos moradores das grandes cidades brasileiras é a deficiente infraestrutura de transportes. As pessoas demoram muito tempo para se deslocarem, sem condições mínimas de conforto, tendo muitas vezes que encarar longas distâncias em pé, em ônibus lotados.

Este problema tem origem em meados do século XX, quando o Brasil passou por um processo de industrialização que aconteceu de forma rápida e descontrolada. Houve migração muito grande de pessoas para as cidades, o que levou à supervalorização do preço dos terrenos e imóveis.

A solução, para as pessoas de renda mais baixa, foi estabelecer moradia em zonas mais afastadas, além de favelas e ocupações irregulares. As ofertas de empregos e serviços, no entanto, ficou concentrada nos bairros mais nobres, o que exige deslocamento de grandes distâncias pelos trabalhadores.”

O primeiro parágrafo do texto 3 é composto por dois períodos; sobre a estruturação desses períodos, é **correto** afirmar que:

- a) o segundo período é a ampliação detalhada do primeiro.
- b) o primeiro período tem suas consequências explicitadas no segundo.
- c) o segundo período indica as razões da opinião expressa no primeiro.
- d) o primeiro período destaca o maior dos problemas das grandes cidades brasileiras.
- e) o segundo período indica tão-somente os problemas do transporte em ônibus.

117. (FGV – 2021) A questão desta prova teve por base textos jornalísticos, retirados de jornais das grandes capitais brasileiras.

“Cientistas na China que estudam a origem do surto do novo coronavírus afirmaram ter descoberto que dois tipos principais do vírus podem estar causando infecções. Os pesquisadores alertaram, no entanto, que suas pesquisas examinaram uma gama limitada de dados e que serão necessárias análises mais complexas para entender mais da evolução do vírus.”

A oração reduzida “para entender mais da evolução do vírus” pode ser modificada adequadamente para a seguinte oração desenvolvida:

- a) para que se entenda mais da evolução do vírus.
- b) para o entendimento maior da evolução do vírus.
- c) para ser mais entendida a evolução do vírus.
- d) para que se entendesse mais da evolução do vírus.
- e) para mais entendimento da evolução do vírus.

→ SUJEITO

118. (FGV – 2021) Assinale a opção que apresenta a frase em que se identifica o autor da ação.

- a) O banco foi roubado ontem à noite.
- b) Uma viagem repentina deve ser feita.
- c) Precisa-se de um ajudante de pedreiro.
- d) Uma mala foi encontrada no aeroporto
- e) Os hóspedes estrangeiros chegaram ao hotel.

119. (FGV – 2021) Todas as frases abaixo pertencem a diálogos variados; a única frase em que está ausente a figura do interlocutor é:

- a) Fiquem calmos, meus alunos, está bem?
- b) O jantar está servido na hora de sempre!
- c) Para mais informações, dirijam-se todos à secretaria!
- d) Solicitamos aos presentes, que não fumem!
- e) Pedimos-lhes que usem máscaras.

→ TERMOS ACESSÓRIOS (ADJUNTO ADNOMINAL, ADJUNTO ADVERBIAL E APOSTO) E VOCATIVO

120. (FGV – 2021)

Texto 1 – Notícia

“Cientistas americanos apresentaram ontem resultados preliminares de uma vacina contra o fumo. O medicamento impede que a nicotina – componente do tabaco que causa dependência – chegue ao cérebro. Em ratos vacinados, até 64% da nicotina injetada deixou de atingir o sistema nervoso central.” (O Globo, 18/12/99)

No texto 1, o segmento “componente do tabaco que causa dependência” tem a função de:

- a) explicar o funcionamento da nicotina no organismo.
- b) indicar o significado do vocábulo “nicotina”.
- c) mostrar o perigo do uso da nicotina.
- d) modificar uma informação dada anteriormente.
- e) alertar o leitor para o risco do fumo para a saúde.

→ ADJUNTO ADNOMINAL X COMPLEMENTO NOMINAL

121. (FGV – 2022) “Discutir segurança pública e seus desafios em tempos de pandemia remete a alguns aspectos centrais. Por um lado, a redução sem precedentes da circulação de pessoas nas ruas, decorrente das medidas de isolamento social, levanta dúvidas sobre como serão afetados os índices de criminalidade — dentro e fora do ambiente doméstico. Por outro, cabe avaliar como a atuação policial tem se adaptado aos novos riscos representados pela exposição ao vírus. Afinal, trata-se de um serviço essencial que não pode parar.”

No texto, há uma série de ocorrências da preposição “de”; a frase em que essa preposição é solicitada por um termo anterior é

- a) “em tempos de pandemia”.
- b) “a redução sem precedentes da circulação de pessoas”.
- c) “medidas de isolamento social”.
- d) “os índices de criminalidade”.
- e) “trata-se de um serviço essencial”.

122. (FGV – 2022) A frase abaixo em que os dois termos destacados NÃO mostram a mesma função no texto é:

- a) Um fechamento do Congresso nem sempre é um retrocesso, porque pode ser uma medida de aceleração do processo democrático.
- b) Nós queremos um regime que não seja apenas da raposa, queremos um regime da raposa e da galinha, onde existam espaço para os dois.
- c) As mulheres dos outros candidatos ao governo do Estado de São Paulo são simplesmente esposas. Eu não.
- d) Se você anda de montanha-russa durante nove anos, acaba tendo vontade de andar de alguma outra coisa.
- e) Se gordura fosse engraçada, não haveria necessidade **de humorista**. Bastava o pessoal comprar um quilo **de toucinho** e rir o ano todo.

123. (FGV – 2022) As preposições têm dois valores básicos: podem ter valor *gramatical*, quando são exigidas por um termo anterior, com presença obrigatória, e valor *nocional*, quando são empregadas para acrescentar alguma informação ao texto.

Assinale a opção que mostra a frase em que a preposição **de** mostra **valor nocional**.

- a) Homem é como peça **de** avião. Sempre que gasta precisa ser logo trocado.
- b) O puritanismo é o temor espantoso **de** que alguém possa ser feliz em alguma parte.
- c) Não há maior prova **de** ignorância do que acreditar que o inexplicável é impossível.
- d) Não é preciso muito para ser um produtor **de** coelhos.
- e) Homem algum precisa apenas **de** um pequeno salário.

124. (FGV – 2021) A questão desta prova teve por base textos jornalísticos, retirados de jornais das grandes capitais brasileiras.

“O envelhecimento da população brasileira e a falta de dinamismo econômico deixam cada vez mais municípios dependentes da renda de aposentadorias, pensões e demais benefícios do INSS, como o auxílio a idosos de baixa renda. Em 693 cidades do país, os pagamentos do INSS já superam 25% do PIB local. O número de municípios nessa situação quase dobrou nos últimos 15 anos.”

“O envelhecimento **da população brasileira** e a falta de dinamismo econômico deixam cada vez mais municípios dependentes da renda **de aposentadorias**, pensões e demais benefícios do INSS, como o auxílio a idosos **de baixa renda**. Em 693 cidades do país, os pagamentos do INSS já superam 25% do PIB local. O número de municípios nessa situação quase dobrou nos últimos 15 anos.”

A preposição DE é empregada textualmente como introdutora de termo independente dos segmentos anteriores ou como termo solicitado por um desses termos.

O segmento abaixo que exemplifica esse último caso é:

- a) da população brasileira.
- b) de aposentadorias.
- c) de baixa renda.
- d) do INSS.
- e) de municípios.

125. (FGV – 2019) “A banalização das artes e da literatura, o triunfo do jornalismo sensacionalista e a frivolidade da política são sintomas de um mal maior que afeta a sociedade contemporânea: a ideia temerária de converter em bem supremo nossa natural propensão a nos divertirmos”.

Mário Vargas Llosa, A civilização do espetáculo.

No texto há cinco termos precedidos da preposição **de**; assinale a opção em que os dois termos destacados desempenham a mesma função.

- a) **das** artes / **de** um mal maior.
- b) **da** literatura / **do** jornalismo.
- c) **das** artes / **do** jornalismo.
- d) **da** política / **da** literatura.
- e) **de** um mal maior / **da** política.

126. (FGV – 2019)

“Muito se tem falado de conservação do meio ambiente, mas não se criou ainda a consciência de que o planeta precisa urgentemente de nossos cuidados.”

(Brasil Escola)

Assinale a opção que indica os termos que, nesse segmento do texto, desempenham a mesma função sintática.

- a) de conservação / do meio ambiente
- b) de que o planeta precisa urgentemente / de nossos cuidados
- c) de conservação / de nossos cuidados
- d) de que o planeta precisa urgentemente de nossos cuidados / do meio ambiente.
- e) de conservação / de que o planeta precisa

127. (FGV – 2019) A leitura de todos os bons livros é como uma conversa com todos os homens de melhor qualidade dos séculos passados. (Descartes)

Os termos que desempenham igual função nessa frase são:

- a) de todos os bons livros / de melhor qualidade.
- b) de todos os bons livros / dos séculos passados.
- c) com todos os homens / dos séculos passados.
- d) com todos os homens / de melhor qualidade.
- e) de todos os bons livros / com todos os homens.

→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADJETIVAS

128. (FGV – 2022) A frase abaixo em que a oração adjetiva destacada foi substituída adequadamente por um adjetivo é:

- a) O crítico de rock é alguém que não sabe escrever, entrevistando gente que não sabe falar, para gente que não sabe ler / muda.
- b) Sucesso é conseguir o que você quer. Felicidade é gostar do que você conseguiu / bem-aceito.
- c) Você não será feliz com mais até ser feliz com o que você já tem / comprado.
- d) Felicidade é como uma flor que não se deve colher / acolhedora.
- e) A felicidade é um bem **que se multiplica ao ser dividido** / multiplicado.

129. (FGV – 2022) Em todas as frases abaixo há orações adjetivas destacadas; a frase em que foi proposto um adjetivo adequado para a substituição de uma dessas orações, é:

- a) Uma notícia que parece verdadeira / verossímil.
- b) Um acordo **que se celebra entre dois ou mais estados** / intermunicipal
- c) Uma camisa que está excessivamente molhada / úmida.
- d) Um lugar que permite a chegada até ele / inacessível.
- e) Uma pessoa **que mostra com orgulho o que possui** / persistente.

130. (FGV – 2022) Todos sabemos que o texto descritivo utiliza muitas formas de adjetivação; entre as opções abaixo, aquela que tem a forma de adjetivação corretamente identificada, é:

- a) Van Gogh era o pintor! / adjetivo.
- b) Os alunos que estudam têm chance de sucesso / oração adjetiva.
- c) Morava num casebre no final da rua / comparação.
- d) Ele não escreveu uma história parecida? / forma reduzida.
- e) Havia no ar um perfume **masculino** / afixos.

131. (FGV – 2021) A questão desta prova teve por base textos jornalísticos, retirados de jornais das grandes capitais brasileiras.

Uma manchete de um jornal carioca dizia o seguinte:

“Chuva castiga o estado. Quatro pessoas morreram durante temporal, que deixou rastro de destruição.”

A vírgula antes da última oração se deve ao fato de ser uma oração explicativa; nas frases abaixo, aquela que deveria ter uma vírgula pela mesma razão é:

- a) Apaixonar-se é criar uma religião que tem um deus falível.
- b) As grandes ideias encontram sempre os homens que as procuram.
- c) As ideias geniais são aquelas que nos espantamos de não ter tido antes.
- d) Ao dar, não imite as galinhas que põem ovos e não param mais de cacarejar.
- e) Uma ideia não é responsável pelas pessoas que acreditam nela.

132. (FGV – 2021) Texto 2

“De repente, um índio jovem, neto do tuxaua Senembi, o Camaleão, que integrava a expedição de Carrasco, se aproxima de um dos cativos (que estava preso pela muçurana), bate nele brandamente, várias vezes, com a mão espalmada, e reivindica a sua posse, alegando que fora ele, neto de Senembi, quem primeiro tocara aquele inimigo, durante a luta – circunstância que lhe garantia o direito de executá-lo.” (Alberto Mussa, A primeira história do mundo, p. 129)

“que integrava a expedição de Carrasco” (texto 2) é uma oração adjetiva explicativa e é precedida por vírgula; a oração abaixo que **NÃO** deveria ser precedida por vírgula, por ser resritiva, é:

- a) Cabral, que descobriu o Brasil, era fidalgo português.
- b) O romance, que é de boa qualidade, é de autor jovem.
- c) Esse é o candidato, que foi eleito para presidente.
- d) A língua portuguesa, que provém do latim, é musical.
- e) A data do descobrimento, que é incerta, foi confirmada.

133. (FGV – 2019) Na tentativa de dar concisão, muitas orações adjetivas podem ser substituídas por adjetivos; a opção abaixo em que essa substituição foi corretamente realizada é:

- a) Não há bem que sempre dure / efêmero.
- b) Nem tudo que reluz é ouro / iluminado.
- c) Fatos que se repetem são cansativos / frequentes.
- d) Sentimentos que duram pouco trazem dor / passageiros.
- e) Muitas moedas **que são guardadas** perdem valor / resguardadas

134. (FGV – 2019) “Nos anos **que antecederam a Segunda Guerra Mundial**, alguns escritores, pressentindo certamente a era tecnológica **que se avizinhava** e o conflito bélico **que abalaria as raízes de um universo** ainda estruturado com base na Nação-Estado, dedicaram-se à antevisão do mundo do futuro. H.G. Wells, Aldous Huxley, George Orwell, entre outros, iniciando a série de sciencefiction, procuraram descrever a sociedade do futuro,

como uma projeção das linhas **que as descobertas científicas indicavam como prováveis**. Em todas essas profecias havia uma constante: o mundo novo não conheceria mais a liberdade, pelo menos com a latitude e o conceito **que dela então se tinha**”. (L. G. Nascimento Silva. A liberdade e o computador. Revista brasileira de estudos pedagógicos. Rio de Janeiro, nº 116, 1969)

No texto, há uma série de fragmentos de orações adjetivas destacadas; o adjetivo que substitui adequadamente um desses fragmentos é:

- a) que antecederam a Segunda Guerra Mundial / antecipadores da Segunda Guerra Mundial.
- b) que se avizinhava / eminente.
- c) que abalaria as raízes de um universo / abalador das raízes de um universo.
- d) que as descobertas científicas indicavam como prováveis / cientificamente identificadoras.
- e) que dela então se tinha / ultrapassado.

→ ORAÇÕES SUBORDINADAS ADVERBIAIS

135. (FGV – 2022) A questão desta prova é elaborada a partir de pequenos textos e pretendem avaliar sua capacidade em interpretar e compreender textos, assim como em redigir de forma correta e adequada.

“Frequentemente tenho longas conversas comigo mesmo, e sou tão inteligente **que às vezes não entendo uma palavra do que estou dizendo**.” (Oscar Wilde)

O segmento destacado desempenha, em relação ao anterior, a mesma função que a seguinte oração destacada:

- a) Sê breve em teus raciocínios, **que a ninguém agrada seres longo**.
- b) A palavra foi dada ao homem **para disfarçar o próprio pensamento**.
- c) Odeio os movimentos **que ultrapassam as linhas**.
- d) Não há livro tão mau **que não tenha algo de bom**.
- e) Grandes ideias são tão difíceis de serem reconhecidas, tão frágeis, **que nunca são esquecidas**.

136. (FGV – 2022) Uma das principais características do texto informativo é a sua clareza; um dos meios para se conseguir clareza é o uso da ordem direta nas frases.

Assinale a frase abaixo que se mostra na ordem direta [sujeito + verbo + complemento + adjunto].

- a) Na semana passada eu os vi no cinema.
- b) Só ontem pude comprar o carro.
- c) Pedro e Maria viram, pela janela, os dois assaltantes.
- d) Chegaram alguns convidados antes da hora?
- e) O Vasco, time do Rio, joga amanhã em São Paulo.

137. (FGV – 2019) Texto I

“Os homens ficam felizes quando veem uma nova estação se aproximar, como se uma coisa nova estivesse para sobrevir; com a mudança das estações, a vida dos seres humanos é consumida.”

“Os homens ficam felizes / quando veem uma nova estação se aproximar”.

As duas frases mostram, respectivamente,

- a) causa / efeito.
- b) condição / ação.
- c) opinião / justificativa.
- d) consequência / causa.
- e) ação / localização.

138. (FGV – 2019) “Nunca houve criança tão amável que a própria mãe não ficasse satisfeita ao conseguir adormecê-la”.

A oração em destaque tem valor de

- a) comparação.
- b) finalidade.
- c) consequência.
- d) conclusão.
- e) explicação.

→ ORAÇÕES REDUZIDAS

139. (FGV – 2022) Texto 2

“Os policiais militares são os primeiros a chegar ao local do crime, para isolar a área e preservar as provas. Delegado e investigadores da Delegacia de Homicídios (DH) vão até o local, onde conversam com testemunhas e familiares das vítimas. Os peritos criminais também comparecem para analisar provas e colher informações. O corpo é recolhido pelo Instituto Médico Legal (IML)”

(Gazeta do Povo, 30/11/2021).

“Os policiais militares são os primeiros a chegar ao local do crime, **para isolar a área e preservar as provas.**”

Se transformarmos as orações reduzidas em destaque em orações desenvolvidas, a forma adequada será:

- a) para que isolem a área e preservem as provas.
- b) para o isolamento da área e preservação das provas.
- c) para isolarem a área e preservarem as provas.
- d) para que isolassem a área e preservassem as provas.
- e) para que isolem a área e para preservação das provas

140. (FGV – 2022) o texto a seguir refere-se a questão.

“Os deuses certamente não revelaram tudo aos mortais desde o princípio, mas, procurando, os homens encontram pouco a pouco o melhor”. (Xenófanes, poeta e filósofo grego)

Nessa frase, a forma reduzida de gerúndio – procurando – equivale à forma desenvolvida

- a) quando procuram.
- b) se procurarem.
- c) já que procuram.
- d) embora procurem.
- e) após procurarem.

141. (FGV – 2022) Todas as frases abaixo mostram orações reduzidas de infinitivo destacadas. Assinale a opção em que a transformação de uma delas em oração desenvolvida está correta.

- a) O primeiro passo **para conhecer-nos é desconfiarmos** de nós mesmos / O primeiro passo para que nos conheçamos é que desconfiemos de nós mesmos.
- b) Os conselhos dos velhos iluminam **sem esquentar**, como o sol do inverno / Os conselhos dos velhos iluminam sem que entenda, como o sol do inverno.
- c) Tememos a velhice que não estamos certos **de poder alcançar** / Tememos a velhice que não estamos certos de que pudéssemos alcançar.
- d) Estou muito velho **para abrir dissidência no partido** / Estou muito velho para a abertura de dissidência no partido.
- e) Quando ouvir **falar bem de um amigo**, conte isso a ele / Quando ouvir que se falou bem de um amigo, conte isso a ele.

142. (FGV – 2021) A frase que serviu de base para a elaboração da questão desta prova foi retirada do “Dicionário das Citações” de Ettore Barelli e Sergio Pennacchetti.

“É preciso **contar** as próprias riquezas com os meios de que se dispõe **para satisfazer** os próprios desejos”.

Se transformarmos as orações reduzidas dos verbos destacados em orações desenvolvidas, as formas adequadas serão:

- a) que contemos as próprias riquezas com os meios de que dispomos para que satisfaçamos os próprios desejos.
- b) a conta das próprias riquezas com os meios de que se dispõe para a satisfação dos próprios desejos.
- c) que contássemos as próprias riquezas com os meios de que dispunha para que satisfizéssemos os próprios desejos.
- d) que contemos as próprias riquezas com os meios de que se dispõe para a satisfação dos próprios desejos.
- e) que contemos as próprias riquezas com os meios de que se dispõe para que satisfaçamos os próprios desejos.

143. (FGV – 2019)

“*Antes de casar, eu tinha três teorias sobre como educar crianças. Agora eu tenho três crianças e nenhum teoria.*”

A oração reduzida “Antes de casar” pode ser adequadamente substituída pela seguinte oração desenvolvida:

- a) “Antes de meu casamento.”
- b) “Antes de que eu me case.”
- c) “Antes de que eu me casasse.”
- d) “Antes de que eu me casei.”
- e) “Antes de eu ser casado.”

→ PONTUAÇÃO (PONTO, VÍRGULA, TRAVESSÃO, ASPAS, PARÊNTESES ETC.)

144. (FGV – 2022) Texto 1

Vejamos, agora, o que nos diz Machado de Assis sobre a autópsia: “Li um termo de autópsia. Nunca deixo de ler esses documentos, não para aprender anatomia, mas para verificar ainda uma vez como a língua científica é diferente da literária. Nesta, a imaginação vai levando as palavras belas e brilhantes, faz imagens sobre imagens, adjetiva tudo, usa e abusa de reticências, se o autor gosta delas. Naquela, tudo é seco, exato e preciso. O hábito externo é externo, o interno é interno; cada fenômeno, cada osso, é designado por um vocábulo único. A cavidade torácica, a cavidade abdominal, a hipóstase cadavérica, a tetania, cada um desses lugares e fenômenos não pode receber duas apelações, sob pena de não ser ciência.” (Adaptado. A Semana, 1830)

No **texto 1**, Machado de Assis fala das reticências e do seu uso por parte dos autores que gostam delas. A frase abaixo em que o emprego das reticências expressa uma emoção intensa é:

- a) Isso não é... um pouco... como dizer?... estranho?
- b) Mas... a barata... a barata... você conseguiu pegá-la?
- c) Como sua vida está em perigo, ele vive agora em X..., pequena cidade europeia.
- d) Júlio casou ontem e, salvo um milagre (ou de... você sabe do que estou falando...), vai poder aproveitar o verão antes de nascer o primeiro bebê.
- e) Os vândalos estão de volta para fazer m... nas passeatas

145. (FGV – 2022) Em todas as frases abaixo foram realizados deslocamentos de termos e foram acrescentadas vírgulas nas frases modificadas; a única frase em que a vírgula está correta é:

- a) Os críticos são gente que fracassou na literatura e na arte / Os críticos são gente que fracassou na arte, e na literatura.

- b) Na arte não existe passado nem futuro / Na arte não existe futuro, nem passado.
- c) A obra-prima é uma variedade do milagre / Uma variedade do milagre, é a obra-prima.
- d) O futebol é o mais popular dos esportes / Dos esportes, o futebol é o mais popular.
- e) Dois mais três são cinco / Três mais dois, são cinco.

146. (FGV – 2022) Se colocarmos todas as vírgulas necessárias na frase “Não me importo de me atribuírem todos os pecados do mundo mas por favor não digam que eu seria capaz de comer pizza de soja.”, a forma correta será:

- a) “Não me importo de me atribuírem todos os pecados do mundo, mas, por favor, não digam que eu seria capaz de comer pizza de soja.”;
- b) “Não me importo de me atribuírem todos os pecados do mundo, mas por favor, não digam que eu seria capaz de comer pizza de soja.”;
- c) “Não me importo de me atribuírem todos os pecados do mundo mas por favor, não digam que eu seria capaz de comer pizza de soja.”;
- d) “Não me importo de me atribuírem todos os pecados do mundo, mas por favor, não digam, que eu seria capaz de comer pizza de soja.”;
- e) “Não me importo, de me atribuírem todos os pecados do mundo, mas por favor, não digam que eu seria capaz de comer pizza de soja.”

147. (FGV – 2022) O filósofo francês Pascal afirmou que: “A imaginação tem todos os poderes: ela faz a beleza, a justiça e a felicidade, que são os maiores poderes do mundo”.

O pensamento acima é dividido em duas partes, separadas pelo emprego dos dois pontos. A segunda parte mostra:

- a) o esclarecimento sobre como atua a imaginação.
- b) uma enumeração dos poderes da imaginação.
- c) uma explicação dos termos da parte anterior.
- d) a consequência da oração anterior.
- e) uma definição do que é a imaginação.

148. (FGV – 2022) “À medida que meus sofrimentos aumentavam logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação reagir com amargura ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa eu decidi seguir o último curso.” (Martin Luther King Jr.)

Esse pensamento se encontra sem os sinais de pontuação adequados.

Uma das maneiras correta e adequada de pontuá-lo é:

- a) À medida que meus sofrimentos aumentavam, logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação – reagir com amargura ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa. Eu decidi seguir o último curso.
- b) À medida que meus sofrimentos aumentavam logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação: reagir com amargura, ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa. Eu decidi seguir o último curso.
- c) À medida que meus sofrimentos aumentavam, logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação – reagir com amargura ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa, eu decidi seguir o último curso.
- d) À medida que meus sofrimentos aumentavam logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação – reagir com amargura, ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa: eu decidi seguir o último curso.

- e) À medida que, meus sofrimentos aumentavam, logo percebi que havia duas maneiras pelas quais eu poderia responder à minha situação, reagir com amargura ou procurar transformar o sofrimento em uma força criativa. Eu decidi seguir o último curso.

149. (FGV – 2022) Texto 1

Por que nós temos pesadelos? “Essa é uma questão que ainda faz a ciência perder o sono – não há um consenso entre os pesquisadores.

Mas uma explicação recente, e intrigante, é esta: pesadelos são um treino do seu cérebro para enfrentar situações de estresse ou pavor na vida real. Um estudo suíço, de 2019, mostrou que experimentar medo em sonhos está associado a respostas mais adaptadas a sinais ameaçadores durante a vigília (o período em que você está acordado). Os pesquisadores fizeram testes em 89 voluntários e chegaram a uma conclusão surpreendente: aqueles que relataram mais medo em pesadelos costumavam acordar mais ‘valentes’.

Pois é. Em exames com ressonância magnética, esses participantes apresentaram respostas emocionais mais brandas na ínsula, amígdala e córtex cingulado médio (áreas do cérebro associadas às emoções) quando expostos a imagens amedrontadoras.”

(Maria Clara Rossini. Disponível em: <https://super.abril.com.br/coluna/oraculo/por-que-nos-temos-pesadelos>. Acesso em: 01/04/2022)

“Essa é uma questão que ainda faz a ciência perder o sono – não há um consenso entre os pesquisadores.”

Essa passagem, retirada do primeiro parágrafo do texto 1, contém duas partes: uma antes do travessão e uma após o travessão.

Em relação à primeira parte, a segunda parte veicula ideia de:

- a) consequência.
- b) justificativa.
- c) proporção.
- d) contraste.
- e) concessão.

150. (FGV – 2022) Texto 2

Sonho, memória e o reencontro de Freud com o cérebro (fragmento adaptado) “Para que serve sonhar? No início do século XX esta pergunta ancestral pareceu subitamente ao alcance da Razão, com a publicação de ‘A interpretação dos sonhos’. Neste livro Freud fundou uma nova e ambiciosa psicologia, repleta de novas ideias sobre a mente humana e seus sonhos. A despeito do impacto profundo destas ideias na sociedade ocidental, sua formulação e desenvolvimento não se deram sobre uma base empírica e quantitativa, marcando um divórcio progressivo de método e discurso entre a psicanálise e a biologia. Como resultado, pouca ou nenhuma influência é atualmente atribuída a Freud no que diz respeito à investigação científica do fenômeno onírico.

O fosso não poderia ser mais profundo. Predomina nas ciências exatas a noção de que a contribuição da psicanálise para o entendimento dos sonhos resume-se a um amontoado de observações isoladas, teorias não testáveis, imperativos ideológicos e argumentos de autoridade. Por outro lado, as diferentes vertentes da psicanálise ocupam-se pouco ou nada do estudo experimental e quantitativo dos sonhos, voltando-se exclusivamente para os símbolos e jamais para seu substrato material, o sistema nervoso.

Na contramão deste divórcio, pretendo aqui demonstrar que os avanços da psicologia experimental e da neurociência convergiram nos últimos anos para dois importantes insights psicanalíticos. O primeiro consiste na observação concreta de que os sonhos, muito frequentemente, contêm elementos da experiência do dia anterior, denominados ‘restos do dia’. O segundo é o reconhecimento de que estes ‘restos’ incluem atividades mnemônicas e cognitivas da vigília, persistindo nos sonhos na medida de sua importância para o sonhador. Assim,

ainda que de maneira difusa, a psicanálise prevê que a consolidação de memórias e o aprendizado sejam importantes funções oníricas. [...]”

(Sidarta Ribeiro. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000600013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02/04/2022)

aqueles que relataram mais medo em pesadelos costumavam acordar mais ‘valentes’.” (texto 1)

“No início do século XX esta pergunta ancestral pareceu subitamente ao alcance da Razão, com a publicação de ‘A interpretação dos sonhos’.” (texto 2)

“O primeiro consiste na observação concreta de que os sonhos, muito frequentemente, contêm elementos da experiência do dia anterior, denominados ‘restos do dia’.” (texto 2)

Das três passagens acima, a primeira foi retirada do texto 1 (segundo parágrafo) e as outras duas foram retiradas do texto 2 (primeiro e terceiro parágrafos, respectivamente). Um atributo comum a todas elas é a presença de aspas, sinal gráfico que pode desempenhar diferentes funções textuais.

Nas expressões destacadas em cada uma das passagens acima, as aspas desempenham, respectivamente, as seguintes funções:

- alertar para uma possível imprecisão vocabular; enquadrar a expressão destacada como título de uma obra; e atribuir a autoria da expressão destacada a outro enunciador.
- indicar o emprego de um estrangeirismo; alertar para uma possível imprecisão vocabular; e marcar um uso irônico.
- marcar um uso irônico; indicar o emprego de um estrangeirismo; e alertar para uma possível imprecisão vocabular.
- distanciar o autor de uma posição ideológica específica; indicar o emprego de um estrangeirismo; e enquadrar a expressão destacada como título de uma obra.
- marcar um uso irônico; indicar o emprego de um estrangeirismo. e indicar o emprego de um neologismo.

151. (FGV – 2022) Texto 1

Índio

Uma das consequências das Cruzadas (séculos XI a XIII) foi a descoberta das riquezas do Oriente: tecidos, pedras e metais preciosos, especiarias.

Tudo isso passou a ter um valor extraordinário para os europeus do século XV (a canela chegou a valer mais do que o ouro!). E assim as grandes navegações para a Ásia se tornaram financeiramente atrativas.

O genovês Cristóvão Colombo, o que botou o ovo em pé (como se fosse uma grande coisa: as galinhas já faziam isso muito antes dele), consegue, na Espanha, em 1492, o patrocínio dos reis Fernando II e Isabel I para uma viagem à Índia.

Para chegar lá, os portugueses desciam até o final da África e dobravam à esquerda. Colombo, que sempre adorou viver na contramão da História, sai da Espanha, no dia 3 de agosto, e dobra à direita, convencido de que a Terra era redonda.

Acertou na forma, mas errou no cálculo do diâmetro. Colombo chega às Bahamas, em 12 de outubro, e acha que alcançou a Índia. Por isso, ao ver uns selvagens locais, Colombo os chama de índios. Pronto, o nome ficou e o erro se consagrou: a partir daí, todo selvagem, nu ou seminú, passou a ser chamado de índio.

(PIMENTA, R. Casa da Mãe Joana, curiosidade na origem das palavras, frases e marcas. Ed. Campus. Rio de Janeiro-RJ. 2002)

“Tudo isso passou a ter um valor extraordinário para os europeus do século XV (a canela chegou a valer mais do que o ouro!).”

Nesse segmento textual, o que está entre parênteses tem a finalidade de

- justificar o preço da canela no mercado atual.
- comprovar o que foi afirmado anteriormente.
- mostrar a relativização dos valores na economia.
- exemplificar um dos produtos de valorização extraordinária.

e) indicar uma causa da valorização extraordinária dos produtos orientais.

152. (FGV – 2021) Leia a frase a seguir.

O meu colega [1] que é conhecido por sua discrição e austeridade [2] tem uma boina pendurada [3] e isso me pegou de surpresa [4] quando a vi [5] por meio da webcam.

De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa acerca de pontuação, analise as afirmativas a seguir.

I – As vírgulas em [1] e [2] são obrigatórias.

II – Em [3], é possível inserir uma vírgula.

III – A inserção de uma vírgula em [4] é facultativa, enquanto, em [5], é obrigatória.

Está correto o que se afirma em

- I, apenas.
- II, apenas.
- III, apenas.
- I e II, apenas.
- I, II e III.

153. (FGV – 2021) A frase que serviu de base para a elaboração da questão desta prova foi retirada do “Dicionário das Citações” de Ettore Barelli e Sergio Pennacchietti.

“Diz-se da melhor companhia: sua conversa é instrutiva, seu silêncio, formativo.”

Sobre os sinais gráficos e de pontuação dessa frase, a única afirmativa **INADEQUADA** é:

- as aspas indicam transcrição de um texto alheio.
- os dois pontos antecipam uma explicação.
- a primeira vírgula separa duas orações.
- a segunda vírgula indica a omissão de um verbo.
- o ponto final mostra a interrupção de um pensamento

154. (FGV – 2021) Em todas as frases abaixo há um termo destacado; se deslocarmos esse termo para o lugar na frase marcado por um asterisco, só **NÃO** vamos precisar obrigatoriamente empregar vírgulas em:

- Nenhum homem (*) adquire propriedade sem o aprendizado da aritmética.
- (*) Não basta saber falar **para ser gente**;
- (*) Tenho elementos de candomblé **apesar de ser cartesiano**;
- Até um imbecil (*) passa por inteligente se ficar calado.
- Tudo (*) é enigma e problema **neste mundo**.

155. (FGV – 2019)

“Pensar mal amiúde significa tornar mau. Na vida das nações (1) não menos que na dos indivíduos (2) os primeiros momentos de uma trajetória imprimem (3) no que está nascendo (4) traços de teimosa permanência”

(Eduardo Giannetti, O Elogio do Vira-Lata e outros ensaios. 1ª. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 13)

Nesse segmento inicial de um texto, poderiam ser usadas vírgulas nas posições dos seguintes números:

- apenas em (1) e (2).
- apenas em (2) e (4).
- apenas em (3) e (4).
- apenas em (1), (2) e (4).
- em (1), (2), (3) e (4).

156. (FGV – 2019) Falando sobre uma passeata em São Paulo, um jornal paulista escreveu o seguinte:

“Os alunos iam à frente da passeata, e os professores seguiam atrás”.

A vírgula, nesse caso,

- a) tem emprego incorreto, pois não se emprega vírgula antes da conjunção coordenativa aditiva.
- b) tem emprego incorreto, pois, nesse caso, não há qualquer interrupção na leitura que demonstre pausa.
- c) tem emprego adequado, pois o sujeito da segunda oração não é o mesmo da anterior.
- d) mostra correção, pois a nova frase tem valor explicativo da primeira.
- e) está bem empregada, pois a segunda frase indica mudança de pensamento.

157. (FGV – 2019) “A civilização do século XX tornou-se altamente dependente do mais nobre dos combustíveis, porque ele é extremamente conveniente: é líquido, **podendo** pois ser transportado facilmente nos mais variados recipientes e em oleodutos, e, além disso, é o combustível mais rico em calorías. Assim, a humanidade se acostumou com o “creme” dos combustíveis e o desperdiçou, como quem desperdiça um bem ganho sem qualquer esforço. Mas isso vai acabar, o petróleo é uma herança que recebemos do passado e que fatalmente vai terminar”.

José Goldemberg, Quatro Rodas, maio de 2013.

No texto acima, o corretor de texto do computador destacou os termos “podendo pois”. Nesse caso, o erro apontado foi

- a) a ausência da conjunção “mas” antes de “podendo”.
- b) o emprego indevido de uma vírgula antes do gerúndio.
- c) o erro de posição de “pois”, que deveria vir antes de “podendo”.
- d) a falta de vírgulas antes e depois de “pois”.
- e) o erro no emprego do gerúndio “podendo”.

→ CONCORDÂNCIA (VERBAL E NOMINAL)

158. (FGV – 2019) Texto 2

“Os policiais militares são os primeiros a chegar ao local do crime, para isolar a área e preservar as provas. Delegado e investigadores da Delegacia de Homicídios (DH) vão até o local, onde conversam com testemunhas e familiares das vítimas. Os peritos criminais também comparecem para analisar provas e colher informações. O corpo é recolhido pelo Instituto Médico Legal (IML)”

(Gazeta do Povo, 30/11/2021).

“Os policiais militares são os primeiros a chegar ao local do crime, para isolar a área e preservar as provas”; nesse segmento do texto 2, as formas verbais “isolar” e “preservar” poderiam também aparecer no plural “isolarem” e “preservarem”.

A frase abaixo em que há dupla possibilidade de concordância do termo destacado é:

- a) Quem inventou o trabalho não tinha o que fazer.
- b) Só quem é superficial conhece a si mesmo.
- c) Uma descoberta consiste em ver o que todo mundo já viu e pensar o que ninguém pensou.
- d) A família é um conjunto de pessoas que se defendem em bloco e se atacam em particular.
- e) Originalidade é a arte de **esconder** suas fontes.

159. (FGV – 2022) A questão desta prova é elaborada a partir de pequenos textos e pretendem avaliar sua capacidade em interpretar e compreender textos, assim como em redigir de forma correta e adequada.

Assinale a frase a seguir em que a dupla possibilidade de construção proposta é **errada**.

- a) Chegou / chegaram 1 milhão de doses de vacinas.
- b) Um milhão de pessoas foi / foram à passeata.
- c) A peça apresentava personagens novos / novas.
- d) Os egípcios utilizavam hieróglifos / hieroglifos.
- e) Ficou bêbedo / bêbado após a festa.

160. (FGV – 2022) Assinale a frase em que se comete um erro gramatical.

- a) É urgente a necessidade de a encomenda chegar.
- b) A maioria dos estudantes viajaram.
- c) Era meio-dia e meio quando eles chegaram.
- d) Há tempos eu não os vejo.
- e) Cheguei à praia antes dos demais.

161. (FGV – 2022) Assinale a opção que apresenta a frase que está gramaticalmente correta.

- a) Ainda devem haver muitos concursos este ano.
- b) Chegaram ao Brasil um milhão de vacinas.
- c) Agora, já são uma e dez da tarde.
- d) Entraram no teatro, sentando-se na última fila.
- e) Entre mim e ti não há qualquer comunicação.

162. (FGV – 2021) Leia o fragmento a seguir:

Já _____ alguns anos que movimentos de defesa dos animais pregam que animais não _____ em cativeiro. Essa e outras pautas _____ ganhado cada vez mais espaço na mídia, mas eles defendem que não é o suficiente. _____ de questões que carecem ainda de ampla discussão na sociedade e no âmbito legislativo.

De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, assinale a opção que apresenta os termos que completam, corretamente, as lacunas do fragmento acima.

- a) fazem – devem ser criados – têm – Tratam-se
- b) faz – devem serem criados – tem – Trata-se
- c) fazem – deve ser criado – tem – Tratam-se
- d) faz – devem ser criados – têm – Trata-se
- e) fazem – devem serem criados – têm – Tratam-se

163. (FGV – 2021) Atenção: a questão deve ser respondida a partir do texto IV.

TEXTO IV

Postam-se em forma de crescente os bravos:

Ávida turba mulheril no entanto

O rito sacro impaciente aguarde.

Brincam na relva os folgazões¹ meninos,

Em quanto os mais crescidos, contemplando

O aparato elétrico das armas,

Enlevam-se²; e, mordidos pela inveja,

Discorrem lá consigo: – Quando havemos,

Nós outros, d’empunhar daqueles arcos,

E quando levaremos de vencida

As hostes³ vis do pérfido Gamela!

DIAS, Gonçalves. Os Timbiras, 1857. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bv000117.pdf>. Acesso em 28/07/2020.

- 1 aquele que tem bom gênio, que gosta de divertir-se, brincahã.
- 2 deleitar-se, deliciar-se, encantar-se.
- 3 inimigo, adversário.

De acordo com a norma-padrão da Língua Portuguesa acerca de concordância verbal e nominal, analise as afirmativas a seguir.

I. No primeiro verso, também seria correta a forma singular do verbo ("posta-se"), por haver sujeito indeterminado.

II. No nono verso, o verbo "empunhar" poderia estar flexionado também no plural ("empunharmos").

III. O adjetivo "vis", no décimo primeiro verso, está corretamente concordando com o substantivo a que se refere ("hostes") em número e gênero.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

164. (FGV – 2021) A frase abaixo em que a concordância do verbo destacado apresenta **incorrecção** é:

- a) 50% do grupo **receberam** a vacina.
- b) Um terço dos capixabas já foi **vacinado**.
- c) A maior parte dos turistas também **foi** vacinada.
- d) **Chegaram** um milhão do total adquirido esta semana.
- e) Mais da metade dos capixabas **vai** receber a segunda dose.

165. (FGV – 2021) Em todas as frases abaixo há inadequações gramaticais; a única frase inteiramente correta é:

- a) "A natureza e os livros pertencem aos olhos de quem as veem";
- b) "As milhares de obras escritas são o bendito clorofórmio da mente";
- c) "É preciso escrever o máximo possível como se fala e não falar demais como se escreve";
- d) "A situação dos imigrantes venezuelanos no Norte se afastam muito das condições dignas de vida";
- e) "O governador disse que avisou a polícia para os distúrbios provocados pela manifestação"

166. (FGV – 2019) "Em linhas gerais a arquitetura brasileira sempre conservou a boa tradição da arquitetura portuguesa. De Portugal, desde o descobrimento do Brasil, vieram para aqui os fundamentos típicos da arquitetura colonial. Não se verificou, todavia, uma transplantação integral de gosto e de estilo, porque as novas condições de vida em clima e terras diferentes impuseram adaptações e mesmo improvisações que acabariam por dar à do Brasil uma feição um tanto diferente da arquitetura genuinamente portuguesa ou de feição portuguesa. E como arquitetura portuguesa, nesse caso, cumpre reconhecer a de característica ou de estilo barroco". (Luís Jardim, *Arquitetura brasileira*. Cultura, SP: 1952)

No texto há uma série de adjetivos que se referem a substantivos e com eles concordam; a opção em que essa relação de concordância está errada é:

- a) integral / transplantação.
- b) novas / condições.
- c) terras / diferentes.
- d) diferente / feição.
- e) barroco / característica ou estilo.

167. (FGV – 2019) "O número de cigarros comercializados irregularmente superou neste ano a quantidade de produtos vendidos legalmente. A constatação vem de pesquisa do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (Ibope). Encomendado pelo Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), o estudo aponta que, em 2018, foram consumidos 106,2 bilhões de cigarros, dos quais 57,5 bilhões de unidades (54%) fora do mercado legal".

Tribuna da Bahia, 18/11/2018.

Assinale a opção que apresenta a mudança formal que está de acordo com as regras da língua padrão.

- a) comercializados / comercializado.
- b) vendidos / vendido.
- c) Encomendado / Encomendada.
- d) foram consumidos / foi consumido.
- e) fora do mercado legal / foras do mercado legal.

168. (FGV – 2019) Assinale a opção em que a frase mostra erro de concordância nas expressões percentuais.

- a) No Brasil, apenas 1% têm tudo.
- b) Apenas 10% das prostitutas caem na vida.
- c) Mais valem 10% de mil do que 100% de dez.
- d) O Brasil é o único país do mundo com 110% de corrupção.
- e) Havia 50% de bons ladrões no tempo de Cristo.

169. (FGV – 2019) Nas opções a seguir, a primeira oração foi reescrita de modo a dar-se a ela um caráter genérico, com a utilização da partícula se.

Assinale a opção em que isso foi feito de forma gramaticalmente **incorreta**.

- a) Todo mundo viu a morte de perto. / Viu-se a morte de perto.
- b) As pessoas reclamam de tudo. / Reclama-se de tudo.
- c) Muita gente pensa o contrário de todos. / Pensa-se o contrário de todos.
- d) Muitas pessoas não respeitam os horários. / Desrespeitam-se os horários.
- e) Todos cometem as mesmas falhas. / Comete-se as mesmas falhas

170. (FGV – 2019) Texto IV

"Nada do que é grande surge repentinamente, nem mesmo a uva nem os figos. Se agora me disseres: 'Quero um figo', respondendo-te: 'É preciso tempo.' Antes de tudo deixa virem as flores, depois que se desenvolvam os frutos e que amadureçam."

O **Texto IV** tem a estrutura de um diálogo em que se emprega a segunda pessoa (tu).

Se mudássemos para a terceira pessoa do singular, a quantidade de palavra a serem modificadas seria

- a) 5.
- b) 4.
- c) 3.
- d) 2.
- e) 1.

→ INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS (COMPREENSÃO)

171. (FGV – 2022) Num passeio, alguém pergunta a um dos acompanhantes:

– Que horas são?

A resposta mais relevante para essa pergunta é:

- a) Não sei, mas estou com uma fome danada.
- b) Deve ser tarde porque o sol já está se pondo.
- c) Ali na esquina, vamos ver no relógio da torre.
- d) Hora de voltar, pois já estou cansado.
- e) Para que ficar preocupado com a hora?

172. (FGV – 2022) Observe o texto a seguir.

“O Conselho Holandês de Saúde explica que os açúcares da fruta no suco de laranja são absorvidos pelo corpo muito rapidamente porque eles entram no corpo em forma líquida. Porque eles entram no corpo tão rápido em uma quantidade tão alta, o corpo converte facilmente este açúcar em gordura. Um copo de suco de laranja contém tanto açúcar quanto um copo de refrigerante. Isso significa que você pode ganhar peso rapidamente, e pessoas com mais gordura corporal terão maior chance de ter diabetes. Tudo a partir de um copo de suco de laranja!”

O segmento desse texto em que há a preocupação de informar e de convencer é:

- a) O Conselho Holandês de Saúde explica que os açúcares da fruta no suco de laranja são absorvidos pelo corpo muito rapidamente porque eles entram no corpo em forma líquida.
- b) Porque eles entram no corpo tão rápido em uma quantidade tão alta, o corpo converte facilmente este açúcar em gordura.
- c) Um copo de suco de laranja contém tanto açúcar quanto um copo de refrigerante.
- d) Isso significa que você pode ganhar peso rapidamente, e pessoas com mais gordura corporal terão maior chance de ter diabetes.
- e) Tudo a partir de um copo de suco de laranja!

173. (FGV – 2022) A questão desta prova é elaborada a partir de pequenos textos e pretendem avaliar sua capacidade em interpretar e compreender textos, assim como em redigir de forma correta e adequada.

“Quando um cachorro morde uma pessoa, isto não é notícia, mas quando uma pessoa morde um cachorro, isto é notícia.”

Segundo essa frase, um fato vira notícia quando

- a) traz prejuízo notório ao ser humano.
- b) mostra aspectos inesperados.
- c) envolve a relação homem X animal.
- d) contém detalhes mórbidos.
- e) desperta interesse por problemas sociais.

174. (FGV – 2022)

“A Justiça é cega. E às vezes lenta e gananciosa. A figura de Thêmis, deusa grega da Justiça, costuma ser representada por uma mulher segurando uma balança em uma das mãos e uma espada em outra. A venda nos olhos veio só no século XIV, quando os alemães acharam que seria uma boa para representar a imparcialidade e ausência de preconceitos.”

Sobre essa imagem mitológica da Justiça, assinale a única afirmativa correta.

- a) A justiça é cega porque às vezes comete injustiças.
- b) A justiça é lenta porque demora a decidir as causas.
- c) A balança indica o peso da culpa nos criminosos.
- d) A espada mostra a violência das penas judiciais.
- e) A venda nos olhos mostra a justiça como irresponsável.

175. (FGV – 2022)

“Naquele verão de 2021, o grupo de turistas se aglomerou à porta da Matriz, ao redor do guia, que, naquele momento, lhes passava informações importantes para a adequada visualização daquele monumento. A enorme porta de madeira chamou logo a atenção, mas o interior do templo, com suas imagens barrocas, levou, em seguida, emoção a todos os que têm olhos para ver. Na saída, os comentários reclamavam do pouco tempo de visita a locais tão belos, mas o mês de janeiro estava no fim e o trabalho já se anunciava.”

Esse pequeno texto traz um conjunto de elementos encarregados de situações temporais; sobre esse aspecto, a única afirmação **inadequada** é:

- a) há indicações diretas e precisas de localização temporal, como no caso de “o mês de janeiro estava no fim”.
- b) alguns objetos, como as imagens barrocas, localizam indiretamente a época da Matriz.
- c) algumas ações podem trazer implicitamente ideia de tempo, como a expressão “Na saída”.
- d) os termos “logo” e “em seguida” dão indicações de tempo posterior, de forma precisa.
- e) o termo “naquele momento” tem referência cronológica em função da situação narrada.

176. (FGV – 2022) o texto a seguir refere-se a questão.

Um escritor americano escreveu certa vez:

“Não diga que não tem tempo suficiente. Você tem exatamente o mesmo número de horas por dia de que dispuseram Helen Keller, Pasteur, Michelangelo, Madre Teresa de Calcutá, Leonardo da Vinci, Thomas Jefferson e Albert Einstein.”

Com essa frase, o autor quer dizer que

- a) o tempo é uma questão de preferência.
- b) as obras artísticas não requerem muito tempo.
- c) em épocas antigas, a consideração do tempo era outra.
- d) a vida, em épocas passadas, era menos exigente.
- e) ter ou não ter tempo é uma questão de opinião.

177. (FGV – 2022)

“Não diga que não tem tempo suficiente. Você tem exatamente o mesmo número de horas por dia de que dispuseram Helen Keller, Pasteur, Michelangelo, Madre Teresa de Calcutá, Leonardo da Vinci, Thomas Jefferson e Albert Einstein.”

Assinale a opção que apresenta uma resposta adequada ao argumento contido nessa frase.

- a) Todas as pessoas citadas eram pessoas excepcionais e não podem ser comparadas a cidadãos comuns como nós.
- b) O problema não está em ter o mesmo número de horas disponíveis que essas pessoas, mas o que já temos de horas ocupadas por tarefas ou deveres.
- c) O fato é que, em outros momentos históricos, os deveres de cada um eram cumpridos na medida do possível, sem cobranças inadiáveis e ameaças de penalidades.
- d) Não devemos esquecer que essas pessoas contavam com equipes de trabalho.
- e) A verdade é que as figuras citadas construíram, em toda a vida, pequeno número de obras.

178. (FGV – 2022) Um restaurante tem a seguinte placa na parede:

wi-fi ?

Só depois de meia hora
de conversa.

Os dizeres da placa

- a) elogiam o status tecnológico dos clientes.
- b) exigem a conversa fraterna entre cliente e garçom.

- c) criticam a falta de mútua atenção entre os clientes.
- d) mostram o desperdício de tempo das pessoas.
- e) exibem o nível de atendimento do restaurante.

179. (FGV – 2022) Certos textos provocam riso, tristeza, exaltação, emoções... Tais textos mostram um tom, isto é, características que provocam um estado afetivo particular.

Entre os pensamentos abaixo, aquele que mostra um tom irônico é:

- a) Quando eu era pobre, chamavam-me louco; agora que sou rico, sou excêntrico.
- b) Cuidado com os inimigos, pois são os primeiros a descobrir seus enganos.
- c) Eu não sou rico. Eu sou um pobre homem com dinheiro, o que não é a mesma coisa.
- d) Estranhos são apenas amigos que a gente ainda não conhece.
- e) Um irmão é um amigo dado pela natureza.

180. (FGV – 2022)

“Hoje sei que a vida passa muito rápido, que não permite nenhum tipo de desperdício. Teria me concentrado apenas nas coisas essenciais.”

A mesma ideia desse pensamento se encontra no seguinte ditado popular:

- a) Quem tudo quer, tudo perde!
- b) Para morrer, basta estar vivo!
- c) Não deixe para amanhã o que pode fazer hoje!
- d) O futuro a Deus pertence!
- e) A vida só é dura para quem é mole!

181. (FGV – 2022) Num samba popular de Paulinho da Viola e Hermínio Bello de Carvalho há uma descrição da favela da Mangueira, nos seguintes versos:

“Vista assim do alto

Mais parece o céu no chão”

Sobre esse pequeno texto, é **correto** afirmar que:

- a) o observador está no plano horizontal em relação à favela.
- b) os detalhes dados sobre a favela a desvalorizam.
- c) a posição do observador favorece a descrição da favela.
- d) a semelhança com o céu ocorre pelo distanciamento.
- e) a expressão “céu no chão” mostra a dura realidade da favela.

182. (FGV – 2022) “É um paradoxo que a ideia de ter vida longa agrada a todos, e a ideia de envelhecer não agrada a ninguém”. Essas ideias formam um paradoxo porque

- a) pode-se ter vida longa sem envelhecer.
- b) muitos envelhecem fisicamente ainda jovens.
- c) nem todos se alegram ao viver muito.
- d) algumas pessoas têm prazer na velhice.
- e) não se pode ter vida longa sem envelhecer.

183. (FGV – 2022) Texto 2

Sonho, memória e o reencontro de Freud com o cérebro (fragmento adaptado) “Para que serve sonhar? No início do século XX esta pergunta ancestral pareceu subitamente ao alcance da Razão, com a publicação de ‘A interpretação dos sonhos’. Neste livro Freud fundou uma nova e ambiciosa psicologia, repleta de novas ideias sobre a mente humana e seus sonhos. A despeito do impacto profundo destas ideias na

sociedade ocidental, sua formulação e desenvolvimento não se deram sobre uma base empírica e quantitativa, marcando um divórcio progressivo de método e discurso entre a psicanálise e a biologia. Como resultado, pouca ou nenhuma influência é atualmente atribuída a Freud no que diz respeito à investigação científica do fenômeno onírico.

O fosso não poderia ser mais profundo. Predomina nas ciências exatas a noção de que a contribuição da psicanálise para o entendimento dos sonhos resume-se a um amontoado de observações isoladas, teorias não testáveis, imperativos ideológicos e argumentos de autoridade. Por outro lado, as diferentes vertentes da psicanálise ocupam-se pouco ou nada do estudo experimental e quantitativo dos sonhos, voltando-se exclusivamente para os símbolos e jamais para seu substrato material, o sistema nervoso.

Na contramão deste divórcio, pretendo aqui demonstrar que os avanços da psicologia experimental e da neurociência convergiram nos últimos anos para dois importantes insights psicanalíticos. O primeiro consiste na observação concreta de que os sonhos, muito frequentemente, contêm elementos da experiência do dia anterior, denominados ‘restos do dia’. O segundo é o reconhecimento de que estes ‘restos’ incluem atividades mnemônicas e cognitivas da vigília, persistindo nos sonhos na medida de sua importância para o sonhador. Assim, ainda que de maneira difusa, a psicanálise prevê que a consolidação de memórias e o aprendizado sejam importantes funções oníricas. [...]”

(Sidarta Ribeiro. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000600013&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 02/04/2022)

“A despeito do impacto profundo destas ideias na sociedade ocidental, sua formulação e desenvolvimento não se deram sobre uma base empírica e quantitativa, marcando um divórcio progressivo de método e discurso entre a psicanálise e a biologia.”

Com base nessa passagem, retirada do primeiro parágrafo do texto 2, é possível inferir a seguinte informação implícita:

- a) as ideias de Freud não tiveram um impacto tão profundo no desenvolvimento da teoria psicanalítica quanto algumas pessoas supõem.
- b) a sociedade ocidental não teve acesso às inovações trazidas pela obra “A interpretação dos sonhos”.
- c) a biologia se baseia em métodos empíricos e quantitativos.
- d) a teoria psicanalítica e a biologia são mutuamente incompatíveis.
- e) o divórcio entre a psicanálise e a biologia ocorreu de forma gradual.

184. (FGV – 2022) “Sabedoria é saber o que fazer; virtude é fazer.

A mensagem contida nesse pensamento, é:

- a) mais vale o conhecimento que a obra.
- b) a sabedoria é superior à virtude.
- c) as obras valem menos que as palavras.
- d) sabedoria e virtude se equivalem.
- e) mais vale a ação que a reflexão.

185. (FGV – 2022) Texto 1

Índio

Uma das consequências das Cruzadas (séculos XI a XIII) foi a descoberta das riquezas do Oriente: tecidos, pedras e metais preciosos, especiarias.

Tudo isso passou a ter um valor extraordinário para os europeus do século XV (a canela chegou a valer mais do que o ouro!). E assim as grandes navegações para a Ásia se tornaram financeiramente atrativas.

O genovês Cristóvão Colombo, o que botou o ovo em pé (como se fosse uma grande coisa: as galinhas já faziam isso

muito antes dele), consegue, na Espanha, em 1492, o patrocínio dos reis Fernando II e Isabel I para uma viagem à Índia.

Para chegar lá, os portugueses desciam até o final da África e dobravam à esquerda. Colombo, que sempre adorou viver na contramão da História, sai da Espanha, no dia 3 de agosto, e dobra à direita, convencido de que a Terra era redonda.

Acertou na forma, mas errou no cálculo do diâmetro. Colombo chega às Bahamas, em 12 de outubro, e acha que alcançou a Índia. Por isso, ao ver uns selvagens locais, Colombo os chama de índios. Pronto, o nome ficou e o erro se consagrou: a partir daí, todo selvagem, nu ou seminú, passou a ser chamado de índio.

(PIMENTA, R. Casa da Mãe Joana, curiosidade na origem das palavras, frases e marcas. Ed. Campus. Rio de Janeiro-RJ. 2002)

“O genovês Cristóvão Colombo, o que botou o ovo em pé (como se fosse uma grande coisa: as galinhas já faziam isso muito antes dele), consegue, na Espanha, em 1492, o patrocínio dos reis Fernando II e Isabel I para uma viagem à Índia.” Sobre os componentes desse segmento do texto, assinale a afirmação **inadequada**.

- a) O trecho “o que botou o ovo em pé” indica um fato que notabilizou Cristóvão Colombo.
- b) O trecho “como se fosse uma grande coisa” mostra certo desprezo pelo fato aludido anteriormente.
- c) O trecho “as galinhas já faziam isso muito antes dele” alude ao fato de as galinhas porem os ovos de modo que fiquem de pé no ninho.
- d) A expressão “botar o ovo em pé” possui dois significados, um dos quais pode dar um tom humorístico ao texto.
- e) A forma verbal “consegue”, no presente do indicativo, traz mais dinamismo ao fato narrado.

186. (FGV – 2022) Texto

Má educação dos turistas em templos e bares irrita japoneses

“Os japoneses estão irritados com o comportamento de turistas que visitam templos, fontes sagradas e até mesmo lojas em Tóquio. A falta de educação dos visitantes, que sobem em telhados, levam sua própria comida para locais que vendem alimentos e usam qualquer coisa como cinzeiro tira do sério quem vive no local.

O templo de Nanzoin em Sasaguri, Fukuoka, deixou claro, em cartazes feitos em nada menos que 12 idiomas, para não-japoneses ficarem longe, após uma série de advertências verbais aos turistas. Alguns dos visitantes tocaram música alta, mergulharam em uma cachoeira sagrada e um subiu no telhado para tirar melhores fotos.

No Izakaya Bar, em Kyoto, o dono perdeu a paciência ao ver os turistas trazendo comida para consumir em suas mesas, usando os pratos como cinzeiros e sacudindo suas cinzas de cigarro no chão. A solução foi fingir que está lotado quando vê grupos com mais de cinco turistas se aproximando.

Em 2016, uma mulher invadiu uma área proibida no Parque Ueno, em Tóquio, enquanto outras foram vistas no Parque do Castelo de Osaka, arrancando flores para colocar nos cabelos. Em 2018, o Japão recebeu 31,2 milhões de visitantes estrangeiros.”

(<https://casavogue.globo.com/LazerCultura/Viagem/noticia/2019/03/ma-educacao-dos-turistas-em-templos-e-bares-irrita-japoneses.html>. Acesso em 03/08/2022.)

Má educação dos turistas em templos e bares / irrita japoneses

A relação lógica entre os dois termos do título é a de

- a) fato / explicação.
- b) ocorrência / conclusão.
- c) acontecimento / condição.
- d) causa / consequência.
- e) informação / esclarecimento.

187. (FGV – 2022) “O templo de Nanzoin em Sasaguri, Fukuoka, deixou claro, em cartazes feitos em nada menos que 12 idiomas, para não-japoneses ficarem longe, após uma série de advertências verbais aos turistas.”

Infer-se desse segmento do texto que

- a) os turistas irresponsáveis eram de nações diferentes.
- b) muitos turistas entendiam o idioma japonês.
- c) os turistas e os japoneses deveriam ficar separados.
- d) os japoneses passaram a tratar mal os turistas.
- e) os templos japoneses sofreram vandalismo dos turistas.

188. (FGV – 2021) “É minha opinião que não se deve dizer mal de ninguém, e ainda menos da polícia. A polícia é uma instituição necessária à ordem e à vida da cidade.” (Machado de Assis, A Semana – 1871)

Sobre a estruturação desse pensamento de Machado de Assis, a única observação correta é:

- a) há uma contradição lógica entre os dois períodos que compõem esse pensamento.
- b) o texto mostra fraco poder argumentativo por tratar-se de uma opinião.
- c) o segundo período é uma explicação que justifica o período anterior.
- d) o segmento “e ainda menos da polícia” retifica uma afirmação anterior.
- e) os dois períodos do texto poderiam trocar de posição sem alteração do sentido global.

189. (FGV – 2021) Numa escola de São Paulo, a Direção mandou exibir o seguinte cartaz:

Não ao bullying!

Sim à harmonia!

Com esse cartaz, a Direção pretende

- a) evitar problemas de disciplina.
- b) estimular os valores do estudo.
- c) incentivar os estudos em grupo.
- d) inserir as famílias no ambiente escolar.
- e) desenvolver a solidariedade entre os alunos.

190. (FGV – 2021) ATENÇÃO: a questão deve ser respondidas a partir do cartaz a seguir, colocado em um poste do Rio de Janeiro.

Procura-se

vira-lata “Neguinho”.

Porte médio, que levaram da Praça General Osório.

Favor devolver!

Recompensa: 1.000,00.

Esse tipo de cartaz demonstra

- a) a falta de amor aos animais.
- b) o interesse pela recompensa.
- c) a insegurança nas ruas do Rio.
- d) a descrença na bondade humana.
- e) o valor afetivo dos animais de estimação.

191. (FGV – 2021) Texto 3

“Nenhum ser humano é uma ilha... por isso não perguntem por quem os sinos doam. Eles doam por cada um, por cada uma, por toda a humanidade. Se grandes são as trevas que se abatem sobre nossos espíritos, maiores ainda são as nossas ânsias por luz. (...) As tragédias dão-nos a dimensão da inumanidade de que somos capazes. Mas também deixam vir à tona

o verdadeiramente humano que habita em nós, para além das diferenças de raça, de ideologia e de religião. E esse humano em nós faz com que juntos choremos, juntos nos enxuguemos as lágrimas, juntos oremos, juntos busquemos a justiça, juntos construamos a paz e juntos renunciemos à vingança.”

Leonardo Boff

Nesse segmento (texto 3), o autor:

- a) apresenta sua própria opinião.
- b) apresenta uma opinião como geral.
- c) apresenta uma opinião alheia e a comenta.
- d) apresenta e comenta sua opinião.
- e) confronta diversas opiniões.

192. (FGV – 2021)

Texto 1 – Notícia

“Cientistas americanos apresentaram ontem resultados preliminares de uma vacina contra o fumo. O medicamento impede que a nicotina – componente do tabaco que causa dependência – chegue ao cérebro. Em ratos vacinados, até 64% da nicotina injetada deixou de atingir o sistema nervoso central.”

(O Globo, 18/12/99)

Um dado, que está presente no texto 1, sobre a descoberta anunciada é:

- a) a razão de a nicotina causar mal aos fumantes.
- b) as várias consequências do uso da nicotina no organismo.
- c) a indicação do tempo gasto nas pesquisas.
- d) a certeza de a vacina ser altamente eficiente.
- e) a demonstração da total eficiência da vacina nos ratos.

193. (FGV – 2021)

Texto 2 – Campanha

“Antes que comecem os mimimis, um aviso: não tenho absolutamente nada contra aqueles que fumam. A decisão de enviar mais de 4 mil substâncias tóxicas para dentro do corpo e correr o risco de morrer precocemente com um câncer na boca, laringe, estômago ou pulmão é pessoal. Só não soltem fumaça na cara de não fumantes, combinado?”

(Publicidade, Guilherme Dantas, 2013)

“Antes que comecem os mimimis, um aviso: não tenho absolutamente nada contra aqueles que fumam.”

Nesse segmento inicial do texto 2, o autor do texto:

- a) defende-se de possíveis críticas futuras.
- a) critica os que se utilizam das redes sociais.
- a) ataca os que sempre reclamam de tudo.
- a) condena os fumantes, apesar de também fumar
- a) defende o direito de que as pessoas fumem.

194. (FGV – 2021)

Texto 3 – Machado de Assis e o fumo

1. “Quando fumo, parece que aspiro a eternidade. Enlevo-me todo e mudo de ser. Divina invenção!”.
2. “Fumar é um mau vício, mas é o meu único vício.”
3. “Fumar é a sentença fúnebre que nos acompanha em toda parte.”
4. “O fumo impede as lágrimas, e ao mesmo tempo leva ao cérebro uma espécie de nevoeiro salutar.”
5. “Depois da invenção do fumo não há solidão possível.”

(Gentil de Andrade, Pensamentos e reflexões de Machado de Assis, RJ, 1990)
Alguns dos cinco pensamentos de Machado de Assis (texto 3) mostram aspectos positivos do fumo; entre esses aspectos, NÃO está presente:

- a) servir de companhia ao solitário.
- b) propiciar a ascensão espiritual.
- c) combater o sofrimento.
- d) trazer lembranças agradáveis.
- e) escapar do puramente material.

195. (FGV – 2021) Texto 1

“A Estrada de Ferro Mauá é a primeira ferrovia do Brasil e uma das principais estradas de ferro antigas. Implementada em 1852 e com início das operações, 2 anos depois, em 1854, a ferrovia teve papel essencial para o avanço econômico para o país, que viveria uma transição para se tornar uma república.

A estrada tinha a função de ligar o Porto de Mauá, em Magé (RJ), até o município de Fragoso. Na época, foi construída com uma capacidade de 14,5 km de extensão.

Essa ferrovia, que faz parte do quadro de estradas de ferro antigas, e é uma das mais importantes, justamente por dar início às operações desse setor, foi construída por Irineu Evangelista de Sousa, o Barão de Mauá.

O setor ferroviário já se apresentava como uma importante solução em outros países, principalmente na Europa e nos Estados Unidos. Justamente por isso é que o empresário Irineu decidiu implementar esse novo negócio, trazendo uma nova perspectiva para a produção nacional, visto que a partir disso se tornou possível levar os insumos produzidos com mais facilidade.

A Estrada de Ferro Mauá seguia um trajeto específico: abastecia os trens nas plantações de café no Vale do Paraíba, seguindo até a cidade de Magé. A partir daí, os produtos eram posicionados em embarcações para chegar até a cidade do Rio de Janeiro.

Essa prática facilitou muito o transporte do café, que era o principal produto do mercado interno e externo nacional. Antes, esse transporte era feito por tração animal, demorando muito tempo e enfrentando dificuldades maiores do que nas estradas de ferro antigas.

A operação da Estrada de Ferro Mauá durou até o fim do período imperial, em meados de 1888, já tendo perdido a sua importância.”

(Massa, 23/06/2021)

O texto 1 está estruturado em 7 parágrafos; a opção abaixo que mostra **corretamente** a temática do parágrafo destacado é:

- a) parágrafo 1 – resumo da história completa da Estrada de Ferro Mauá.
- b) parágrafo 2 – indicação da função econômica da Estrada de Ferro Mauá.
- c) parágrafo 3 – importância atual da Estrada de Ferro Mauá.
- d) parágrafo 4 – razões da implementação da Estrada de Ferro Mauá no Brasil.
- e) parágrafo 5 – roteiro, extensão e função da Estrada de Ferro Mauá.

196. (FGV – 2021)

Texto 4 – O transporte público

“O responsável primário pelo transporte público urbano é o poder público municipal. É isso que prevê o inciso V do artigo 30 da Constituição Federal:

‘[Cabe ao município] organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial’.

Entretanto, como você pode observar, esse dispositivo da Constituição dá liberdade aos municípios quanto a como oferecer esse serviço. Primeiro, o município pode escolher cuidar do transporte coletivo por conta própria. A prefeitura se responsabiliza diretamente pela gestão do sistema e desembolsa 100% dos recursos para mantê-lo.

É claro que o modelo direto é pouco adotado, já que o orçamento municipal costuma ser apertado e há outras áreas que as prefeituras devem suprir (saúde e educação, por exemplo). Nesse caso, quais opções restam?

A saída mais comum é contratar empresas para desempenhar essa função. Para fazer isso, é preciso realizar uma licitação, procedimento padrão para que uma empresa desempenhe um serviço público. As empresas vencedoras da licitação atuam sob regime de concessão ou permissão. A diferença entre os dois é sutil e pouco relevante; o que importa saber é que a empresa firma um contrato com a prefeitura por certo período de tempo, para administrar a maior parte do sistema de transporte coletivo municipal.” (Politize!, 30/05/2021)

“As empresas vencedoras da licitação atuam sob regime de concessão ou permissão. A diferença entre os dois é sutil e pouco relevante; o que importa saber é que a empresa firma um contrato com a prefeitura por certo período de tempo, para administrar a maior parte do sistema de transporte coletivo municipal.”

O autor do texto 4 declara ser “sutil e pouco relevante” a diferença entre concessão e permissão; em função dessa declaração:

- a) o texto só registra o essencial.
- b) o autor abandona essa diferença.
- c) as linhas seguintes mostram diferenças.
- d) a continuidade do texto retifica essa declaração.
- e) o texto só apresenta uma diferença.

197. (FGV – 2021) Observe a seguinte situação comunicativa:

“Roberto envia a Viviane, uma escritora consagrada, um conto escrito por ele, para que ela lhe dê sua opinião. Ao ler o conto, no qual a protagonista é uma caricatura dela mesma, responde a Roberto: ‘Seu conto está muito bom. Estou aliviada de que não tenha sido escrito para publicação, mas como diversão entre nós.’

Ri muito com a protagonista. Você tem muito senso de humor e isso é bom para quem escreve’.”

Pode-se inferir da resposta de Viviane que ela:

- a) faz deduções a partir das informações de Roberto.
- b) declara que o conto deve conter fatos humorísticos.
- c) considera o conto indigno de publicação.
- d) reconhece a relação da protagonista com ela mesma.
- e) não responde à solicitação de Roberto.

198. (FGV – 2021) Todas as frases abaixo são pensamentos sobre a modernidade; o pensamento que revela uma visão positiva sobre esse tema é:

- a) “Nós vivemos em um arco-íris de caos” (Cézanne);
- b) “Eu vejo um museu de grandes novidades” (Cazuza);
- c) “Meios poderosos, mas objetivos confusos: essa é a nossa época” (Einstein);
- d) “O mundo está se tornando um asilo de lunáticos” (David Lloyd);
- e) “Hoje em dia, se alguém não está confuso, é porque não pensa com clareza” (Irene Peter).

199. (FGV – 2022) Quando um ato comunicativo não se realiza de forma adequada, isso pode ser explicado por problemas de um dos fatores presentes nesse ato. Observe o caso a seguir.

Roberto chegou atrasado ao cinema e não pôde compreender por que a heroína do filme recusou a casar-se com o campeão mundial de skate.

Aponte a razão da falha na comunicação:

- a) o código empregado é diferente para o emissor e o receptor.
- b) a presença de ambiguidade na comunicação.

- c) os conhecimentos do receptor são insuficientes.
- d) a mensagem é bastante densa e difícil.
- e) a pouca colaboração do receptor na compreensão da mensagem.

200. (FGV – 2021) A questão desta prova teve por base textos jornalísticos, retirados de jornais das grandes capitais brasileiras.

Um texto jornalístico faz uma apresentação de um novo filme recém-lançado: “‘Indústria Americana’ começa num dia gelado de dezembro de 2008, perto do Natal, quando uma fábrica da GM fecha as portas em Dayton, Ohio, típica cidade do meio-oeste dos Estados Unidos. Como se não houvesse tristeza suficiente na neve que cai e nos operários que não conseguem conter as lágrimas enquanto despacham os últimos veículos, a música ressalta a melancolia geral, e avisa, lúgubre, que essa não será uma história feliz. E não é mesmo.”

O trecho diz que o filme começa quando uma fábrica da GM fecha as portas; isso nos ensina que uma narrativa começa:

- a) pelo fato mais importante para o enredo.
- b) por algo que chame a atenção dos espectadores.
- c) por um acontecimento escolhido para início pelo narrador.
- d) por um fato de alta carga emotiva.
- e) por fatos desconhecidos do público.

201. (FGV – 2021) “Se você é tolo, fique rodeado de pessoas inteligentes. Se você é inteligente, fique rodeado de pessoas inteligentes que discordam de você.” Esse conselho anônimo mostra que nossa inteligência progride quando:

- a) Mantemos contato com pessoas diferentes de nós.
- b) Conhecemos muitas pessoas inteligentes.
- c) Demonstramos nossa inteligência aos demais.
- d) Debates com nossos inimigos.
- e) Discutimos nossas convicções.

202. (FGV – 2021) A loja de roupas “O Príncipe” tinha o seguinte slogan:

“O Príncipe veste hoje o homem de amanhã!”

Por essa frase deduz-se que essa loja vendia roupas destinadas a

- a) famílias de maior renda.
- b) crianças do sexo masculino.
- c) crianças de ambos os sexos.
- d) homens praticantes de esportes.
- e) adolescentes de ambos os sexos.

203. (FGV – 2021) Um pensador chinês escreveu:

“O rio atinge seus objetivos porque aprendeu a contornar obstáculos.”

Aplicando a frase aos homens, podemos afirmar que o pensador elogia

- a) a paciência e a persistência.
- b) a coragem e a dedicação.
- c) a força e a flexibilidade.
- d) a boa-vontade e a valentia.
- e) a determinação e a bravura.

204. (FGV – 2021) “Os que gostam de cerejas cedo aprendem a subir em árvores.”

(provérbio alemão)

O que esse ditado nos ensina é que

- a) o desejo motiva as nossas ações.
- b) as crianças sempre obedecem às suas vontades.
- c) as dificuldades devem ser sempre superadas.
- d) as brincadeiras infantis não devem ser esquecidas.
- e) a experiência nos ensina a ser fortes.

205. (FGV – 2021) “Mais vale um pássaro na mão que dois voando!”

(ditado popular)

Esse ditado contraria os

- a) defensores do meio-ambiente.
- b) opositores à poluição visual.
- c) protetores dos animais.
- d) favoráveis à alimentação natural.
- e) contrários à destruição da natureza.

206. (FGV – 2021) Assinale a opção que indica o texto que não recebe a classificação de publicitário, por não ter promoção de um produto a ser comercializado, mas sim defender uma ideia.

- a) Boa educação é sua filha conhecer Honoré de Balzac bem antes de ser uma balzaquiana. (Aliança Francesa, escola de idiomas)
- b) Claro, você pode andar por aí com uma carteira recheada. Mas para quê? (American Express, cartão de crédito)
- c) Esse é o mais seco dos gins – pergunte a qualquer Martini. (Anúncio de bebida)
- d) Quer que ele seja mais homem? Experimente ser mais mulher. (Loja de lingerie)
- e) Você quer ser cobaia? Não engula essa. (Instituto de Defesa do Consumidor contra alimentos transgênicos)

207. (FGV – 2021) Um cartaz que mostrava um policial andando em rua escura dizia:

“Lá vem o alvo!”

Esse cartaz deve fazer parte de uma campanha

- a) pela segurança dos policiais.
- b) por melhor iluminação pública.
- c) por rondas policiais mais frequentes.
- d) pela fraternidade.
- e) por melhor armamento.

208. (FGV – 2021) Os gênios são aqueles que dizem muito antes o que se dirá muito depois.

Ramón Gómez De La Serna, escritor espanhol.

Segundo esse fragmento, os gênios são aqueles que mostram a capacidade de

- a) analisar fielmente os dados.
- b) antecipar pensamentos futuros.
- c) demonstrar a verdade do que pensam.
- d) prever acontecimentos que ainda vão ocorrer.
- e) indicar com precisão a localização da verdade.

209. (FGV – 2019) Na página inicial de uma prova, entre as instruções gerais, estava escrito:

“Será eliminado sumariamente do processo seletivo e as suas provas não serão levadas em consideração, o candidato que:

- I. der ou receber auxílio para a execução de qualquer prova;
- II. utilizar-se de qualquer material não autorizado;
- III. desrespeitar qualquer prescrição relativa à execução das provas;
- IV. escrever o nome ou introduzir marcas identificadoras nou-tro lugar que não o indicado para esse fim;
- V. cometer um ato grave de indisciplina”

No texto, entre as situações apontadas como causadoras da eliminação do candidato, uma apresenta caráter subjetivo, ou seja, pode depender de uma opinião, que é:

- a) a opção (i).
- b) a opção (ii).
- c) a opção (iii).
- d) a opção (iv).
- e) a opção (v).

210. (FGV – 2019) “Evidentemente que não se pode reconstruir as cidades, porém são possíveis e necessárias a formação e a consolidação de novas centralidades urbanas, com a descentralização de equipamentos sociais, a informatização e descentralização de serviços públicos e, sobretudo, com a ocupação de vazios urbanos, modificando-se, assim, os fatores geradores de viagens e diminuindo-se as necessidades de deslocamentos, principalmente motorizados”.

Ministério das Cidades

O texto aborda o problema do transporte urbano atual, com organização argumentativa. Sobre os componentes desse segmento, assinale a afirmativa correta.

- a) O advérbio “Evidentemente” se apoia em pesquisas realizadas sobre o assunto.
- b) A primeira oração do texto se opõe a uma outra colocação argumentativa.
- c) As sugestões dadas para as mudanças abordam as consequências do transporte urbano em moldes atuais.
- d) O texto não sugere mudanças cabíveis no modelo atual, apesar de crítico ao atual modelo de transporte.
- e) O texto mostra fatos já em processo de efetivação, por tratar-se de publicação de órgão oficial.

211. (FGV – 2019) A notícia dada a seguir é veiculada como possibilidade, e não como certeza.

Araguainha: a cidade brasileira que está no centro da maior cratera de asteroide na América do Sul.

Estudos apontam que o impacto pode ter provocado a maior extinção de vida na Terra - maior, inclusive, que a dos dinossauros. A colisão teria destruído, imediatamente, tudo o que estava num raio de até 250 quilômetros e, posteriormente, gerado um rápido e fatal aquecimento global, causando tsunamis e terremotos...

Uol, 23/11/2018.

Assinale a opção que indica os meios linguísticos que produzem essa noção de possibilidade.

- a) Informações dadas a partir de estudos / exagero na enunciação dos fatos.
- b) Exagero na enunciação dos fatos / citação da provável extinção dos dinossauros.
- c) Citação da provável extinção dos dinossauros / emprego do verbo “poder”.
- d) Emprego do verbo “poder” / utilização do futuro do pretérito.
- e) Emprego do futuro do pretérito / informações dadas a partir de estudos.

212. (FGV – 2019) Uma manchete do jornal O Globo, de 5/11/2018, dizia o seguinte:

ENEM tem recorde negativo de ausências

Com essa manchete, o jornal informa aos leitores que

- a) as ausências atingiram um número imprevisto.
- b) o ENEM mostra o prejuízo causado pela mudança do horário de verão.
- c) o número de faltas à prova diminuiu como nunca.
- d) as ausências dos candidatos causam preocupações ao ENEM.
- e) a quantidade de faltas à prova mostra a visão negativa do exame.

213. (FGV – 2019) *“Ler é importante porque leva a pessoa a ter contato com várias ideias diferentes (dos autores), adquirindo assim uma visão mais ampla do mundo e dos conflitos que envolvem a humanidade e a sociedade. Quando se tem uma visão mais ampla, se tem também mais material para formar as próprias ideias e resolver de melhor forma os próprios problemas.”*

brunokabuki.blogspot.com/2019/

Segundo o texto, a leitura

- a) faz os autores entrarem em contato com várias ideias.
- b) obriga os leitores a terem uma visão mais ampla do mundo.
- c) torna menos compreensíveis os conflitos do mundo.
- d) fornece ferramentas para a formação de nossas ideias.
- e) minimiza os problemas que enfrentamos.

214. (FGV – 2019) *“A ideia de que a natureza existe para servir o homem seria apenas ingênua, se não fosse perigosamente pretenciosa.*

Essa crença lançou raízes profundas no espírito humano, reforçada por doutrinas que situam corretamente o Homo Sapiens no ponto mais alto da evolução, mas incidem no equívoco de fazer dele uma espécie de finalidade da criação. Pode-se dizer com segurança que nada na natureza foi feito para alguma coisa, mas pode-se crer em permuta e equilíbrio entre seres e coisas”.

Lisboa, Luiz Carlos, Olhos de ver; ouvidos de ouvir. Ed. DIFEL. 2013.

As opções a seguir apresentam uma série de palavras e expressões do campo semântico da religiosidade, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Olhos de ver. ouvidos de ouvir.
- b) Essa crença lançou raízes profundas.
- c) ... uma espécie de finalidade da criação.
- d) ... reforçada por doutrinas.
- e) ... nada na natureza foi feito para alguma coisa.

215. (FGV – 2019) *“A civilização do século XX tornou-se altamente dependente do mais nobre dos combustíveis, porque ele é extremamente conveniente: é líquido, podendo pois ser transportado facilmente nos mais variados recipientes e em oleodutos, e, além disso, é o combustível mais rico em calorías. Assim, a humanidade se acostumou com o ‘creme’ dos combustíveis e o desperdiçou, como quem desperdiça um bem ganho sem qualquer esforço. Mas isso vai acabar, o petróleo é uma herança que recebemos do passado e que fatalmente vai terminar.”*

José Goldemberg, Quatro Rodas. São Paulo, maio de 2013.

Sobre o petróleo, assinale a afirmativa **incorreta**.

- a) Trata-se de combustível caloricamente superior.
- b) Tem existência fatalmente não eterna.
- c) Possui nobreza por ter causado dependência.
- d) Traz facilidade de transporte.
- e) Pode ser embalado em recipientes diversos.

216. (FGV – 2019) Observe o seguinte diálogo em um texto de Millôr Fernandes

— Maria, ponha isso lá fora em qualquer parte.

— Junto com as outras?

— Não ponha junto com as outras, não. Senão pode vir alguém e fazer qualquer coisa com elas. Ponha no lugar do outro dia.

— Sim, senhora.

Esse texto é intencionalmente impreciso e pouco claro. A estratégia de produção de imprecisão só **NÃO** está corretamente identificada em:

- a) emprego de pronomes sem indicação da situação: ponha isso lá fora em qualquer parte.
- b) emprego de termos sem identificação anterior: ponha isso lá fora em qualquer parte.
- c) ausência de coesão com termos já expressos: Junto com as outras?.
- d) emprego de pronomes indefinidos substantivos: Senão pode vir alguém....
- e) emprego de palavras gerais, sem esclarecimentos: fazer qualquer coisa com elas.

217. (FGV – 2019) No mesmo número da revista Educatrix, aparece o seguinte texto sobre criatividade:

A criatividade é uma questão constantemente colocada em pauta na educação contemporânea. Tendências, como a cultura maker, têm entre suas razões de ser a busca de um sonho pedagógico que se perde na preparação para o vestibular e no progressivo aumento da competitividade: a formação de seres humanos capazes de inovar e criar soluções.

A afirmação **inadequada** sobre esse fragmento textual é:

- a) o primeiro período do texto é uma afirmação de caráter geral que introduz a apresentação do tema.
- b) a definição de criatividade é dada pela capacidade de inovar e criar soluções.
- c) o sonho pedagógico perseguido está expresso ao final do texto: a formação de seres humanos capazes de inovar e criar soluções.
- d) a preparação para o vestibular é uma oportunidade única para o desenvolvimento da criatividade individual.
- e) o aumento da competitividade leva à perda da formação de seres humanos criativos.

218. (FGV – 2019) Assinale a frase em que o mundo é apresentado de modo positivo.

- a) O mundo é uma gaiola de loucos.
- b) O mundo é uma prisão em que é preferível o isolamento.
- c) O mundo é cego e tu vens exatamente dele.
- d) O mundo é um belo livro para quem sabe ler.
- e) O mundo não é uma hospedaria, mas um hospital.

219. (FGV – 2019) “Aquele que sabe muito tem com que se preocupar.”

Deduz-se dessa frase que

- a) conhecer algo sempre nos leva a querer conhecer mais.
- b) o conhecimento é a motivação da vida humana.
- c) o amplo conhecimento é de poucas pessoas.
- d) os ignorantes devem ser pessoas tranquilas.
- e) o conhecer muito leva a pessoa a trabalhar para os demais.

→ TIPOLOGIA E GÊNERO TEXTUAL

220. (FGV – 2022) Em muitos textos informativos, o autor insere alguns elementos subjetivos; a frase abaixo que exemplifica tal situação é:

- a) O preso foi capturado em sua própria residência, no bairro da Prainha, em Barbacena.
- b) É pena que a prisão do acusado tenha sido feita sem testemunhas.
- c) Os crimes de feminicídio parecem estar aumentando nas cidades brasileiras.
- d) O acusado, em função das informações de inteligência, foi imediatamente preso.
- e) Os jornais elogiaram o trabalho da polícia civil no final de semana.

221. (FGV – 2022) A população recebeu, esta semana, por meio de cartazes distribuídos pelos diversos bairros do Rio, a informação sobre o telefone para denunciar atos ilegais à Polícia.

A situação abaixo que se utiliza do mesmo canal de comunicação é:

- a) Escutei ontem pelo rádio que o Vasco da Gama ganhou o jogo.
- b) O sino da matriz anunciava a missa da noite.
- c) No caixa eletrônico de seu banco, Vera vê aparecer na tela a mensagem “Digite sua senha”.
- d) Telefonaram-lhe à noite, comunicando a má notícia.
- e) O carro passava pela rua, oferecendo laranjas aos moradores dos prédios.

222. (FGV – 2022) Texto 5

“Um investigador de crimes cibernéticos é um agente da lei especializado na avaliação de casos envolvendo crimes de computador. Esse pessoal pode trabalhar para agências policiais e empresas privadas e também pode ser conhecido como técnico em computação forense. O trabalho nesse campo requer treinamento em tecnologia da informação e aplicação da lei, para que as pessoas tenham as ferramentas para localizar evidências, bem como as habilidades para protegê-las e garantir que sejam utilizáveis em tribunal.

Quando membros do público denunciam crimes cibernéticos, um investigador de crimes cibernéticos participa da investigação. Isso pode incluir qualquer coisa, desde testar a rede de um banco para determinar como e quando ocorreu um vazamento de dados até avaliar um computador individual que pode ter sido usado em um crime. Os investigadores de crimes cibernéticos podem recuperar e reconstruir dados se forem danificados ou destruídos, acidental ou intencionalmente. Eles também podem explorar redes de computadores, computadores individuais e discos rígidos para identificar evidências de atividade criminosa”

(Netinbag.com).

O texto deve ser classificado predominantemente como:

- a) publicitário, pois faz propaganda da atividade policial.
- b) informativo, pois dá a conhecer fatos novos.
- c) normativo, pois indica regras a serem seguidas.
- d) didático, pois ensina como proceder.
- e) metalinguístico, pois indica significados de palavras.

223. (FGV – 2022) Em muitos momentos de nossa vida profissional, temos que apresentar uma ideia e defendê-la. Observe o texto a seguir, publicado há alguns anos, como mostra o tema da discussão:

“Frequentemente ouve-se dizer que a causa principal da distância dos jovens em relação à leitura é a televisão. Não vamos insistir aqui sobre os problemas que esse aparelho

apresenta para a leitura e o estudo, mas desejo acrescentar duas reflexões: primeiro, que já Rousseau, no século XVIII, qualificava a leitura como ‘o castigo da juventude’, o que indica que, mesmo quando não havia televisão, ler também podia ser uma atividade pouco atrativa para muitos jovens. Em segundo lugar, que, apesar do que sempre se diz sobre a pouca leitura, nunca se leu tanto quanto agora e, às vezes, a televisão, ainda que pareça mentira, usada racionalmente, pode ajudar a ler. Assim, é frequente que as séries televisivas de mais audiência façam disparar a venda dos livros nos que se baseiam, como ocorreu com a série ‘Senhor dos Anéis’. Pode ser que esse cinema doméstico não ajude a promover a leitura, já que é mais passivo que o livro, exige menos esforço mental, é mais atrativo para os pequenos, mas em nenhum caso é a principal razão de que hoje em dia não se leia”.

Para defender sua ideia, o autor do texto apela para uma série de recursos argumentativos; a opção em que o recurso indicado está exemplificado adequadamente é:

- a) o argumentador se refere a uma obra célebre, cuja alusão esteja a serviço da tese defendida: “Assim, é frequente que as séries televisivas de mais audiência façam disparar a venda dos livros nos que se baseiam, como ocorreu com a série ‘Senhor dos Anéis’”.
- b) o argumentador, para facilitar a compreensão, relaciona dois domínios diferentes, apelando para uma analogia: “Assim, é frequente que as séries televisivas de mais audiência façam disparar a venda dos livros nos que se baseiam...”.
- c) o argumentador introduz um outro ponto de vista na tese adversa: “Em segundo lugar, que, apesar do que sempre se diz sobre a pouca leitura, nunca se leu tanto quanto agora e, às vezes, a televisão, ainda que pareça mentira, usada racionalmente, pode ajudar a ler”.
- d) o argumentador cita fatos, um testemunho, um caso particular, apresentados como provas: “Pode ser que esse cinema doméstico não ajude a promover a leitura, já que é mais passivo que o livro, exige menos esforço mental, é mais atrativo para os pequenos...”.
- e) o argumentador apela para valores predominantes numa dada sociedade: “Não vamos insistir aqui sobre os problemas que esse aparelho apresenta para a leitura e o estudo...”.

224. (FGV – 2022) Os textos podem pertencer a diferentes tipos ou gêneros; a opção abaixo que mostra um texto predominantemente expositivo é

- a) “Depois desses dias na juventude, meu amigo desapareceu de minha vida e eu só tornei a encontrá-lo na semana passada, em um restaurante”.
- b) “Defendo a ideia de que as pessoas podem dizer tudo o que querem, e, quando isso trazer qualquer prejuízo a alguém, que esse alguém as processe”.
- c) “O barco atracou ontem no Rio de Janeiro, com muitas turistas a bordo, o que certamente vai trazer a alegria para muitos comerciantes”.
- d) “O rio estava transbordando, em função das fortes chuvas, com as margens derrubadas pela força das águas e muitos detritos levados pela correnteza”.
- e) “O deputado fez o seu discurso, foi ovacionado, agradeceu os aplausos e dirigiu-se a seu gabinete”.

225. (FGV – 2022) Abaixo aparecem pequenos textos publicitários; a opção em que o texto vem acompanhado de uma característica adequadamente identificada é:

- a) Roupas Fax: um monstro de elegância / a formação de um superlativo por meio da significação de um substantivo.
- b) Conhaque Barcelona: macio sabor / a indicação de uma qualidade estranha, que desperta curiosidade no consumidor.

- c) Vinho Málaga: um vinho de anos que não tem hora / o emprego de uma expressão popular em uma frase com tom erudito.
- d) Fanta, fantástico refrigerante / utilização de uma estratégia poética, que é a rima.
- e) Rexona não te abandona / transposição de uma frase que estabelece discordância entre a expressão e o conteúdo.

226. (FGV – 2022) O objetivo do discurso argumentativo, como sabemos, é o de defender ou atacar um ponto de vista qualquer. A escolha de uma estratégia argumentativa é determinada em função da situação comunicativa global.

Observe, por exemplo, o texto a seguir.

É uma questão grave para os pais o estabelecimento de um limite de liberdade na educação dos filhos. Se os mais liberais dizem que a liberdade total é bastante educativa, os menos radicais defendem que o controle os prepara melhor para a vida futura. Se argumentamos que é triste o grande número de menores desajustados, a resposta é a de que eles são problemas menos graves do que os perfeitamente ajustados, mas infelizes.

Nesse caso, a estratégia argumentativa utilizada é:

- a) a concessão, ou seja, aceitar um aspecto da tese contrária, seja para mostrar adesão parcial, seja para antecipar uma eventual objeção.
- b) a refutação, que consiste em examinar cada um dos argumentos de uma tese, contestando o principal deles.
- c) a adesão, que consiste em aderir completamente a uma tese apresentada.
- d) a confrontação, que compara dois argumentos, mostrando pontos de divergência ou convergência.
- e) o exame crítico, que revê os principais argumentos que defendem uma tese, mostrando seus pontos fortes e fracos

227. (FGV – 2022) Observe o texto a seguir.

Os nutricionistas acham que a alimentação humana precisa de uma modificação radical. Primeiro, porque é sumamente importante incentivar o consumo de legumes e frutas, que está em baixa. Se só fosse isso, o controle nutricional no ambiente familiar seria suficiente, mas ocorre também o alto consumo de alimentos industrializados, motivado pela pressa e pela falta das já antigas empregadas domésticas. E o consumo de carne, como fica? Ela também é necessária ou não? A alimentação é uma questão de educação, centralizada no equilíbrio.

Esse é um texto argumentativo. Sobre a sua estruturação, a afirmação **correta** é:

- a) os argumentos apresentados na defesa da tese adversária são parcialmente admitidos pelo argumentador, que deseja refutá-los.
- b) os exemplos podem funcionar como argumentos, como acontece neste texto.
- c) o texto começa pela exposição da tese contrária, que o autor deseja combater.
- d) as perguntas inseridas no meio do texto funcionam como propostas de reflexão para o próprio autor.
- e) o último período do texto mostra um testemunho de autoridade fundamentado no conhecimento científico.

228. (FGV – 2022) Chegou ao topo da pequena colina e observou a cena que se lhe apresentava: algumas grandes rochas cercavam uma estreita passagem que conduzia a uma pequena planície. / Essas rochas eram bem altas, o que podia facilitar a existência de cavernas junto ao solo, o que lhes daria abrigo e alguma proteção contra animais. / Não havia à vista existência humana, mas muitas aves voavam ao redor de árvores que se penduravam nas nesgas de terra das encostas, o que fazia prever a presença de outros animais. / Apesar da distância, podia

vislumbrar a presença de um rio que cruzava transversalmente

a planície... Esse segmento textual é composto por quatro períodos, separados por barras inclinadas. A afirmativa correta sobre sua estruturação é:

- a) os quatro períodos apresentam estrutura inteiramente descritiva.
- b) os períodos mostram uma sequência temporal.
- c) os períodos trazem seguidamente detalhes da paisagem vista anteriormente.
- d) os períodos mostram aos leitores uma seleção de elementos estáticos da paisagem.
- e) o segundo período é o único que mistura descrição e narração.

229. (FGV – 2022) Observe o seguinte parágrafo:

“Tem-se discutido muito sobre as funções da linguagem humana e a hierarquia natural que há entre elas. É fácil observar, por exemplo, que é pela posse e uso da linguagem, falando mentalmente ao próximo ou a nós mesmos, que conseguimos organizar nosso pensamento e torná-lo articulado, concatenado e nítido”.

Considerando o primeiro período como tópico frasal, o seu tipo de desenvolvimento é identificado como:

- a) contraste.
- b) explicitação.
- c) enumeração.
- d) localização temporal / espacial.
- e) relação causa / efeito.

230. (FGV – 2022) Observe o início do seguinte texto narrativo:

“Um homem tinha uma fazenda perto de um rio, mas essa proximidade nunca havia trazido problema. Certo dia o rio começou a crescer e ele percebeu que sua fazenda ia ficar submersa”.

A frase que inicia propriamente a narração, é:

- a) Um homem tinha uma fazenda perto de um rio.
- b) ...mas essa proximidade nunca havia trazido problema;
- c) Certo dia o rio começou a crescer.
- d) ...e ele percebeu;
- e) ...que sua fazenda ia ficar submersa.

231. (FGV – 2022) A fórmula da estabilidade democrática europeia está no equilíbrio em torno de duas grandes forças políticas: de um lado, os social-democratas e, de outro, os liberais”.

Esse segmento serve de introdução a um texto jornalístico; nesse caso, a introdução segue o modelo de uma:

- a) declaração inicial.
- b) divisão.
- c) citação.
- d) alusão histórica.
- e) definição.

232. (FGV – 2022) Entre os pensamentos abaixo, aquele que deve ser classificado como um texto não argumentativo, é:

- a) Três pessoas podem manter um segredo, se duas delas estiverem mortas.
- b) Penso, logo existo.
- c) Ouve sempre e não fala nunca.
- d) O dilúvio passou. Deixou ficar um homem.
- e) Detesto as mulheres porque elas sempre sabem onde as coisas estão.

233. (FGV – 2022) Leia o pequeno texto narrativo, a seguir.

“Dois garotos brigavam furiosamente na rua, quando um senhor passa por eles e os separa:

Você não tem vergonha? - diz ele se dirigindo ao maior dos dois. - Bater num menino bem menor do que você, seu covardão!

Ao que o menino respondeu:

- O senhor queria o quê? Que eu ficasse esperando ele crescer?”

Assinale a opção que indica a frase que dá início à narração propriamente dita.

- a) Dois garotos brigavam furiosamente na rua.
- b) diz ele se dirigindo ao maior dos dois.
- c) Você não tem vergonha?
- d) um senhor passa por eles e os separa.
- e) Bater num menino bem menor do que você.

234. (FGV – 2022) *“A imaginação é mais importante que a ciência, porque a ciência é limitada, ao passo que a imaginação abrange o mundo inteiro.”* Albert Einstein.

Considerando a frase como representação de um texto argumentativo, assinale a afirmação correta sobre ela.

- a) O público-alvo dessa frase é a comunidade científica.
- b) O argumento básico de defesa da tese é fruto da autoridade do autor.
- c) A tese do texto é de que a imaginação é tão importante quanto a ciência.
- d) A defesa da ciência apoiada na imaginação contraria o pensamento comum dos cientistas.
- e) O argumento que apoia a tese se fundamenta em estudos consagrados e de conhecimento do autor.

235. (FGV – 2022) O segmento textual abaixo que deve ser classificado como argumentativo, é:

- a) Faça o que eu digo, mas não faça o que eu faço.
- b) Viver é morrer aos poucos.
- c) Numerosos são aqueles para quem a arte não passa de uma distração.
- d) Como dizia o profeta, tudo na vida tem um fim e devemos preparar-nos para ele.
- e) Os jovens costumam repetir o que dizem os pais e os professores.

236. (FGV – 2021) “O professor olhou o livro de capa grossa e colorida sobre a mesa, pegou-o, virou-o ao contrário e pôde observar a mesma cor na contracapa.”

Sobre essa pequena descrição, é **correto** afirmar que:

- a) o observador e o objeto descrito estão imóveis.
- b) o observador está em movimento e o objeto descrito, imóvel.
- c) os dados descritivos são de base visual e tátil.
- d) o observador e o objeto descrito estão em movimento.
- e) o observador está imóvel e o objeto descrito, em movimento.

237. (FGV – 2021)

Texto 5 – História da lenda do Bumba meu boi

“No nordeste, a história do Bumba meu boi foi inspirada na lenda da Mãe Catirina e do Pai Francisco (Chico).

Nessa versão, Mãe Catirina e Pai Francisco são um casal de negros trabalhadores de uma fazenda. Quando Mãe Catirina fica grávida, ela tem desejo de comer a língua de um boi.

Empenhado em satisfazer a vontade de Catirina, Chico mata um dos bois do rebanho, que, no entanto, era um dos preferidos do fazendeiro.

Ao notar a falta do boi, o fazendeiro pede para que todos os empregados saiam em busca dele

Eles encontram o boi quase morto, mas com a ajuda de um curandeiro ele se recupera. Noutras versões, o boi já está morto e com o auxílio de um pajé, ele ressuscita.

A lenda, dessa maneira, está associada ao conceito de milagre do catolicismo ao trazer de volta o animal. Ao mesmo tempo, mostra a presença de elementos indígenas e africanos, tal como a cura pelo pajé ou curandeiro e a ressurreição.

A festa do Bumba meu boi é celebrada para comemorar esse milagre.”

O texto 5, em termos de predominância quase absoluta, deve ser classificado como:

- a) descritivo.
- b) narrativo.
- c) dissertativo-expositivo.
- d) dissertativo-argumentativo.
- e) injuntivo.

238. (FGV – 2021) **Texto 3**

“Nenhum ser humano é uma ilha... por isso não perguntem por quem os sinos dobram. Eles dobram por cada um, por cada uma, por toda a humanidade. Se grandes são as trevas que se abatem sobre nossos espíritos, maiores ainda são as nossas ânsias por luz. (...) As tragédias dão-nos a dimensão da inumanidade de que somos capazes. Mas também deixam vir à tona o verdadeiramente humano que habita em nós, para além das diferenças de raça, de ideologia e de religião. E esse humano em nós faz com que juntos choremos, juntos nos enxuguemos as lágrimas, juntos oremos, juntos busquemos a justiça, juntos construamos a paz e juntos renunciemos à vingança.”

Leonardo Boff

“Nenhum ser humano é uma ilha... por isso não perguntem por quem os sinos dobram. Eles dobram por cada um, por cada uma, por toda a humanidade.”

A marca característica do discurso moderno nesse segmento do texto 3 é:

- a) a presença da intertextualidade.
- b) a metáforização com um acidente geográfico.
- c) a indicação separada de “cada um” e “cada uma”.
- d) a utilização de vocábulos desusados como “dobrar”.
- e) o emprego de reticências no meio da frase.

239. (FGV – 2021) **Texto 3**

“Um dos grandes problemas enfrentados pelos moradores das grandes cidades brasileiras é a deficiente infraestrutura de transportes. As pessoas demoram muito tempo para se deslocarem, sem condições mínimas de conforto, tendo muitas vezes que encarar longas distâncias em pé, em ônibus lotados.

Este problema tem origem em meados do século XX, quando o Brasil passou por um processo de industrialização que aconteceu de forma rápida e descontrolada. Houve migração muito grande de pessoas para as cidades, o que levou à supervalorização do preço dos terrenos e imóveis.

A solução, para as pessoas de renda mais baixa, foi estabelecer moradia em zonas mais afastadas, além de favelas e ocupações irregulares. As ofertas de empregos e serviços, no entanto, ficou concentrada nos bairros mais nobres, o que exige deslocamento de grandes distâncias pelos trabalhadores.”

Pela sua estruturação, o texto 3 deve ser classificado como:

- a) dissertativo-informativo.
- b) expositivo-didático.
- c) descritivo-argumentativo.
- d) narrativo-dissertativo.
- e) narrativo-descritivo.

240. (FGV – 2021) Numa reportagem sobre um acidente de trânsito, um jornal de São Paulo utilizou diversas estruturas textuais; a frase abaixo que se insere entre textos descritivos é:

- a) “Como o sinal estava fechado, a vítima decidiu atravessar”;
- b) “Após caminhar alguns passos, a vítima notou que um caminhão se aproximava”;
- c) “A polícia conseguiu levar a vítima para o hospital mais próximo e a deixou no setor de emergências”;
- d) “A esquina estava cheia de gente na hora do acidente, com um guarda de trânsito perto do sinal”;
- e) “O trânsito está a cada dia mais perigoso e é urgente uma penalização mais dura para os infratores”

241. (FGV – 2021) Observe o seguinte diálogo entre mãe e filha, quando esta volta do cabeleireiro:

Mãe: “O que é que houve? Você acabou não indo?”

A recomendação sobre a língua escrita que foi seguida nessa pergunta feita pela mãe é que sua fala:

- a) seja o mais informativa que requeira o propósito da conversação.
- b) seja a expressão da verdade.
- c) seja relevante.
- d) seja breve.
- e) evite a obscuridade.

242. (FGV – 2021) *“O intelecto humano compreende algumas coisas com tal perfeição, e delas tem uma certeza tão absoluta, quanto as possui a própria natureza: e tais são as ciências matemáticas puras, ou seja, a geometria e a aritmética, das quais o intelecto divino conhece muito mais infinitos teoremas, pois conhece todos eles: mas daqueles poucos compreendidos pelo intelecto humano, creio que a cognição se compare à divina na certeza objetiva...”*

Galileo Galilei.

Esse pensamento é, e mostra, uma estrutura argumentativa; tudo o que nele é afirmado se apoia em

- a) opiniões pessoais.
- b) estudos e pesquisas.
- c) testemunhos de autoridade.
- d) citações.
- e) princípios religiosos.

243. (FGV – 2021) “Compre a marca X. É eficiente e mais barata!”

Esse texto representa, respectivamente, o seguinte modo de organização discursiva e a finalidade do tipo textual:

- a) dissertativo / convencer.
- b) dissertativo / relacionar-se.
- c) dissertativo / prever.
- d) narrativo / ensinar.
- e) descritivo / caracterizar.

244. (FGV – 2021) “Quando minha prima e eu descemos do táxi, já era quase noite. Ficamos imóveis diante do velho sobrado de janelas ovaladas, iguais a dois olhos tristes, um deles vazado por uma pedrada.” (Lygia Fagundes Telles)

A afirmação correta sobre esse segmento de texto é:

- a) trata-se de texto puramente descritivo.
- b) mostra segmentos de texto dissertativo.
- c) apresenta estruturação paralelística.
- d) traz elementos de pensamento mágico.
- e) estrutura-se em linguagem lógica e figurada.

245. (FGV – 2021) Acima de um assento de ônibus urbano havia um cartaz que dizia:

“Assento reservado para idosos, deficientes físicos, grávidas e senhoras com crianças de colo.”

Assinale a opção que indica o que todas as pessoas indicadas no cartaz têm em comum.

- a) A idade avançada.
- b) O grande peso corporal.
- c) Uma enfermidade grave.
- d) A dificuldade de locomoção.
- e) O transporte difícil de algo pesado.

246. (FGV – 2021) Assinale a opção que indica o segmento que deve ser colocado como texto narrativo.

- a) Acho esse filme melhor que o outro.
- b) A Branca de Neve é um conto excelente.
- c) Entrei, sentei-me e levantei-me a seguir.
- d) João era pequeno e não tinha esperança de crescer.
- e) Tenho opiniões próprias, mas nem sempre concordo com elas.

247. (FGV – 2019) Um centro de reumatologia publicou em revista semanal o seguinte texto:

“Estima-se que 85% da população tem, teve ou terá dores nas costas. Muitos acreditam que basta tomar um analgésico, isso é um perigo!”

Dores na coluna tem vários motivos e podem estar associadas a doenças. Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”. (adaptado)

O segmento do texto que justifica a existência desse anúncio publicitário é:

- a) “Estima-se que 85% da população tem, teve ou terá dores nas costas”;
- b) “Muitos acreditam que basta tomar um analgésico, isso é um perigo!”;
- c) “Dores na coluna tem vários motivos”;
- d) “... podem estar associadas a doenças”;
- e) “Só um especialista pode diagnosticar e propor o melhor tratamento”.

248. (FGV – 2019) Inadimplência reduzida. Alguns dos entrevistados da classe C têm prestações atrasadas, em proporção maior que os da classe D, também entrevistados, o que mostra que os segmentos de renda menores representam riscos menores do que anos atrás. Isso ocorre porque o modelo de análise de crédito das instituições financeiras está mais eficaz. (Conexão, julho 2008)

O argumento básico desse texto se apoia no(na):

- a) exemplo que passa de um fato particular para um caráter geral.
- b) narrativa de um fato emblemático.
- c) autoridade da empresa responsável pela entrevista.
- d) credibilidade da revista que publica a reportagem.
- e) atualidade dos dados apresentados.

249. (FGV – 2019) O texto descritivo abaixo que se fundamenta predominantemente em elementos gustativos é:

- a) “De uma mesa distante no restaurante, a única ocupada ainda, vinha o ruído de vozes de homens. Uma gargalhada rebentou sonora em meio de vozes exaltadas. E a palavra cabrito saltou dentre as outras que se arrastavam pastosas”. (Lygia Fagundes Telles, A ceia)

- b) “Deitado, ele beliscou dois ou três grãos. Chupou o sumo azedo, deixou cair a casca no prato. Apanhou outro bago, mais doce”. (Dalton Trevisan, As uvas)
- c) “Nas barcas, os armazéns tresandavam a lixo e peixe podre, a latas vazias de óleo, como cheiro de homens esfarrapados”. (Autran Dourado, A barca dos homens)
- d) “O pai comprou o sapato de couro áspero, dois números maiores (.) Enfiou no pé frio o sapato branco de tênis. Ao pentear-lhe o louro cabelo, a cabeça ainda em fogo”. (Dalton Trevisan, Pedrinho)
- e) “A dona era uma velha balofa, de peruca mais negra que a asa da graúna. Vestia um pijama desbotado de seda japonesa e tinha as unhas aduncas recobertas por uma crosta de esmalte vermelho-escuro, descascado nas pontas encardidas”. (Lygia Fagundes Telles, As formigas)

250. (FGV – 2019)

Não foi para isso

“Não sei se é verdade. Dizem que Santos–Dumont suicidou–se quando soube que, durante a Guerra Mundial, a primeira, de 1914 a 1918, estavam usando aviões para bombardear cidades indefesas. Não fora para isso -- pensava ele -- que inventara a navegabilidade no ar, façanha que ninguém lhe contesta, tampouco inventara o avião, cuja autoria lhe é indevidamente negada pelos norte-americanos.

Excetuando o Dr. Guilhotin, que construiu um aparelho específico para matar mais rapidamente durante os anos do Terror, na Revolução Francesa, em geral o pessoal que inventa alguma coisa pensa em beneficiar a humanidade, dotando–a de recursos que tornam a vida melhor, se possível para todos”.

Carlos Heitor Cony, in Folha de São Paulo. 27/12/2007.

Esse fragmento de uma crônica de Cony é um exemplo de texto

- a) didático, pois ensina algo sobre personagens famosos.
- b) descritivo, pois fornece dados sobre as invenções citadas.
- c) narrativo, pois relata a história da criação do avião e da guilhotina.
- d) argumentativo, pois apresenta fato que comprova o título da crônica.
- e) histórico, pois traz informações sobre o passado a fim de registrá-lo

251. (FGV – 2019) O segmento textual abaixo que deve ser classificado predominantemente como dissertativo-argumentativo é:

- a) “A cozinha feliz, que consiste no casamento de produtos naturais, um com o outro, é a antítese da cozinha feita para impressionar”;
- b) “Restaurante sofisticado: aquele que serve comida fria de propósito”;
- c) “Aprendi que esparramar as ervilhas no prato dá a impressão de que você comeu mais e, por isso, eu as esparramei”;
- d) “Eu cozinheiro com vinho, às vezes até mesmo acrescento comida a ele”;
- e) “A comida era belíssima: folhas verdes com cenouras amarelas, cercadas de carne vermelha e pimentão verde”

252. (FGV – 2019) “Observei a paisagem da janela, que se estendia por largo espaço e brilhava sob o sol. Verifiquei que a falta de chuvas havia feito estragos e que seria necessário irrigação urgente, mas abandonei a reflexão quando me chamaram ao portão”.

Como a narrativa é marcada por uma sucessão cronológica de fatos, uma sequência de tempos verbais que mostra essa sucessão é:

- a) observei / estendia / brilhava.
- b) estendia / brilhava / havia feito.

- c) verifiquei / havia feito / abandonei.
- d) verifiquei / havia feito / seria necessário.
- e) observei / verifiquei / abandonei.

253. (FGV – 2019) Texto 4

Assim que toca o sinal indicando o fim das aulas, um grupo de alunos sai correndo das salas. Eles não estão com pressa de ir embora, como seria de se esperar após nove horas e meia de atividade escolar, mas para ir ao pátio, onde vão ensaiar para a fanfarra ou treinar handebol.

Em um colégio onde 30% dos alunos repetiam ou abandonavam os estudos, houve um receio inicial em aumentar o tempo de classe, com o período integral. A solução surpreendeu, fez aumentar o interesse dos jovens pelos estudos e melhorou os indicadores educacionais da unidade.

O primeiro parágrafo do texto 4 mistura dois tipos de textos, que são:

- a) narrativo / dissertativo-expositivo.
- b) narrativo / descritivo.
- c) descritivo / dissertativo-argumentativo.
- d) descritivo / dissertativo-expositivo.
- e) dissertativo-expositivo / dissertativo-argumentativo.

→ PARALELISMO

254. (FGV – 2022) Um Manual de Redação exemplifica, com um texto, um dos problemas mais recorrentes na hora de escrever:

“Alexandre, que é o novo coordenador do grupo, que vem a ser sobrinho da diretora, está desenvolvendo um novo projeto, que é o de diminuir o intervalo do lanche, para sairmos mais cedo.”

Esse problema de escrita é:

- a) o excesso de explicações.
- b) a falta de paralelismo.
- c) o uso exagerado de “quês”.
- d) a pobreza vocabular.
- e) a mistura de língua popular com a culta.

255. (FGV – 2022) Uma das qualidades estruturais das frases que escrevemos é o respeito pelo paralelismo sintático.

A frase abaixo que emprega **corretamente** essa estratégia é:

- a) Ela não só trabalha na fábrica como também é enfermeira.
- b) Trata-se de uma lei que é dura e que pode dar jeito no setor.
- c) Os deputados negaram estarem as comissões atrasadas em seus trabalhos e que eles tudo têm feito para um melhor desempenho.
- d) Não se trata mais de verificar a seriedade das pesquisas ou que os jornais as tenham feito de forma apressada.
- e) Foi solicitado o cancelamento de um jornalista e empresário conhecido, que tem dois dias para apresentar sua defesa.

256. (FGV – 2022) “Não há nada que demonstre tão bem a grandeza e a potência da inteligência humana, nem a superioridade e a nobreza do homem, como o fato de ele poder conhecer, compreender por completo e sentir fortemente a sua pequenez.”

Os termos desse pensamento mostram paralelismo perfeito nos seguintes segmentos:

- a) “Não há nada” / “como o fato”;
- b) “que demonstre” / “de ele poder conhecer”;

- c) “a grandeza e a potência da inteligência humana” / “a superioridade e a nobreza do homem”;
- d) “poder conhecer” / “compreender por completo”;
- e) “como o fato de ele poder conhecer” / “compreender por completo e sentir fortemente”.

257. (FGV – 2022) A frase abaixo que mostra paralelismo sintático em sua estruturação, é:

- a) Se achares três mil-réis, leva-os à polícia; se achares três contos, leva-os a um banco.
- b) Todas as mulheres honrarão os seus maridos, tanto os nobres quanto os plebeus.
- c) Uma mulher dura enquanto durar o casamento; uma ex-mulher dura o resto da sua vida.
- d) O cérebro humano começa a trabalhar quando a gente dorme e para de funcionar durante o horário de trabalho.
- e) Os homens envelhecem, mas não amadurecem.

258. (FGV – 2022) O policial olha pela janela a menina correndo, alguns homens que a perseguiam e pessoas em fuga.”

Se o autor da frase tivesse preocupação com o paralelismo na construção dessa frase, sua forma seria:

- a) O policial olha pela janela a menina correndo, alguns homens perseguindo-a e pessoas fugindo.
- b) O policial olha pela janela a menina que corria, alguns homens que a perseguiam e pessoas em fuga.
- c) O policial olha pela janela a menina em corrida, alguns homens que a perseguiam e pessoas em fuga.
- d) O policial olha pela janela a menina correndo, alguns homens que a perseguiam e pessoas fugindo.
- e) O policial olha pela janela a menina correndo, alguns homens que a perseguiam e pessoas que fugiam.

259. (FGV – 2021) A frase abaixo que **NÃO** respeita o paralelismo em sua estruturação é:

- a) “Raspei o juiz, encontrareis o carrasco”;
- b) “É relativamente fácil suportar a injustiça. O mais difícil é suportar a justiça”;
- c) “Tais são os preceitos do direito: viver honestamente, não ofender ninguém, dar a cada um o que lhe pertence”;
- d) “Excesso de direito, excesso de injustiça”;
- e) “É melhor prevenir os crimes do que sua punição”.

260. (FGV – 2019) Uma das formas de indicar-se a coesão num texto é a utilização de formas de paralelismo em sua construção; a frase abaixo que mostra paralelismo em sua estruturação é:

- a) Construir um prédio e alugá-lo não são exemplos de investimento social.
- b) Pão na padaria, água no copo e leite na geladeira não alimentam.
- c) Quanto mais difícil é ler um cardápio, mais altos são os preços.
- d) A trufa dá uma espécie de auréola, que leva o gastrônomo ao êxtase... É o Mozart dos cogumelos.
- e) Comida pesada é malfeita ou desconsidera os saberes e técnicas afro-indígenas no preparo.

→ REESCRITA DE FRASES E SUBSTITUIÇÃO DE PALAVRAS OU TRECHOS DE TEXTO

261. (FGV – 2022) Todas as frases abaixo se iniciam por um termo preposicionado; a frase modificada, de forma a suprimir esse termo, que **altera** o sentido da frase original é:

- a) Neste jornal há notícias apavorantes / Este jornal publica notícias apavorantes.
- b) Em sua irritação, disse coisas inconvenientes / Sua irritação levou-o a dizer coisas inconvenientes.
- c) Em suas cartas, revela-se toda a sua generosidade / Suas cartas comprovam toda a sua generosidade.
- d) Numa gruta, achamos abrigo durante a tempestade / A gruta protegeu-nos durante a tempestade.
- e) Nesta região, há cinco povoados importantes / Esta região compõe-se de cinco povoados importantes.

262. (FGV – 2022) Todas as frases abaixo foram reescritas na forma negativa, mantendo-se o sentido original; a forma adequada de reescritura está na frase:

- a) A empresa fracassou / A empresa não se desenvolveu.
- b) O time foi eliminado / O time não foi campeão.
- c) Essa atriz está envelhecendo / Essa atriz não atua mais.
- d) Proibiram-nos de sair do colégio / Proibiram-nos que não entrássemos no colégio.
- e) Aquele filme me aborreceu / Aquele filme não me agradou.

263. (FGV – 2022) Nessa mesma definição, o segmento “Exame minucioso que, sendo realizado por um especialista, é feito no corpo de uma pessoa morta” poderia estar mais bem escrito da seguinte forma:

- a) Sendo realizado por um especialista, exame minucioso no corpo de uma pessoa morta.
- b) Exame minucioso, sendo realizado no corpo de uma pessoa morta por um especialista.
- c) Exame minucioso no corpo de uma pessoa morta, sendo realizado por um especialista.
- d) No corpo de uma pessoa morta, exame minucioso realizado por um especialista.
- e) Exame minucioso realizado por um especialista no corpo de uma pessoa morta.

264. (FGV – 2022) Um antigo ministro brasileiro declarou certa vez: “O grande mal do Brasil tem sido o crime sem castigo. O que reduz a criminalidade é a certeza da punição”.

Nessa frase, a locução “sem castigo” pode ser adequadamente substituída por “impune”; a frase abaixo em que uma substituição de uma locução por um adjetivo foi feita de forma adequada é:

- a) O melhor equipamento de segurança já inventado foi um espelho retrovisor com um carro de polícia refletido nele / seguro.
- b) Cadeia é castigo e não colônia de férias / festiva.
- c) Não é permitido fazer em nome de outro o que não podemos fazer em nosso nome / alheio.
- d) Um diamante é um pedaço de carvão que se saiu bem sob pressão / carbonizado.
- e) A noite é a mãe **dos pensamentos** / pensativa.

265. (FGV – 2022) “As pessoas que não fazem nada nunca têm tempo.”

Como sempre, podemos expressar o mesmo conteúdo dessa frase, utilizando outras estruturas. Assinale a substituição proposta a seguir que se mostra **inadequada**.

- a) As pessoas / aqueles.
- b) que não fazem nada / ociosas.
- c) não fazem nada / nada fazem.
- d) têm tempo / dispõem de tempo.
- e) nunca têm tempo / estão sempre de folga.

266. (FGV – 2022) ANTECIPAÇÃO - Deslocamento de um termo para o início da frase, o que pode causar algumas modificações na pontuação ou na própria estruturação da frase.

Assinale a frase a seguir em que a antecipação de um termo provocou **erro** gramatical.

- a) O futebol é o mais popular dos esportes / Dos esportes, o futebol é o mais popular.
- b) O começo é sempre hoje / Hoje é sempre o começo.
- c) Eu despedi os empregados ontem / Os empregados, eu despedi eles ontem.
- d) Tudo o que está à sua volta evolui, quando você evolui / Quando você evolui, tudo o que está à sua volta evolui.
- e) Os chineses preferem arroz a tudo mais / O arroz, os chineses o preferem a tudo mais.

267. (FGV – 2022) Texto 1

Este livro é sobre uma das ideias mais importantes da humanidade – a ideia do alfabeto – e a sua forma mais difundida: o sistema de letras que você está lendo neste momento. Três características dessa ideia se destacam: sua singularidade, sua simplicidade e sua adaptabilidade. A partir da primeira manifestação do alfabeto, há 4000 anos, todos os demais alfabetos o tomaram como exemplo; e todos eles refletem a sua simplicidade fundamental.

Não se trata da simplicidade do projeto perfeito. A força do alfabeto como ideia reside na sua virtual imperfeição. Embora não se adapte com perfeição a qualquer idioma, pode, com alguma adequação, adaptar-se a todos eles. Assim como a nossa própria espécie, de cérebro mais desenvolvido, que pode ser superada por outras espécies em diversas atividades, mas não no campo do pensamento, o alfabeto é um generalista. Em termos de software, seu sucesso reside em sua maleabilidade. Mas de onde teria surgido essa ideia do alfabeto? Como e onde se disseminou ao transformar-se no sistema de letras romanas que é hoje a escrita mais conhecida do mundo?

É preciso um bom tempo para examinar essas questões, porque as raízes do alfabeto ainda continuam vindo à tona.

(MAN, Jofin. História do Alfabeto.)

“É preciso um bom tempo para examinar essas questões, porque as raízes do alfabeto ainda continuam vindo à tona.”

As opções a seguir mostram maneiras de reescrever corretamente essa frase, à exceção de uma, que apresenta um erro gramatical. Assinale-a.

- a) é preciso um bom tempo para o exame dessas questões, porque as raízes do alfabeto ainda continuam vindo à tona.
- b) foi preciso um bom tempo para que se examinassem essas questões, porque as raízes do alfabeto ainda continuavam vindo à tona.
- c) porque as raízes do alfabeto ainda continuam vindo à tona, é preciso um bom tempo para examinar essas questões.
- d) é preciso um bom tempo para examinar essas questões, porque ainda continuam vindo à tona as raízes do alfabeto.
- e) é preciso um bom tempo para que se examine essas questões, porque as raízes do alfabeto ainda continuam vindo à tona.

268. (FGV – 2022) Todas as frases abaixo foram reescritas, com o deslocamento do vocábulo só; a opção em que as duas frases mostram o mesmo significado é:

- a) Só as árvores balançam quando tem vento / As árvores só balançam quando tem vento.
- b) A loteria só contemplou um cidadão de Tiradentes-MG / A loteria contemplou só um cidadão de Tiradentes-MG.
- c) Um homem que só trabalha e não se diverte, leva uma vida infeliz / Um homem que trabalha só e não se diverte, leva uma vida infeliz.
- d) Só um cliente deixou o guardanapo sobre a mesa / Um cliente deixou só o guardanapo sobre a mesa.
- e) Só ele viu o carro ao longe / Ele só viu o carro ao longe.

269. (FGV – 2022)

“A força bruta, quando não governada pela razão, desmorona sob o próprio peso.” (Horácio)

A forma de reescrever esse pensamento que se mostra **INADEQUADA**, é:

- a) Quando não governada pela razão, a força bruta desmorona sob o próprio peso.
- b) Desmorona sob o próprio peso a força bruta, quando não governada pela razão.
- c) Quando a força bruta não é governada pela razão, desmorona sob o próprio peso.
- d) Sob o próprio peso desmorona, quando não governada pela razão, a força bruta.
- e) A força bruta, quando desmorona sob o próprio peso, não é governada pela razão.

270. (FGV – 2022) “Se os médicos possuísem a verdadeira arte da cura, não a aparentariam tanto.” Pascal

Assinale a opção em que esse pensamento está reescrito de forma a manter o seu sentido original.

- a) Se os médicos aparentassem tanto a arte da cura, eles a possuiriam de verdade.
- b) Se os médicos possuem a verdadeira arte da cura, eles não a aparentam tanto.
- c) Se a verdadeira arte da cura fosse possuída pelos médicos, eles não a aparentariam tanto.
- d) Os médicos aparentariam a verdadeira arte da cura se eles não a possuísem.
- e) Se os médicos tivessem a posse da verdadeira arte da cura, eles a aparentariam mais.

271. (FGV – 2022) Texto 2

Sonho, memória e o reencontro de Freud com o cérebro (fragmento adaptado) “Para que serve sonhar? No início do século XX esta pergunta ancestral pareceu subitamente ao alcance da Razão, com a publicação de ‘A interpretação dos sonhos’. Neste livro Freud fundou uma nova e ambiciosa psicologia, repleta de novas ideias sobre a mente humana e seus sonhos. A despeito do impacto profundo destas ideias na sociedade ocidental, sua formulação e desenvolvimento não se deram sobre uma base empírica e quantitativa, marcando um divórcio progressivo de método e discurso entre a psicanálise e a biologia. Como resultado, pouca ou nenhuma influência é atualmente atribuída a Freud no que diz respeito à investigação científica do fenômeno onírico.

O fosso não poderia ser mais profundo. Predomina nas ciências exatas a noção de que a contribuição da psicanálise para o entendimento dos sonhos resume-se a um amontoado de observações isoladas, teorias não testáveis, imperativos ideológicos e argumentos de autoridade. Por outro lado, as diferentes vertentes da psicanálise ocupam-se pouco ou nada do estudo experimental e quantitativo dos sonhos, voltando-se

exclusivamente para os símbolos e jamais para seu substrato material, o sistema nervoso.

Na contramão deste divórcio, pretendo aqui demonstrar que os avanços da psicologia experimental e da neurociência convergiram nos últimos anos para dois importantes insights psicanalíticos. O primeiro consiste na observação concreta de que os sonhos, muito frequentemente, contêm elementos da experiência do dia anterior, denominados 'restos do dia'. O segundo é o reconhecimento de que estes 'restos' incluem atividades mnemônicas e cognitivas da vigília, persistindo nos sonhos na medida de sua importância para o sonhador. Assim, ainda que de maneira difusa, a psicanálise prevê que a consolidação de memórias e o aprendizado sejam importantes funções oníricas. [...]”

(Sidarta Ribeiro. Disponível em: http://old.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-44462003000600013&lng=en&nrm=iso. Acesso em:

02/04/2022)

“A despeito do impacto profundo destas ideias na sociedade ocidental, sua formulação e desenvolvimento não se deram sobre uma base empírica e quantitativa, marcando um divórcio progressivo de método e discurso entre a psicanálise e a biologia.”

Essa passagem foi retirada do primeiro parágrafo do **texto 2**. Sua reescritura sem perda do significado original e sem desvio em relação à norma padrão do português é:

- a) Além do impacto profundo destas ideias na sociedade ocidental, sua formulação e desenvolvimento, não se deram sobre uma base empírica e quantitativa, marcando um divórcio progressivo de método e discurso entre a psicanálise e a biologia.
- b) Mesmo com o impacto profundo destas ideias na sociedade ocidental, sua formulação e desenvolvimento, não se deram sobre uma base empírica e quantitativa, marcando um divórcio progressivo de método e discurso entre a psicanálise e a biologia.
- c) O impacto destas ideias na sociedade ocidental foi profundo, mas sua formulação e desenvolvimento não se deram sobre uma base empírica e quantitativa, marcando um divórcio progressivo de método, e discurso entre a psicanálise e a biologia.
- d) A despeito do impacto profundo destas ideias na sociedade ocidental, sua formulação e desenvolvimento não se deram sobre uma base empírica e quantitativa. Marcando assim, um divórcio progressivo de método e discurso entre a psicanálise e a biologia.
- e) A formulação e desenvolvimento dessas ideias, não obstante seu impacto profundo na sociedade ocidental, não se deram sobre uma base empírica e quantitativa, fato que marcou um divórcio progressivo de método e discurso entre a psicanálise e a biologia.

272. (FGV – 2022) Todas as frases a seguir são iniciadas por um termo preposicionado.

Assinale a opção que apresenta a forma adequada de reescrevê-las, eliminando a preposição e mantendo o sentido original.

- a) Nesta página há muitos erros de português / Esta página erra muito em português.
- b) No capítulo final, encontra-se a conclusão do livro / O capítulo final conclui o livro.
- c) Em nossa história, não há um episódio mais famoso / Nossa história não registra um episódio mais famoso.
- d) Nas peças de Nelson Rodrigues manifestam-se as ideias de sua época / As peças de Nelson Rodrigues acobertam as ideias de sua época.
- e) Pela nossa intimidade, penso que posso dizer o que penso / Nossa intimidade impede que eu possa dizer o que penso.

273. (FGV – 2022) Texto

Literatura e justiça

Clarice Lispector

Hoje, de repente, como num verdadeiro achado, minha tolerância para com os outros sobrou um pouco para mim também (por quanto tempo?). Aproveitei a crista da onda, para me pôr em dia com o perdão. Por exemplo, minha tolerância em relação a mim, como pessoa que escreve, é perdoar eu não saber como me aproximar de um modo “literário” (isto é, transformado na veemência da arte) da “coisa social”. Desde que me conheço o fato social teve em mim importância maior que qualquer outro: em Recife os mocambos foram a primeira verdade para mim. Muito antes de sentir “arte”, senti a beleza profunda da luta. Mas é que tenho um modo simplório de me aproximar do fato social: eu queria “fazer” alguma coisa, como se escrever não fosse fazer. O que não consigo é usar escrever para isso, ainda que a incapacidade me doa e me humilhe. O problema de justiça é em mim um sentimento tão óbvio e tão básico que não consigo me surpreender com ele – e, sem me surpreender, não consigo escrever. E também porque para mim escrever é procurar. O sentimento de justiça nunca foi procura em mim, nunca chegou a ser descoberta, e o que me espanta é que ele não seja igualmente óbvio em todos. Tenho consciência de estar simplificando primariamente o problema. Mas, por tolerância hoje para comigo, não estou me envergonhando totalmente de não contribuir para algo humano e social por meio do escrever. É que não se trata de querer, é questão de não poder. Do que me envergonho, sim, é de não “fazer”, de não contribuir com ações. (Se bem que a luta pela justiça leva à política, e eu ignorantemente me perderia nos meandros dela.) Disso me envergonharei sempre. E nem sequer pretendo me penitenciar. Não quero, por meios indiretos e escusos, conseguir de mim a minha absolvição. Disso quero continuar envergonhada. Mas, de escrever o que escrevo, não me envergonho: sinto que, se eu me envergonhasse, estaria pecando por orgulho.

“Hoje, de repente, como num verdadeiro achado, minha tolerância para com os outros sobrou um pouco para mim também.”

Essa primeira frase do texto poderia ser reescrita de forma mais adequada do seguinte modo:

- a) Hoje, de repente, como num verdadeiro achado, de minha tolerância para com os outros sobrou um pouco para mim também.
- b) Hoje, de repente, como num achado verdadeiro, minha tolerância para com os outros também sobrou um pouco para mim.
- c) De repente, hoje, como num verdadeiro achado, minha tolerância para com os outros sobrou um pouco para mim também.
- d) Como num verdadeiro achado, hoje, de repente, minha tolerância para com os outros sobrou um pouco para mim também.
- e) Hoje, de repente, como num verdadeiro achado, minha tolerância para com os outros para mim sobrou um pouco também.

274. (FGV – 2021) Atenção: a questão deve ser respondida a partir do texto I.

TEXTO I

Uma reunião por computador é paradoxalmente mais distante e mais próxima do que um encontro presencial. Mais distante por razões óbvias: as pessoas estão reduzidas a duas dimensões, presas em quadradinhos numa tela. Por outro lado, somos brindados com uma pequena moldura de intimidade alheia que não seria revelada em torno da mesa de um escritório.

Vemos a sala ou o quarto dos outros. A estante de livros. Vejo pendurada uma boina no cabide de um colega de trabalho, a quem sempre atribuí um caráter discreto e austero. Em que ocasião ele usa essa boina? Será que meu colega não é

careta e austero coisa nenhuma e, aos domingos, veste a boina, acende um cachimbo e pinta telas com nus gigantes?

Em contrapartida, li no jornal The New York Times uma matéria, a qual tratava da importância que damos, em nossas interações sociais, às imediatas respostas faciais e corporais das outras pessoas. A cada instante, vamos moldando nosso discurso pelos sorrisos, sobranceiras arqueadas ou braços cruzados dos nossos interlocutores.

Numa reunião on-line, cada um tem uma qualidade de conexão diferente e as reações chegam embaralhadas, às vezes com vários segundos de atraso. Ao vivo é quando podemos interpretar perfeitamente o fluxo da conversa. Lemos no outro a antecipação de uma pausa, num outro a intenção de uma fala, num outro, ainda, a disposição para a briga. Uma conversa de várias pessoas é uma sinfonia emocional, cuja partitura a seleção natural nos moldou, por milhares de anos, para ler.

PRATA, Antônio. Zoom. www1.folha.uol.com.br, 14/06/2020. Adaptado. O autor questiona no 2º parágrafo:

Será que meu colega não é careta e austero (...)?

Essa mesma pergunta está corretamente reescrita, mantendo-se o mesmo sentido, em

- a) Será que meu colega é beerrão e desligado?
- b) Será que meu colega é liberal e flexível?
- c) Será que meu colega é aberto e ignorante?
- d) Será que meu colega é desligado e agradável?
- e) Será que meu colega é indecente e destemido?

275. (FGV – 2021)

Prezados clientes: em função da greve dos caminhoneiros, é possível que haja indisponibilidade de alguns produtos.

Esse cartaz, colocado à porta de um supermercado, ficaria mais bem escrito do seguinte modo:

- a) Alguns produtos podem estar indisponíveis em função da greve dos caminhoneiros.
- b) É possível que haja indisponibilidade de alguns produtos, em função da greve dos caminhoneiros.
- c) Não é possível que haja disponibilidade de alguns produtos, em função da greve dos caminhoneiros.
- d) Em função da greve dos caminhoneiros, é possível que não haja disponibilidade de alguns produtos.
- e) Em função da greve dos caminhoneiros, não é possível que haja disponibilidade de alguns produtos.

276. (FGV – 2021) Há um erro de construção na frase a seguir.

“Nenhum bem pode fundamentar-se na força, mesmo que a força fosse divina.”

Assinale a opção que o indica.

- a) “fosse” deve ser substituído por “seja”.
- b) “divina” deve ser substituído por “de Deus”.
- c) “Nenhum” deve ser substituído por “Nem um”.
- d) “mesmo que” deve ser substituído por “embora”.
- e) “fundamentar-se” deve ser substituído por “se fundamentar”.

277. (FGV – 2021) Um jornalista americano afirmou:

“Os ricos são diferentes de você e de mim. Eles têm mais crédito.”

Se reescrevêssemos este pensamento, substituindo o ponto entre os períodos por uma conjunção, a opção **inadequada** seria

- a) já que.
- b) porque.
- c) dado que.
- d) visto que.
- e) entretanto.

278. (FGV – 2021)

“O pessimismo, depois que você se acostuma com ele, é tão agradável quanto o otimismo.”

Assinale a opção que mostra a maneira de reescrever essa frase que **modifica** o seu sentido original.

- a) O pessimismo, após acostumar-se com ele, é tão agradável quanto o otimismo.
- b) Tão agradável quanto o otimismo é o pessimismo, após acostumar-se com ele.
- c) O pessimismo é tão agradável quanto o otimismo, depois que você se acostuma com ele.
- d) O pessimismo é tão agradável quanto o otimismo, desde que você se acostume com ele.
- e) Depois que você se acostuma com o pessimismo, ele é tão agradável quanto o otimismo.

279. (FGV – 2021)

Texto 1 – Notícia

“Cientistas americanos apresentaram ontem resultados preliminares de uma vacina contra o fumo. O medicamento impede que a nicotina – componente do tabaco que causa dependência – chegue ao cérebro. Em ratos vacinados, até 64% da nicotina injetada deixou de atingir o sistema nervoso central.”

(O Globo, 18/12/99)

“Em ratos vacinados, até 64% da nicotina injetada deixou de atingir o sistema nervoso central.”

A forma modificada desse segmento do texto 1 que **altera** o seu sentido original é:

- a) Até 64% da nicotina injetada deixou de atingir o sistema nervoso central, em ratos vacinados.
- b) Até 64% da nicotina injetada em ratos vacinados deixou de atingir o sistema nervoso central.
- c) Até 64% da nicotina injetada deixou de atingir, em ratos vacinados, o sistema nervoso central.
- d) O sistema nervoso central deixou de ser atingido por até 64% da nicotina injetada em ratos vacinados.
- e) O sistema nervoso central deixou de ser atingido pela nicotina injetada em até 64% dos ratos vacinados.

280. (FGV – 2021)

“Os deuses deram ao homem o intelecto, que é a maior de todas as riquezas” (Sófocles, trágico grego) A forma de redigir-se diferentemente esse pensamento, que modifica o seu sentido original, é:

- a) O intelecto, a maior de todas as riquezas, foi dado ao homem pelos deuses.
- b) Os deuses deram o intelecto, que é a maior de todas as riquezas, ao homem.
- c) Ao homem foi dado pelos deuses o intelecto, a maior de todas as riquezas.
- d) A maior de todas as riquezas, o intelecto, foi dada pelos deuses ao homem.
- e) O intelecto foi dado ao homem pelos deuses, como a maior de todas as suas riquezas.

281. (FGV – 2021)

“Posto que o capitão-mor desta vossa frota e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que se ora nesta navegação achou, não deixarei de dar disso minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder ainda que, para bem contar e falar, o saiba pior que todos fazer.”

Esse segmento inicial da Carta nos mostra como a linguagem muda com o tempo; assim, se, em lugar do século XVI, esse texto fosse adaptado para nossos dias, deveríamos substituir

- a) Posto que por ainda que.
- b) capitães por capitãos.
- c) Vossa Alteza por Vossa Majestade.
- d) ora por outrora.
- e) nesta navegação por nessa navegação.

282. (FGV – 2021) As frases a seguir apresentam redundâncias desnecessárias.

Assinale a opção que indica a frase que é redigida de forma adequada, evitando-se esse problema.

- a) João encarou de frente a namorada.
- b) O fato real é que isso acontece sempre.
- c) Possivelmente poderá ocorrer um terremoto.
- d) Grande multidão de pessoas invadiu o prédio.
- e) Nem todos os dias praticamos boas ações.

283. (FGV – 2021) As frases a seguir apresentam termos destacados que são empregados como repetição ou substituição de termos anteriores.

Assinale a opção que indica o termo que tem emprego **diferente**.

- a) O livro de Machado estava na primeira estante, mas **a obra** não estava em posição de destaque.
- b) De longe via-se o povoado e, em destaque, a torre da igreja. os sinos eram ouvidos ao longe.
- c) O automóvel ficou estacionado na porta da casa. o veículo estava bastante empoeirado.
- d) O delegado recebeu o marginal para interrogatório. o bandido negou-se a responder às perguntas.
- e) O professor já tinha bastante idade, mas continuava a lecionar. todos ainda respeitavam o mestre.

284. (FGV – 2021) Em todas as frases abaixo temos, destacada, uma oração adjetiva.

Assinale a opção que apresenta a proposta adequada de substituição de uma dessas orações.

- a) Não há acaso no governo das coisas humanas, e a fortuna é apenas uma palavra **que não tem sentido nenhum** / insensível.
- b) Não sei se as outras pessoas são como eu, mas logo que acordo gosto de desprezar os **que dormem** / dorminhocos.
- c) O arqueiro **que ultrapassa o alvo** falha tanto como aquele que não o alcança / preciso.
- d) Outrora os analfabetos eram os que não iam à escola. hoje são os que a frequentam / preguiçosos.
- e) O barômetro é um instrumento engenhoso que indica o tempo **que estamos tendo** / ocioso.

285. (FGV – 2021) Todas as frases abaixo estão ligadas ao mundo do futebol e nelas se destaca uma expressão popular.

Assinale a opção em que a mudança proposta de substituição de uma dessas expressões por linguagem formal está adequada.

- a) “O Mundial de Futebol é competição e competição é guilhotina. Quem perder, **dança**.” / está eliminado.
- b) “Não me considero um jogador violento. O problema é que às vezes fico **de cabeça quente** e tenho reações inesperadas.” / preocupado.
- c) “Para ser técnico num país de 150 milhões de técnicos, só mesmo tendo **um saco de ouro**.” / bom-humor.
- d) “O futebol brasileiro virou **a casa da mãe Joana**.” / espaço de corrupção.

- e) “Os jornalistas de esporte só têm 50 perguntas que fazem em quaisquer circunstâncias. **O diabo** é que, se você der oportunidade, eles fazem todas elas.” / interessante.

286. (FGV – 2021) Em todas as frases abaixo ocorrem locuções adverbiais.

Assinale a frase em que uma dessas locuções foi substituída por um advérbio de valor equivalente.

- a) “Nenhum banco morre **de repente**.” / subitamente.
- b) “As mudanças nunca ocorrem **sem inconvenientes**, até mesmo do pior para o melhor.” / inconvenientemente.
- c) “Um homem muito lido nunca cita **com precisão**.” / claramente.
- d) “O sol é novo **a cada dia**.” / repetidamente.
- e) “Repreende o amigo em segredo e elogia-o **em público**.” / francamente.

287. (FGV – 2021) Uma secretária deixou o seguinte bilhete para o chefe:

“Chefe, não **tenho** tempo e nem **tenho** dinheiro para enviar os documentos pelo correio, mas o cliente **tem** uma conta alta com a gente. É bom agradá-lo.”

Nessa frase, a secretária usou três vezes o verbo **ter**, em lugar de outros de significado mais preciso. Assinale a opção que indica os verbos que, respectivamente, substituiriam as três formas destacadas.

- a) consigo – possuo – conserva.
- b) disponho de – guardo – possui.
- c) possuo – guardo – dispõe de.
- d) consigo – disponho de – possui.
- e) disponho de – possuo – mantém.

288. (FGV – 2021)

“*Muita sabedoria unida a uma santidade moderada é preferível a muita santidade com pouca sabedoria.*”

Santo Inácio de Loyola.

Essa frase pode ser reescrita, mantendo-se o sentido original e sua correção gramatical tradicional, da seguinte forma:

- a) É preferível a muita santidade com pouca sabedoria do que muita sabedoria unida a uma santidade moderada.
- b) Deve-se preferir muita sabedoria unida a uma santidade moderada do que muita santidade com pouca sabedoria.
- c) Muita santidade com pouca sabedoria é preferível a muita sabedoria unida a uma santidade moderada.
- d) É preferível muita sabedoria unida a uma santidade moderada a muita santidade com pouca sabedoria.
- e) Uma santidade moderada unida a muita sabedoria é preferível do que pouca sabedoria unida a muita santidade.

289. (FGV – 2021) “*A cultura é a busca de nossa perfeição mediante a tentativa de conhecer o melhor possível o que foi dito ou pensado no mundo, em todas as questões que nos dizem respeito*”.

Matthew Arnold, poeta inglês.

Assinale a opção que mostra uma forma **inadequada** de substituir um segmento desse pensamento.

- a) “a busca de nossa perfeição” / buscar a nossa perfeição.
- b) “mediante a tentativa” / por meio da tentativa.
- c) “conhecer o melhor possível” / conhecer possivelmente o melhor.
- d) “o que foi dito ou pensado no mundo” / o que foi pensado ou dito no mundo.
- e) “que nos dizem respeito” / que se relacionam conosco.

290. (FGV – 2019) Um texto de divulgação de um novo romance diz o seguinte:

“Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão. Ao que parece, tentaram matá-lo, mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali. Muito menos de seu passado recente. Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta. Essa dolorosa ausência imperceptível é a brecha para dar vazão à sua revolta com o mundo contemporâneo e começar uma nova vida. Entre seus planos: executar criminosos intocados pela Justiça e escrever um best-seller. Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque”.

(Época, 14/01/2019, p. 37)

Muitos segmentos do texto podem ser reescritos sem modificação de seu sentido ou alteração na correção; a frase em que ocorre modificação ou erro é:

- a) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda ferido gravemente no meio de um lixão;
- b) “Um homem acorda gravemente ferido no meio de um lixão” / Um homem acorda, no meio de um lixão, gravemente ferido;
- c) “Mas uma paixão verdadeira e arrebatadora coloca tudo em xeque” / Mas uma paixão arrebatadora e verdadeira coloca tudo em xeque;
- d) “mas ele não se recorda dos fatos que o levaram até ali” / mas dos fatos que o levaram até ali ele não se recorda;
- e) “Seria dado como desaparecido, se houvesse alguém para sentir sua falta” / Se houvesse alguém para sentir sua falta, seria dado como desaparecido.

291. (FGV – 2019) A manchete principal do *Jornal do Brasil* de 18/09/2018 mostrava o seguinte:

INSS só aliviará contas se incluir juízes e deputados

Uma outra maneira de reescrever essa frase, mantendo o seu sentido original, é:

- a) Só INSS aliviará contas de incluir juízes e deputados.
- b) INSS aliviará só contas de incluir juízes e deputados.
- c) INSS aliviará contas só se incluir juízes e deputados.
- d) INSS aliviará contas se incluir só juízes e deputados.
- e) INSS aliviará contas se incluir juízes e só deputados.

292. (FGV – 2019) “Ler é essencial. Através da leitura, testamos os nossos próprios valores e experiências com as dos outros. No final de cada livro, ficamos enriquecidos com novas experiências, novas ideias, novas pessoas. Eventualmente, ficaremos a conhecer melhor o mundo e um pouco melhor de nós próprios”.

site Universo de Literacias.

O termo “No final de cada livro” equivale a

- a) quando chegamos ao final de cada livro.
- b) após a leitura de cada livro.
- c) na conclusão de cada livro.
- d) ao chegarmos ao final de uma narrativa.
- e) se chegamos ao fim de uma história.

293. (FGV – 2019) “- Esterco – respondeu Oscar, farejando aborrecimento: - Por quê? Não lhe cheira bem?”

A oração reduzida “farejando aborrecimento” pode ser adequadamente substituída por uma oração desenvolvida, na seguinte estrutura:

- a) “enquanto farejava aborrecimento”.
- b) “quando farejou aborrecimento”.
- c) “após farejar aborrecimento”.
- d) “sem deixar de farejar aborrecimento”.
- e) “ao farejar aborrecimento”.

294. (FGV – 2019) “Antigamente o homem tinha a impressão de que os recursos da natureza eram infinitos. O caçador de mamutes via muitos deles e só conseguia capturar um ou outro, **entendendo assim** que seu número era infundável. A noção de que a natureza é infinita mudou a partir do momento em que o homem, dominando a técnica, fabricou máquinas capazes de, em poucos dias, destruir uma floresta; ou, indo a extremos, acabar com o mundo em minutos caso resolva experimentar algumas de suas bombas atômicas.”

Júlio Chiavenato, in O massacre da Natureza.

Assinale a opção em que a forma “entendendo assim” fica **corretamente** substituída, mantendo seu sentido original.

- a) quando entendia
- b) caso entendesse
- c) à proporção que entendia
- d) pois entendia
- e) apesar de entender

295. (FGV – 2019) Assinale a opção na qual o segmento composto pelo verbo ter + substantivo foi substituído de forma semanticamente adequada.

- a) A jovem **tinha prazer** em dançar / pretendia
- b) O turista **teve vontade** de voltar / desejou
- c) O candidato **tem intenção de** estudar / tendia a
- d) O governo **tem necessidade de** novos funcionários / contrata
- e) A mãe **tinha dificuldades** com os filhos / discutia

296. (FGV – 2019) “A educação é um trabalho árduo **mas** gratificante, **caso** seja bem conduzida.”

Nessa frase, os conectores **mas** e **caso** podem ser adequadamente substituídos por

- a) porém / embora.
- b) no entretanto / contanto que.
- c) todavia / mesmo que.
- d) no entanto / desde que.
- e) contudo / se.

297. (FGV – 2019) “Na verdade, o cuidado e as despesas de nossos pais visam apenas **a enriquecer nossas cabeças com ciência**; quanto ao juízo e à virtude, as novidades são poucas.”

Se transformássemos a frase em destaque em uma forma nominal, a forma adequada seria

- a) “as nossas cabeças serem enriquecidas com ciência”.
- b) “a enriquecer-se cientificamente nossas cabeças”.
- c) “ao enriquecimento de nossas cabeças com ciência”.
- d) “ao enriquecermos nossas cabeças com ciência”.
- e) “a enriquecer-se nossa cabeça com ciência”.

298. (FGV – 2019) “A maioria dos jovens se hoje se entregam ao esporte, mas muitos ainda permanecem refratários a ele, e quase todos param cedo demais. Acumular conhecimentos e deixar enferrujar o mecanismo que devem utilizar parece-me rematada loucura”.

As opções a seguir propõem substituições para os componentes dessa frase. Assinale a substituição **inadequada**.

- a) A maioria dos jovens se entregam / Os jovens, em sua maioria, se entregam.
- b) muitos ainda permanecem refratários / muitos ainda se tornam refratários.
- c) cedo demais / demasiadamente cedo.
- d) Acumular conhecimentos / O acúmulo de conhecimentos.
- e) deixar enferrujar / deixar que se enferruje.

299. (FGV – 2019) Um grande empresário moderno declarou: “O mundo está progredindo e os recursos tornam-se mais abundantes. Prefiro entrar em uma mercearia hoje a ir ao banquete de um rei à cem anos”. A modificação necessária para que esse texto fique correto é:

- a) “está progredindo” deve ser substituído por “progrediu”;
- b) “tornam-se” deve ser substituído por “ficaram”;
- c) “a ir” deve ser substituído por “do que ir”;
- d) “de um rei” deve ser substituído por “real”;
- e) “à cem anos” deve ser substituído por “há cem anos”.

300. (FGV – 2019) “Mesmo sendo ricos, não quiseram que seus filhos estudassem nos Estados Unidos”.

Mantendo-se o sentido original, a frase em destaque pode ser adequadamente substituída por:

- a) Ainda que sejam ricos.
- b) Porque são ricos.
- c) Já que são ricos.
- d) Embora fossem ricos.
- e) Por serem ricos.

GABARITO

1	E
2	D
3	D
4	B
5	C
6	C
7	A
8	C
9	B
10	C
11	B
12	B
13	C
14	C
15	B
16	B
17	C
18	D
19	D
20	E
21	E
22	B
23	B
24	C

25	A
26	E
27	D
28	E
29	A
30	A
31	E
32	D
33	D
34	D
35	E
36	E
37	A
38	D
39	E
40	A
41	A
42	D
43	C
44	B
45	C
46	D
47	A
48	B

49	E
50	B
51	D
52	A
53	C
54	C
55	E
56	E
57	E
58	B
59	C
60	E
61	E
62	A
63	D
64	D
65	C
66	C
67	A
68	D
69	D
70	C
71	C
72	E
73	A
74	C
75	A
76	E
77	A
78	E
79	C
80	E
81	B
82	D
83	B
84	C
85	D
86	E
87	B
88	B

89	D
90	C
91	C
92	D
93	A
94	E
95	A
96	B
97	D
98	A
99	D
100	D
101	A
102	B
103	B
104	D
105	B
106	A
107	C
108	B
109	D
110	D
111	E
112	E
113	E
114	A
115	B
116	C
117	A
118	E
119	B
120	B
121	E
122	E
123	A
124	A
125	E
126	D
127	E
128	E

129	A
130	B
131	D
132	C
133	D
134	C
135	E
136	E
137	D
138	C
139	A
140	B
141	A
142	E
143	C
144	B
145	D
146	A
147	B
148	A
149	B
150	A
151	D
152	B
153	E
154	E
155	E
156	C
157	D
158	D
159	A
160	C
161	E
162	D
163	E
164	D
165	C
166	C
167	A
168	A

169	E
170	C
171	C
172	D
173	B
174	B
175	D
176	A
177	B
178	C
179	A
180	C
181	C
182	E
183	C
184	E
185	C
186	D
187	A
188	C
189	E
190	E
191	C
192	A
193	A
194	D
195	D
196	A
197	D
198	B
199	C
200	C
201	E
202	B
203	A
204	A
205	C
206	E
207	A
208	B

209	E
210	B
211	D
212	C
213	D
214	E
215	C
216	B
217	D
218	D
219	D
220	B
221	C
222	B
223	C
224	C
225	A
226	D
227	C
228	C
229	B
230	C
231	B
232	D
233	D
234	B
235	D
236	D
237	B
238	C
239	A
240	D
241	D
242	A
243	A
244	E
245	D
246	C
247	E
248	A

249	B
250	D
251	A
252	E
253	A
254	C
255	B
256	C
257	A
258	A
259	E
260	B
261	E
262	E
263	E
264	C
265	E
266	C
267	E
268	B
269	E
270	C
271	E
272	C
273	A
274	B
275	D
276	A
277	E
278	D
279	E
280	E
281	C
282	E
283	B
284	B
285	A
286	A
287	E
288	D

289	C
290	E
291	C
292	B
293	A
294	D

295	B
296	D
297	C
298	B
299	E
300	D

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

ANOTAÇÕES

[illegible]

DIREITO ADMINISTRATIVO

→ ELEMENTOS, REQUISITOS E PRESSUPOSTOS (ATOS ADMINISTRATIVOS)

1. (FGV – 2022) A auxiliar de necropsia da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro Maria está lotada em Posto Regional de Polícia Técnica e Científica do interior do Estado. Durante a madrugada, Maria, única policial de plantão, recepcionou de policiais militares um cadáver feminino para fins de perícia. Para adiantar o trabalho, mesmo não havendo naquele momento qualquer perito no órgão, Maria fez o exame pericial, além de ter emitido e assinado sozinha o auto de exame cadavérico (AEC), agindo em sentido contrário ao que dispõem as normas aplicáveis às atribuições de seu cargo.

Pelos fatos narrados, percebe-se que a perícia feita por Maria é inválida, por vício no elemento do ato administrativo da:

- a) finalidade.
- b) competência.
- c) motivo.
- d) objeto.
- e) motivação.

2. (FGV – 2022) Correlacione os vícios do ato administrativo listados a seguir às respectivas situações concretas propostas.

- 1. vício de competência
- 2. vício de objeto
- 3. vício de forma
- 4. vício de finalidade
- () remoção de ofício de servidor público por necessidade do serviço, em que se comprova que a razão real da remoção foi puni-lo por discordâncias com a chefia.
- () ato veiculado sem motivação quando a lei exigia que o ato fosse motivado.
- () concessão errônea a um servidor público de uma gratificação não prevista em lei.
- () servidor público de nível médio que assina auto de infração reservado por lei a fiscais de nível superior.

Assinale a opção que indica a relação **correta**, segundo a ordem apresentada.

- a) 1, 2, 3 e 4.
- b) 2, 1, 4 e 3.
- c) 3, 4, 1 e 2.
- d) 4, 2, 3 e 1.
- e) 4, 3, 2 e 1.

→ ATRIBUTOS OU CARACTERÍSTICAS DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

3. (FGV – 2022) Joana e Henriqueta travaram intenso debate a respeito dos atributos dos atos administrativos, mais especificamente em relação à possibilidade de a Administração Pública fazer com que produzam efeitos na esfera jurídica alheia, constituindo obrigações mesmo contra a vontade dos seus destinatários.

Ao final, concluíram, corretamente, que os referidos atos:

- a) sempre apresentam esse efeito, o que decorre da presunção de juridicidade.
- b) podem apresentar esse efeito, o que decorre do atributo da imperatividade.
- c) podem apresentar esse efeito, o que decorre do atributo da autoexecutoriedade.
- d) sempre apresentam esse efeito, o que decorre do que alguns denominam poder extroverso.
- e) jamais apresentam esse efeito, que se mostra incompatível com o Estado Democrático de Direito.

4. (FGV – 2019) O servidor público ocupante do cargo de Guarda Civil Municipal de Salvador, no dia a dia do exercício de suas funções, exerce diversas atividades, como executar segurança ostensiva, preventiva, uniformizada e aparelhada na proteção à população, bens, serviços e instalações do Município. Para tal, esses servidores públicos praticam alguns atos administrativos com o atributo da autoexecutoriedade, que consiste em

- a) ser cogente, obrigando todos que se encontrem em seu círculo de incidência, ainda que o objetivo a ser por eles alcançado contrarie interesses privados ou públicos.
- b) ser de observância e execução vinculantes a todos os administrados, tão logo haja a intimação pessoal das pessoas que tiverem sua esfera jurídica afetada pelos atos.
- c) viabilizar a execução dos atos pela autoridade administrativa por motivos de conveniência e oportunidade, por serem atos vinculados e obrigatórios.
- d) trazerem em si, quando praticados os atos, a presunção de legitimidade, ou seja, a presunção de que nasceram em conformidade com as devidas normas legais.
- e) poder ser o ato, tão logo praticado, em regra, imediatamente executado, e seu objeto imediatamente alcançado, sem prévia intervenção do Poder Judiciário.

→ ATOS ADMINISTRATIVOS: ESPÉCIES, CLASSIFICAÇÃO, FASES DE CONSTITUIÇÃO

5. (FGV – 2022) Maria acaba de ser aprovada em concurso público para o cargo efetivo de técnico policial de necropsia da Polícia Civil do Estado Alfa, inclusive obtendo excelente aproveitamento no curso de formação ministrado pela Acadepol. Em sua primeira lotação que acaba de ser publicada no Diário Oficial, Maria pretendia ser lotada no Instituto Médico Legal sediado na capital do Estado Alfa, mas foi lotada em determinado Posto Regional de Polícia Técnica e Científica (PRPTC), no interior do Estado.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em matéria de classificação do ato administrativo quanto ao grau de liberdade do agente, o ato praticado pelo secretário de Polícia Civil de lotação inicial de Maria no citado PRPTC é um ato:

- a) vinculado, pois a lei regulamenta a edição do ato de lotação, não conferindo ao agente público qualquer margem de escolha.
- b) composto, pois é formado pela soma de vontades de órgãos públicos, quais sejam, setor de pessoal e chefia de Polícia Civil.
- c) discricionário, pois o agente público busca, dentro dos limites da lei, razões de oportunidade e conveniência para praticar o ato.
- d) de gestão, que é praticado pelo agente público com a prévia e não vinculante oitiva do servidor interessado, devendo prevalecer o interesse público.
- e) de polícia, que restringe direitos individuais do servidor público de escolher sua lotação, em prol do interesse público, devendo o ato ser revisto anualmente.

6. (FGV – 2019) Em matéria de classificação dos atos administrativos quanto ao grau de liberdade do administrador público que o pratica, o ato de primeira lotação de um Técnico Superior Especializado da Defensoria Pública aprovado em concurso público em determinado órgão e o ato de remoção por antiguidade de um Defensor Público são, respectivamente, chamados de atos:

- a) simples e de império.
- b) discricionário e vinculado.
- c) enunciativo e de gestão.
- d) declaratório e constitutivo.
- e) administrativo e finalístico.

→ DESFAZIMENTO DO ATO ADMINISTRATIVO (ANULAÇÃO, REVOGAÇÃO, CASSAÇÃO, CADUCIDADE, CONTRAPOSIÇÃO)

7. (FGV – 2019) Sobre a invalidação de um ato administrativo vinculado, praticado por um Secretário Municipal de Salvador no bojo de um processo administrativo sobre fomento de determinada política pública, é **correto** afirmar que, em regra, o ato pode ser

- a) revogado, por de mérito administrativo, pelo Poder Judiciário, ou anulado, por vício de legalidade, pelo Poder Legislativo.
- b) invalidado e revogado por de mérito e de legalidade, respectivamente, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.
- c) revogado e anulado por de mérito e legalidade, respectivamente, pelos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo.
- d) invalidado e revogado, por de mérito e de legalidade, respectivamente, somente pelo próprio Poder Executivo.
- e) invalidado, por vício de legalidade, pelo próprio Poder Executivo e pelo Poder Judiciário.

8. (FGV – 2019) De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, é hipótese de direta e legítima aplicação do princípio da Administração Pública da *autotutela*, quando o agente público competente

- a) anula um ato administrativo anteriormente praticado, por vício de legalidade.
- b) pratica um ato administrativo de acordo com a razoabilidade, de acordo com padrões éticos e visando ao bem comum.
- c) edita um ato administrativo com a exposição de seus pressupostos fáticos e de direito.
- d) trata, do ponto de vista material, igualmente os administrados iguais e desigualmente os desiguais, na medida de suas desigualdades.
- e) garante aos cidadãos não serem surpreendidos com atos administrativos que promovam alterações repentinas na ordem jurídica posta.

→ CONVALIDAÇÃO E CONVERSÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

9. (FGV – 2021) Valéria, agente comunitária de saúde do Município de Angra dos Reis, foi contratada após sucesso em processo seletivo realizado em abril de 2009. Em maio de 2018, o Município informou-a ter recebido comunicação do Tribunal de Contas do Estado recusando o registro de sua admissão, em razão de um vício relacionado à autoridade competente, determinando então o seu desligamento. Até então, Valéria vinha exercendo com primor suas atividades e nunca fora notificada a respeito do processo de registro de sua nomeação. Valéria observou que, no final de 2009, chegou à Corte de Contas a notícia, encaminhada pelo Município, de sua admissão e início do exercício de suas funções. O julgamento recusando o registro ocorrera em 2015.

À luz do caso concreto e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre o tema, é **correto** afirmar que:

- a) motivada a ilegalidade em vício de incompetência, poderá haver a convalidação do ato de admissão, já que dela não decorrerá prejuízo a terceiros ou ao erário público.
- b) como a eficácia do ato de admissão de Valéria estava sujeita à condição resolutiva da análise de sua legalidade e registro pelo Tribunal de Contas do Estado, no exercício legítimo do controle externo, é cabível a devolução dos valores recebidos até o momento, por Valéria, a título de remuneração.
- c) Valéria deve permanecer no exercício de sua função pública pois, no caso, decorreu o prazo decadencial de cinco anos entre o ato administrativo que a admitiu na função pública de agente comunitária de saúde e o posterior julgamento de sua legalidade e registro pelo Tribunal de Contas do Estado.
- d) compete aos Tribunais de Contas dos Estados auxiliar o Poder Legislativo no controle externo da Administração Pública, o que inclui a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, excetuadas as nomeações para cargos de provimento em comissão e para cargos da administração pública municipal, em observância ao princípio federativo.
- e) como, in casu, o controle do Tribunal de Contas do Estado ocorreu sobre a legalidade do ato inicial de admissão de agente público, hipótese em que o registro no órgão de controle integra a formação de ato administrativo complexo e não configura processo administrativo com a presença de litigantes, não havia, a rigor, necessidade de prévia intimação de Valéria para se manifestar acerca da ilegalidade de sua admissão à função pública de agente comunitária de saúde.

10. (FGV – 2021) Marcelo é servidor público ocupante do cargo efetivo de analista administrativo de determinada Câmara Municipal e recentemente foi designado para exercer a função de confiança de supervisor do departamento de recursos humanos da Casa Legislativa. Ao final do expediente do último

dia do mês, Marcelo praticou ato administrativo de aprovação da folha de ponto dos servidores.

Ocorre que, pelas normativas aplicáveis, tal ato de aprovação é de competência do diretor do departamento de recursos humanos que, por sua vez, no dia seguinte, ratificou o ato praticado por Marcelo, mediante a:

- a) convalidação, pois o vício de competência é sanável, desde que atenda ao interesse público e não cause prejuízo a terceiros.
- b) anulação, pois o vício de forma é insanável e o ato inválido deve ser substituído por outro lícito, para se atender ao interesse público.
- c) revogação, pois o vício de objeto é insanável e o ato inválido deve ser substituído por outro lícito, para se atender ao princípio da legalidade.
- d) retificação, pois o vício de motivo é insanável e o ato inválido deve ser substituído por outro legítimo, para se atender ao princípio da legalidade.
- e) invalidação, pois o vício de finalidade é sanável e o ato inválido deve ser substituído por outro lícito, para se atender ao interesse público.

11. (FGV – 2019) A doutrina de Direito Administrativo ensina que, caso vise ao interesse público a manutenção de determinado ato administrativo, pode ocorrer a correção de um vício sanável do ato, mediante a chamada:

- a) revogação, desde que se trate de ato vinculado e o vício se restrinja aos elementos forma ou motivo.
- b) repristinação, desde que se trate de ato discricionário e o vício se restrinja aos elementos motivo ou competência.
- c) convalidação, desde que não cause prejuízos a terceiros e que se trate de vício nos elementos forma ou competência.
- d) retificação, desde que se trate de ato discricionário com vício no elemento motivo e que não cause prejuízos à Administração Pública.
- e) anulação parcial, desde que não cause prejuízos à Administração Pública e que se trate de vício nos elementos motivo ou forma.

→ PODER VINCULADO E DISCRICIONÁRIO

12. (FGV – 2021) A discricionariedade administrativa refere-se à maneira pela qual a Administração Pública utiliza seu poder para exercer atos administrativos com a finalidade de atender ao interesse público. Em relação ao conceito de *discricionariedade administrativa*, assinale a afirmativa **correta**.

- a) É a liberdade do administrador de tomar determinadas decisões, desde que esteja nos limites da lei.
- b) É a expansão do ato administrativo por agentes putativos, em consonância com o arcabouço legal.
- c) É a ação realizada com desrespeito à ordem jurídica vigente, em função de um viés pessoal.
- d) É a permissão da execução de ato pela administração, sem recorrer ao Poder Judiciário.
- e) É a vinculação de ato administrativo à lei, sem possibilidade de questionamento.

→ PODER REGULAMENTAR

13. (FGV – 2021) A Lei Orgânica do Município Alfa e uma lei municipal específica estabelecem que o Município assegurará e estimulará, em órgãos colegiados, nos termos de decreto a ser editado pelo chefe do Executivo, a participação da coletividade na formulação e execução de políticas públicas e na elaboração

de planos, programas e projetos municipais na área de assistência social. Diante do recente aumento da população em situação de rua, o Prefeito Municipal editou decreto instituindo a Política Municipal para a População em Situação de Rua e seu Comitê Gestor Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dando outras providências.

No caso em tela, em tema de poderes administrativos, o Prefeito agiu com base direta no poder

- a) hierárquico, pois pode disciplinar políticas públicas em nível municipal, eis que é a autoridade máxima local.
- b) coercitivo, pois tem competência para editar normas com caráter de imperatividade e coercibilidade.
- c) normativo, pois se trata de norma complementar à lei, para permitir sua efetiva aplicação.
- d) disciplinar, pois tem competência para editar normas específicas e concretas para assegurar direitos sociais.
- e) legislativo, pois tem competência para editar lei, excepcionalmente, em matéria de direitos humanos.

14. (FGV – 2019) O Procurador-Geral de Justiça do MP RJ, em conformidade com o que consta no art. 2º, XVII, da Lei Complementar Estadual nº 106/2003, editou a Resolução GPGJ nº 2.245/2018, instituindo e dispondo sobre o Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro como instrumento oficial de disponibilização e publicação dos seus atos administrativos, processuais e de comunicação em geral.

A conduta do chefe do *parquet* estadual no caso concreto está calcada em seu poder:

- a) regulamentar de editar lei em sentido formal para disciplinar matéria de interesse da instituição, assegurando o exercício da autonomia administrativa ministerial.
- b) hierárquico, pois na qualidade de autoridade máxima administrativa da instituição tem a prerrogativa de inovar no ordenamento jurídico em matéria de interesse institucional.
- c) disciplinar, haja vista que o desatendimento às normas concretas editadas por meio da resolução geram aplicação de penalidade disciplinar ao servidor pelo Procurador-Geral.
- d) normativo de expedir norma geral e abstrata que facilita a execução da lei orgânica do MP RJ na matéria, minudenciando seus termos.
- e) discricionário para editar normas concretas e específicas que extrapolem os limites da lei orgânica do MP RJ, no regular exercício da independência funcional da chefia institucional.

→ PODER HIERÁRQUICO

15. (FGV – 2021) João, delegado titular de certa delegacia, editou uma ordem de serviço, com a finalidade de distribuir e ordenar o serviço interno da DP, definindo que o setor X, composto pelos agentes de Polícia Civil A, B, C e D, é responsável por determinadas atividades.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o citado ato administrativo ordinatório praticado por João decorre do poder administrativo:

- a) disciplinar, que lhe permite praticar atos normativos internos com eficácia restrita àquela delegacia.
- b) hierárquico, que é um poder de estruturação interna da atividade pública.
- c) disciplinar, que lhe permite inovar no ordenamento jurídico no âmbito de sua circunscrição.
- d) de polícia, que lhe permite organizar as rotinas administrativas necessárias à investigação criminal.
- e) de polícia, que lhe permite organizar as rotinas operacionais próprias de polícia judiciária.

→ PODER DISCIPLINAR

16. (FGV – 2022) O Estado Beta, por meio de sua Polícia Civil, celebrou contrato administrativo para aquisição de insumos que serão utilizados por seus órgãos de polícia técnica e científica. Ocorre que a sociedade empresária contratada descumpriu a legislação de regência e o próprio contrato, de maneira que, observadas as formalidades legais, lhe foram aplicadas sanções administrativas.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a imposição das citadas penalidades administrativas pelo poder público estadual sobre a sociedade empresária decorreu diretamente do poder administrativo

- a) de polícia.
- b) de perícia.
- c) hierárquico.
- d) disciplinar.
- e) regulamentar.

→ PODER DE POLÍCIA

17. (FGV – 2022) O Município Alfa recebeu representação informando que José estava ocupando determinada calçada com um trailer do tipo *food truck*, sem prévio consentimento do poder público. Os agentes públicos municipais de posturas, ao realizarem diligência formal no local, verificaram a veracidade do que foi noticiado e constataram, ainda, que o trailer estava obstruindo a passagem dos pedestres pela calçada, os obrigando a passar pela via pública, com risco de serem atropelados. Após a negativa de José de retirar seu trailer do local, os agentes municipais, com base em lei, o fizeram diretamente.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o poder administrativo que embasou a providência adotada pelos agentes municipais é o poder:

- a) de polícia.
- b) de gestão.
- c) disciplinar.
- d) hierárquico.
- e) sanitário.

18. (FGV – 2022) A humanidade vem enfrentando situação de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do novo coronavírus. Com base em lei, autoridade estadual competente estabeleceu regularmente a medida do uso obrigatório de máscaras de proteção individual em locais públicos, com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde, limitada no tempo e no espaço ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, o poder administrativo que diretamente embasou a citada medida é o poder

- a) disciplinar, que permite a regulamentação da vida em sociedade, com a fixação de sanções pelo descumprimento das normas.
- b) hierárquico, que permite a regulamentação da vida em sociedade, mediante normas verticalmente impostas pelo poder público, em prol do interesse público.
- c) de saúde pública, que permite limitar a liberdade individual, em prol do interesse público, sob pena de cometimento de crime de responsabilidade.
- d) de gestão, que permite a edição de atos normativos de gestão para limitar a propriedade e liberdade individuais, em prol do interesse da coletividade.

- e) de polícia, que permite a estipulação de restrições e limitações ao exercício de liberdades individuais, em razão da supremacia do interesse público.

19. (FGV – 2022) Ivone, estudiosa do Direito Administrativo, realizou alentado estudo a respeito dos poderes do Estado, mais especificamente em relação à possibilidade de que venha a limitar o exercício de alguns direitos individuais em prol do interesse público.

Ao final, concluiu, corretamente, que a atuação descrita é:

- a) exemplo do poder de polícia.
- b) exemplo da seguridade social.
- c) exemplo do poder vinculado.
- d) incompatível com a ordem constitucional, já que direitos individuais não podem ser objeto de restrição.
- e) circunscrita à imposição de restrições ao direito de propriedade, considerando a função social que deve cumprir.

20. (FGV – 2021) Para enfrentamento da pandemia do novo coronavírus, emergência de saúde pública de importância internacional, determinada autoridade pública adotou regularmente, com base em lei e no âmbito de suas competências, a medida de restrição excepcional e temporária, por rodovias, da locomoção intermunicipal. A medida somente foi determinada com base em evidências científicas e em análises sobre as informações estratégicas em saúde e foi limitada no tempo e no espaço, ao mínimo indispensável à promoção e à preservação da saúde pública, observada a proporcionalidade. No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, em tema de poderes administrativos, a medida adotada foi calçada diretamente no chamado poder

- a) de polícia.
- b) de segurança pública.
- c) de saúde pública.
- d) disciplinar.
- e) hierárquico.

21. (FGV – 2020) Um particular proprietário de veículo automotor, atendendo ao que determina o ordenamento jurídico, levou seu veículo para ser submetido à fiscalização pelo DETRAN no Estado da Federação Alfa. No caso em tela, o poder administrativo que embasou a realização de vistoria veicular é o poder:

- a) de polícia, para adequar e condicionar a propriedade individual em prol do interesse público.
- b) de império, que emana do Legislativo em razão de sua supremacia sobre o Executivo.
- c) hierárquico, para limitar direitos individuais de acordo com a discricionariedade do administrador público.
- d) regulamentar, que permite inovação na atividade legislativa para satisfazer à coletividade.
- e) disciplinar, que pode ser delegado para pessoa jurídica de direito privado para alcançar o bem comum.

22. (FGV – 2019) João, agente de fiscalização do Município de Salvador, na área de meio ambiente e serviços públicos, no exercício da função, fiscalizava o exercício de atividades e veiculação de publicidade por meio de engenhos publicitários, para garantir o cumprimento das leis, regulamentos e normas pertinentes.

Ao verificar uma irregularidade cometida pelo particular fiscalizado por transgressão à legislação específica, João providenciou as pertinentes lavraturas da notificação, auto de infração e intimação.

A conduta de João, na hipótese descrita, está calçada no poder administrativo

- a) regulamentar, que autoriza a Administração Pública a fiscalizar e sancionar o particular que pratica qualquer ato tipificado como infração administrativa.
- b) disciplinar, que autoriza a Administração Pública a regulamentar e punir o particular que causa qualquer ato que viole o interesse público.
- c) de vinculação, que autoriza a Administração Pública a editar atos concretos e específicos para determinar a forma como cada particular deve exercer suas atividades
- d) de polícia, que autoriza a Administração Pública a restringir o uso e o gozo da liberdade e da propriedade em favor do interesse público.
- e) de hierarquia, que autoriza a Administração Pública a restringir as atividades privadas em favor do interesse público, independentemente de prévia lei sobre o tema.

23. (FGV – 2019) A atuação de um Agente de Trânsito e Transporte do Município de Salvador é hipótese de regular exercício do *poder de polícia* quando

- a) exerce a fiscalização garantindo o cumprimento das normas voltadas a obras e eventos que interfiram na circulação normal de veículos e pedestres, bem como sobre obstáculos ou elementos que gerem desordem na sinalização, autuando e aplicando medidas administrativas por infrações ocorridas.
- b) realiza investigação criminal para elucidar a autoria de crime de homicídio, mediante a promoção de diligências de apuração, como vistoria no local do delito, colheita de depoimentos e apreensão de instrumentos e bens utilizados na prática do crime.
- c) edita ordem de serviço contendo rotinas administrativas tendentes a regulamentar as funções a serem exercidas por cada servidor lotado no órgão, incluindo aquelas relativas à investigação de eventuais atos que configurem, em tese, falta funcional.
- d) preside comissão permanente de apuração de falta funcional em processo administrativo disciplinar, podendo realizar interrogatório do investigado, tomar depoimento de testemunhas, juntar documentos e realizar acareação em caso de contradição.
- e) participa de comissão tendente a estudar e formular sugestão de políticas públicas de fomento a campanhas educativas de prevenção de acidentes e outros elementos relacionados à segurança viária, cuja conclusão será encaminhada ao Prefeito.

24. (FGV – 2019) Joaquim construiu irregularmente, sem obter qualquer licença para tal e ao arrepio dos ditames legais sobre a matéria, um muro que se iniciou nos limites de sua propriedade e se estendeu para a calçada, ocupando parte de área pública, com risco iminente de desabamento e dificultando o tráfego de pedestres.

O poder público municipal, com as formalidades legais, utilizando sua prerrogativa de direito público que, calçada na lei, lhe autoriza a restringir o uso e o gozo da propriedade privada em favor do interesse da coletividade, determinou a demolição da obra.

O *poder administrativo* que fundamentou a demolição e o atributo do ato administrativo que fez valer tal decisão sem necessidade de prévia intervenção do Poder Judiciário, são denominados, respectivamente,

- a) normativo e coercitibilidade.
- b) disciplinar e autoaplicabilidade.
- c) de polícia e autoexecutoriedade.
- d) sancionatório e imperatividade.
- e) de hierarquia e impositividade.

→ ABUSO DE PODER: EXCESSO DE PODER E DESVIO DE FINALIDADE (PODERES DA ADMINISTRAÇÃO)

25. (FGV – 2022) José, auxiliar administrativo do Ministério Público do Estado Alfa, exerce a função de gerente de pagamento no Departamento de Recursos Humanos. No exercício de suas funções, José praticou ato administrativo dentro de sua esfera de competência, mas afastando-se do interesse público, eis que a real motivação do ato foi retaliar João, igualmente servidor público do Ministério Público, e seu antigo desafeto.

No caso em tela, de acordo com o que ensina a doutrina de Direito Administrativo, José agiu:

- a) ilicitamente, com abuso de poder, na modalidade excesso de poder, eis que atuou fora dos limites de sua capacidade.
- b) ilicitamente, com abuso de poder, na modalidade desvio de poder, eis que se afastou da finalidade pública.
- c) lícitamente, com regular emprego do poder discricionário, eis que o ato não precisa ser motivado e a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente.
- d) lícitamente, com regular emprego do poder vinculado, eis que o ato não precisa ser motivado e a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente e aos seus superiores.
- e) lícitamente, com regular emprego do poder discricionário, eis que a análise do mérito administrativo cabe apenas ao agente e ao procurador-geral de Justiça.

26. (FGV – 2019) Promotor de Justiça de Tutela Coletiva, no bojo de inquérito civil público e visando à sua instrução, expediu ofício ao Secretário Municipal de Administração, mediante entrega pessoal via Oficial do Ministério Público, requisitando o remeter relação nominal de todos os servidores ocupantes de cargo em comissão daquela pasta. Ao chegar na repartição municipal, o Oficial do MP João realizou a entrega do ofício em mãos ao destinatário, obtendo o respectivo recibo de entrega.

Em seguida, verificando que a planilha requisitada pelo Promotor no ofício estava sobre a mesa do agente municipal, João promoveu coercitivamente a imediata apreensão do documento, não obstante a negativa do Secretário. Em verdade, como comprovado pelo Secretário, o objetivo do Oficial do MP não era adiantar o cumprimento da requisição, e sim retaliá-lo, por ser seu antigo desafeto.

Nesse caso, o ato administrativo de apreensão do documento praticado por João é:

- a) válido, eis que atingiu os fins a que se destinava o ofício requisitório, atendendo ao elemento finalidade do ato, que é alcançar o interesse público.
- b) válido, desde que o Promotor de Justiça ratifique o ato para fins de convalidação do vício sanável em seu elemento objeto, uma vez que o interesse público foi atingido.
- c) inválido por improbidade administrativa, em razão de vício em seus elementos motivo (por desvio de poder) e objeto (por carência de respaldo legal).
- d) inválido por abuso de autoridade, em razão de vício em seus elementos forma (por desvio de poder) e objeto (por carência de respaldo legal).
- e) inválido por abuso de poder, em razão de vício em seus elementos competência (por excesso de poder) e finalidade (por desvio de poder).

→ ADMINISTRAÇÃO DIRETA (ÓRGÃOS PÚBLICOS)

27. (FGV – 2022) Em matéria de organização administrativa, centros de competência especializada dispostos na intimidade de uma pessoa jurídica de direito público, com a intenção de garantir especialização nas atividades prestadas e maior eficiência são chamados

- a) autarquias, que têm personalidade jurídica.
- b) fundações privadas, que não têm personalidade jurídica.
- c) órgãos públicos, que não têm personalidade jurídica.
- d) fundações públicas, que têm personalidade jurídica.
- e) entidades administrativas, que têm personalidade jurídica.

28. (FGV – 2022) Em relação à organização administrativa, é **correto** afirmar que os Tribunais de Contas estaduais são

- a) dotados de personalidade jurídica própria e componentes da Administração Direta estadual.
- b) desprovidos de personalidade jurídica própria e componentes da Administração Direta estadual.
- c) dotados de personalidade jurídica própria e componentes da Administração Indireta estadual.
- d) desprovidos de personalidade jurídica própria e componentes da Administração Indireta estadual.
- e) dotados de personalidade jurídica própria como entidades autárquicas e componentes da Administração Indireta estadual.

→ ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

29. (FGV – 2022) Assinale a opção que indica uma característica das autarquias, figura jurídica representada por entidades como o Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) e o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM).

- a) A obrigatoriedade do uso das normas da CLT para seus funcionários.
- b) A necessidade de elaboração de lei para a sua criação.
- c) O patrimônio composto exclusivamente por bens regidos pelo direito privado.
- d) A vedação à execução de atividades típicas de Estado.
- e) A impossibilidade de realização de concurso público para contratação de pessoal.

30. (FGV – 2022) Considere que o Governo Federal decida criar uma nova autarquia federal para desenvolver práticas e tecnologias inovadoras associadas a energias sustentáveis, visando ajudar o Brasil na meta de reduzir em 50% as emissões de carbono até 2030.

Em relação à criação dessa autarquia, é correto afirmar que ela deve ser criada por meio de.

- a) lei específica.
- b) decreto autônomo.
- c) regulamento especial.
- d) registro dos atos constitutivos.
- e) resolução legislativa.

31. (FGV – 2022) Analise os conceitos de duas entidades que integram a administração indireta:

- I. Pessoa jurídica de direito privado, criada por autorização legal, sob a forma de sociedade anônima, cujo controle acionário pertença ao poder público, tendo por objetivo, como regra, a exploração de atividades gerais de caráter econômico e, em algumas ocasiões, a prestação de serviços públicos.
- II. Pessoa jurídica de direito público, criada por lei específica para desempenhar funções que, despidas de caráter econômico, são próprias e típicas do Estado.

As entidades acima conceituadas são, **respectivamente**:

- a) empresa pública e fundação pública.

- b) fundação privada e autarquia.
- c) sociedade de economia mista e autarquia.
- d) sociedade de economia mista e empresa pública.
- e) empresa pública e autarquia.

32. (FGV – 2021) Com base nas disposições constitucionais e nos conceitos referentes à administração indireta, assinale a afirmativa **correta**.

- a) As empresas públicas são instituídas por decreto de privatização.
- b) As autarquias expressam o processo de descentralização administrativa.
- c) A criação de sociedades de economia mista é exemplo de concentração administrativa.
- d) As agências executivas são entidades paraestatais derivadas da publicização governamental.
- e) As agências reguladoras recebem essa qualificação de forma vinculada pelo ministério supervisor.

33. (FGV – 2021) O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de criar um ente da Administração Pública indireta, que teria capital majoritário do poder público, com o objetivo de explorar atividade econômica em sentido estrito, em regime de competição com outras estruturas empresariais.

A assessoria respondeu, corretamente, que esse ente é uma:

- a) autarquia, sendo criada por lei.
- b) empresa pública, sendo criada por lei.
- c) sociedade de economia mista, sendo criada por lei.
- d) empresa pública, sendo criada a partir de autorização legal.
- e) sociedade de economia mista, sendo criada a partir de autorização legal.

34. (FGV – 2021) Acerca da **organização administrativa**, analise as afirmativas a seguir.

- I. As autarquias devem ser criadas com o objetivo precípua de explorar atividade econômica de utilidade pública.
- II. As fundações públicas possuem natureza jurídica de organização social.
- III. As sociedades de economia mista podem ser responsáveis pela prestação de serviços públicos.

Está **correto** o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

35. (FGV – 2021) Para que o Estado possa alcançar seus fins, o ordenamento jurídico confere aos agentes públicos algumas prerrogativas, que são denominadas poderes administrativos e possuem caráter instrumental, uma vez que têm o objetivo de possibilitar a consecução do interesse público.

Em matéria de poderes administrativos, é **correto** afirmar que uma fundação pública estadual, da área de saúde, instituída com personalidade jurídica de direito privado,

- a) não se submete ao poder hierárquico da Secretaria Estadual de Saúde que, contudo, controla os seus atos pela vinculação ou tutela administrativa.
- b) se submete ao poder hierárquico da Secretaria Estadual de Saúde, em razão da hierarquia externa existente entre as duas citadas pessoas jurídicas.

- c) não se submete a qualquer tipo de controle pela Secretaria Estadual de Saúde, pois ostenta personalidade jurídica de direito privado.
- d) se submete ao poder disciplinar da Secretaria Estadual de Saúde, em razão da hierarquia externa existente entre as duas citadas pessoas jurídicas.
- e) se submete ao poder disciplinar da Secretaria Estadual de Saúde, em razão da desconcentração administrativa existente entre as duas citadas pessoas jurídicas.

36. (FGV – 2021) Em relação às características das organizações administrativas do setor público, analise os itens a seguir.

- I. Capacidade legislativa.
- II. Autonomia política.
- III. Personalidade jurídica.

Está **correto** o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

→ DESCONCENTRAÇÃO E DESCENTRALIZAÇÃO

37. (FGV – 2022) Considere um município que seja administrado por uma gestão com ideais reformistas, e que, dentre outras mudanças, tenha como prioridade aumentar a especialização da máquina pública por meio de um processo de descentralização.

Com base no apresentado, evidencia-se como um exemplo de descentralização a

- a) divisão das competências da Guarda Municipal em superintendências regionais.
- b) delegação do poder de planejamento para as superintendências administrativas.
- c) concessão de capacidades normativas aos secretários municipais.
- d) transferência da execução de serviço de saneamento básico para empresa pública.
- e) atribuição de responsabilidades de coordenação aos subprefeitos locais.

38. (FGV – 2022) Assinale a alternativa que compreende apenas tipos de descentralização administrativa usados na Administração Pública.

- a) Interna, externa e mista.
- b) Central, periférica e residual.
- c) Por outorga, por delegação e geográfica.
- d) Incremental, preditiva e integral.
- e) Sobreposta, projetiva e retrospectiva.

39. (FGV – 2022) Em matéria de organização administrativa, observe os seguintes conceitos trazidos pela doutrina de Direito Administrativo:

- I. O ente possui autonomia e executa competência própria, com possibilidade de elaboração das próprias leis, conforme divisão de competências entre os entes federativos feita na própria Constituição da República de 1988.
- II. A criação de entes personalizados com poder de autodeterminação, conforme determinações legais expedidas pelo ente central. É o caso, por exemplo, dos entes da administração indireta.

Os fenômenos administrativos acima expostos consistem, respectivamente, em:

- a) concentração e descentralização administrativa.
- b) desconcentração e delegação.
- c) descentralização política e desconcentração.
- d) descentralização política e descentralização administrativa.
- e) delegação administrativa e desconcentração.

40. (FGV – 2021) A *descentralização administrativa* é o processo pelo qual os entes políticos transferem atribuições administrativas a outras pessoas jurídicas.

Assinale a opção que apresenta a forma de descentralização que ocorre quando o Estado cria uma fundação pública para executar determinado serviço público.

- a) Descentralização por outorga.
- b) Descentralização por colaboração.
- c) Descentralização por delegação.
- d) Descentralização participativa.
- e) Descentralização social.

41. (FGV – 2021) A descentralização administrativa pode ocorrer:

- a) somente por outorga.
- b) somente por delegação.
- c) por outorga ou por delegação.
- d) por privatização.
- e) por regulação.

42. (FGV – 2019) Em relação às formas de descentralização e desconcentração administrativa, analise os itens a seguir.

- I. A descentralização por serviços institui uma entidade da administração indireta, contanto que seja criada por meio de lei específica.
- II. A descentralização por colaboração transfere a titularidade de execução da atividade da Administração Pública para a iniciativa privada, por meio de contrato ou ato unilateral.
- III. A desconcentração administrativa permite a criação de órgão com personalidade jurídica de direito público, mas sem capacidade processual.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I;
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

→ AGÊNCIAS REGULADORAS E EXECUTIVAS

43. (FGV – 2021) As agências reguladoras são importantes inovações do Estado brasileiro, idealizadas, no contexto da reforma gerencial de 1995, com o intuito de regular atividades de determinados setores da economia.

Acerca das **agências reguladoras**, é **correto** afirmar que elas foram criadas por meio do processo conhecido por

- a) desconcentração.
- b) concentração.
- c) descentralização.
- d) centralização.
- e) privatização.

→ TERCEIRO SETOR (OSS, OSCIPS, SISTEMA S E FUNDAÇÕES DE APOIO)

44. (FGV – 2019) Até recentemente, havia o entendimento dos especialistas de que a sociedade poderia ser classificada em dois setores, o primeiro sendo o Poder Público e o segundo o Mercado.

Com o crescente número de demandas sociais não atendidas pelo Estado, um terceiro setor começa se consolidar e ganhar importância no atendimento das demandas da sociedade.

Assinale a opção que indica uma organização do terceiro setor.

- a) Agência Executiva.
- b) Sociedade Anônima.
- c) Fundação Autárquica.
- d) Associação Pública.
- e) Entidade de Apoio.

→ RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO

45. (FGV – 2022) Armando, tinha interesse em compreender as teorias que dispõem sobre a responsabilidade civil extracontratual da Administração Pública. Após ampla pesquisa, identificou a teoria adotada no direito brasileiro para justificar a responsabilização objetiva da Administração Pública por atos praticados por seus servidores, constatando, ainda, que essa responsabilização pode ser afastada se houver culpa exclusiva da vítima.

Trata-se da teoria:

- a) dos atos de império, sendo a responsabilização afastada, na hipótese indicada, porque o dano decorreu de ato de outrem, não de ato de império.
- b) da culpa administrativa, sendo a responsabilização afastada, na hipótese indicada, porque o dano não pode ser atribuído ao mau funcionamento do serviço.
- c) do risco integral, sendo a responsabilização afastada, na hipótese indicada, em razão da presença do elemento subjetivo culposos no agir da vítima.
- d) do risco administrativo, sendo a responsabilização afastada, na hipótese indicada, em razão da ausência do nexo de causalidade entre o atuar estatal e o dano causado.
- e) da culpa do serviço público, sendo a responsabilização afastada, na hipótese indicada, porque o mau funcionamento do serviço, ainda que tenha ocorrido, não foi preponderante.

46. (FGV – 2022) João, servidor público ocupante do cargo efetivo de Assistente em Saúde Condutor de Ambulância do Município de Manaus, no exercício da função, não observou o sinal vermelho e bateu o veículo que conduzia no carro de Joaquim, que trafegava observando regularmente as leis de trânsito.

No caso em tela, de acordo com a Constituição da República, sem necessidade de comprovar que João agiu com dolo ou culpa, Joaquim deve direcionar ação indenizatória em face

- a) do próprio João, que deve indenizar imediatamente Joaquim, sob pena de perder o cargo.
- b) da Secretaria Municipal de Transporte de Manaus, órgão onde João está lotado.
- c) da Secretaria Municipal de Saúde de Manaus, órgão ao qual João está vinculado.
- d) do Estado do Amazonas, pois se aplica a responsabilidade civil objetiva do Estado.
- e) do Município de Manaus, que possui direito de regresso contra João, comprovado seu dolo ou culpa.

47. (FGV – 2022) João, servidor público ocupante do cargo efetivo de contador/distribuidor do Tribunal de Justiça do Estado Ômega, no exercício de suas funções, destruiu os autos físicos de um processo judicial em que seu desafeto Antônio figurava como parte autora, com o objetivo de prejudicá-lo. Em razão do ato ilícito praticado por João, o jurisdicionado Antônio sofreu danos materiais e morais. Inconformado, Antônio contratou advogado e ajuizou ação indenizatória em face:

- a) de João, na qualidade de responsável direto pelo ato ilícito, e é desnecessária a comprovação de ter agido o agente público João com dolo ou culpa.
- b) do Tribunal de Justiça do Estado Ômega, e é necessária a comprovação de ter agido o agente público João com dolo ou culpa.
- c) do Tribunal de Justiça do Estado Ômega, e é desnecessária a comprovação de ter agido o agente público João com dolo ou culpa.
- d) do Estado Ômega, e é necessária a comprovação de ter agido o agente público João com dolo ou culpa.
- e) do Estado Ômega, e é desnecessária a comprovação de ter agido o agente público João com dolo ou culpa.

48. (FGV – 2022) O servidor responde penal, civil e administrativamente pelo exercício irregular de suas atribuições. A esse respeito, relacione as responsabilidades do servidor às suas respectivas descrições.

- 1. Responsabilidade civil
 - 2. Responsabilidade penal
 - 3. Responsabilidade civil-administrativa
- () decorre de ato omissivo que resulte em prejuízo ao erário.
- () resulta de violação dos deveres e das proibições previstos nos respectivos estatutos pelo servidor.
- () abrange os crimes e as contravenções imputados ao servidor que tenha agido com dolo ou culpa.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3.
- b) 2 – 1 – 3.
- c) 3 – 2 – 1.
- d) 1 – 3 – 2.
- e) 2 – 3 – 1.

49. (FGV – 2022) Carlos, técnico legislativo - policial legislativo do Senado Federal, no exercício da função, ao realizar revista pessoal no cidadão Antônio, inobservou as normas e os protocolos de regência, aplicando, de forma culposa, excesso de força, que causou luxação no ombro do administrado.

Inconformado, Antônio buscou assistência jurídica na Defensoria Pública da União, ajuizou ação indenizatória por danos morais e materiais e obteve êxito integral na demanda.

No caso em tela, Carlos

- a) não está sujeito à ação regressiva, porque o ato foi praticado no exercício da função, devendo o poder público arcar integralmente com o ônus.
- b) não está sujeito à ação regressiva, porque o ato não foi praticado de forma dolosa, mas responde o servidor na esfera disciplinar.
- c) está sujeito à ação regressiva, diante de sua responsabilidade civil objetiva, sendo desnecessária a comprovação de que agiu de forma culposa.
- d) está sujeito à ação regressiva, diante de sua responsabilidade civil subjetiva, sendo necessária a comprovação de que agiu de forma culposa.
- e) não está sujeito à ação regressiva, pois houve a ruptura do nexo causal, na medida em que o ato foi praticado no exercício das funções.

50. (FGV – 2022) A sociedade de economia mista federal Alfa, prestadora de determinado serviço público, por ato ilícito de seu empregado Jorge, durante a prestação do serviço, causou dano ao particular Moacir, presente o nexo de causalidade entre a conduta do empregado e o resultado danoso.

No caso em tela, eventual ação indenizatória será regida pelo regime jurídico da responsabilidade civil

- subjetiva, pois a sociedade de economia mista possui personalidade jurídica de direito privado.
- objetiva, e é desnecessária a comprovação de ter Jorge agido com dolo ou culpa.
- subjetiva, e Jorge pode figurar no polo passivo da demanda em litisconsórcio com a sociedade de economia mista federal Alfa.
- objetiva, e não há que se falar em ação regressiva, pois Jorge não é servidor estatutário e sim empregado público, regido pela lei trabalhista.
- subjetiva, e é necessária a comprovação de ter Jorge agido com dolo ou culpa, não havendo que se falar em ação regressiva.

51. (FGV – 2021) Antônio, ocupante do cargo efetivo de Assis- tente de Administração de determinado Tribunal de Contas estadual, está lotado no setor de protocolo, onde recebe docu- mentos e correspondências externas. Por descuido, ao receber ofício subscrito por certo Prefeito Municipal, Antônio acabou se distraíndo e colocou o documento numa pilha de papéis que seriam destruídos e, em seguida, o incinerou. Por não ter sido juntado o ofício ao correlato processo administrativo, o Prefei- to jurisdicionado acabou sendo multado pela Corte de Contas e alega que sofreu danos materiais e morais.

No caso narrado, em tese, aplicar-se-ia a responsabilidade civil:

- subjetiva do Tribunal de Contas, sendo necessária a comprovação de ter agido Antônio com dolo ou culpa.
- objetiva do Tribunal de Contas, sendo necessária a comprovação de ter agido Antônio com dolo ou culpa.
- objetiva de Antônio, sendo desnecessária a comprovação de ter agido com dolo ou culpa.
- subjetiva do Estado, sendo necessária a comprovação de ter agido Antônio com dolo ou culpa.
- objetiva do Estado, sendo desnecessária a comprovação de ter agido Antônio com dolo ou culpa.

52. (FGV – 2019) João, Técnico Judiciário do Tribunal de Justiça do Ceará, no exercício de suas funções, praticou, por negligência, ato ilícito que causou dano a Maria, parte em determinado processo judicial. Maria buscou atendimento na Defensoria Pública e ajuizou ação indenizatória, em cujo curso restou comprovada a culpa concorrente entre a particular e o agente público.

No caso narrado, o pleito de Maria deve ser julgado:

- improcedente, porque a autora da ação concorreu para o resultado danoso, fato que exclui a responsabilidade civil estatal.
- improcedente, porque o agente público João não agiu de forma dolosa ou com má-fé, fato que exclui a responsabilidade civil estatal.
- procedente, incidindo a responsabilidade civil objetiva do Estado, havendo redução do valor indenizatório a ser pago pelo Estado do Ceará, em razão da culpa concorrente.
- procedente, incidindo a responsabilidade civil subjetiva do Estado do Ceará, devendo o valor indenizatório ser fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade;
- procedente, incidindo a responsabilidade civil subjetiva do Poder Judiciário do Ceará, devendo o valor indenizatório ser fixado de acordo com o princípio da proporcionalidade.

→ PRINCÍPIOS (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI 8.987)

53. (FGV – 2021) Os serviços públicos municipais, tais como iluminação pública e abastecimento de água, devem ser prestados de forma contínua diante das necessidades inadiáveis dos usuários e de toda sociedade.

Tal assertiva traduz o princípio aplicável à prestação dos serviços públicos da:

- generalidade, segundo o qual todos devem ter acesso aos serviços públicos primários, que não podem ser interrompidos em qualquer hipótese.
- atualidade, que gera a obrigação do poder público de não descontinuar a prestação dos serviços públicos chamados essenciais, em qualquer hipótese.
- modicidade, que garante a prestação eficiente do serviço de forma permanente, sendo possível sua interrupção apenas uma vez por semana em casos de urgência.
- gratuidade, uma vez que toda a população tem direito a acesso aos serviços públicos essenciais sem quaisquer custos e de forma integral, sendo possível uma interrupção por mês.
- continuidade, mas não se caracteriza como descontinuidade do serviço a sua interrupção em situação de emergência ou após prévio aviso na forma da lei.

54. (FGV – 2019) O serviço público está submetido ao regime de direito público, com aplicação de regras específicas trazidas pela Lei nº 8.987/95. Assim, o serviço público deve ser prestado:

- com a modernidade das técnicas, do equipamento e das instalações e sua conservação; e
- mediante tarifas mais baixas possíveis cobradas dos usuários, a fim de manter a prestação do serviço à maior parte possível da coletividade.

As duas características acima descritas traduzem, respectivamente, os princípios do serviço público da:

- modicidade e continuidade.
- atualidade e modicidade.
- economicidade e continuidade.
- universalidade e eficiência.
- generalidade e competitividade.

→ CONCESSÕES - DEVERES E DIREITOS (USUÁRIOS, CONCEDENTE, CONCESSIONÁRIA, LICITAÇÕES, LEI 8.987)

55. (FGV – 2021) O Estado de Sergipe, após regular processo licitatório, celebrou contrato de concessão de determinada rodovia estadual, sendo certo que a concessionária é remunerada mediante a cobrança de tarifa dos usuários do serviço público. No curso do contrato, o poder concedente deseja compeli- r o concessionário a reduzir o valor inicial do pedágio.

A pretensão do Estado é:

- inviável, em qualquer hipótese, pois as revisões devem ser feitas para majorar a tarifa.
- inviável, pois seria imprescindível a rescisão contratual e a retomada do serviço pelo concedente.
- viável, desde que o concessionário seja compensado para se manter o equilíbrio econômico-financeiro do contrato.
- viável, desde que haja prévia autorização do Poder Legislativo estadual, independentemente de se assegurar a margem de lucro do concessionário.
- viável, desde que haja prévia autorização do governador, independentemente de se assegurar a margem de lucro do concessionário.

→ AUTORIZAÇÃO, PERMISSÃO E CONCESSÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS)

56. (FGV – 2021) O Estado Alfa pretende contratar a reforma de determinada obra de interesse público, por meio de licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo, para delegação à pessoa jurídica ou consórcio de empresas que demonstre capacidade para a sua realização, por sua conta e risco, de forma que o investimento da contratada seja remunerado e amortizado mediante a exploração da obra por prazo determinado.

No caso em tela, a contratação ocorrerá por:

- a) concessão de serviço público precedida da execução de obra pública, cujo contrato deve estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e exigir garantia do fiel cumprimento, pela concessionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.
- b) permissão de serviço público, cujo contrato deve estipular as penalidades administrativas a que se sujeita a permissionária e exigir garantia do fiel cumprimento, pela permissionária, das obrigações relativas às obras vinculadas à concessão.
- c) concessão de serviço público, cujo contrato deve estipular os cronogramas físico-financeiros de execução das obras vinculadas à concessão e os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à concessionária.
- d) autorização de uso de bem público, cujo contrato deve estipular a exigência da publicação de demonstrações financeiras periódicas da concessionária e prever o foro e o modo amigável de solução das divergências contratuais.
- e) permissão de uso de bem público, cujo contrato deve prever os critérios para o cálculo e a forma de pagamento das indenizações devidas à permissionária, e as condições para prorrogação do contrato.

→ FORMAS DE EXTINÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI 8.987)

57. (FGV – 2021) A sociedade empresária Alfa é concessionária que presta o serviço público municipal de transporte coletivo intramunicipal de passageiros. No curso do contrato de concessão, o poder concedente constatou que a concessionária circulava com ônibus sem ar-condicionado, com pneus carecas e bancos rasgados, não equipou seus coletivos com portas acessíveis a pessoas com deficiência, além de inobservar as rotas e horários das linhas de ônibus. A concessionária, assim, descumpriu cláusulas contratuais e normas legais sobre o serviço prestado, não cumpriu as penalidades impostas por infrações nos devidos prazos e não atendeu à intimação do poder concedente no sentido de regularizar a prestação do serviço.

No caso em tela, o poder concedente deve proceder à extinção do contrato de concessão, mediante a:

- a) anulação, cuja declaração por decreto do Prefeito a ser publicado no diário oficial deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante indenização prévia.
- b) encampação, cuja autorização decorre de lei específica, que consiste na retomada do serviço pelo poder concedente durante o prazo da concessão, por motivo de inexecução total ou parcial do contrato, após prévio pagamento da indenização para garantir a continuidade do serviço público.
- c) encampação, que deve ser decretada no bojo de processo judicial, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante indenização ulterior das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, para garantir a continuidade do serviço público.
- d) caducidade, que deve ser decretada no bojo de processo judicial, assegurados o contraditório e a ampla defesa, mediante indenização prévia das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, para garantir a continuidade do serviço público.

- e) caducidade, cuja declaração por decreto do Prefeito deverá ser precedida da verificação da inadimplência da concessionária em processo administrativo, assegurado o direito à ampla defesa, independentemente de indenização prévia.

→ INTERVENÇÃO (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI 8.987)

58. (FGV – 2021) O Município Alfa no Estado de Sergipe, após regular licitação, celebrou contrato de concessão com a sociedade empresária Gama, para prestação do serviço público de abastecimento de água potável. No curso do contrato, por motivo de interesse público devidamente justificado, o prefeito municipal deseja retomar o serviço e, consequentemente, extinguir o contrato de concessão.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 8.987/95, a retomada do serviço pelo poder concedente:

- a) ocorre por encampação, mediante lei autorizativa específica e após prévio pagamento da indenização à concessionária.
- b) ocorre por caducidade, mediante decisão judicial e com prévio pagamento da indenização à concessionária.
- c) ocorre por anulação, mediante decisão administrativa e com ulterior pagamento da indenização à concessionária.
- d) não pode ocorrer até o término do prazo do contrato de concessão, exceto se o concessionário der causa pelo descumprimento de alguma obrigação legal ou contratual.
- e) não pode ocorrer pela via administrativa, sendo imprescindível prévia autorização judicial, com ulterior indenização.

→ CONVÊNIOS ADMINISTRATIVOS

59. (FGV – 2022) A associação de servidores da autarquia federal Alfa, entidade privada sem fins lucrativos, pretende implantar um programa de melhoria da qualidade de vida dos servidores públicos desta autarquia. Para tanto, pretende oferecer gratuitamente, a tais servidores, atendimentos de massoterapia, psicologia e fisioterapia. De modo a obter recursos para custear tais atividades, a referida associação busca firmar um convênio com a autarquia, invocando o interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

Diante desse cenário e à luz do Decreto nº 6.170/2007, a associação de servidores

- a) para celebrar tal convênio, necessita que esteja presente cláusula no convênio que indique a forma pela qual a execução do objeto será acompanhada pelo concedente.
- b) para celebrar tal convênio, necessita provar que não tem como dirigente agente político de Poder ou do Ministério Público, dirigente de órgão ou entidade da administração pública de qualquer esfera governamental, ou respectivo cônjuge ou companheiro, bem como parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau.
- c) para celebrar tal convênio, deverá realizar cadastro no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV.
- d) para celebrar tal convênio, deverá apresentar cópia do estatuto social atualizado da entidade.
- e) não poderia celebrar tal convênio, por sua condição de associação de servidores.

60. (FGV – 2021) De acordo com o Decreto nº 6.170/2007, que dispõe sobre as transferências de recursos da União por meio de convênios e contratos de repasse, existem algumas situações em que o repasse para entidades privadas sem fins lucrativos é vedado.

Assinale a opção que apresenta uma dessas situações de vedação.

- a) Quando o dirigente da entidade for sócio de escritório de advocacia.
- b) Quando o dirigente da entidade for servidor público do Poder Judiciário.
- c) Quando o filho do dirigente da entidade for dirigente de autarquia federal.
- d) Quando a cônica do dirigente da entidade for oficial das Forças Armadas.
- e) Quando o sobrinho neto do dirigente da entidade for dirigente de autarquia federal.

→ PARCERIA PÚBLICO-PRIVADA (PPP) (LEI 11.079/2004)

61. (FGV – 2021) Com relação às parcerias público-privadas, reguladas pela Lei nº 11.079/2004, analise as afirmativas a seguir.

- I. Serão vedadas em contratos com valores inferiores a 10 milhões de reais.
- II. Poderão ser na modalidade patrocinada, na qual terá a Administração Pública como usuária direta ou indireta.
- III. Serão precedidas apenas por licitação na modalidade concorrência.

Está correto o quem se afirma em.

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) I e III, apenas.

62. (FGV – 2022) As parcerias público-privadas consistem em concessões de serviços públicos de natureza especial com objetivo de serem prestados de forma menos dispendiosa que o normal, podendo, ainda, se admitir o fornecimento de bens ou a execução de obras.

Em relação às cláusulas das parcerias público-privadas, a Lei nº 11.079/2004 dispõe que

- a) a realização de vistoria dos bens reversíveis será realizada anualmente, não podendo o parceiro público reter os pagamentos ao parceiro privado, no valor necessário para reparar as irregularidades eventualmente detectadas, sem prévia decisão judicial.
- b) a possibilidade de emissão de empenho em nome dos financiadores do projeto em relação às obrigações pecuniárias da Administração Pública será vedada.
- c) o compartilhamento com a Administração Pública de ganhos econômicos efetivos do parceiro privado decorrentes da redução do risco de crédito dos financiamentos utilizados pelo parceiro privado será vedado.
- d) o prazo de vigência do contrato será compatível com a amortização dos investimentos realizados, não inferior a 5 (cinco) nem superior a 30 (trinta) anos, incluindo eventual prorrogação, sendo cláusula obrigatória a disposição sobre as formas de remuneração e de atualização dos valores contratuais.
- e) as cláusulas contratuais de atualização automática de valores baseadas em índices e fórmulas matemáticas, quando houver, serão aplicadas sem necessidade de homologação pela Administração Pública, exceto se esta publicar, na imprensa oficial, onde houver, até o prazo de 15 (quinze) dias após a apresentação da fatura, razões fundamentadas nesta Lei ou no contrato para a rejeição da atualização.

63. (FGV – 2021) De acordo com a Lei nº 11.079/04, antes da celebração do contrato de Parceria Público-Privada, deverá ser constituída sociedade de propósito específico, incumbida de implantar e gerir o objeto da parceria. Em relação a essa sociedade, assinale a afirmativa correta.

- a) Pode assumir a forma de companhia aberta, com valores mobiliários admitidos à negociação no mercado.
- b) Deve ter a Administração Pública como titular da maioria do capital votante.
- c) É isenta de elaborar e apresentar demonstrações financeiras padronizadas.
- d) É isenta de obedecer a padrões de governança corporativa.
- e) Deve assumir a forma de sociedade limitada por quotas.

64. (FGV – 2019) Considere que o Estado da Bahia, com o intuito de reduzir a superlotação carcerária da região, decida construir uma nova penitenciária.

Para a tarefa, o Estado, que será responsável pela fiscalização do serviço, opta por contratar uma empresa privada para a construção e administração da penitenciária, por meio de licitação, remunerando-a de acordo com o número de detentos presentes no complexo. Sabe-se também que o valor previsto do acordo será de 30 milhões de reais e terá vigência de 25 anos. Em relação à situação apresentada, é **correto** afirmar que o acordo realizado entre o Estado da Bahia e a empresa vencedora da licitação representa um exemplo de

- a) Parceria Público Privada, na modalidade de concessão administrativa.
- b) Parceria Público Privada, na modalidade de concessão patrocinada.
- c) Concessão comum, na modalidade pregão.
- d) Autorização, de caráter precário e discricionário.
- e) Publicização, vinculando a Organização Social ao Poder Público.

→ CONSÓRCIOS PÚBLICOS (SERVIÇOS PÚBLICOS, LEI 11.107/2005)

65. (FGV – 2022) Determinado consórcio público, integrado por diversos Municípios da federação, pretende formalizar convênio com a União de modo que haja o repasse de transferências voluntárias federais para a concretização do objeto do ajuste, relacionado à aquisição de imóveis e equipamentos de atividade agrícola. Sendo assim, o referido consórcio público procedeu à submissão do seu plano de trabalho para seleção ao órgão federal competente. Ocorre que, em face de se ter constatado que um dos Municípios integrantes do consórcio se encontrava inadimplente junto ao Sistema de Informações sobre Requisitos Fiscais (Cauc), o plano de trabalho não fora selecionado.

Ao ter ciência da referida decisão, o órgão de controle interno da União deve emitir um parecer indicando que a decisão está:

- a) incorreta, na medida em que o objeto do convênio se enquadra em uma das hipóteses de exceção para fins da aplicação da sanção de suspensão de transferências voluntárias, prevista no parágrafo 3º do Art. 25 da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
- b) correta, tendo em vista que a escolha das propostas e a celebração do contrato de repasse são decisões discricionárias do órgão do Poder Executivo competente.
- c) incorreta, uma vez que, segundo o princípio da intranscendência das sanções, penalidades e restrições de ordem jurídica não podem superar a dimensão estritamente pessoal do infrator, conforme remansosa jurisprudência dos Tribunais Superiores.

- d) correta, pois o caso concreto se trata de uma exceção ao princípio da intranscendência das sanções, considerando que não há autonomia administrativa, financeira e orçamentária dos consórcios públicos.
- e) correta, visto que a restrição cadastral no Caud não comporta exceções no caso de consórcios públicos. Do contrário, haveria um estímulo aos administradores estaduais ou municipais inadimplentes a constituírem consórcios públicos ou outro tipo de entidade da administração indireta para o recebimento de recursos federais.

66. (FGV – 2022) A Lei nº 11.107/2005 dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos. De acordo com o citado diploma legal, o consórcio público

- a) constituirá associação pública ou pessoa jurídica de direito privado.
- b) será constituído por contrato cuja celebração independa da prévia subscrição de protocolo de intenções.
- c) não poderá ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.
- d) não poderá firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo, mas poderá fazê-lo com a iniciativa privada.
- e) não poderá, em qualquer caso, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público.

67. (FGV – 2019) “Levantamento da Confederação Nacional de Municípios (CNM) identificou 491 consórcios públicos em todo o Brasil. De acordo com o mapeamento inédito, do total de 5.568 municípios, mais de 4 mil participam de pelo menos um consórcio público, pessoa jurídica que executa a gestão de serviços públicos”. A notícia, retirada do site da Agência Brasil, faz referência à personalidade jurídica conhecida por consórcio público, disciplinada pela Lei nº 11.107/05. Quanto ao consórcio público, é correto afirmar que:

- a) é equivalente aos órgãos públicos, representando parte da Administração Direta de todos os entes participantes.
- b) necessita do firmamento de convênios especiais entre os partícipes para o repasse de recursos públicos.
- c) seus cargos podem ser preenchidos sem a necessidade de realização de concurso público, desde que respeite regulamento próprio.
- d) poderá ser constituído tanto como pessoa jurídica de direito público quanto de direito privado.
- e) pode exonerar os funcionários sem motivação, desde que extinta a atividade geradora da formação do consórcio.

→ CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO: CONCEITOS, PRINCÍPIOS, ABRANGÊNCIA E CLASSIFICAÇÕES

68. (FGV – 2019) Controle da administração pública é o conjunto de mecanismos jurídicos e administrativos por meio dos quais o poder público e o próprio povo exercem o poder de fiscalização e de revisão da atividade administrativa.

De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, quanto à natureza do órgão controlador, o controle pode ser classificado como:

- a) legislativo, que é aquele executado pelo Poder Legislativo, com o auxílio da Procuradoria-Geral de Justiça.
- b) judicial, que é aquele executado pelo Poder Judiciário, que, em regra, faz a revisão do mérito administrativo.

- c) administrativo, que é aquele executado pela própria Administração Pública, calcado em seu poder de autotutela.
- d) externo, que é aquele executado pelo Poder Executivo, com o auxílio do Tribunal de Contas.
- e) externo, que é aquele executado pelo Ministério Público, com o auxílio da Controladoria-Geral.

→ PARLAMENTAR DIRETO (CONTROLE POLÍTICO)

69. (FGV – 2022) Em tema de controle da administração pública, de acordo com o texto constitucional, é correto afirmar que a Polícia Civil do Estado do Amazonas, a título de controle externo, se submete a inspeções e auditorias de natureza contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, pela(o)

- a) Assembleia Legislativa, com o auxílio do Tribunal de Contas do Estado.
- b) Ministério Público do Estado, com o auxílio da Controladoria-Geral do Estado.
- c) Controladoria-Geral do Estado, com auxílio da Assembleia Legislativa.
- d) Tribunal de Contas do Estado, com o auxílio da Defensoria Pública do Estado.
- e) Governadoria do Estado, com o auxílio do Ministério Público do Estado.

→ PARLAMENTAR INDIRETO (TRIBUNAIS DE CONTAS, CONTROLE TÉCNICO-FINANCEIRO)

70. (FGV – 2019) Em matéria de controle da Administração Pública, a fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, quanto à legalidade, legitimidade, aplicação de dotações e recursos próprios e renúncia de receitas, é exercida pelo Poder:

- a) Judiciário, com auxílio do Tribunal de Contas, mediante controle externo, bem como pelo seu sistema de controle interno.
- b) Legislativo, com auxílio do Tribunal de Contas, mediante controle externo, bem como pelo seu sistema de controle interno.
- c) Executivo, com auxílio do Tribunal de Contas, mediante controle externo, bem como pelo seu sistema de controle interno.
- d) Executivo, com auxílio da Controladoria-Geral do Estado, mediante controle externo, e o Governador deve repassar os recursos orçamentários à Defensoria até o dia 30 (trinta) de cada mês.
- e) Executivo, com auxílio do Defensor Público-Geral do Estado, mediante controle misto, e o Governador deve repassar os recursos orçamentários à Defensoria até o dia 10 (dez) de cada mês.

→ CONTROLE JURISDICIONAL

71. (FGV – 2020) João, prefeito municipal, celebrou contrato administrativo com a sociedade empresária Alfa, cujo sócio-administrador é seu irmão. Exercendo o chamado controle social da administração pública, o cidadão José reuniu documentos que revelam que tal contratação atentou contra a moralidade administrativa, eis que burlou as regras previstas na lei de licitação e teve valor superfaturado, tudo com o objetivo de favorecer o irmão do prefeito. Na hipótese em tela, já sabendo que o caso ensejará ampla instrução probatória, visando à anulação do contrato administrativo celebrado, José deverá manejar:

- a) ação civil pública e fará jus à indenização por dano moral coletivo.
- b) mandado de segurança coletivo, que vinculará toda a administração pública municipal.
- c) ação de improbidade administrativa, na qual, ao final deverá ser lançada sentença condenando o réu à pena de prisão.
- d) habeas data, que contará com a participação do Ministério Público durante todo o processo na qualidade de custos legis.
- e) ação popular e ficará, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

72. (FGV – 2019) João, cidadão brasileiro, tomou conhecimento de que determinado agente público estava lesando o patrimônio público, o que ocorria com o desvio de vultosos recursos para sua conta particular.

Com o objetivo de responsabilizar o agente público, de modo que ele fosse obrigado a devolver os valores desviados, João, por intermédio de seu advogado, poderia ajuizar

- a) Mandado de Injunção.
- b) Habeas Data.
- c) Mandado de Segurança.
- d) Ação Popular.
- e) Reclamação.

→ CONCURSO PÚBLICO

73. (FGV – 2019) João foi aprovado em concurso público para o cargo efetivo de Analista Financeiro da Secretaria Estadual de Fazenda, obtendo classificação dentro do número de vagas oferecidas no edital do certame. Ao final do prazo de validade do concurso, por não ter sido convocado, João ingressou com medida judicial pleiteando sua nomeação e posse.

De acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal sobre a matéria, o pleito de João:

- a) não merece prosperar, pois o candidato aprovado em concurso público, ainda que dentro do número de vagas ofertadas no edital, possui apenas expectativa de direito à nomeação, em razão do princípio da discricionariedade.
- b) não merece prosperar, pois João deveria ter comprovado que foi preterido por outro candidato aprovado fora do número de vagas ou que a ordem de classificação do concurso foi burlada.
- c) não merece prosperar, pois João deveria ter comprovado que foi preterido em razão da nomeação, a título precário, de pessoa contratada sem prévio concurso público para desempenhar as mesmas funções de Analista Financeiro.
- d) merece prosperar, pois João possui direito subjetivo à nomeação, cuja necessidade é presumida a partir da previsão editalícia do número de vagas, em respeito aos princípios da boa-fé e segurança jurídica.
- e) merece prosperar, pois João possui direito líquido e certo à nomeação, cuja necessidade é presumida em relação a todos os candidatos aprovados no concurso, inclusive além do número de vagas.

→ ACUMULAÇÃO DE CARGOS E EMPREGOS PÚBLICOS E FUNÇÕES

74. (FGV – 2022) O presidente da Câmara Municipal da cidade de Almas formulou consulta endereçada para o Tribunal de Contas do Estado do Tocantins questionando sobre a possibilidade de acumulação remunerada de cargo público com o exercício do mandato de vereador, ainda que na posição de chefe do Poder Legislativo local.

Sobre acumulação de cargos, é **correto** afirmar que:

- a) não é possível a acumulação de cargo público com o exercício do mandato de vereador na condição de chefe do Poder Legislativo local, tendo em vista a presunção de incompatibilidade de horários.
- b) não é possível a acumulação remunerada de cargo público com o exercício do mandato de vereador, por extrapolar o limite do teto remuneratório a que se refere o Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988.
- c) é possível a acumulação remunerada de cargo público com o exercício do mandato de vereador, independentemente da compatibilidade de horários, desde que respeitado o teto remuneratório a que se refere o Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988.
- d) é possível a acumulação remunerada de cargo público com o exercício do mandato de vereador, ainda que na condição de chefe do Poder Legislativo local, devendo-se observar a compatibilidade de horários no caso concreto e respeitado o teto remuneratório a que se refere o Art. 37, XI, da Constituição da República de 1988.
- e) é possível a acumulação remunerada de cargo público com o exercício do mandato de vereador, ainda que na condição de chefe do Poder Legislativo local, devendo-se observar a compatibilidade de horários no caso concreto, sem a necessidade de opção por uma das remunerações, a teor do disposto no Art. 38, II e III, da Constituição da República de 1988.

75. (FGV – 2021) João, conhecido por sua competência em relações humanas, foi nomeado para dois empregos em duas empresas públicas do Município Beta.

Essa acumulação é:

- a) lícita, pois somente é vedada a acumulação de cargos em comissão.
- b) ilícita, pois é vedada a acumulação de empregos nos entes da administração pública indireta.
- c) lícita, pois somente é vedada a acumulação de cargos públicos de provimento efetivo.
- d) ilícita, pois somente seria permitida a acumulação, na administração pública indireta, de funções.
- e) ilícita, pois somente seria permitida a acumulação caso João tivesse sido previamente aprovado em concurso público.

→ ESTABILIDADE E ESTÁGIO PROBATÓRIO

76. (FGV – 2021) Joana, servidora pública municipal, previamente aprovada em concurso público, após três anos ininterruptos no exercício de suas funções, praticou grave infração disciplinar, passível de ensejar a perda do cargo.

Considerando a situação funcional de Joana, a perda do cargo:

- a) somente pode ser decretada em sentença judicial transitada em julgado.
- b) somente pode ser decretada em processo de avaliação periódica de desempenho.
- c) pode ser decretada em processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.
- d) somente pode ser decretada após a condenação criminal, caso a conduta também configure crime.
- e) pode ser decretada de imediato, independentemente de processo administrativo, caso a gravidade do fato o justifique.

→ REMUNERAÇÃO (COMPONENTES, SUBSÍDIO, TETO, EQUIPRAÇÃO, VINCULAÇÃO, IRREDUTIBILIDADE ETC.)

77. (FGV – 2021) Maria, servidora do Município Alfa, ingressou com ação judicial em face desse ente federativo sob o argumento de que o seu vencimento-base fora fixado, por decreto, em valor inferior ao salário mínimo, sendo que, com o acréscimo das demais vantagens estatutárias, esse patamar é ultrapassado.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que a fixação do vencimento-base apresenta:

- a) vícios de forma e de essência, pois o vencimento-base deve ser fixado em lei, não em decreto, e não pode ser inferior ao salário mínimo.
- b) apenas vício de forma, pois o vencimento-base deve ser fixado em lei e o que não pode ser inferior ao salário mínimo é o valor total da remuneração.
- c) total juridicidade quanto à forma e à essência, pois o vencimento-base é necessariamente definido em decreto e pode ser inferior ao salário mínimo.
- d) apenas vício de essência, pois o vencimento-base deve ser detalhado em decreto, observados os balizamentos legais, e não pode ser inferior ao salário mínimo.
- e) vícios de forma e de essência, pois o vencimento-base deve ser fixado em lei, ressalvada a existência de delegação expressa, e não pode ser inferior ao salário-mínimo.

→ MANDATO ELETIVO (ART. 38 DA CF)

78. (FGV – 2021) João, ocupante do cargo efetivo de agente de Polícia Civil no Estado Alfa, acaba de ser eleito para exercer o mandato de prefeito no Município Beta.

De acordo com o texto da Constituição da República de 1988 sobre a matéria, para que possa legalmente exercer a chefia do Executivo municipal, João:

- a) será exonerado do cargo efetivo e perceberá a remuneração, por subsídio, referente ao cargo de prefeito.
- b) acumulará os cargos eletivo e efetivo, mas perceberá só a remuneração, por subsídio, referente ao cargo de prefeito.
- c) será afastado do cargo efetivo, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração.
- d) perceberá as vantagens de seu cargo efetivo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, se houver compatibilidade de horários.
- e) será afastado do cargo efetivo, seu tempo de serviço será contado para todos os efeitos legais, inclusive para promoção por merecimento, e perceberá o subsídio de prefeito.

→ FORMAS DE PROVIMENTO (LEI 8.112 - ARTS. 5º A 32)

79. (FGV – 2022) Pedro, recém-empossado Prefeito do Município Alfa, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de nomear o seu amigo Jonas, pessoa com sólida formação científica na área urbanística e que não ocupava nenhum cargo público, para exercer uma função de confiança no âmbito da Secretaria Municipal de Urbanismo.

A assessoria respondeu **corretamente** que a referida nomeação

- a) é possível, já que as funções de confiança são franqueadas aos ocupantes de cargo efetivo e de cargo em comissão, bem como àqueles que não ocupam cargo público.
- b) não é possível, pois Jonas não ocupa cargo efetivo ou cargo em comissão no âmbito da Administração Pública, o que configura requisito indispensável.

- c) não é possível, pois Jonas não ocupa um cargo efetivo no âmbito da Administração Pública, o que configura requisito indispensável.
- d) é possível, considerando que a função de confiança a ser desempenhada é de caráter técnico.
- e) somente é possível se Jonas for previamente escolhido em processo seletivo simplificado.

80. (FGV – 2019) Maria é servidora pública estatutária, ocupante de cargo efetivo de técnico administrativo em determinada autarquia. Desejando aumentar sua renda mensal, Maria se inscreveu para o concurso público de Coordenador Censitário Subárea do IBGE e foi aprovada em 5º lugar.

Quando Maria compareceu ao órgão para preencher os documentos necessários à sua investidura no novo cargo, foi informada de que, de acordo com a Lei nº 8.112/90, a acumulação dos cargos públicos pretendida é:

- a) lícita, desde que haja compatibilidade de horário na jornada de trabalho, seja qual for a autarquia.
- b) lícita, desde que haja compatibilidade de horário e seu cargo anterior seja em autarquia federal.
- c) lícita, desde que haja compatibilidade de horário e seu cargo anterior seja em autarquia federal ou estadual.
- d) ilícita, independentemente de compatibilidade de horário, exceto se seu cargo anterior for em autarquia que exerça atividade estatística, fato que autoriza a acumulação.
- e) ilícita, independentemente de compatibilidade de horário e do ente federativo a que estiver vinculada a autarquia de seu cargo anterior.

→ REMOÇÃO, REDISTRIBUIÇÃO E SUBSTITUIÇÃO (LEI 8.112 - ARTS. 36 A 39)

81. (FGV – 2022) Inês, servidora pública federal investida em cargo de direção, foi afastada de suas funções, vindo a ser substituída por Bruna, conforme dispunha o regimento interno da estrutura orgânica em que atuava.

Considerando a sistemática estabelecida no regime jurídico dos servidores públicos civis da União, Bruna

- a) fará jus à retribuição pelo exercício do cargo de direção, desde o primeiro dia de substituição a Inês, independentemente do período de afastamento.
- b) somente fará jus à retribuição pelo exercício do cargo de direção caso o afastamento de Inês perdure mais de trinta dias consecutivos.
- c) somente fará jus à retribuição pelo exercício do cargo de direção quando deixar de ser interina e for investida no referido cargo.
- d) somente fará jus à retribuição pelo exercício do cargo de direção caso o afastamento de Inês perdure mais de quinze dias úteis.
- e) não fará jus à retribuição pelo exercício do cargo de direção, pois Inês foi tão somente afastada, não exonerada.

82. (FGV – 2022) Júlio, servidor público federal ocupante de cargo de provimento efetivo, decidiu requerer a sua remoção, no âmbito do mesmo quadro, para a atuação em outra estrutura orgânica, com mudança de sede.

À luz do regime jurídico dos servidores públicos civis da União, é **correto** afirmar que a remoção referida por Júlio é

- a) incompatível com o referido regime, pois somente é admitida a remoção de ofício, não a pedido.
- b) incompatível com o referido regime, pois somente é admitida a remoção caso não haja mudança de sede.

- c) compatível com o referido regime, mas somente se dá no interesse da Administração, qualquer que seja o motivo invocado pelo servidor.
- d) compatível com o referido regime, sendo possível que, em certas circunstâncias, deva ser promovida independentemente do interesse da Administração.
- e) compatível com o referido regime, mas somente se dá a critério da Administração, o que significa dizer que está sujeita a um juízo de conveniência e oportunidade.

→ DAS LICENÇAS, AFASTAMENTOS E CONCESSÕES (LEI 8.112 - ARTS. 81 A 99)

83. (FGV – 2022) Ana, servidora pública federal, solicitou o seu afastamento para participar de programa de pós-graduação *stricto sensu* no País.

À luz da disciplina estabelecida no regime jurídico dos servidores públicos civis da União, a pretensão de Ana, preenchidos outros requisitos eventualmente exigidos,

- a) pode ser acolhida, mas apenas se Ana for ocupante de cargo de provimento efetivo.
- b) pode ser acolhida, caso Ana jamais tenha se afastado por licença para tratar de assuntos particulares.
- c) não pode ser acolhida, pois a legislação de regência somente permite o afastamento para participar de programa de pós-graduação *lato sensu*.
- d) pode ser acolhida, caso Ana seja titular de cargo no respectivo órgão ou entidade há pelo menos 5 (cinco) anos, incluindo o período de estágio probatório.
- e) pode ser acolhida, desde que Ana se comprometa a permanecer no exercício de suas funções, após o retorno, por período correspondente ao dobro do afastamento concedido.

84. (FGV – 2022) Cláudia é servidora pública federal ocupante do mesmo cargo efetivo há dez anos e deseja afastar-se do serviço para participar, como aluna, em programa de pós-graduação *stricto sensu* consistente em mestrado em Direito Constitucional e Processo Legislativo em instituição de ensino superior no país, a fim de melhor se qualificar para o exercício de suas funções públicas. No entanto, diante da intensa carga horária do curso e dos horários oferecidos para as disciplinas obrigatórias, Cláudia verificou não ser possível que sua participação ocorra simultaneamente com o exercício do cargo ou mediante compensação de horário.

De acordo com o regime jurídico da Lei nº 8.112/1990, preenchidos os requisitos legais, Cláudia

- a) pode, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração.
- b) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, sem a respectiva remuneração.
- c) pode, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, sem a respectiva remuneração.
- d) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, sem a respectiva remuneração, desde que não tenha se afastado por licença para tratar de assuntos particulares nos cinco anos anteriores à data do requerimento de afastamento.
- e) tem direito subjetivo à participação em programa de pós-graduação *stricto sensu*, com a respectiva remuneração, mas terá que permanecer no exercício de suas funções, após seu retorno, por um período mínimo igual ao dobro do afastamento concedido, sob pena de ressarcir os gastos do erário com seu aperfeiçoamento.

→ DO REGIME DISCIPLINAR (LEI 8.112 - ARTS. 116 A 142)

85. (FGV – 2022) De acordo com o Art. 117 da Lei nº 8.112/90, as seguintes ações são proibidas ao servidor público, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Atuar como procurador, junto a repartições públicas, quando se tratar de benefícios previdenciários ou assistenciais de parentes até o segundo grau, e de cônjuge ou companheiro.
- b) Receber propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições.
- c) Aceitar comissão, emprego ou pensão de estado estrangeiro.
- d) Praticar usura sob qualquer de suas formas.
- e) Proceder de forma desidiosa.

86. (FGV – 2022) Avalie se, de acordo com o Art. 127 da Lei nº 8.112/90, são penalidades disciplinares aplicáveis ao servidor:

- I. advertência.
- II. suspensão.
- III. demissão.

Assinale a opção que indica todas as penalidades **corretas**.

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

→ DAS DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 8º-A DA LEI Nº 8.429/1992)

87. (FGV – 2019) O Oficial do Ministério Público Fernando recebeu vantagem econômica direta, consistente em vinte mil reais em espécie, para omitir ato de ofício e providência a que estava obrigado a fazer no exercício da função. Ao cumprir diligência intimatória, Fernando aceitou receber a citada propina de Fernanda, pessoa que deveria ser intimada e, em troca, lançou certidão informando que não a intimou por não tê-la localizado.

No caso em tela, conforme estabelecido na Lei nº 8.429/92.

- a) Fernando cometeu ato de improbidade administrativa, na qualidade de agente público, mas Fernanda não, por se tratar de particular que responde com base no direito privado.
- b) Fernando e Fernanda não cometeram ato de improbidade administrativa, eis que não houve prejuízo ou dano ao erário, mas o primeiro deve ser responsabilizado por falta funcional.
- c) Fernando deve responder por crime de responsabilidade, na qualidade de agente público que auferiu vantagem indevida, e Fernanda deve ser responsabilizada na esfera cível.
- d) Fernando e Fernanda cometeram ato de improbidade administrativa, o primeiro na qualidade de agente público, e a segunda como particular que concorreu e se beneficiou do ato.
- e) Fernando e Fernanda não cometeram ato de improbidade administrativa por falta de adequação típica, mas ambos deverão responder com a reparação pelo dano moral sofrido pelo poder público de forma difusa.

→ DOS ATOS DE IMPROBIDADE (ARTS. 9º A 11 DA LEI Nº 8.429/1992)

88. (FGV – 2022) Em matéria de enriquecimento ilícito, a Convenção Interamericana contra a Corrupção (promulgada por meio do Decreto nº 4.410/2002) estabelece que, sem prejuízo de sua Constituição e dos princípios fundamentais de

seu ordenamento jurídico, os Estados Partes que ainda não o tenham feito adotarão as medidas necessárias para tipificar como delito em sua legislação o aumento do patrimônio de um funcionário público que exceda de modo significativo sua renda legítima durante o exercício de suas funções e que não possa justificar razoavelmente.

Nesse contexto, não obstante não tenha natureza criminal, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992, com as alterações introduzidas pela Lei nº 14.230/2021) dispõe que adquirir, para si ou para outrem, no exercício de mandato, de cargo, de emprego ou de função pública, e em razão deles, bens de qualquer natureza, decorrentes dos atos descritos no caput do Art. 9º, da Lei de Improbidade, cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público, constitui ato de improbidade administrativa que:

- a) importa enriquecimento ilícito, desde que previamente comprovada a origem espúria dos valores utilizados.
- b) causa prejuízo ao erário, e é assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.
- c) importa enriquecimento ilícito, e é assegurada a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.
- d) causa prejuízo ao erário, e é desnecessário assegurar a demonstração pelo agente da licitude da origem dessa evolução.
- e) atenta contra os princípios da administração pública, desde que previamente comprovada a origem espúria dos valores utilizados.

89. (FGV – 2022) Durante o ano de 2022, João, técnico judiciário do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, dolosamente, utilizou, em serviço particular de entrega de refeições consistentes em marmitas fitness produzidas e vendidas por sua esposa, o trabalho de terceiros contratados pelo TJDF. João pedia aos estagiários lotados na Vara onde trabalha que fizessem as entregas das marmitas, no horário de expediente, em troca de eventuais gorjetas que recebessem dos consumidores.

De acordo com a legislação de regência, em tese, João praticou:

- a) ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito.
- b) infração ética, mas não cometeu ato de improbidade administrativa, pois não houve efetivo dano ao erário.
- c) ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário, ainda que sua conduta tivesse sido culposa.
- d) infração disciplinar, mas não cometeu ato de improbidade administrativa, pois não houve efetivo dano ao erário.
- e) infrações ética e disciplinar, mas não cometeu ato de improbidade administrativa, pela falta de tipicidade, diante das alterações promovidas na Lei de Improbidade.

90. (FGV – 2022) Antônio, agente público, foi acusado, por seu superior hierárquico, de ter causado dano ao Erário, o que foi reduzido a termo em representação na qual lhe atribuiu ato de improbidade tipificado na Lei nº 8.429/1992.

À luz da sistemática legal, é **correto** afirmar que a tipologia da Lei nº 8.429/1992, na qual pode ser enquadrada a mencionada conduta de Antônio, é

- a) taxativa, admitindo apenas o dolo.
- b) taxativa, admitindo o dolo e a culpa.
- c) exemplificativa, admitindo apenas o dolo.
- d) exemplificativa, admitindo o dolo e a culpa.
- e) exemplificativa, sendo estruturada com base na responsabilidade objetiva.

91. (FGV – 2022) Antônio, ordenador de despesas em determinado órgão da Administração Pública direta estadual, promoveu a contratação direta de serviços de publicidade para a divulgação de obras do governo, alegando inexigibilidade de

licitação. A contratada cumpriu rigorosamente o objeto contratual, tendo o pagamento sido realizado após empenho e liquidação.

Nessa situação, a conduta de Antônio:

- a) configurará ato de improbidade administrativa se demonstrado o efetivo e comprovado prejuízo ao erário, vedada a presunção de dano, bem como a conduta culposa ao promover a contratação direta.
- b) configurará ato de improbidade administrativa se demonstrada a sua vontade livre e consciente de promover a contratação direta, sendo presumido o prejuízo ao erário em virtude da inexistência de competição para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- c) configurará ato de improbidade administrativa se demonstrada a sua conduta culposa ao promover a contratação direta, sendo presumido o prejuízo ao erário em virtude da inexistência de competição para a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.
- d) configurará ato de improbidade administrativa se demonstrada a sua vontade livre e consciente de promover a contratação direta, bem como o efetivo e comprovado prejuízo ao erário, vedada a presunção de dano.
- e) não configura ato de improbidade administrativa, pois o objeto contratual foi devidamente prestado, sob pena de configurar-se enriquecimento sem causa da Administração Pública.

92. (FGV – 2022) Em julho de 2022, a prefeita Joana, do Município Delta, no exercício da função, de forma culposa, permitiu a aquisição de uniformes escolares para alunos da rede pública por preço superior ao de mercado.

De acordo com a atual redação da Lei de Improbidade Administrativa, Joana:

- a) praticou ato de improbidade administrativa que causou prejuízo ao erário.
- b) praticou ato de improbidade administrativa que importou enriquecimento ilícito.
- c) não praticou ato de improbidade administrativa, porque a nova redação da citada lei não mais prevê atos de improbidade administrativa culposos.
- d) praticou ato de improbidade administrativa que atentou contra os princípios da administração pública.
- e) não praticou ato de improbidade administrativa, porque agente político não se sujeita ao regime jurídico da lei de improbidade, mas pode lhe ser imputado débito pelo Tribunal de Contas.

93. (FGV – 2021) Os atos de improbidade administrativa estão associados a condutas inadequadas, praticadas por agentes públicos ou outros envolvidos, que causem danos à administração pública. Nos termos da Lei Federal nº 8.429/1992, tais atos podem ser os que geram enriquecimento ilícito, que causam prejuízo ao erário ou que violam os princípios da administração pública.

Um exemplo de ato que viola os princípios da administração pública é:

- a) agir negligentemente no que diz respeito à conservação do patrimônio público.
- b) liberar verba pública sem a estrita observância das normas pertinentes.
- c) ordenar a realização de despesas não autorizadas em lei ou regulamento.
- d) perceber vantagem econômica para intermediar a aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- e) revelar a terceiros, antes da divulgação oficial, informação de medida econômica capaz de afetar o preço de um bem.

→ DA DECLARAÇÃO DE BENS (ART. 13 DA LEI Nº 8.429/1992)

94. (FGV – 2021) De acordo com a Lei nº 8.429/1992, a posse e o exercício de agente público ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado, a fim de ser arquivada no serviço de pessoal competente.

O agente público que se recusar a prestar declaração dos bens dentro do prazo determinado será punido com

- a) demissão.
- b) transferência.
- c) multa.
- d) prisão.
- e) suspensão.

→ DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO E DO PROCESSO JUDICIAL (ARTS. 14 A 18-A DA LEI Nº 8.429/1992)

95. (FGV – 2022) O Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil para apurar a prática de ato de improbidade administrativa doloso, que teria sido cometido pelo agente público João, ocorrido em agosto de 2022, que causou prejuízo ao erário da União em decorrência de superfaturamento em licitação na ordem de trezentos mil reais. Ao final das investigações, o advogado de João propôs ao MPF a celebração de um acordo de não persecução civil (ANPC), para evitar o ajuizamento de ação de improbidade com possibilidade de condenação de seu cliente a sanções mais gravosas.

Preenchidos os requisitos legais, em tese, é possível a celebração do acordo de não persecução civil e, de acordo com a atual redação da Lei nº 8.429/92,

- a) deve ocorrer a reversão ao MPF da vantagem indevida obtida com o superfaturamento, no prazo de até 60 (sessenta) dias após a homologação do acordo, permitido o parcelamento.
- b) não deve ocorrer homologação judicial, porque se trata de acordo celebrado antes do ajuizamento da ação de improbidade administrativa.
- c) não é possível a celebração do ANPC antes do ajuizamento da ação de improbidade, pois o acordo somente pode ser celebrado no curso da ação de improbidade.
- d) deve ocorrer homologação judicial do acordo e não há necessidade de aprovação do ANPC pelo órgão do Ministério Público competente para apreciar as promoções de arquivamento de inquéritos civis.
- e) deve ser realizada a oitiva do Tribunal de Contas competente, para fins de apuração do valor do dano a ser ressarcido, e a Corte de Contas se manifestará, com indicação dos parâmetros utilizados, no prazo de 90 (noventa) dias.

→ DISPOSIÇÕES GERAIS, DIREITOS E DEVERES DO ADMINISTRADO (ARTS. 1º A 4º DA LEI Nº 9.784/1999)

96. (FGV – 2022) Sobre a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, assinale a afirmativa **correta**.

- a) No que diz respeito ao desempenho da função administrativa, esta lei é exclusiva para o Poder Executivo, devendo o Poder Judiciário e o Poder Legislativo seguir normas específicas.
- b) O processo administrativo deve ser sempre iniciado por ato de ofício, não podendo ser legitimados como interessados aqueles que não deram início ao processo.
- c) As competências de um órgão administrativo no processo podem ser delegadas, à exceção da edição de atos de caráter normativo, da decisão de recursos administrativos e dos

casos nos quais a matéria seja de competência exclusiva do órgão ou autoridade.

- d) Uma vez assistidos por advogado, é direito dos administrados formular alegações e apresentar documentos somente após decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente, podendo este prover decisão de recurso.
- e) Uma vez que é parte interessada, não é dever dos administrados prestar as informações que lhe forem solicitadas e colaborar para o esclarecimento dos fatos, cabendo à Administração Pública Federal.

97. (FGV – 2021) Segundo a Lei nº 9.784/99, assinale a opção que **não** apresenta um dever do administrador perante a Administração.

- a) Expor os fatos conforme a verdade.
- b) Agir de modo temerário e cauteloso.
- c) Proceder com lealdade, urbanidade e boa-fé.
- d) Prestar as informações que lhe forem solicitadas.
- e) Colaborar para o esclarecimento dos fatos, quando for solicitado.

98. (FGV – 2021) Conforme previsto na Lei nº 9.784/99, que dispõe sobre o processo administrativo no âmbito federal, o administrador possui uma série de direitos perante a Administração Pública.

Assinale a opção que apresenta um desses direitos.

- a) Ter ciência da tramitação de processos administrativos em que tenha a condição de interessado.
- b) Fazer-se assistir, obrigatoriamente, por advogado, inclusive em caso de representação.
- c) Expor os fatos conforme a verdade material e a boa-fé.
- d) Formular alegações e apresentar documentos após as decisões.
- e) Agir de modo temerário quando considerado necessário pelo órgão competente.

99. (FGV – 2019) De acordo com a doutrina de Direito Administrativo, processo administrativo é uma série concatenada de atos administrativos, obedecendo a uma ordem previamente estabelecida pela lei, com uma finalidade específica que enseja a prática de um ato final.

Consoante dispõe a Lei nº 9.784/99, nos processos administrativos serão observados, entre outros, o critério de:

- a) proibição de cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.
- b) atendimento a fins de interesse geral, permitida, em qualquer caso, a renúncia total ou parcial de poderes ou competências.
- c) divulgação oficial dos atos administrativos, vedada qualquer hipótese de sigilo.
- d) impulsão, pelos interessados, do processo administrativo, vedado o andamento de ofício.
- e) interpretação da norma da forma que melhor garanta o fim público, inclusive com aplicação retroativa de nova interpretação.

→ TRÂMITE DO PROCESSO (ARTS. 5º A 10 E 29 A 50 DA LEI Nº 9.784/1999)

100. (FGV – 2022) No âmbito da Administração Pública direta da União, constatou-se que a resolução de determinado problema de grande relevância exigia a prolação de decisões administrativas de competência de quatro estruturas orgânicas distintas, o que gerou grande dúvida em relação à forma de operacionalização desse processo decisório.

À luz da sistemática instituída pela Lei nº 9.784/1999, é **correto** afirmar que esse processo decisório, observados os requisitos legais, se tornará operativo com a prolação de

- a) decisão prejudicial, em que as decisões a serem proferidas pelas autoridades posteriores deixam de considerar a parte do objeto avaliada pela autoridade anterior.
- b) decisão sistêmica, em que o superior hierárquico colhe as manifestações das quatro estruturas orgânicas e profere a sua decisão conforme os dados disponíveis.
- c) decisões sucessivas, principiando pelo órgão titularizado pelo servidor de menor antiguidade, até alcançar o órgão do servidor de maior antiguidade.
- d) decisões sucessivas, principiando pelo órgão titularizado pelo servidor de maior antiguidade, até alcançar o órgão do servidor de menor antiguidade.
- e) decisão coordenada, com a participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios, além de outros agentes previstos em lei.

101. (FGV – 2021) João, ocupante do cargo efetivo de Técnico Judiciário de determinado Tribunal, exerce cargo em comissão de Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação. Na qualidade de agente competente para decidir determinada matéria no bojo de processo administrativo, João praticou ato administrativo com motivação explícita, clara e congruente, porém consistente em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres e decisões constantes dos autos, que, neste caso, são parte integrante do ato.

De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo, aplicável ao caso narrado, em tese, a **motivação** apresentada por João é:

- a) ilícita e opera efeitos ex tunc.
- b) ilícita e opera efeitos ex nunc.
- c) ilícita e não comporta convalidação.
- d) lícita e opera efeitos ex tunc.
- e) lícita e é conhecida como motivação *aliunde*.

102. (FGV – 2021) A validade dos atos administrativos que podem repercutir na esfera jurídica dos particulares está condicionada a prévio processo administrativo.

De acordo com a doutrina e a jurisprudência de Direito Administrativo, é exemplo de princípio aplicável ao processo administrativo:

- a) a onerosidade, mediante o indispensável e prévio pagamento de custas e emolumentos aos particulares envolvidos.
- b) a íntima convicção do administrador público, que possui discricionariedade para decidir o rito procedimental cabível.
- c) a ampla defesa, com a possibilidade de defesa técnica, de defesa prévia e de direito ao duplo grau de julgamento.
- d) o formalismo procedimental, que estabelece forma rígida previamente fixada, cuja violação constitui vício insanável.
- e) a verdade formal, pois a Administração Pública produz apenas as provas que são do interesse da acusação, cabendo ao particular provar sua inocência.

103. (FGV – 2021) Segundo a Lei nº 9.784/99, em algumas ocasiões específicas, os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos. Sobre as ocasiões em que esses atos deverão ser motivados, analise as afirmativas a seguir.

- I. Quando decidam recursos administrativos.
- II. Quando impõem ou agravam deveres.
- III. Quando aplicam jurisprudência firmada sobre a questão.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.

- b) II, somente.
- c) I e II, somente.
- d) I e III, somente.
- e) II e III, somente.

→ DA COMPETÊNCIA (ARTS. 11 A 17 DA LEI Nº 9.784/1999)

104. (FGV – 2022) Cláudio é servidor público federal ocupante de cargo efetivo e atualmente exerce a função de superintendente em órgão que compõe a estrutura do Ministério Alfa. Certo dia, ao chegar no trabalho, Cláudio foi surpreendido com a publicação no diário oficial de ato administrativo praticado pelo ministro que é seu superior hierárquico, avocando competência para prática de ato referente à matéria de competência exclusiva de Cláudio.

No caso em tela, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo, a avocação praticada é:

- a) legal, desde que tenha sido feita em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados em processo administrativo.
- b) legal, porque houve prévia publicação no diário oficial e o ato de avocação é revogável a qualquer tempo pela autoridade hierarquicamente superior.
- c) legal, porque decorre do poder hierárquico, e as decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente essa qualidade e considerar-se-ão editadas pelo delegado.
- d) ilegal, porque não se pode aplicar o poder hierárquico para órgãos distintos, sob pena de nulidade do ato administrativo de avocação, por vício insanável no elemento da competência.
- e) ilegal, porque, apesar de a avocação decorrer do poder hierárquico, que de fato existe no caso, não pode haver avocação de matéria de competência exclusiva do agente de hierarquia inferior.

105. (FGV – 2022) João, Secretário de Fazenda do Estado Alfa, por estar sobrecarregado de trabalho, deseja delegar sua competência para José, Auditor Fiscal de Tributos Estaduais, para praticar determinado ato administrativo de competência privativa de João, que não consiste em edição de ato normativo ou decisão de recurso hierárquico.

Sabe-se que a legislação do Estado Alfa, em matéria de delegação de competência, possui o mesmo teor da legislação federal sobre processo administrativo.

Nesse contexto, a delegação pretendida por João é

- a) lícita, diante da inexistência de vedação legal de delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa do agente.
- b) ilícita, haja vista que apenas atos administrativos enunciativos podem ser objeto de delegação, desde que atendido o interesse público.
- c) ilícita, porque a legislação de regência veda expressamente a delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa do agente.
- d) ilícita, pois a legislação de regência veda expressamente a delegação de competência para prática de todos os atos administrativos, em razão da hierarquia vertical da administração pública.
- e) lícita, eis que, apesar da vedação legal de delegação de competência para prática de ato administrativo de competência privativa do agente, João pode justificar o ato para atendimento ao interesse público.

106. (FGV – 2022) O Presidente da autarquia federal XX delegou a órgão hierarquicamente inferior, por tempo indeterminado, a competência para praticar certos atos administrativos de natureza não normativa. Apesar da plena vigência da delegação, esse agente desejava praticar, ele próprio, certo ato administrativo.

À luz da sistemática estabelecida pela Lei nº 9.784/1999, é **correto** afirmar que o Presidente da autarquia federal XX

- pode exercer, no momento em que melhor lhe aprouver, independente de qualquer motivação, a competência que fora delegada, desde que comunique ao órgão delegado.
- está impedido de exercer a competência que fora delegada, sem exceções, enquanto perdurar a delegação, pois se trata de uma nova regra de competência, de natureza derivada.
- somente pode exercer a competência que fora delegada após o decurso de trinta dias, contados da notificação administrativa do órgão hierarquicamente inferior.
- pode avocar temporariamente a competência que fora delegada, o que se dará em caráter excepcional e por motivos relevantes devidamente justificados.
- possui competência concorrente com o órgão hierarquicamente inferior para o exercício da competência que fora delegada a este último.

107. (FGV – 2022) O Presidente do Senado Federal, por estar sobrecarregado de trabalho, pretende delegar sua competência para editar ato normativo referente a determinada de pessoal ao servidor público Moacir, Diretor do Departamento de Recursos Humanos, que é especializado em gestão de pessoal no serviço público.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 9.784/1999, a pretensão de delegação é

- viável, desde que seja comprovada a qualificação técnica do servidor, no bojo de processo administrativo.
- viável, desde que a delegação seja aprovada pela maioria dos Senadores da República.
- inviável, pois a competência administrativa é, em regra, indelegável, irrenunciável e prorrogável.
- inviável, por vedação legal de delegação para a matéria indicada.
- inviável, por vedação legal de delegação de qualquer matéria para servidor público, mas seria possível delegação para outro parlamentar.

108. (FGV – 2019) Imagine as situações hipotéticas abaixo em que o Procurador-Geral de Justiça pratica ato administrativo, delegando sua atribuição para o:

- Subprocurador-Geral de Justiça de Assuntos Cíveis e Institucionais ajuizar representação por inconstitucionalidade em relação à lei X do Município Y;
- Diretor de Recursos Humanos decidir recursos administrativos.

Em matéria de delegação de competência, de acordo com a Lei nº 9.784/99 e com a doutrina de Direito Administrativo:

- os atos I e II estão viciados, pois o Procurador-Geral não pode delegar qualquer tipo de competência.
- os atos I e II estão viciados, pois o Procurador-Geral não pode delegar sua competência originária.
- o ato I é válido e o II está viciado, pois não pode ser objeto de delegação decisão de recursos administrativos por expressa vedação legal.
- o ato II é válido e o I está viciado, pois não pode ser objeto de delegação ato de ajuizamento de medida judicial por expressa vedação legal.
- os atos I e II estão válidos, pois o Procurador-Geral pode delegar qualquer tipo de competência, mediante ato expresso e formal volitivo de renúncia.

→ DOS IMPEDIMENTOS E DA SUSPEIÇÃO (ARTS. 18 A 21 DA LEI Nº 9.784/1999)

109. (FGV – 2022) Joana, servidora pública ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Policial Legislativo do Senado Federal, está atuando na condução de determinado processo administrativo, cujo interessado é José, companheiro de Amélia, que é amiga íntima de infância da citada servidora.

No caso em tela, consoante dispõe a Lei nº 9.784/1999,

- não pode ser reconhecida de ofício a suspeição de Joana, mas sim seu impedimento, sob pena de falta grave.
- não podem ser reconhecidos nem o impedimento nem a suspeição de Joana, já que o interessado não é seu amigo íntimo.
- pode ser arguida a suspeição de Joana, e o indeferimento da alegação de suspeição poderá ser objeto de recurso, sem efeito suspensivo.
- deve ser reconhecido de ofício o impedimento de Joana, sob pena de arguição de impedimento, e o indeferimento desta alegação poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.
- deve ser reconhecida de ofício a suspeição de Joana, sob pena de arguição de suspeição, e o indeferimento desta alegação poderá ser objeto de recurso, com efeito suspensivo.

→ FORMA, TEMPO E LUGAR DOS ATOS DO PROCESSO (ARTS. 22 A 25 DA LEI Nº 9.784/1999)

110. (FGV – 2022) De acordo com a Lei nº 9.784/1999, que trata do processo administrativo federal, a motivação deve ser explícita, clara e congruente,

- podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato, configurando o que a doutrina denomina de motivação *aliunde*.
- não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, para se evitar, segundo a doutrina, denominada *reformatio in pejus*.
- podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, contudo, não serão parte integrante do ato, configurando o que a doutrina denomina de motivação *per relationem*.
- não podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, para se evitar, segundo a doutrina, o chamado efeito *ex nunc*.
- podendo consistir em declaração de concordância com fundamentos de anteriores pareceres, informações, decisões ou propostas, que, neste caso, serão parte integrante do ato, configurando o que a doutrina denomina de teoria dos motivos determinantes.

→ DA COMUNICAÇÃO DOS ATOS (ARTS. 26 A 28 DA LEI Nº 9.784/1999)

111. (FGV – 2019) A Lei nº 9.784/99 regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal e pode ser aplicada de forma subsidiária a Estados e Municípios quando não houver lei local para tratar da matéria.

Ao dispor sobre a comunicação dos atos dos processos administrativos, a citada lei estabelece que a intimação:

- a) deve observar a antecedência mínima de 15 (quinze) dias úteis quanto à data de comparecimento do administrado intimado para o ato.
- b) desatendida importa o reconhecimento da verdade dos fatos e a renúncia a direito pelo administrado, diante de sua revelia.
- c) é nula quando feita sem observância das prescrições legais, e o comparecimento do administrado não supre sua falta ou irregularidade.
- d) deve ser efetuada em regra pessoalmente, exceto quando a lei permitir expressamente a ciência via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.
- e) deve ser feita em relação aos atos do processo que resultem para o interessado imposição de deveres, ônus, sanções ou restrição ao exercício de direitos e atividades e aos atos de outra natureza, de seu interesse.

→ DO ÂMBITO DE APLICAÇÃO, DEFINIÇÕES E AGENTES PÚBLICOS (ARTS. 1º A 4º, 6º A 10 DA LEI Nº 14.133/21)

112. (FGV – 2022) A Secretaria de Educação do Estado do Tocantins realizou licitação para a contratação de empreitada, sendo a obra relativa à construção de uma nova escola. O contrato continha cláusula definindo riscos e responsabilidades entre as partes, bem como caracterizando o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação.

Na situação apresentada, a cláusula contratual descrita é denominada:

- a) projeto executivo.
- b) contratação integrada.
- c) matriz de riscos.
- d) projeto básico.
- e) termo de referência.

→ PRINCÍPIOS (ART. 5º DA LEI Nº 14.133/2021)

113. (FGV – 2022) O princípio previsto na Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) que tem por finalidade evitar equívocos, fraudes e utilização irregular de recursos públicos, na medida em que ocorre a separação das competências e atividades de cada servidor que atua no procedimento licitatório, é o princípio da:

- a) vinculação ao instrumento convocatório.
- b) julgamento objetivo.
- c) segregação de funções.
- d) desconcentração.
- e) competitividade.

114. (FGV – 2021) Os procedimentos licitatórios devem observar os princípios expressos e implícitos da Administração Pública. Além disso, a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) trouxe princípios que devem ser aplicados de forma direta às licitações públicas, como o princípio:

- a) da segregação de funções, com a separação das competências e das atividades de cada servidor ao longo do procedimento licitatório e de suas fases, para evitar equívocos, fraudes e utilização irregular de verba pública.
- b) da vinculação ao edital, que estabelece normas que obrigam os interessados em participar da licitação, mas não a Administração Pública, que tem discricionariedade para alterar o edital, a qualquer tempo.

- c) do julgamento objetivo, devendo a Administração contratante julgar e escolher o vencedor de acordo com o critério previsto no edital, que não pode, em qualquer hipótese, indicar modelo ou marca.
- d) da vedação ao sigilo da proposta, segundo o qual todas as propostas feitas pelos interessados devem ser imediatamente publicadas, sob pena de nulidade do certame e realização de nova licitação.
- e) do planejamento, que estabelece que os procedimentos licitatórios devem estar compatíveis com o planejamento estratégico do órgão contratante e ser previamente autorizados pelos órgãos de controle interno e externo.

→ INSTRUÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO (ARTS. 18 A 27 DA LEI Nº 14.133/2021)

115. (FGV – 2022) Considere que o Estado X deseja realizar licitação, celebrada com base na Lei nº 14.133/2021, para a contratação de obra de construção de complexo voltado para eventos tradicionais, com grande potencial turístico, visando evitar problemas de desordem urbana. Para a realização da obra, o Estado opta pela utilização do regime denominado contratação semi-integrada, na modalidade concorrência.

Informado sobre o procedimento licitatório, a sociedade empresária Y, interessada na contratação, questiona sua assessoria jurídica acerca das características desse regime de contratação.

A assessoria jurídica informou, corretamente, que

- a) deve prever, obrigatoriamente, no edital, matriz de alocação de riscos, que deverá estabelecer a responsabilidade de cada parte quanto aos riscos do acordo.
- b) deve prever, como atribuição do contratado, a elaboração de projeto básico e executivo baseado no anteprojeto desenvolvido pela Administração Pública.
- c) deve prever o sigilo do orçamento estimado da contratação, permitindo o seu acesso aos órgãos de controle e ao vencedor do processo apenas após a adjudicação do objeto.
- d) não é permitido seu uso na situação apresentada, em função da utilização da modalidade de concorrência escolhida.
- e) não é permitido seu uso na situação apresentada, em função do objeto escolhido.

→ MODALIDADES DE LICITAÇÃO (ARTS. 28 A 32 DA LEI Nº 14.133/2021)

116. (FGV – 2022) Em agosto de 2022, o Estado Alfa deseja alienar o imóvel onde, por anos, funcionou um estabelecimento prisional que já está desativado há algum tempo, haja vista que a localização do imóvel não é atualmente estratégica para a Administração Pública, de maneira que o bem imóvel está inservível. Foi instaurado pelo Estado Alfa processo administrativo, em que restou demonstrado que a alienação pretendida está subordinada à existência de interesse público devidamente justificado, já tendo sido realizada prévia avaliação e obtida autorização legislativa.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, cujo regime jurídico será adotado pelo Estado Alfa, em regra, a venda do imóvel deve ocorrer mediante:

- a) licitação na modalidade leilão, que não exigirá registro cadastral prévio, não terá fase de habilitação e deverá ser homologado assim que concluída a fase de lances, superada a fase recursal e efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.
- b) licitação na modalidade concorrência, que terá fase de habilitação e deverá ser homologada com base no critério do maior retorno econômico, devendo ser efetivado o pagamento pelo licitante vencedor, na forma definida no edital.

- c) licitação na modalidade concurso, que será precedida da divulgação do edital em sítio eletrônico oficial, contendo a descrição do bem, com suas características, sua situação e suas divisas, com remissão à matrícula e aos registros, assim como o valor pelo qual o bem foi avaliado, o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado e as condições de pagamento.
- d) dispensa de licitação, desde que previamente autorizada pelo Tribunal de Contas do Estado Alfa, que homologará o valor pelo qual o bem foi avaliado e fixará o preço mínimo pelo qual poderá ser alienado e as condições de pagamento.
- e) inexigibilidade de licitação, desde que previamente autorizada pelo governador do Estado, devendo ser observado o valor pelo qual o bem foi avaliado como preço mínimo pelo qual poderá ser alienado o imóvel, com pagamento à vista.

117. (FGV – 2022) A Lei nº 14.133/2021 é a nova lei das licitações. Em relação a sua antecessora, a Lei nº 8.666/1993, ela consagra, em seu Art. 28, duas novas modalidades de licitação.

Assinale a opção que apresenta estas novas modalidades.

- a) Concorrência e diálogo competitivo.
- b) Pregão e diálogo competitivo.
- c) Leilão e concurso.
- d) Pregão e concurso.
- e) Diálogo competitivo e leilão.

→ CONTRATAÇÃO DIRETA, INEXIGIBILIDADE E DISPENSA (ARTS. 72 A 75 DA LEI Nº 14.133/2021)

118. (FGV – 2022) Em fevereiro de 2022, a Polícia Civil do Estado Alfa instaurou processo administrativo com vistas à contratação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual a serem prestados por determinada sociedade empresária de notória especialização, para fins de treinamento e aperfeiçoamento de seu pessoal, visando ao aprimoramento funcional dos servidores na área de inteligência policial. Sabe-se que o valor estimado da contratação é de R\$ 800.000,00.

De acordo com a nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), a contratação em tela ocorrerá mediante:

- a) dispensa de licitação, por expressa previsão legal.
- b) prévia licitação, na modalidade concorrência.
- c) inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal.
- d) prévia licitação, na modalidade pregão.
- e) prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo.

119. (FGV – 2022) Em fevereiro de 2022, a Polícia Civil do Estado Delta pretende realizar a aquisição de determinados equipamentos que só podem ser fornecidos por representante comercial exclusivo. Tendo em vista que a contratação será regida pela nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/21), o caso em tela é hipótese de incidência de

- a) prévia licitação, na modalidade pregão.
- b) prévia licitação, na modalidade concorrência.
- c) prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo.
- d) dispensa de licitação, por expressa previsão legal.
- e) inexigibilidade de licitação, pois é inviável a competição.

120. (FGV – 2022) A Nova Lei de Licitações estabelece que o ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Nesse contexto, consoante dispõe a Lei nº 14.133/2021, é hipótese de dispensa de licitação quando o Estado Alfa realiza:

- a) contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
- b) aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos.
- c) aquisição ou locação de imóvel cujas características de instalações e de localização tornem necessária sua escolha, observados os requisitos legais.
- d) celebração de contrato de programa com ente federativo ou com entidade de sua Administração Pública indireta que envolva prestação de serviços públicos de forma associada nos termos autorizados em contrato de consórcio público ou em convênio de cooperação.
- e) contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, de estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos ou projetos executivos, na forma da lei.

121. (FGV – 2022) O Ministério Público do Estado Delta, em junho de 2022, pretende realizar contratação com valor de R\$ 60.000,00 para serviços de manutenção de veículos automotores da frota da Procuradoria-Geral de Justiça.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, tal contratação:

- a) poderá ocorrer mediante dispensa de licitação.
- b) poderá ocorrer mediante inexigibilidade de licitação.
- c) deverá necessariamente ocorrer mediante prévia licitação, na modalidade pregão.
- d) deverá necessariamente ocorrer mediante prévia licitação, na modalidade concorrência.
- e) deverá necessariamente ocorrer mediante prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo.

122. (FGV – 2022) O Tribunal de Justiça do Estado Alfa pretende contratar serviços de manutenção de veículos automotores de sua frota oficial, sob o regime jurídico da nova Lei de Licitações e Contratos. Para tanto, foi instaurado processo administrativo que, após os devidos estudos, concluiu que o valor estimado da contratação é de cinquenta mil reais.

No caso em tela, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação:

- a) pode ser feita mediante dispensa de licitação.
- b) pode ser feita mediante inexigibilidade de licitação.
- c) deve ser feita necessariamente mediante prévia licitação, na modalidade convite.
- d) deve ser feita necessariamente mediante prévia licitação, na modalidade concorrência.
- e) deve ser feita necessariamente mediante prévia licitação, na modalidade diálogo competitivo.

123. (FGV – 2021) O Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, em outubro de 2021, com vistas a fomentar a capacitação e a qualificação de seus servidores, pretende contratar determinada sociedade empresária de notória especialização para prestação de serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal. O valor estimado da contratação é de quinhentos mil reais e atende ao princípio da economicidade.

De acordo com a Lei nº 14.133/2021, a contratação almejada deve ocorrer mediante:

- a) dispensa de licitação, por expressa previsão legal.
- b) inexigibilidade de licitação, por expressa previsão legal.

- c) processo licitatório obrigatório, na modalidade pregão, pela natureza do serviço a ser contratado.
- d) processo licitatório obrigatório, na modalidade leilão, pelo valor do contrato a ser firmado.
- e) processo licitatório obrigatório, na modalidade concorrência, pelo valor do contrato a ser firmado.

→ INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (ARTS. 155 A 163 DA LEI Nº 14.133/2021)

124. (FGV – 2022) Em janeiro de 2022, a sociedade empresária Gama, após processo licitatório, celebrou contrato administrativo com a União, por meio do Ministério Beta, para prestação de determinados serviços. No curso da execução do contrato, a sociedade empresária Gama prestou declaração falsa e praticou ato fraudulento, causando danos à União, em razão da prestação dos serviços contratados de forma diversa do que foi acordado, dos pontos de vista qualitativo e quantitativo.

Após regular processo administrativo, observando todas as cautelas legais, com base na Lei nº 14.133/2021, a União deve aplicar à sociedade empresária Gama a sanção administrativa de:

- a) impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de três anos.
- b) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública federal, pelo prazo mínimo de cinco anos e máximo de oito anos.
- c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.
- d) impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de cinco anos e máximo de oito anos.
- e) ressarcimento integral do dano ao erário, implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, e impedimento de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta federal, pelo prazo máximo de oito anos.

125. (FGV – 2021) Um ente contratado emprega, para concretar uma laje de cobertura, um concreto com resistência característica à compressão abaixo do especificado no caderno de encargos ou nas especificações técnicas do contrato, causando o desabamento da laje e grave dano à administração do órgão em que você trabalha.

Sabendo-se que o contrato é de R\$ 2 milhões, você, como encarregado do processo administrativo que busca sancionar a empresa, pode, de acordo com a Lei nº 14.133/2021, recomendar ao ordenador de despesas a aplicação da seguinte sanção:

- a) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar pelo prazo de dois anos.
- b) multa de R\$ 800 mil.
- c) multa de R\$ 5 mil.
- d) multa de R\$ 50 mil.
- e) impedimento de licitar e contratar pelo prazo de cinco anos.

→ REQUISIÇÃO DA PROPRIEDADE PRIVADA

126. (FGV – 2019) O Prefeito do Município Alfa editou decreto no qual informava que o Poder Público utilizaria, por seis meses, os serviços e as instalações do único hospital privado da região.

A decisão decorreu do fato de o nosocômio ter informado que cessaria o atendimento dos pacientes do Sistema Único de Saúde, o que comprometeria o serviço de saúde no Município.

À luz da sistemática legal, a situação narrada caracteriza:

- a) requisição administrativa, que não exige autorização do Poder Judiciário e acarreta o dever de indenização posterior.
- b) ocupação temporária, que exige prévia autorização do Poder Judiciário e não demanda indenização.
- c) desapropriação, devendo ser antecedida de prévia e justa indenização.
- d) servidão administrativa ao direito de propriedade, que exige autorização do Poder Judiciário e reembolso dos gastos.
- e) ilegalidade, pois é típica situação de intervenção no domínio econômico, caracterizando desapropriação indireta.

→ DESAPROPRIAÇÃO

127. (FGV – 2022) Sabe-se que, na desapropriação, o ente público determina a retirada do bem de seu proprietário, a fim de que passe a fazer parte de seu patrimônio público, na forma e mediante as condições e procedimento previstos no ordenamento jurídico, com base nas necessidades coletivas, mediante o pagamento de indenização, de forma justa ao proprietário.

Nesse contexto, de acordo com a doutrina de Direito Administrativo e a legislação de regência, é regra que a desapropriação pode incidir sobre:

- a) a moeda corrente do Brasil.
- b) as margens dos rios navegáveis.
- c) as pessoas físicas, especificamente em relação aos direitos personalíssimos.
- d) os bens públicos, desde que feita do ente mais abrangente para o menos abrangente.
- e) as pessoas jurídicas, desde que precedida de desconsideração da personalidade jurídica.

128. (FGV – 2022) Ademar é proprietário de um imóvel na cidade de Palmas/TO situado em área abrangida por projeto de construção de uma rodovia estadual. O referido imóvel, então, foi declarado de utilidade pública por decreto do governador do Estado.

Nessa situação, pretendendo o poder público desapropriar o imóvel, é **correto** afirmar que:

- a) Ademar e o Estado poderão submeter a controvérsia à mediação, desde que eleita uma câmara de mediação criada pelo poder público, sendo vedada a arbitragem.
- b) Ademar e o Estado poderão submeter a controvérsia à mediação ou à via arbitral, devendo Ademar indicar um dos órgãos ou instituições especializados em mediação ou arbitragem previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação.
- c) antes de ajuizar a ação de desapropriação, o Estado tem o dever de notificar Ademar e apresentar-lhe oferta de indenização, depositando desde logo em seu favor o valor da oferta.
- d) Ademar e o Estado poderão submeter a controvérsia à mediação, devendo Ademar indicar um dos órgãos ou instituições especializados em mediação previamente cadastrados pelo órgão responsável pela desapropriação, sendo vedada a arbitragem.
- e) é obrigatório o ajuizamento da ação de desapropriação, sendo vedada a utilização dos meios alternativos de resolução de controvérsias em vista da indisponibilidade do interesse público.

129. (FGV – 2021) Ao cumprir mandados de busca e apreensão e de prisão preventiva, a autoridade policial constatou que o endereço diligenciado se tratava de propriedade urbana onde foram localizadas culturas ilegais de plantas psicotrópicas.

Em matéria de intervenção do Estado na propriedade, de acordo com a Constituição da República de 1988, o fato narrado poderá ensejar a:

- a) desapropriação especial urbana, em que o imóvel será desapropriado, mediante pagamento com títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal, com prazo de resgate de até dez anos.
- b) desapropriação confisco, em que o imóvel será expropriado e destinado à reforma agrária e a programas de habitação popular, sem qualquer indenização ao proprietário e sem prejuízo de outras sanções previstas em lei.
- c) desapropriação por interesse social, em que o imóvel será desapropriado, mediante pagamento com títulos da dívida pública, com prazo de resgate de até dez anos, em parcelas anuais, iguais e sucessivas.
- d) expropriação sanção, em que o imóvel será desapropriado, e metade de todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.
- e) expropriação sanção, em que o imóvel será desapropriado com ulterior indenização, e todo e qualquer bem de valor econômico apreendido em decorrência do tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins será confiscado e reverterá a fundo especial com destinação específica, na forma da lei.

130. (FGV – 2021) Em matéria de intervenção do Estado na propriedade, a chamada desapropriação especial urbana se dá por interesse social para a política urbana.

A desapropriação especial urbana é de competência:

- a) concorrente dos estados, municípios e Distrito Federal, tem função sancionatória, uma vez que recai sobre imóveis urbanos que desatendam a sua função social, e há necessidade de pagamento de prévia e justa indenização.
- b) concorrente da União, estados, municípios e Distrito Federal, tem função pedagógica, uma vez que recai sobre imóveis urbanos subutilizados, e há necessidade de pagamento de ulterior e justa indenização.
- c) concorrente dos estados, municípios e Distrito Federal, tem função pedagógica, uma vez que recai sobre imóveis urbanos subutilizados, e há necessidade de pagamento de ulterior e justa indenização.
- d) exclusiva dos municípios, tem função sancionatória, uma vez que recai sobre imóveis urbanos que desatendam a sua função social, e há necessidade de pagamento de prévia e justa indenização.
- e) exclusiva dos municípios que possuem plano diretor, tem função sancionatória, uma vez que recai sobre imóveis urbanos que desatendam a sua função social, e a indenização será feita com pagamento em títulos da dívida pública de emissão previamente aprovada pelo Senado Federal.

GABARITO

1	B
2	E
3	B
4	E
5	C
6	B
7	E
8	A
9	A
10	A

11	C
12	A
13	C
14	D
15	B
16	D 1
17	A
18	E
19	A
20	A

21	A
22	D
23	A
24	C
25	B
26	E
27	C
28	B
29	B
30	A
31	C
32	B
33	E
34	C
35	A
36	C
37	D
38	C
39	D
40	A
41	C
42	A
43	C
44	E
45	D
46	E
47	E
48	D
49	D
50	B
51	E
52	C
53	E
54	B
55	C
56	A
57	E
58	A
59	E
60	C
61	A
62	E
63	A
64	A
65	B
66	A

67	D
68	C
69	A
70	B
71	E
72	D
73	D
74	D
75	B
76	C
77	B
78	C
79	C
80	E
81	B
82	D
83	A
84	A
85	A
86	E
87	D
88	C
89	A
90	C
91	D
92	C
93	E
94	A
95	E
96	C
97	B
98	A
99	A
100	E
101	E
102	C
103	C
104	E
105	A
106	E
107	D
108	C
109	C
110	A
111	E
112	C

113	C
114	A
115	A
116	A
117	B
118	C
119	E
120	D
121	A

122	A
123	B
124	C
125	D
126	A
127	D
128	B
129	B
130	E

This image shows a vertical sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and extend across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

ANOTAÇÕES //////////////////////////////////

[illegible]

DIREITO CONSTITUCIONAL

→ FORMAS DE ESTADO E GOVERNO, SISTEMAS DE GOVERNO, SEPARAÇÃO DE PODERES. FREIO E CONTRAPESOS

1. (FGV – 2022) A respeito do nosso sistema presidencialista de governo, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O Poder Executivo é chefiado pelo Presidente da República que é auxiliado pelos Ministros de Estado, no âmbito federal.
- () O Presidente da República é o único que acumula as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.
- () O Presidente da República age como Chefe de Estado quando celebra tratados internacionais ou declara guerra.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- a) V – V – V.
- b) V – F – V.
- c) F – F – V.
- d) F – V – V.
- e) V – V – F.

2. (FGV – 2019) O sistema de governo está relacionado com a maneira como funciona a relação entre os Poderes Legislativo e Executivo de um país, tendo sido adotado no Brasil o tipo presidencialista.

Em relação ao sistema presidencialista, tem-se como pressuposto a ideia de que

- a) inexistência da tipicidade de funções, dado que o Presidente pode exercer tipicamente tanto a capacidade executiva, quanto a legislativa e jurisdicional.
- b) a separação dos Poderes delimita a atividade estatal de legislação, acarretando em uma relação dependente e harmônica entre os organismos políticos.
- c) a administração pública é interpretada de forma subjetiva, considerando-se apenas os órgãos administrativos, em detrimento das ações efetivamente governamentais.
- d) o sistema de freios e contrapesos garante a soberania de cada poder, viabilizando a arbitrariedade administrativa ao Presidente da República.
- e) a chamada dupla função do Presidente da República ocorre quando ele exerce as funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo.

→ CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, ESTRUTURA, SUPREMACIA E CLASSIFICAÇÃO

3. (FGV – 2022) Após uma revolução que culminou com a derubada do regime anterior, o grupo político dominante do País Alfa resolveu solicitar que uma comissão de notáveis

elaborasse um projeto de Constituição, submetendo-o, ato contínuo, a referendo popular. A Constituição assim elaborada buscou conciliar inúmeras correntes políticas aparentemente opostas entre si e direcionar as políticas públicas a serem adotadas para a implementação dos direitos sociais, além de ter exigido um procedimento qualificado para a reforma de parte de seus comandos, considerados materialmente constitucionais, enquanto a outra parte poderia ser alterada com observância do mesmo procedimento afeto à lei ordinária. Por fim, observa-se que essa Constituição era demasiado extensa. A Constituição assim descrita é classificada como

- a) bonapartista, compromissória, de garantia, rígida e sintética.
- b) cesarista, compromissória, dirigente, semirrígida e analítica.
- c) bonapartista, ortodoxa, dirigente, semirrígida e analítica.
- d) cesarista, pragmática, dirigente, semirrígida e sintética.
- e) outorgada, eclética, de garantia, flexível e analítica.

4. (FGV – 2022) O Poder Constituinte, como instituição política responsável pela criação das normas constitucionais, é comumente classificado pela doutrina em originário, derivado e decorrente. Por sua vez, o Poder Constituinte originário possui subclassificações, sendo uma delas baseada no modo de deliberação constituinte.

Nesse sentido, quando o Poder Constituinte deriva de uma deliberação formal de um grupo de agentes, como no caso das constituições escritas, pode ser classificado como:

- a) revolucionário.
- b) concentrado.
- c) formal.
- d) difuso.
- e) material.

5. (FGV – 2022) Quanto à classificação das Constituições, consideram-se Constituições rígidas aquelas que:

- a) só podem ser modificadas mediante procedimentos mais complexos que o processo legislativo ordinário.
- b) só podem ser modificadas pelo Poder Constituinte originário, quando convocado.
- c) podem ser modificadas pelo processo legislativo ordinário.
- d) não podem ser modificadas, pois possuem pretensão de eternidade.
- e) possuem uma parte suscetível a modificações pelo processo legislativo ordinário e outra insuscetível de modificações.

6. (FGV – 2019) Após um golpe de Estado, o líder do movimento armado vitorioso solicitou que uma comissão de apoiadores, sob sua orientação, elaborasse um projeto de Constituição, o qual foi submetido a plebiscito popular, sendo, ao final, aprovado e publicado com força normativa. Essa Constituição dispôs que parte de suas normas exigiria a observância de um processo legislativo mais rigoroso para a sua alteração, com quórum qualificado para a iniciativa e a aprovação, enquanto a outra parte poderia ser alterada conforme o processo legislativo da lei ordinária.

Essa Constituição deve ser classificada como:

- a) outorgada e rígida.
- b) popular e dogmática.
- c) bonapartista e flexível.
- d) cesarista e semirrígida.
- e) promulgada e analítica.

→ EFICÁCIA DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

7. (FGV – 2022) Nos termos do Art. 26, I, da Constituição da República de 1988, estão incluídos entre os bens dos Estados “as águas superficiais ou subterrâneas, fluentes, emergentes e em depósito, ressalvadas, neste caso, na forma da lei, as decorrentes de obras da União”.

Esse preceito constitucional dá origem a uma norma de eficácia:

- a) plena e aplicabilidade diferida.
- b) limitada e princípio institutivo.
- c) plena e aplicabilidade imediata.
- d) contida e aplicabilidade imediata.
- e) limitada e princípio programático.

8. (FGV – 2022) Em uma olimpíada universitária, o grupo de estudos XX (GEXX) defende que os direitos fundamentais de primeira dimensão são normalmente veiculados em normas de eficácia plena, sendo o conflito entre eles resolvido no plano da validade. O grupo de estudos ZZ (GEZZ), por sua vez, sustenta que os direitos fundamentais de segunda dimensão são veiculados, na maior parte das vezes, em normas de eficácia contida e, por carecerem de integração pela legislação infraconstitucional, não produzem qualquer efeito até que ela venha a ser editada.

Ao analisar os argumentos apresentados, o júri da olimpíada universitária conclui, corretamente, que o GEXX:

- a) erra apenas ao afirmar que o conflito entre os direitos fundamentais de primeira dimensão é resolvido no plano da validade, enquanto o GEZZ erra apenas ao defender que os de segunda dimensão são veiculados em normas de eficácia contida, não produzindo efeitos até a regulamentação.
- b) está totalmente certo, enquanto o GEZZ erra ao afirmar que os direitos fundamentais de segunda dimensão são veiculados em normas de eficácia contida, carecem de regulamentação e não produzem quaisquer efeitos até a regulamentação.
- c) erra apenas ao afirmar que os direitos fundamentais de primeira dimensão são normalmente veiculados em normas de eficácia plena, enquanto o GEZZ erra apenas ao afirmar que os de segunda dimensão não produzem efeitos até a regulamentação.
- d) está totalmente certo, enquanto o GEZZ erra apenas ao afirmar que os direitos fundamentais de segunda dimensão não produzem efeitos até que sejam regulamentados pela legislação infraconstitucional.
- e) erra apenas ao afirmar que o conflito entre os direitos fundamentais de primeira dimensão é resolvido no plano da validade, enquanto o GEZZ está totalmente certo em seus argumentos.

9. (FGV – 2022) Antônio realizou ampla análise do disposto no Art. 5º, XLII, da Constituição da República de 1988, cuja primeira parte dispõe que “a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível”, enquanto a segunda parte acresce o seguinte: “sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei”.

Ao final, Antônio concluiu, corretamente, que da primeira parte do preceito é obtida uma norma de:

- a) eficácia contida e de princípio institutivo, enquanto a segunda parte do preceito dá origem a uma norma de eficácia plena e de aplicabilidade imediata.
- b) eficácia limitada e de aplicabilidade direta, enquanto a segunda parte do preceito dá origem a uma norma de eficácia contida e de natureza programática.
- c) eficácia plena e de aplicabilidade imediata, enquanto a segunda parte do preceito dá origem a uma norma de eficácia limitada e de princípio institutivo.
- d) eficácia plena e de aplicabilidade imediata, enquanto a segunda parte do preceito dá origem a uma norma de eficácia limitada e de natureza programática.
- e) eficácia plena e de aplicabilidade indireta, enquanto a segunda parte do preceito dá origem a uma norma de eficácia contida e de aplicabilidade imediata.

10. (FGV – 2022) Maria, estudante de direito, questionou o seu professor a respeito da classificação, quanto à eficácia e à aplicabilidade, da norma que se extrai do disposto no art. 39, caput, da Constituição da República de 1988, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/1998, preceito que foi considerado inconstitucional, pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de cognição sumária. Eis o teor do preceito: “a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes”.

O professor respondeu corretamente que estamos perante norma de eficácia

- a) plena e aplicabilidade imediata.
- b) contida e aplicabilidade imediata.
- c) limitada e de princípio institutivo.
- d) relativa e aplicabilidade integrativa.
- e) limitada e de princípio programático.

11. (FGV – 2022) João, cidadão com grande engajamento político, procurou orientação jurídica a respeito da forma de implementação dos direitos sociais previstos na Constituição, ocasião em que lhe foi informado, corretamente, que

- a) as normas que os contemplam, em regra, têm eficácia plena, indicativo de que podem ser imediatamente exigidos, mesmo sem integração pela legislação infraconstitucional.
- b) as normas que os contemplam, em regra, têm eficácia limitada, exigindo a integração pela legislação infraconstitucional para que sejam exigidos.
- c) carecem apenas da prática de atos regulamentares, a cargo do Poder Executivo, definindo a forma como serão oferecidos à coletividade.
- d) não se distinguem, quanto à exigibilidade, dos denominados direitos de defesa.
- e) a sua exigibilidade não sofre a influência de condicionantes orçamentárias.

12. (FGV – 2022) Maria e Joana, estudiosas do Direito Constitucional, travaram intenso debate a respeito da força normativa das normas programáticas, concluindo corretamente, ao fim, que normas dessa natureza

- a) somente terão força normativa, produzindo algum efeito na realidade, após sua integração pela legislação infraconstitucional.

- b) somente adquirem eficácia após sua integração pela legislação infraconstitucional, não ostentando, até então, a natureza de verdadeiras normas.
- c) somente podem ser utilizadas, no controle de constitucionalidade, quando inexistir norma de eficácia plena que possa ser utilizada como paradigma de confronto.
- d) a exemplo de qualquer norma de eficácia contida, não ensejam o surgimento de posições jurídicas definitivas, já que seu alcance será delineado pela legislação infraconstitucional.
- e) possuem eficácia, mas de modo limitado, devendo direcionar a interpretação dos demais comandos da ordem jurídica, além de revogar as normas infraconstitucionais preexistentes que se mostrem incompatíveis com elas.

13. (FGV – 2022) João questionou sua professora de Direito Constitucional a respeito da classificação, quanto à aplicabilidade e à eficácia, da norma obtida a partir da interpretação do Art. 91, § 2º, da Constituição da República de 1988, preceito que tem o seguinte teor: “a lei regulará a organização e o funcionamento do Conselho de Defesa Nacional”.

A professora respondeu corretamente que se trata de norma de eficácia

- a) contida e aplicabilidade direta.
- b) plena e aplicabilidade imediata.
- c) plena e de aplicabilidade direta.
- d) limitada e de aplicabilidade indireta, de princípio institutivo.
- e) limitada e de aplicabilidade indireta, de natureza programática.

14. (FGV – 2022) Historicamente, a teoria dos direitos fundamentais está intimamente ligada à ideia de proteção dos indivíduos em face do arbítrio estatal. Os direitos fundamentais nascem como trunfos oponíveis ao poder público, tendo por papel essencial estabelecer um sistema adequado de contenção dos poderes estatais. Mas isso não impede a doutrina e a jurisprudência de enxergarem, nas normas jusfundamentais, outras potencialidades e vocações.

É **correto** afirmar que a chamada eficácia horizontal dos direitos fundamentais corresponde à:

- a) possibilidade de exercício do controle de constitucionalidade pela própria Administração Pública, cujos órgãos também podem, a exemplo das autoridades judiciais, afastar a aplicabilidade de leis e atos normativos que violem direitos fundamentais.
- b) ponderação de valores que se faz necessária na hipótese de colisão de direitos fundamentais, sempre com o escopo de alcançar a concordância prática dos enunciados normativos em tensão, isto é, sua harmonização recíproca, de modo que nenhum deles tenha sua incidência totalmente excluída na hipótese.
- c) aplicabilidade dos direitos fundamentais no âmbito das relações entre particulares, forte na compreensão de que tais normas jusfundamentais vinculam não apenas os poderes públicos, estando direcionados também à proteção dos particulares em face dos poderes privados.
- d) possibilidade de o poder público invocar a proteção jusfundamental em face de entes privados, forte na compreensão de que os direitos fundamentais se destinam a tutelar não apenas interesses de particulares, estando direcionados também à proteção do Estado em face dos poderes privados.
- e) aptidão dos direitos fundamentais para impor ao poder público não apenas abstenções, mas também prestações materiais, ou seja, ações estatais concretas voltadas a atenuar desigualdades fáticas na sociedade.

→ PODER CONSTITUINTE (ORIGINÁRIO, DERIVADO, REFORMADOR, REVISOR, DECORRENTE ETC.)

15. (FGV – 2021) Lucas, estudioso do direito constitucional, chegou à conclusão de que o texto constitucional pode sofrer mudanças de significado ainda que não seja objeto de qualquer alteração formal. Essas alterações, delineadas a partir de atividade intelectual conduzida pelo intérprete, sob influência das modificações na realidade sociopolítica, não importariam em usurpação de uma função própria do Poder Constituinte originário.

À luz da compreensão contemporânea a respeito da interpretação constitucional, a argumentação de Lucas é:

- a) incorreta, pois o texto e a norma constitucional apresentam uma relação de sobreposição, o que impede a alteração da última sem a realização de modificações no primeiro.
- b) correta, já que o texto e a norma constitucional não apresentam uma relação de sobreposição, sendo esta última delineada a partir da interação entre o primeiro e a realidade.
- c) correta, já que a norma pode se distanciar da sobreposição com o texto caso seja identificada uma situação de nulidade parcial deste último.
- d) incorreta, já que a interpretação constitucional é realizada in abstracto, dissociada da realidade subjacente ao momento de aplicação da norma.
- e) incorreta, já que o objetivo do intérprete é descobrir o significado imanente do texto constitucional.

→ MÉTODOS E PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS

16. (FGV – 2022) Maria, destacada estudiosa da interpretação constitucional, defendeu que a norma não apresenta uma relação de sobreposição com o texto. Em verdade, é o resultado do processo de interpretação, durante o qual o intérprete desenvolve uma atividade argumentativa e tipicamente decisória, já que deve resolver as conflitualidades intrínsecas que se apresentam durante esse processo, de modo a identificar os significados potencialmente atribuíveis ao texto interpretado e decidir qual deles deve preponderar, considerando as nuances da realidade e a situação concreta na qual a norma se projetará.

A explicação de Maria está lastreada na concepção de que

- a) construções originalistas, que buscam reconstruir a vontade constituinte, devem embasar o processo de interpretação.
- b) o formalismo se ajusta plenamente à atividade do intérprete, pois valoriza o papel do texto e a importância da realidade.
- c) as nuances do ambiente sociopolítico podem influir no delineamento de alterações não formais da ordem constitucional.
- d) a tópica pura, na qual o texto é tratado como um ponto de vista, sendo utilizado, ou não, conforme as peculiaridades do problema concreto, deve direcionar a interpretação.
- e) o realismo jurídico não só valoriza a força normativa do texto constitucional como explica a forma como se desenvolve a mutação constitucional, preservando a vontade constituinte.

→ DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DA CONSTITUIÇÃO (ARTS. 1º A 4º DA CF/1988)

17. (FGV – 2021) São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si,

- a) o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.
- b) o Legislativo, o Administrativo e o Jurídico.

- c) o Legal, o Executivo e o Judiciário.
- d) o Legal, o Administrativo e o Jurídico.
- e) o Legislativo, o Administrativo e o Judiciário.

18. (FGV – 2021) De acordo com o Art. 3º da Constituição Federal, os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil incluem os a seguir listados, à exceção de um. Assinale-o.

- a) Construir uma sociedade livre, justa e solidária.
- b) Garantir o desenvolvimento nacional.
- c) Erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- d) Expandir o território por meio de tratados e alianças.
- e) Promover o bem de todos, sem preconceitos ou quaisquer outras formas de discriminação.

→ CARACTERÍSTICAS (DIREITOS FUNDAMENTAIS)

19. (FGV – 2021) João, político bem conhecido em sua região, ajuizou ação de reparação de danos em face de Pedro, que fizera declarações críticas à sua atuação pública, as quais foram consideradas atentatórias à honra daquele agente. Na sentença, foi afirmado que não ocorrerá qualquer afronta ao direito à honra, já que as circunstâncias fáticas subjacentes ao caso concreto acarretavam a expansão do direito à liberdade de expressão e a compressão do direito à honra, de modo que àquele deve ser reconhecida preeminência no caso concreto, sendo possível que a conclusão seja outra em situação diversa.

O que foi afirmado na sentença evidencia o reconhecimento:

- a) da natureza principiológica dos direitos fundamentais, que estão sujeitos a uma máxima de cedência recíproca, sendo os conflitos resolvidos na dimensão da aplicação.
- b) da natureza principiológica dos direitos fundamentais, cuja compatibilidade é sempre aferida em abstrato, sendo os conflitos resolvidos na dimensão da aplicação.
- c) da natureza principiológica dos direitos fundamentais, que estão sujeitos a uma máxima de cedência recíproca, sendo os conflitos resolvidos na dimensão da validade.
- d) de que os direitos fundamentais têm a natureza de regras, de modo que os seus conflitos são resolvidos na dimensão da aplicação.
- e) de que os direitos fundamentais têm a natureza de regras, de modo que os seus conflitos são resolvidos na dimensão da validade.

→ DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS (ART. 5º DA CF/1988)

20. (FGV – 2022) Ernesto, motorista profissional, em fatídico evento, praticou homicídio culposo na direção do caminhão que conduzia. Ao fim do processo penal, veio a ser condenado, com base na legislação vigente, à pena alternativa de pagamento de prestação pecuniária e à proibição de dirigir veículo automotor por dois anos.

Considerando que Ernesto possui família a sustentar, é correto afirmar, à luz da sistemática constitucional, que:

- a) o direito ao exercício da profissão de motorista profissional se enquadra na perspectiva da dignidade humana, logo, não poderia ser restringido.
- b) a proibição de dirigir veículo automotor é legítima, considerando o objetivo de proteger bens jurídicos relevantes de terceiros, como vida e integridade física.

- c) a aplicação da penalidade de proibição de dirigir veículo automotor afronta o princípio da individualização da pena, por não ter considerado a condição pessoal de Ernesto.
- d) a ponderação de interesses não pode gerar a ineficácia de um dos princípios envolvidos, sendo ilícita a proibição imposta a Ernesto ao eliminar o conteúdo essencial do direito.

21. (FGV – 2022) João, policial militar, recebeu comunicação da corporação, pelo rádio, no sentido de que deveria comparecer à casa de Antônio e ali cumprir uma diligência.

À luz da sistemática constitucional, João:

- a) somente pode ingressar na casa de Antônio com o seu consentimento, inexistindo exceção constitucional para a inviolabilidade do domicílio.
- b) por ser policial, pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, desde que durante o dia, vedada qualquer atividade noturna.
- c) pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, entre outras situações, no caso de desastre ou, durante o dia, por determinação judicial.
- d) pode ingressar na casa de Antônio, ainda que sem o seu consentimento, durante o dia ou à noite, mediante determinação judicial.
- e) somente pode ingressar na casa de Antônio, sem o seu consentimento, mediante determinação judicial e desde que durante o dia.

22. (FGV – 2022) João foi notificado pelo Poder Executivo do Município Alfa, tomando conhecimento de que, após um amplo processo de seleção, o seu imóvel fora escolhido para sediar uma escola pública.

Nesse caso, para que a decisão do Poder Executivo possa se tornar efetiva, é necessário que João, observados os balizamentos legais

- a) receba justa e prévia indenização em dinheiro.
- b) celebre contrato de compra e venda com o Município.
- c) receba justa indenização ao fim do processo de desapropriação.
- d) indique o preço do imóvel, de modo que possa ser indenizado pelo Município Alfa.
- e) defina o valor do imóvel juntamente com o Município, valendo-se de mecanismos de solução não contenciosa.

23. (FGV – 2022) As lentas conquistas humanitárias ao longo dos séculos quanto aos tipos de penas aplicáveis às pessoas humanas tiveram influência sobre uma série de Constituições ao redor do mundo.

A esse respeito, no Brasil, à luz da Constituição Federal de 1988, analise os itens a seguir.

- I. É absolutamente vedada a pena de morte.
- II. É absolutamente vedada a condenação a pena de prisão perpétua.
- III. É absolutamente vedada a pena de banimento.

Está **correto** o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

24. (FGV – 2021) Joana, motorista de ônibus profissional, foi notificada de que lhe fora imposta a pena de suspensão de habilitação para dirigir veículo automotor, isto em razão de sua condenação pela prática de homicídio culposo na condução de veículo dessa natureza.

À luz da ordem constitucional vigente, a sanção aplicada a Joana é:

- a) inconstitucional, pois afronta o direito fundamental ao livre exercício profissional.
- b) inconstitucional, por se tratar de sanção política, que destoa da razão de ser de uma pena imposta em processo penal.
- c) inconstitucional, por destoar do princípio da proporcionalidade, considerando o bem tutelado e o bem restringido.
- d) constitucional, pois não há direito absoluto ao exercício de atividade profissional e se ajusta ao princípio de individualização da pena.
- e) constitucional, pois as sanções penais devem ser aplicadas a todos que pratiquem a conduta descrita no tipo penal, de modo igualitário, nos planos qualitativo e quantitativo.

25. (FGV – 2021) João, maior e capaz, mas que ainda não promoveu o seu cadastro eleitoral, formulou pedido de acesso a informação direcionado ao Ministério Público do Estado Alfa, requerendo que lhe fossem fornecidos dados concernentes ao valor despendido com a contratação de empresas terceirizadas.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que o pedido de João deve ser

- a) deferido, considerando o destinatário do pedido e a natureza das informações solicitadas.
- b) indeferido, pois o acesso à informação somente é assegurado em relação aos órgãos do Poder Executivo.
- c) indeferido, desde que João apresente os motivos determinantes da solicitação de acesso à informação.
- d) indeferido, já que as informações almejadas por João dizem respeito à governança administrativa, não à sua pessoa.
- e) indeferido, já que João não ostenta a condição de cidadão, o que impede a formulação de requerimento dessa natureza.

26. (FGV – 2021) O jornalista Pedro elaborou e divulgou matéria jornalística que desagradou profundamente a classe política do Estado Alfa. Apesar de a matéria retratar atos praticados por agentes públicos no exercício da função, argumentavam os atingidos que Pedro não poderia divulgá-los e que, além disso, não divulgara a fonte das informações.

A crítica dos atingidos está:

- a) correta, pois não se pode informar atos que atinjam pessoas determinadas, e o jornalista está obrigado a divulgar a sua fonte.
- b) incorreta, pois se pode informar atos que atinjam pessoas determinadas, e o jornalista não está obrigado a divulgar sua fonte.
- c) parcialmente correta, pois, embora se possa informar atos que atinjam pessoas determinadas, o jornalista está obrigado a divulgar sua fonte.
- d) parcialmente correta, pois não se pode informar atos que atinjam pessoas determinadas, mas o jornalista não está obrigado a divulgar sua fonte.
- e) incorreta, pois a liberdade de informação não tem limites específicos e não pode ser influenciada por outros direitos fundamentais, como a honra.

27. (FGV – 2019) Maria procurou a Defensoria Pública e informou que foi surpreendida, às 12h, com o ingresso de agentes públicos armados em sua residência, contra a sua vontade, sob a alegação de que estavam procurando um criminoso.

Considerando a sistemática constitucional, o Defensor Público informou corretamente que a conduta dos agentes públicos era:

- a) ilícita, pois os agentes públicos nunca podem ingressar na casa alheia sem o consentimento do morador.
- b) lícita, pois os agentes públicos sempre podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, para procurar um criminoso.
- c) lícita, pois os agentes públicos podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, sempre que entenderem necessário.
- d) ilícita, pois os agentes públicos não podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, para procurar um criminoso, sem ordem judicial.
- e) lícita, pois os agentes públicos somente podem ingressar na casa alheia, sem o consentimento do morador, se estiver sendo praticado um crime no local.

28. (FGV – 2019) João, renomado jornalista, recebeu de determinada fonte vídeo contendo imagens e áudio em que José, Prefeito Municipal, aparece recebendo propina para favorecer determinada sociedade empresária em certa licitação. Inconformado, José ingressa com medida judicial pleiteando a proibição de veiculação do vídeo pelo jornalista e a obrigação de fazer para ele indicar o nome da pessoa que lhe entregou o vídeo.

De acordo com o texto constitucional, o pleito de José:

- a) merece prosperar parcialmente, pois apesar de ser assegurado a todos o acesso à informação, o sigilo da fonte deve ser quebrado judicialmente quando o fato informado causar repercussão negativa na esfera jurídica de terceiro.
- b) merece prosperar parcialmente, pois apesar de ser assegurado a todos o acesso à informação, o sigilo da fonte deve ser quebrado judicialmente quando o fato informado envolver agente público no exercício da função.
- c) não merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, sendo tal sigilo o instrumento de concretização da própria liberdade de informação.
- d) não merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação e garantido o sigilo da fonte, sendo certo que a prova obtida ilicitamente pode servir de fundamento exclusivo para condenação criminal quando se tratar de defesa do patrimônio público.
- e) merece prosperar, pois é assegurado a todos o acesso à informação mediante a obtenção de provas por meios legais previstos no ordenamento jurídico, sendo vedado o sigilo da fonte e o anonimato por violação frontal ao devido processo legal.

→ HABEAS CORPUS

29. (FGV – 2021) TEXTO 1

Em 16 de fevereiro de 2018, o então Presidente da República Michel Temer decretou intervenção federal no Rio de Janeiro. Durante a intervenção, Militares do Exército exigiam RG e tiravam fotos individuais de moradores de diferentes favelas, supostamente enviadas por um aplicativo para um setor de inteligência, que avaliava eventual existência de anotação criminal. A ampla cobertura da imprensa foi impedida ao exigir-se que a equipe de jornalistas ficasse a uma distância de 300 metros do local das abordagens. Em uma dessas ações, um morador da Vila Kennedy foi obrigado a voltar para casa quando tentava se dirigir para o seu emprego como pedreiro, tendo perdido o dia de trabalho em razão disso. Por ter saído para o serviço sem os documentos, levando consigo apenas a marmita, os soldados o fotografaram com e sem boné e o mandaram de volta para casa.

O morador da comunidade que saía de casa para trabalhar e que perdeu o dia de serviço por ter sido obrigado a retornar para casa pela ausência de documentos (texto 1) procurou a associação de moradores para saber qual medida judicial poderia ser tomada.

A medida judicial mais adequada a ser movida pela associação, para garantir prontamente a liberdade atacada pelo ato dos militares, é:

- a) mandado de segurança coletivo.
- b) ação civil pública.
- c) habeas corpus coletivo.
- d) ação popular.
- e) habeas corpus preventivo.

→ MANDADO DE SEGURANÇA

30. (FGV – 2019) O Presidente da República delegou ao Ministro de Estado da Pasta WW a competência para editar decreto visando à extinção de cargos públicos, quando vagos.

À luz da sistemática constitucional e da competência atribuída ao Supremo Tribunal Federal (STF) e ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) para o julgamento de mandados de segurança, é correto afirmar que a delegação foi:

- a) irregular, considerando que a matéria era insuscetível de delegação, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STJ.
- b) regular, considerando que a matéria era suscetível de delegação, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STJ.
- c) irregular, considerando que a delegação não foi ratificada pelo Legislativo, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STF.
- d) regular, considerando que a extinção de cargos vagos já é de competência dos Ministros, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STF.
- e) irregular, considerando que os cargos vagos, criados por lei, devem ser extintos por lei, e os mandados de segurança impetrados contra os atos do Ministro são julgados pelo STJ.

→ MANDADO DE INJUNÇÃO

31. (FGV – 2022) João, servidor público do Estado Gama, deseja requerer a aposentadoria especial, em razão do exercício de atividade em condições de insalubridade, mas descobre a ausência de norma regulamentadora em seu Estado.

Diante do exposto, é **correto** afirmar que João:

- a) poderá impetrar mandado de injunção, não podendo ser conferida eficácia ultra partes ou erga omnes à decisão que conceder a injunção, mesmo quando indispensável ao exercício do direito objeto da impetração.
- b) não poderá impetrar mandado de injunção, pois a Constituição garante o direito à aposentadoria especial a todos aqueles servidores que exercem atividade em condição insalubre, independentemente de norma regulamentadora pelo Estado Gama.
- c) poderá impetrar mandado de injunção, podendo o Poder Judiciário estabelecer as condições em que se dará o exercício do direito, uma vez reconhecida e não suprida a mora legislativa, no prazo determinado, pelo Estado Gama.
- d) poderá impetrar mandado de injunção, podendo o Poder Judiciário apenas reconhecer a mora legislativa e fixar prazo para edição da norma, sem estabelecer as condições em que se dará o exercício do direito, já que impedido de atuar como legislador positivo.

- e) não poderá impetrar mandado de injunção, pois será necessário o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão para que o Poder Judiciário defina as condições em que se dará o exercício do direito, em razão da mora legislativa do Estado Gama.

→ DIREITOS COLETIVOS DOS TRABALHADORES (ARTS. 8º A 11 DA CF/1988)

32. (FGV – 2020) Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no âmbito do Poder Judiciário de determinado Estado da Federação, foi comunicada pelo sindicato da categoria que seriam iniciadas as negociações coletivas de trabalho e era obrigatória a participação do sindicato. Por tal razão, era igualmente obrigatória a filiação de todos os servidores ao sindicato, de modo que a categoria não fosse sub-representada em seus interesses.

A narrativa afigura-se:

- a) incorreta em relação a Joana, pois a filiação é facultativa, e correta quanto ao sindicato, pois a sua participação é imposta pela Constituição.
- b) correta em relação a Joana, por força do princípio da solidariedade social, e incorreta quanto ao sindicato, por ferir o princípio da liberdade de gestão.
- c) correta em relação a Joana, já que a filiação dos servidores do Poder Judiciário é obrigatória, e incorreta quanto ao sindicato, que tem autonomia gerencial.
- d) incorreta em relação a Joana, pois os servidores do Poder Judiciário não podem filiar-se a sindicato, e correta quanto ao sindicato, desde que haja determinação judicial.
- e) incorreta em relação a Joana, que somente pode ser obrigada a exercer cargo de direção no sindicato, não a sindicalizar-se, e correta quanto ao sindicato, que defende a categoria.

→ ESPÉCIES DE NACIONALIDADE (BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS)

33. (FGV – 2022) Johan nasceu em território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade alemã, aqui se encontravam com visto de turistas. Após o nascimento, foi levado para a Alemanha, onde era legalmente reconhecida sua nacionalidade alemã nata pelo critério do *jus sanguinis*. Ao completar 25 anos de idade, foi acusado de tráfico ilícito de substâncias entorpecentes na Alemanha, tendo retornado pela primeira vez ao Brasil, o que ocorreu na condição de fugitivo.

À luz dessa narrativa, é **correto** afirmar que Johan:

- a) apenas tem a nacionalidade alemã, sendo possível o acolhimento do pedido de extradição eventualmente formulado pelo governo da Alemanha.
- b) além de ter a nacionalidade alemã, é brasileiro nato, não sendo passível de ser acolhido eventual pedido de extradição formulado pelo governo da Alemanha.
- c) em razão do princípio da unicidade, teve a nacionalidade brasileira, de caráter nato, cancelada, assim que reconhecida a alemã, sendo cabível, portanto, eventual extradição.
- d) apesar de ter a nacionalidade alemã, pode requerer a brasileira, por ter atingido a maioridade, assim que ingressar no território nacional, o que obstará eventual extradição.
- e) apesar de ter a nacionalidade alemã, pode requerer a brasileira, por ter atingido a maioridade, assim que ingressar no território nacional, o que não obstará eventual extradição.

→ DISTINÇÕES CONSTITUCIONAIS ENTRE BRASILEIROS NATOS E NATURALIZADOS

34. (FGV – 2022) João nasceu em território brasileiro quando seus pais, de nacionalidade francesa, aqui trabalhavam a serviço do governo francês, na respectiva embaixada. Poucos meses após o nascimento, foi levado para a França e jamais retornou ao Brasil. Trinta anos depois, casou, no território francês, com Maria, brasileira nata. Dessa União advieram filhos, todos nascidos na França, sendo adquiridos bens imóveis naquele País e no Brasil.

Com o falecimento de João, Maria e seus filhos procuraram um advogado e o questionaram a respeito da lei aplicável na sucessão dos bens situados no território brasileiro.

O advogado respondeu corretamente que, de acordo com a ordem constitucional,

- a) João era brasileiro nato, logo, a sucessão será regulada pela lei brasileira.
- b) João era estrangeiro, mas a sucessão será regulada pela lei brasileira em benefício de Maria e seus filhos, caso lhes seja mais favorável.
- c) João era brasileiro nato, logo, a sucessão será regulada pela lei brasileira, desde que seja mais favorável a Maria e aos filhos que a lei francesa.
- d) João era estrangeiro, mas a sucessão será regulada pela lei brasileira em benefício de Maria, mas não em benefício de seus filhos, que têm nacionalidade francesa.
- e) João era estrangeiro, mas a sucessão será regulada pela lei brasileira em benefício de Maria e seus filhos, quer lhes seja mais favorável que a lei pessoal do de cujus, quer não.

→ SOBERANIA POPULAR (VOTO, PLEBISCITO, REFERENDO, INICIATIVA POPULAR), ALISTAMENTO E ELEGIBILIDADE

35. (FGV – 2021) Pedro foi intimado do trânsito em julgado de uma sentença penal condenatória, que o considerou culpado pela prática de crime contra a fé pública, condenando-o à pena privativa de liberdade, que foi substituída por pena restritiva de direitos. Considerando a sua aspiração de concorrer a um cargo eletivo, um amigo lhe informou que sua cidadania estava suspensa em suas acepções ativa e passiva.

A informação do amigo de Pedro está:

- a) errada, pois tão somente a pena privativa de liberdade gera essa consequência, enquanto produzir efeitos.
- b) certa, pois a pena restritiva de direitos gera essa consequência, enquanto produzir efeitos.
- c) parcialmente certa, pois a cidadania de Pedro somente foi suspensão em sua acepção passiva.
- d) errada, pois a cidadania, como fator nuclear da democracia, não é suscetível de ser suspensão.
- e) parcialmente certa, pois a cidadania de Pedro somente foi suspensão em sua acepção ativa.

→ INELEGIBILIDADES (DIREITOS POLÍTICOS)

36. (FGV – 2019) Maria, esposa do Prefeito João, que exercia a chefia do Poder Executivo no Município Gama, foi informada pelo advogado da família que, de acordo com a ordem constitucional, não poderia candidatar-se ao cargo eletivo de Vereador no mesmo Município.

Essa vedação é denominada:

- a) perda dos direitos políticos.
- b) vedação eleitoral.

- c) inabilitação.
- d) suspensão dos direitos políticos.
- e) inelegibilidade.

→ PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS

37. (FGV – 2021) João foi condenado a quatro anos de prisão, substituídos por pena restritiva de direitos por igual período, em sentença criminal transitada em julgado.

Como pretende concorrer a cargo eletivo na eleição a ser realizada no ano seguinte, consultou um advogado sobre essa possibilidade, o qual lhe respondeu, **corretamente**, que a referida condenação, enquanto produzir efeitos,

- a) impede João de concorrer a cargo eletivo somente no local em que foi proferida a sentença.
- b) não produz efeitos no âmbito eleitoral, em razão da independência das instâncias.
- c) apenas impede João de ocupar um cargo público, eletivo ou não.
- d) impede João de votar e ser votado.
- e) apenas impede João de ser votado.

→ PARTIDOS POLÍTICOS (ART. 17 DA CF/1988)

38. (FGV – 2022) O Partido Político Alfa, pela primeira vez em sua história, teve filiados eleitos para cargos eletivos do Congresso Nacional.

Para que esse partido faça jus aos recursos do fundo partidário, preenchidos os demais requisitos exigidos, é necessário que, nas eleições para:

- a) o Senado Federal, tenha elegido pelo menos três senadores.
- b) a Câmara dos Deputados, tenha elegido pelo menos quinze deputados federais.
- c) o Congresso Nacional, considerado em sua inteireza, tenha elegido pelo menos quinze parlamentares.
- d) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos três parlamentares em cada Casa.
- e) a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal, tenha elegido pelos menos cinco parlamentares em cada Casa.

39. (FGV – 2021) O recém-criado Partido Político Alfa decidiu traçar a estratégia que nortearia a atuação da agremiação partidária nas eleições vindouras. Para tanto, consultou sua assessoria sobre a possibilidade de serem celebradas inúmeras coligações partidárias, sendo respondido, corretamente, que tal era possível, entre outras hipóteses, nas eleições para

- a) prefeito e vereador, sem obrigatoriedade de vinculação com as candidaturas de âmbito nacional e estadual.
- b) presidente da república e governador, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito nacional e estadual.
- c) governador e prefeito, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em âmbito estadual, distrital e municipal.
- d) deputado federal, estadual e distrital, com obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas ao Poder Legislativo em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal.
- e) presidente da república, com obrigatoriedade de vinculação com outras candidaturas à chefia do Poder Executivo, em âmbito nacional, estadual, distrital e municipal.

→ DA ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA (ARTS. 18 E 19 DA CF/1988)

40. (FGV – 2022) João e Maria travaram intenso debate a respeito da existência, ou não, de mobilidade intrínseca da federação brasileira, tendo concluído, corretamente, à luz da ordem constitucional, que:

- a) é possível que se tenha mobilidade máxima, de modo que Estados se separem da Federação, desde que haja decisão da população diretamente interessada por meio de plebiscito.
- b) a Federação é caracterizada justamente pela ausência da referida mobilidade, já que os entes federativos não podem ser objeto de fusão ou desmembramento.
- c) os Municípios, como entes federativos menores, podem ser redesenhados, nos planos territorial e político, por decisão do Estado em que estejam inseridos.
- d) tal mobilidade torna possível a incorporação, a subdivisão ou o desmembramento dos Estados para se anexarem a outros ou formarem novos Estados.
- e) é possível apenas a incorporação e o desmembramento de Municípios, não de Estados, que são caracterizados pela imobilidade.

41. (FGV – 2022) Em razão de calamidade da natureza, de grandes proporções, que assolou o Estado Beta, foi promulgada a Lei estadual nº XX, autorizando que o poder público subvencionasse as organizações religiosas que se encontravam instaladas no local por ocasião da referida calamidade. O objetivo era assegurar o seu funcionamento, de modo que pudessem oferecer o apoio espiritual necessário aos fiéis.

À luz da sistemática constitucional, é **correto** afirmar que a Lei estadual nº XX é:

- a) inconstitucional, pois é vedado, em qualquer hipótese, que os entes federativos subvencionem as organizações religiosas em geral.
- b) constitucional, pois o apoio espiritual deve ser visto na perspectiva mais ampla de preservação da dignidade da pessoa humana, sendo dever do Estado oferecê-lo.
- c) constitucional, não só porque o Estado Beta detém competência legislativa na matéria, como a manutenção das organizações religiosas é a prioridade da atuação estatal.
- d) inconstitucional, pois compete privativamente à União definir as situações em que as organizações religiosas devem ser subvencionadas, exigindo-se tratamento nacional uniforme.
- e) inconstitucional, já que as subvenções, por força do princípio da isonomia, não poderiam ser direcionadas, apenas, às organizações religiosas que já estivessem em funcionamento.

42. (FGV – 2022) João, destacado líder sindical do Estado Alfa, iniciou uma intensa campanha junto à população, visando à criação do Estado Beta a partir do desmembramento de parte do território de Alfa. Logo no início dessa campanha, foi orientado a se consultar com um advogado a respeito dos requisitos a serem observados para que isto fosse possível.

O advogado consultado respondeu corretamente que

- a) deve prevalecer a autonomia política do Estado Alfa, exigindo-se apenas a edição de lei complementar estadual autorizando o desmembramento.
- b) o desmembramento, com a formação do Estado Beta, exige aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar.
- c) deve prevalecer a autonomia política do Estado Alfa, exigindo-se a aprovação da população diretamente interessada e a edição de lei complementar estadual autorizando o desmembramento.

- d) o desmembramento exige aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito, e a promulgação de emenda constitucional, de modo que o Estado Beta seja inserido na federação.
- e) o desmembramento exige a aprovação da população diretamente interessada, a edição de lei complementar estadual autorizando-o e a promulgação de emenda constitucional alterando a composição da federação.

43. (FGV – 2022) A Lei nº XX, do Estado Beta, com o objetivo de uniformizar procedimentos, dispôs que os documentos públicos produzidos por outros entes federativos deveriam ser objeto de ratificação perante as repartições públicas competentes de Beta. Com isso, ainda de acordo com a lei, esses documentos passariam a ter uma presunção de veracidade.

A Lei nº XX é:

- a) inconstitucional, pois é vedado ao Estado Beta recusar fé a esses documentos.
- b) constitucional, pois os documentos públicos somente têm fé perante os órgãos do ente federativo que os produziu.
- c) constitucional, pois compete ao Estado Beta definir a forma como os documentos públicos devem ser utilizados em seu território.
- d) constitucional, pois a aquisição da presunção de veracidade é pré-requisito para que o documento público tenha sua fé reconhecida por um ente federativo.
- e) inconstitucional, pois compete privativamente à União indicar os documentos públicos, produzidos por um ente federativo, que devem ter a fé reconhecida por outro.

44. (FGV – 2022) No que tange à organização político-administrativa da República Federativa do Brasil, as regras da Constituição da República de 1988 sobre distribuição de competências são alicerces do federalismo e consagram a fórmula de divisão de centros de poder no Estado de Direito, sendo guiadas pelo denominado princípio da:

- a) legalidade.
- b) boa-fé.
- c) predominância do interesse.
- d) moralidade.
- e) subsidiariedade.

45. (FGV – 2021) Com o objetivo de estimular a abertura de igrejas, o que, ao ver dos idealizadores do projeto, contribuiria para aumentar o bem-estar da população, o Estado Alfa editou a Lei nº XX.

De acordo com esse diploma normativo, as igrejas que preenchessem os requisitos exigidos teriam subvencionadas 50% de suas despesas regulares.

Considerando a sistemática constitucional, é **correto** afirmar que a Lei nº XX é

- a) inconstitucional, em razão do caráter laico dos entes federativos.
- b) constitucional, em razão do elevado interesse público a ser atendido com a iniciativa.
- c) constitucional, pois é dever do Estado prestigiar a liberdade de crença, subvencionando as igrejas.
- d) inconstitucional, salvo se for assegurado que a subvenção alcance, de forma igualitária, todas as religiões.
- e) inconstitucional, pois a subvenção foi parcial e as entidades sem fins lucrativos devem recebê-la de modo integral.

→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - ARTS. 37 E 38 DA CF/1988)

46. (FGV – 2022) Após ampla discussão, a Assembleia Legislativa do Estado Alfa reformou a Constituição Estadual para dispor que seria observado, em todas as esferas de poder, como limite remuneratório único, o subsídio mensal dos desembargadores do respectivo Tribunal de Justiça. Do alcance desse comando foram excepcionados apenas os deputados estaduais.

Considerando os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República de 1988, a reforma da Constituição Estadual descrita na narrativa é:

- inconstitucional, já que cada esfera de poder deve ter o seu limite remuneratório.
- constitucional, pois simplesmente veicula norma de reprodução obrigatória já contemplada na Constituição da República de 1988.
- inconstitucional, apenas em relação à exclusão dos deputados estaduais, que não podem receber tratamento diferenciado.
- inconstitucional, pois o teto único importa em vinculação indireta de espécies remuneratórias distintas, o que é expressamente vedado.
- constitucional, sendo expressamente autorizado que o subsídio dos desembargadores seja utilizado como limite único, desde que não alcance os deputados estaduais.

47. (FGV – 2022) O Governador do Estado Alfa informou a sua assessoria que tencionava criar uma autarquia para a execução de atividades típicas de Administração Pública e desejava saber a forma a ser observada.

A assessoria respondeu corretamente que o referido ente deve

- ser criado por lei ordinária específica.
- ser criado por lei complementar específica.
- ser criado por ato do Poder Executivo, a partir de autorização concedida em lei ordinária.
- ser criado por ato do Poder Executivo, a partir de autorização concedida em lei complementar.
- ter sua atividade regulamentada em lei complementar e sua criação autorizada em lei ordinária e efetivada por decreto.

48. (FGV – 2022) Pedro, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo no Estado Alfa, sofreu grave acidente no exercício de suas funções. Ao ser avaliado, concluiu-se que Pedro: (1) tinha sofrido limitações em sua capacidade física, devendo ser readaptado para o exercício de cargo diverso; (2) deve ser readaptado em cargo para o qual possuía a habilitação e o nível de escolaridade exigidos; (3) com a readaptação, continuará a receber a remuneração do cargo de origem; e (4) a readaptação será definitiva, de modo que Pedro não mais poderá retornar ao cargo de origem.

À luz da sistemática constitucional, é **correto** afirmar, em relação às referidas conclusões, que

- todas estão certas.
- apenas as conclusões 1 e 4 estão certas.
- apenas as conclusões 2 e 3 estão certas.
- apenas as conclusões 1, 2 e 4 estão certas.
- apenas as conclusões 1, 2 e 3 estão certas.

49. (FGV – 2022) A Lei nº XX, do Estado Alfa, impôs amplas alterações na sistemática remuneratória dos servidores públicos estaduais, alterando gratificações até então recebidas. Em normas transitórias, dispôs que as alterações promovidas seriam aplicadas àqueles que já se encontravam no serviço público à época da sua entrada em vigor, bem como que as gratificações

até então recebidas deveriam ser adequadas aos novos patamares legais, ainda que isso acarretasse a redução do total dos vencimentos recebidos.

O sindicato dos servidores questionou o seu advogado a respeito da constitucionalidade das normas transitórias da Lei nº XX, sendo-lhe respondido, corretamente, que elas eram:

- inconstitucionais, por violarem a legítima expectativa de direito dos servidores que já ocupavam cargos públicos, os quais não podem ser alcançados por leis posteriores que alterem a sistemática remuneratória.
- inconstitucionais, por violarem o direito adquirido dos servidores que já ocupavam cargos públicos, os quais não podem ser alcançados por leis posteriores que alterem a sistemática remuneratória.
- parcialmente inconstitucionais, apenas na parte em que foi permitida a redução do total dos vencimentos recebidos pelo servidor, em razão da alteração da sistemática afeta às gratificações.
- constitucionais, em razão da necessária linearidade que deve reger a sistemática remuneratória dos servidores públicos, o que é incompatível com a quebra da igualdade formal entre esses agentes.
- constitucionais, pois a alteração da sistemática remuneratória dos servidores públicos estaduais não afetava as garantias do ato jurídico perfeito e do direito adquirido.

50. (FGV – 2021) O Chefe do Poder Executivo do Estado Gama consultou a assessoria jurídica sobre sua intenção de criar um ente da Administração Pública indireta, com personalidade jurídica de direito público, incumbido da execução de atividades típicas da Administração Pública.

A assessoria respondeu, corretamente, que o ente com essas características é a:

- subsidiária integral, devendo ser criada a partir de autorização legal.
- empresa pública, devendo ser criada a partir de autorização legal.
- sociedade de economia mista, devendo ser criada por lei.
- fundação pública, devendo ser criada por decreto.
- autarquia, devendo ser criada por lei.

51. (FGV – 2019) João, servidor público ocupante do cargo de provimento efetivo de engenheiro de radiação, desejava realizar um novo concurso público, de modo a vir a ocupar dois cargos de provimento efetivo, caso houvesse compatibilidade de horários.

À luz da sistemática constitucional, assinale a afirmativa **correta**.

- João não pode ocupar outro cargo de provimento efetivo.
- João somente pode vir a ocupar um cargo de professor.
- João somente pode vir a ocupar um cargo técnico.
- João pode vir a ocupar um cargo de professor ou de técnico.
- João pode vir a ocupar um cargo na área de saúde.

52. (FGV – 2019) O Prefeito Municipal João realizou inauguração de praça pública recém reformada, discursando para a população sobre os benefícios que os novos equipamentos de ginástica podem trazer no âmbito da saúde, bem-estar e lazer dos cidadãos.

De acordo com o texto constitucional, diante dos elementos informados, a conduta de João é:

- lícita, eis que a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social.
- lícita, eis que na publicidade dos atos dos órgãos públicos podem constar nomes ou imagens que caracterizem promoção pessoal das autoridades públicas responsáveis.

- c) ilícita, eis que houve flagrante abuso de poder político, com tentativa de obter vantagem eleitoral, subvertendo o princípio da supremacia do interesse público.
- d) ilícita, eis que é vedada a publicidade dos atos, programas, obras, serviços e campanhas dos órgãos públicos, a fim de preservar o princípio da impessoalidade.
- e) ilícita, eis que houve promoção pessoal, com violação frontal aos princípios da impessoalidade e moralidade, pois a reforma da praça é simples ato de ofício.

→ DOS SERVIDORES PÚBLICOS (ARTS. 39 A 41 DA CF/1988)

53. (FGV – 2022) Joaquim, servidor público estadual com deficiência, consultou um advogado a respeito de sua sujeição, ou não, a um regime diferenciado de idade e tempo de contribuição, para fins de aposentadoria, isto em razão de sua condição pessoal.

O advogado respondeu **corretamente** que

- a) o princípio da igualdade, de estatura constitucional, veda o tratamento diferenciado.
- b) a ordem constitucional expressamente prevê e disciplina o tratamento diferenciado.
- c) a ordem constitucional autoriza que lei ordinária da União institua tratamento diferenciado para todos os entes.
- d) a ordem constitucional autoriza que lei complementar do respectivo ente federativo institua tratamento diferenciado.
- e) a ordem constitucional autoriza que lei complementar da União institua tratamento diferenciado para todos os entes.

54. (FGV – 2022) Ana, servidora pública federal, ocupante de cargo de provimento efetivo, que vinha passando por sérios problemas de saúde, procurou obter orientação a respeito dos aspectos afetos à aposentadoria por incapacidade permanente, sendo-lhe informado, corretamente, que essa modalidade de aposentadoria, observados os balizamentos legais:

- a) foi extinta do regime próprio e do regime geral de previdência social.
- b) uma vez deferida, impede que Ana seja readaptada para exercer funções afetas a cargo diverso.
- c) é deferida, se for o caso, no cargo em que Ana estiver investida, desde que não seja possível a readaptação.
- d) uma vez deferida, torna-se definitiva, em atenção ao direito adquirido, não se exigindo a continuidade das condições que ensejaram sua concessão.
- e) é sempre deferida no cargo ocupado pelo servidor, situação jurídica que somente será alterada caso, em processo de avaliação periódica, seja identificada a cessação das razões.

55. (FGV – 2022) Após grande mobilização dos servidores públicos do Estado Alfa, foi promulgada a Lei estadual nº XX. De acordo com esse diploma normativo, os servidores públicos, titulares de cargos de provimento efetivo, que ocupassem cargos em comissão por um período mínimo de oito anos consecutivos, fariam jus à incorporação do respectivo valor à remuneração do cargo efetivo.

Irresignado com o teor da Lei estadual nº XX, o governador do Estado solicitou que fosse analisada a sua compatibilidade com a ordem constitucional, concluindo-se, corretamente, que esse diploma normativo é:

- a) inconstitucional, pois é vedada a incorporação de vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

- b) inconstitucional, pois a não extensão do benefício da incorporação às vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança caracteriza distinção arbitrária.
- c) inconstitucional, pois somente as vantagens vinculadas ao exercício de função de confiança podem ser incorporadas à remuneração do cargo efetivo.
- d) constitucional, desde que seja assegurada a incorporação proporcional da vantagem caso os oito anos consecutivos não sejam integralizados.
- e) constitucional, pois a incorporação das vantagens recebidas pelo servidor público por longos períodos é um imperativo de segurança jurídica.

56. (FGV – 2022) Júlia, servidora pública do Município Beta, recém-empossada no cargo de provimento efetivo de agente administrativo, de nível médio, foi informada por uma colega que, de acordo com a Constituição da República de 1988.

- I. todos os servidores públicos devem ser remunerados pela sistemática de subsídios;
- II. o subsídio constitui parcela estipendial única, de natureza remuneratória;
- III. a soma das parcelas remuneratórias e indenizatórias não pode ultrapassar o teto remuneratório constitucional; e
- IV. o teto remuneratório no Município é o subsídio recebido pelo respectivo Chefe do Poder Executivo.

À luz da sistemática constitucional, está correto o que se afirma em

- a) I, II, III e IV.
- b) II e IV, apenas.
- c) II e III, apenas.
- d) I e IV, apenas.
- e) I, II e III, apenas.

57. (FGV – 2022) José, delegado de polícia do estado Alfa, também com licenciatura em Ciências Sociais, prestou concurso público de provas e títulos para o cargo de professor de Ensino Médio de Sociologia no Colégio de Aplicação da Universidade do Estado Alfa (carga horária de 20h). Obteve o 1º lugar no concurso, mas, na hora de tomar posse no cargo de professor, o setor de recursos humanos do Colégio de Aplicação negou-lhe a posse.

Considerando que foi demonstrada a compatibilidade de horários, à luz da Constituição Federal de 1988, a negativa do setor de recursos humanos foi

- a) correta, uma vez que o cargo de Delegado de Polícia impede acumulação com qualquer outro cargo ou emprego público.
- b) correta, uma vez que José não poderia acumular dois cargos ou empregos públicos no mesmo Estado Alfa.
- c) correta, uma vez que o cargo de Delegado de Polícia apenas permite a acumulação com cargo de professor de nível superior.
- d) incorreta, uma vez que o cargo de Delegado de Polícia é acumulável com um cargo de professor, ainda que ambos os cargos sejam no mesmo Estado Alfa.
- e) incorreta, uma vez que o cargo de Delegado de Polícia, por compor carreira de Estado remunerada por subsídio, permite a acumulação com qualquer outro cargo público.

→ COMPETÊNCIAS PARA FISCALIZAÇÃO E TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO (ARTS. 70 A 73 DA CF/1988)

58. (FGV – 2022) O órgão competente da União expediu o ato de concessão da aposentadoria voluntária de João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo.

Logo depois, o ato foi submetido a registro perante o Tribunal de Contas da União, sendo certo que esse órgão:

- a) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João.
- b) está sujeito ao prazo de cinco anos para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, que se inicia a contar da sua publicação.
- c) está sujeito ao prazo de cinco anos para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, que se inicia a contar da comunicação ao Tribunal de Contas.
- d) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, mas, ultrapassados cinco anos, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- e) não está sujeito a limites temporais para a apreciação da legalidade do ato de concessão inicial da aposentadoria de João, mas, se da análise puder resultar alteração do ato inicial, devem ser assegurados o contraditório e a ampla defesa.

→ SISTEMA DE CONTROLE INTERNO (ART. 74 DA CF/1988)

59. (FGV – 2022) João, servidor público ocupante de cargo de provimento efetivo, foi lotado em órgão de controle interno do Poder Executivo. Ao se inteirar de suas atribuições, foi informado por um colega que, de acordo com a ordem constitucional, essa espécie de órgão deve (1) avaliar a legalidade dos atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, mas não os resultados sob o prisma da eficiência, o que se situa no juízo de valor do chefe do Poder Executivo; (2) apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional; e (3) zelar pela comunicação, ao Tribunal de Contas, de qualquer irregularidade ou ilegalidade, sob pena de responsabilização solidária dos responsáveis pelo órgão.

Está(ão) **correta(s)**:

- a) apenas a informação 1.
- b) apenas a informação 2.
- c) apenas as informações 1 e 2.
- d) apenas as informações 2 e 3.
- e) as informações 1, 2 e 3.

60. (FGV – 2021) A Secretaria de Polícia Militar do Estado Gama, após procedimento licitatório fraudado, firmou contrato superfaturado com a sociedade empresária Beta. O contrato administrativo foi objeto de análise pelo órgão de controle interno do próprio Estado Gama. De acordo com o texto da Constituição Estadual, que reproduz integralmente a norma da Constituição Federal sobre o tema, os responsáveis pelo controle interno, ao tomarem conhecimento da mencionada ilegalidade, dela darão ciência ao

- a) Tribunal de Contas estadual, sob pena de responsabilidade solidária.
- b) Tribunal de Contas estadual, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- c) Tribunal de Justiça estadual, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- d) Ministério Público estadual, sob pena de responsabilidade subsidiária.
- e) Controladoria-Geral estadual, sob pena de responsabilidade supletiva.

→ TRIBUNAIS DE CONTAS ESTADUAIS, DISTRITAL E MUNICIPAIS

61. (FGV – 2022) João, servidor público do Município Alfa, ocupante de cargo de provimento efetivo, teve a sua aposentadoria voluntária deferida pelo órgão municipal competente. Apesar de o processo administrativo ter sido encaminhado ao Tribunal de Contas, esse órgão não emitiu qualquer pronunciamento nos cinco anos subsequentes ao ato de aposentadoria, embora estivesse com os autos há apenas quatro anos.

Considerando os termos dessa narrativa:

- a) o ato de aposentadoria, em razão do decurso de cinco anos desde a sua edição, deve ser considerado definitivamente registrado.
- b) o Tribunal de Contas pode registrar, ou não, o ato, pois o prazo de cinco anos de que dispõe deve ser considerado a contar da chegada do respectivo processo.
- c) o Tribunal de Contas, independentemente do lapso temporal transcorrido desde a edição do ato de aposentadoria de João, deve observar o contraditório e a ampla defesa para alterá-lo.
- d) o ato de aposentadoria de João tem a natureza de ato complexo, somente produzindo efeitos no momento em que houver a conjugação de vontades do órgão de origem e do Tribunal de Contas.
- e) o Tribunal de Contas deve se pronunciar sobre a legalidade, ou não, do ato de concessão inicial do benefício, independentemente do tempo decorrido desde a sua edição, não se exigindo a observância do contraditório e da ampla defesa.

62. (FGV – 2021) O Tribunal de Contas do Estado Alfa recebeu (I) as contas de gestão do Prefeito do Município Beta, afetas à sua atuação como ordenador de despesa; e (II) as contas de governo do mesmo agente, inerentes à sua gestão política à frente da Chefia do Poder Executivo, e que expressam a atividade financeira do Município no exercício financeiro a que se referem.

À luz da sistemática constitucional, o Tribunal de Contas do Estado Alfa deve:

- a) julgar as contas descritas em I e II.
- b) julgar as contas descritas em I e emitir parecer prévio nas contas referidas em II, que serão livremente julgadas pela Câmara Municipal.
- c) julgar as contas descritas em II e emitir parecer prévio nas contas referidas em I, parecer que só não prevalecerá por decisão da maioria absoluta da Câmara Municipal.
- d) limitar-se a emitir parecer prévio nas contas descritas em I e II, mas o parecer só não prevalecerá por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal, que as julgará.
- e) atuar no processo bifásico de análise das contas descritas em I e II, competindo-lhe julgá-las, podendo a Câmara Municipal deixar de acolher sua decisão pelo voto da maioria absoluta.

→ DAS ATRIBUIÇÕES DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ART. 84 DA CF/1988)

63. (FGV – 2022) O Presidente da República foi comunicado por um de seus assessores a respeito da vacância de diversos cargos no âmbito dos Poderes (1) Legislativo e (2) Judiciário da União, bem como do (3) Ministério Público e do (4) Ministério da Economia. O assessor ainda ressaltou que não havia vacâncias no âmbito do Tribunal de Contas da União.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o Presidente da República tem competência, ainda que de caráter restrito, limitada a um ou a alguns cargos, para nomear agentes para as estruturas de poder referidas apenas em

- a) 2, 3 e 4.

- b) 3 e 4.
- c) 3.
- d) 4.
- e) 1, 2 e 4.

64. (FGV – 2021) O Presidente da República, com o objetivo de reduzir as despesas de pessoal e de evitar o seu aumento futuro, determinou que sua assessoria verificasse de que forma poderiam ser extintos determinados cargos públicos, criados por lei, que se encontravam vagos.

A assessoria respondeu, corretamente, que a extinção dos referidos cargos:

- a) exige a edição de medida provisória ou de lei.
- b) pode ser promovida por decreto do Presidente da República.
- c) exige a edição de lei, conseqüência do princípio da paridade das formas.
- d) exige autorização constitucional, em razão do princípio da continuidade do serviço público.
- e) ocorrerá de pleno direito, no momento em que foi detectada a sua vacância e a ausência de provimento.

→ DA RESPONSABILIDADE DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA (ARTS. 85 E 86 DA CF/1988)

65. (FGV – 2021) Maria, Presidente da República, foi condenada pelo órgão competente em um processo por crime de responsabilidade. Por fim, foi comunicada de que, além da perda do cargo, não poderia exercer qualquer outra função pública por 8 (oito) anos.

À luz da sistemática constitucional, esta última consequência é conceituada como

- a) inabilitação.
- b) inelegibilidade.
- c) incompatibilidade.
- d) suspensão dos direitos políticos.
- e) ausência de condição de elegibilidade.

→ ÓRGÃOS DO PODER JUDICIÁRIO (ART. 92 DA CF/1988)

66. (FGV – 2019) Compõem o Sistema de Justiça no Brasil:

- a) Ministério Público, Promotoria e Defensoria Pública.
- b) Tribunal de Justiça, Varas Especiais e Código Penal.
- c) Ministério Público, Tribunal de Justiça e Defensoria Pública.
- d) Código Penal, Defensoria Pública e Promotoria.
- e) Conselho Nacional de Justiça, Procuradoria-Geral da República e Ministério Público.

→ COMPETÊNCIAS PRIVATIVAS (PODER JUDICIÁRIO, ART. 96 DA CF/1988)

67. (FGV – 2022) Um grupo de estudantes realizou alentado debate a respeito da garantia do foro por prerrogativa de função dos juízes de Direito, segundo a qual devem ser julgados pelo Tribunal de Justiça. O debate versou, mais especificamente, sobre a sua compatibilidade, ou não, com o princípio da igualdade.

Ao final, concluíram, **corretamente**, que essa garantia, observados os requisitos específicos a serem atendidos para que se torne operativa:

- a) não foi recepcionada pela ordem constitucional, pois é incompatível com o princípio da igualdade.
- b) alcança todas as ações ajuizadas em face dos juízes de Direito, qualquer que seja a sua natureza.
- c) alcança o julgamento dos juízes de Direito apenas pela prática de crimes comuns, ressalvada a competência da Justiça Federal.
- d) alcança o julgamento dos juízes de Direito pela prática de crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.
- e) alcança o julgamento dos juízes de Direito apenas pela prática de crimes comuns, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral e da Justiça Federal.

→ DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL - STF (ARTS. 101 A 103 DA CF/1988)

68. (FGV – 2019) O Tribunal de Justiça do Estado Alfa proferiu acórdão no qual foi aplicada lei estadual que manifestamente contrariava lei federal.

Considerando que a instância ordinária foi devidamente exaurida, preenchidos os demais requisitos exigidos, é cabível a interposição de recurso:

- a) ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) de revista, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

→ DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA - STJ (ARTS. 104 E 105 DA CF/1988)

69. (FGV – 2019) Maria, por intermédio da Defensoria Pública, impetrou mandado de segurança contra ato ilegal de autoridade estatal. A ordem requerida foi indeferida por unanimidade pelo Tribunal de Justiça, órgão competente para conhecer originariamente do pedido. Na avaliação da Defensoria Pública, o acórdão proferido é manifestamente contrário à ordem constitucional.

À luz da sistemática estabelecida pela Constituição da República de 1988, o acórdão proferido, uma vez preenchidos os demais requisitos previstos em lei, pode ser impugnado via:

- a) recurso especial, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- b) recurso ordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- c) recurso extraordinário, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.
- d) recurso ordinário, a ser julgado pelo Superior Tribunal de Justiça.
- e) recurso especial, a ser julgado pelo Supremo Tribunal Federal.

→ PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS (MINISTÉRIO PÚBLICO)

70. (FGV – 2022) O Governador do Estado Alfa consultou sua assessoria a respeito da possibilidade de encaminhar uma proposição à Assembleia Legislativa visando à alteração da Lei Orgânica do Ministério Público do respectivo Estado.

A assessoria respondeu corretamente que o Governador do Estado

- a) está legitimado, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei complementar nacional.
- b) está legitimado, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.
- c) não está legitimado, de modo que apenas o Procurador-Geral de Justiça pode apresentar o projeto de lei complementar, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.
- d) está legitimado, juntamente com o Procurador-Geral de Justiça, para apresentar o projeto de lei ordinária, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei complementar nacional.
- e) não está legitimado, de modo que apenas o Procurador-Geral de Justiça pode apresentar o projeto de lei ordinária, que deve se harmonizar às normas gerais veiculadas na lei ordinária nacional.

71. (FGV – 2022) A Promotoria de Justiça com atribuição instaurou inquérito civil com o objetivo de apurar notícia de que um navio de grande porte costumava fundear no Rio Alfa, ocasião em que descartava considerável quantidade de óleo queimado, o que vinha causando graves danos ao ecossistema local.

Nesse caso, o objeto do inquérito civil será a apuração de possíveis danos causados a uma espécie de:

- a) direito social.
- b) interesse difuso.
- c) interesse coletivo.
- d) direito disponível.
- e) interesse individual homogêneo.

→ GARANTIAS E VEDAÇÕES (MINISTÉRIO PÚBLICO)

72. (FGV – 2022) Ana, promotora de Justiça da Comarca Alfa, instaurou procedimento investigatório criminal para apurar a conduta de João, filho de um influente político que tinha sua base eleitoral na região.

Insatisfeito com a postura de Ana, o político solicitou que sua assessoria analisasse se a promotora pode ser removida compulsoriamente do seu órgão de execução, sendo-lhe corretamente respondido que:

- a) a garantia da inamovibilidade veda a remoção compulsória de Ana em qualquer hipótese.
- b) apenas o procurador-geral de Justiça pode decidir pela remoção compulsória de Ana.
- c) apenas o Conselho Nacional do Ministério Público pode decidir pela remoção compulsória de Ana.
- d) apenas por decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, por motivo de interesse público, pode ser determinada a remoção compulsória de Ana.
- e) apenas por decisão do procurador-geral de Justiça ou do órgão colegiado competente do Ministério Público pode ser determinada a remoção compulsória de Ana.

→ MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AOS TRIBUNAIS DE CONTAS

73. (FGV – 2022) O Tribunal de Contas do Estado-membro Alfa recebeu, para fins de registro, o ato de aposentadoria de Pedro. Pouco menos de um ano depois, decidiu que (1) havia irregularidade no cálculo dos proventos, sendo promovido o seu recálculo

e determinada a imediata implementação do respectivo valor pelo órgão de origem, o que importaria em redução do valor até então pago; (2) no processo de registro de aposentadoria, não foi oferecida a possibilidade de contraditório ou ampla defesa a Pedro. Ao ser intimado do teor do acórdão, o Ministério Público de Contas (MPC) entendeu que ele destoava da ordem jurídica e decidiu impetrar mandado de segurança (MS), de modo que fosse reconhecida a sua invalidade.

À luz da sistemática vigente, a(s) medida(s) descrita(s) em:

- a) 1 e 2 estão incorretas, tendo o MPC legitimidade para impetrar MS em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
- b) 1 e 2 estão incorretas, não tendo o MPC, de qualquer modo, legitimidade para impetrar MS em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
- c) 1 está incorreta, e a descrita em 2 correta, não tendo o MPC legitimidade para impetrar MS em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
- d) 1 e 2 estão corretas, não tendo o MPC, de qualquer modo, legitimidade para impetrar MS em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.
- e) 1 está correta, e a descrita em 2 incorreta, tendo o MPC, de qualquer modo, legitimidade para impetrar MS em face de acórdão do Tribunal de Contas perante o qual atua.

→ ESTADO DE DEFESA E DE SÍTIO (ARTS. 136 A 141 DA CF/1988)

74. (FGV – 2022) Em razão de uma calamidade de grandes proporções na natureza, o presidente da República consultou alguns ministérios para avaliar a possível decretação do estado de defesa nas áreas abrangidas, bem como o procedimento a ser observado.

Na situação descrita, o estado de defesa:

- a) não pode ser decretado, já que a calamidade que o autoriza é a de natureza institucional e política, não a decorrente da ação da natureza.
- b) pode ser decretado, após provocação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional, e prévia aquiescência do Congresso Nacional.
- c) pode ser decretado, desde que ouvidos o Conselho da República e o Conselho de Defesa Nacional, com posterior apreciação do decreto pelo Congresso Nacional.
- d) pode ser decretado, mas pelo Congresso Nacional, a partir de provocação do presidente da República, após autorização do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.
- e) pode ser decretado, desde que haja prévia aquiescência do Congresso Nacional, sendo facultativa a manifestação do Conselho da República e do Conselho de Defesa Nacional.

75. (FGV – 2021) Em razão de uma grave e iminente instabilidade institucional, travou-se intenso debate no âmbito da Presidência da República a respeito da medida mais adequada a ser adotada. Na ocasião, um assessor sugeriu a decretação do estado de defesa, o que, ao seu ver,

- I. pressupunha a autorização prévia do Congresso Nacional.
- II. exigia a edição de decreto pelo Presidente da República.
- III. permitia a decretação da incomunicabilidade do preso.

Assinale a opção que indica as afirmativas compatíveis com a ordem constitucional.

- a) II e III, apenas.
- b) I e III, apenas.
- c) I, apenas.
- d) II, apenas.
- e) III, apenas.

→ FORÇAS ARMADAS (ARTS. 142 E 143 DA CF/1988)

76. (FGV – 2022) No último ano, João, oficial do Exército, praticou uma conduta particularmente grave sob a ótica dos padrões deontológicos da disciplina militar.

Nesse caso, João pode perder o posto e a patente:

- a) em decorrência de condenação em processo administrativo disciplinar ou como efeito da condenação na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado.
- b) apenas se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, ou condenado à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado de tribunal especial.
- c) como efeito da condenação na justiça comum ou militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado.
- d) apenas como efeito da condenação na justiça militar à pena privativa de liberdade superior a dois anos, por sentença transitada em julgado.
- e) apenas se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente.

→ SEGURANÇA PÚBLICA (ART. 144 DA CF/1988)

77. (FGV – 2021) O diretor da recém criada unidade prisional XX, vinculada ao Estado Alfa, expediu ofício ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária, seu superior hierárquico, solicitando a designação de agentes da área de segurança pública para realizarem a segurança da unidade, isso em razão do risco de que fosse atacada por forças hostis.

À luz da sistemática constitucional, os referidos agentes devem integrar a:

- a) polícia militar, e a solicitação foi corretamente direcionada ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária.
- b) polícia penal, e a solicitação foi corretamente direcionada ao Secretário de Estado de Administração Penitenciária.
- c) polícia penal, mas a solicitação deveria ser direcionada ao Secretário de Estado de Segurança Pública.
- d) polícia civil, mas a solicitação deveria ser direcionada ao Secretário de Estado de Segurança Pública.
- e) polícia militar, mas a solicitação deveria ser direcionada ao Governador.

78. (FGV – 2021) O Município Alfa instituiu, por meio da Lei ordinária nº XX/2019, o plano de cargos, de carreira e de remuneração dos agentes de trânsito municipais. No rol de competências desses agentes, foi inserida a segurança viária, que compreende, entre outras atividades, a educação e a fiscalização de trânsito.

À luz da sistemática constitucional, é **correto** afirmar que a Lei ordinária nº XX/2019 é

- a) harmônica com a ordem constitucional, não apresentando qualquer vício de inconstitucionalidade formal ou material.
- b) formalmente inconstitucional, pois compete privativamente aos Estados, não aos Municípios, dispor sobre a integralidade dessa matéria.
- c) materialmente inconstitucional, pois o exercício do magistério, compreendido sob a epígrafe da educação, é privativo dos professores.
- d) formalmente inconstitucional, pois o desempenho dessas atividades é da alçada privativa das guardas municipais, o que impede a criação de cargos específicos para esse fim.

- e) formalmente inconstitucional, pois o Município somente poderia dispor sobre a remuneração desses agentes, permanecendo adstrito aos balizamentos fixados pela União.

79. (FGV – 2021) A respeito da **segurança pública**, avalie as afirmativas a seguir.

- I. É dever do Estado.
- II. É direito e responsabilidade de todos.
- III. É exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

→ DOS PRINCÍPIOS GERAIS (SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL, ARTS. 145 A 149 DA CF/1988)

80. (FGV – 2021) Lei complementar editada pela União foi muito comemorada pelos contribuintes do ICMS, já que assegurara ao sujeito passivo da obrigação tributária, a partir do exercício financeiro subsequente, o direito de creditar-se do imposto anteriormente pago em operações de que tenha resultado a entrada de mercadoria para o ativo permanente. Ocorre que, cinco dias antes do início do exercício financeiro em que o creditamento começaria a ocorrer, foi editada nova lei complementar, alterando a anterior e postergando a fruição desse direito por cinco exercícios.

Ao ser consultado a respeito da compatibilidade dessa alteração com a ordem constitucional, um advogado respondeu, corretamente, que ela:

- a) afronta o princípio da anterioridade.
- b) afronta o direito adquirido ao crédito tributário.
- c) afronta o princípio da anterioridade nonagesimal.
- d) é constitucional, não havendo afronta à anterioridade, pois ICMS é um tributo não cumulativo.
- e) é constitucional, não havendo afronta à anterioridade nonagesimal, pois não há aumento de tributo.

→ LIMITAÇÕES DO PODER DE TRIBUTAR (ARTS. 150 A 152 DA CF/1988)

81. (FGV – 2022) O presidente da República, por meio de decreto publicado no Diário Oficial da União em janeiro de 2022, visando a estimular o consumo, reduziu para zero a alíquota do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) referente a certos produtos eletrodomésticos, a contar da data de sua publicação.

Diante desse cenário, o referido decreto:

- a) não poderia reduzir a zero tal alíquota.
- b) violou o princípio da legalidade tributária.
- c) poderia elevar a alíquota do IPI, mas não reduzi-la.
- d) não violou o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.
- e) violou o princípio da anterioridade tributária do exercício financeiro seguinte.

82. (FGV – 2021) João, Deputado Estadual, no início do segundo semestre, consultou sua assessoria a respeito da possibilidade

de ser aprovada uma lei, pela Assembleia Legislativa, com a produção de efeitos imediatos, aumentando a alíquota do ICMS e reduzindo a alíquota do ISS.

A assessoria respondeu, corretamente, que, preenchidos os demais requisitos exigidos:

- a) a alíquota do ISS não poderia ser reduzida e o aumento da alíquota do ICMS, embora possa produzir efeitos imediatos, deve apenas observar o princípio da irretroatividade.
- b) a alíquota do ISS poderia ser reduzida, mas o aumento da alíquota do ICMS estaria condicionado à promulgação de reforma constitucional ou com a delegação de poderes, pela União, aos Estados.
- c) a alíquota do ISS não poderia ser reduzida e o aumento da alíquota do ICMS não poderia produzir efeitos imediatos, devendo observar o princípio da anterioridade, incluindo a anterioridade nonagesimal.
- d) a alíquota do ISS poderia ser reduzida, mas o aumento da alíquota do ICMS não poderia produzir efeitos imediatos, devendo observar o princípio da anterioridade, apenas em sua modalidade nonagesimal.
- e) as alíquotas do ISS e do ICMS não poderiam ser, respectivamente, reduzidas ou aumentadas, ressalvada a promulgação de reforma constitucional ou com a delegação de poderes, pela União, aos Estados.

→ DOS IMPOSTOS DOS ESTADOS E DISTRITO FEDERAL (ART. 155 DA CF/1988)

83. (FGV – 2021) O Estado Alfa editou a Lei nº XX/2020, disciplinando a cobrança do imposto sobre transmissão *causa mortis*, nas hipóteses em que o de *cujus* possuía bens no exterior.

Ao ser notificado do lançamento tributário, o inventariante insurgiu-se contra a cobrança, com o argumento de que a União ainda não editara lei complementar regulando a matéria, o que era verdadeiro.

A Lei nº XX/2020 é formalmente

- a) inconstitucional, porque, apesar de o Estado Alfa poder dispor sobre a matéria, tal deveria ser feito com a edição de lei complementar.
- b) inconstitucional, porque a ausência de lei complementar da União, disciplinando a competência tributária, impede que o Estado Alfa legisle sobre a matéria.
- c) constitucional, porque a ausência de lei complementar da União não pode obstar o exercício de nenhuma competência tributária pelos demais entes federativos.
- d) constitucional, porque a ausência de normas gerais editadas pela União, em matéria de legislação tributária, permite que o Estado Alfa exerça a competência legislativa plena.
- e) constitucional, porque os balizamentos para a cobrança do referido imposto estão integralmente previstos na ordem constitucional, logo, o Estado Alfa limitou-se a repeti-los.

→ DOS IMPOSTOS DOS MUNICÍPIOS (ART. 156 DA CF/1988)

84. (FGV – 2021) *Casa de Amparo ao Ser Humano*, entidade regularmente reconhecida como beneficente de assistência social, requereu, junto ao Município X, o reconhecimento de imunidade de IPTU e da taxa municipal de coleta domiciliar de lixo referentes a seu imóvel-sede, onde realiza suas atividades essenciais. Neste Município, ambos os tributos são cobrados conjuntamente por meio do carnê de IPTU.

À luz da Constituição Federal, tal requerimento administrativo deverá ser

- a) deferido quanto a ambos os pedidos, pois tal imunidade abrange os dois tributos.
- b) deferido apenas quanto ao pedido de imunidade de IPTU, pois tal imunidade não abrange a taxa municipal de coleta domiciliar de lixo proveniente de imóveis.
- c) deferido apenas quanto ao pedido de imunidade da taxa municipal de coleta domiciliar de lixo proveniente de imóveis, pois tal imunidade não abrange o IPTU.
- d) indeferido quanto a ambos os pedidos, pois esta entidade não faz jus a tal imunidade.
- e) indeferido quanto a ambos os pedidos, porque só é possível requerer tal reconhecimento judicialmente.

85. (FGV – 2021) Nova lei complementar nacional, publicada em agosto de 2020 e determinando que entrava em vigor imediatamente, ampliou a lista de serviços tributáveis pelo ISS.

O Município X publicou, em 1º de janeiro de 2021, nova lei ordinária municipal para adequar sua lista de serviços sobre os quais incide o ISS à nova lei complementar nacional. Os novos serviços foram inseridos na lei complementar municipal que originalmente instituiu o ISS no Município X.

Diante desse cenário e à luz da Constituição Federal,

- a) a nova lei complementar nacional violou o princípio da anterioridade tributária ao determinar que entrava em vigor imediatamente.
- b) a nova lei ordinária municipal violou a reserva de lei complementar acerca do ISS prevista na Constituição.
- c) a nova lei ordinária municipal poderia inserir os novos serviços previstos em nova lei complementar nacional no texto da lei complementar municipal instituidora do ISS.
- d) sendo a nova lei complementar nacional publicada em agosto de 2020, a cobrança efetiva de ISS sobre tais novos serviços pelo Município X pode se dar desde 1º de janeiro de 2021.
- e) a lei complementar municipal instituidora do ISS somente pode ser alterada por outra lei complementar municipal.

→ DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS (ARTS. 157 A 162 DA CF/1988)

86. (FGV – 2022) O Município X (Estado Y) retém, sem repassar à União, os valores do imposto federal sobre renda e proventos de qualquer natureza (IR), incidente na fonte: 1) sobre rendimentos pagos a seus servidores; 2) sobre os pagamentos feitos a pessoas físicas ou jurídicas contratadas para prestação de serviços.

Diante desse cenário, o Município X:

- a) pode reter, sem repassar à União, tal IR incidente na fonte em ambas as hipóteses do enunciado.
- b) pode reter, sem repassar à União, tal IR incidente na fonte apenas na 1ª hipótese do enunciado.
- c) pode reter, sem repassar à União, tal IR incidente na fonte apenas na 2ª hipótese do enunciado.
- d) não pode reter, sem repassar à União, tal IR incidente na fonte em nenhuma das hipóteses do enunciado.
- e) não pode reter, sem repassar 50% ao Estado Y, tal IR incidente na fonte em ambas as hipóteses do enunciado.

87. (FGV – 2021) João, Vereador na Câmara Municipal de Gama, tomou conhecimento de que a União teve considerável arrecadação do “imposto sobre operações de crédito, câmbio e seguros, ou relativas a títulos ou valores mobiliários”, incidente sobre o ouro, enquanto ativo financeiro ou instrumento cambial. Como as operações de origem foram realizadas em grande parte no Município Gama, João consultou sua assessoria

se a União iria transferir a esse ente federativo uma parte da arrecadação, bem como se isto teria alguma influência sobre a receita que integraria a base de cálculo do percentual afeto às despesas do Poder Legislativo municipal.

A assessoria respondeu, corretamente, que o Município Gama:

- a) deve receber 30% do montante arrecadado com as operações realizadas em seu território e o valor assim transferido integrará apenas a base de cálculo do limite percentual das despesas de pessoal do Legislativo municipal.
- b) deve receber 50% do montante arrecadado com as operações realizadas em seu território e o valor assim transferido integrará apenas a base de cálculo do limite percentual das despesas de pessoal do Legislativo municipal.
- c) é responsável pela arrecadação do montante total das operações realizadas em seu território e o valor assim arrecadado integrará a base de cálculo do limite percentual do total das despesas do Legislativo municipal.
- d) deve receber 70% do montante arrecadado com as operações realizadas em seu território e o valor assim transferido integrará a base de cálculo do limite percentual do total das despesas do Legislativo municipal.
- e) é responsável pela arrecadação do valor devido nas operações realizadas em seu território e 50% desse montante integrará a base de cálculo do limite percentual das despesas de pessoal do Legislativo municipal.

→ DOS ORÇAMENTOS (FINANÇAS PÚBLICAS, ARTS. 165 A 169 DA CF/1988)

88. (FGV – 2022) Em razão de um acontecimento de grande potencial lesivo para o ambiente coletivo, de origem natural, que comprometeu gravemente a capacidade de resposta dos serviços públicos essenciais, o presidente da República debateu com os seus interlocutores mais próximos a possibilidade de ser decretado estado de calamidade pública de âmbito nacional. Na ocasião, foi afirmado por alguns interlocutores que a decretação (1) é de competência do Congresso Nacional e, especificamente em relação ao atendimento das necessidades decorrentes dos acontecimentos, permitiria (2) a adoção de processo simplificado de contratação de pessoal, em caráter temporário e emergencial; (3) o aumento de despesa obrigatória de caráter continuado; e (4) a realização de operações de crédito em montante superior às despesas de capital.

À luz da sistemática constitucional, estão corretas:

- a) apenas a informação 1.
- b) apenas as informações 2 e 3.
- c) apenas as informações 3 e 4.
- d) apenas as informações 1, 2 e 4.
- e) as informações 1, 2, 3 e 4.

89. (FGV – 2021) Por ocasião das discussões a respeito do projeto de lei orçamentária anual, encaminhado pelo Presidente da República ao Congresso Nacional, os parlamentares dos partidos políticos Alfa e Beta deliberaram que as emendas individuais impositivas iriam alocar recursos, para os Municípios escolhidos, por meio de transferência especial. Ao tomar conhecimento dessa deliberação, um jornal de grande circulação afirmou que essa espécie de transferência (1) exigia a celebração de convênio ou instrumento congênere para a sua efetivação; (2) pertenceria ao respectivo Município no ato da efetiva transferência financeira; e (3) seria aplicada em programações finalísticas das áreas de competência do Poder Executivo municipal, sendo uma parte em despesas de capital, observados os balizamentos constitucionais.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar, quanto às informações veiculadas, que:

- a) todas estão corretas.

- b) apenas a 1 está correta.
- c) apenas a 2 está correta.
- d) apenas a 1 e a 3 estão corretas.
- e) apenas a 2 e a 3 estão corretas.

90. (FGV – 2021) O Chefe do Poder Executivo do Estado Alfa encaminhou ao Poder Legislativo o projeto de lei orçamentária anual. Enquanto o projeto estava em discussão na Comissão competente da Assembleia Legislativa, o Governador do Estado propôs a modificação do projeto. Além disso, foram posteriormente apresentadas emendas, no âmbito da Comissão, nas quais era proposta a anulação de despesas relacionadas à amortização de empréstimos contraídos em exercícios pretéritos, com a sua redistribuição para outros programas orçamentários relacionados aos direitos sociais e que eram compatíveis com o plano plurianual.

À luz dessa narrativa e da sistemática constitucional, é **correto** afirmar que:

- a) não há qualquer irregularidade na narrativa apresentada.
- b) a única irregularidade existente é a proposta de anulação de dotações destinadas à amortização de empréstimos.
- c) a única irregularidade existente é a proposta de modificação, pelo Governador do Estado, do projeto já apresentado.
- d) tanto a proposta de modificação do projeto já apresentado como a de anulação das despesas indicadas são irregulares.
- e) não há irregularidade na narrativa apresentada, desde que as ações estejam autorizadas na lei de diretrizes orçamentárias.

91. (FGV – 2019) O Ministério Público do Estado Alfa, por meio dos órgãos competentes, elaborou a proposta orçamentária que deveria ser utilizada como base do seu orçamento para o exercício financeiro vindouro.

À luz da sistemática constitucional, a referida proposta deve ser elaborada em harmonia com:

- a) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e encaminhada diretamente ao Poder Legislativo.
- b) as orientações fixadas em regulamento do Poder Executivo e encaminhada diretamente ao Legislativo.
- c) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e submetida ao Poder Executivo, que, aprovando-a, a encaminhará ao Legislativo.
- d) as orientações fixadas em regulamento do Poder Executivo e a encaminhará a este último, que a submeterá ao Legislativo.
- e) a Lei de Diretrizes Orçamentárias e a encaminhará ao Poder Executivo, que a submeterá ao Legislativo.

→ DISPOSIÇÕES GERAIS (SEGURIDADE SOCIAL, ARTS. 194 E 195 DA CF/1988)

92. (FGV – 2022) A proteção social do cidadão está assegurada nos dispositivos constitucionais, principalmente naqueles relacionados à Seguridade Social. Segundo a Constituição, a Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos:

- a) à saúde, à previdência e à assistência social.
- b) ao trabalho, à previdência e à assistência social.
- c) à educação, à saúde e ao trabalho.
- d) ao trabalho, à saúde e à previdência social.
- e) ao trabalho, à previdência social e à proteção à maternidade e à infância.

→ DA SAÚDE (ARTS. 196 A 200 DA CF/1988)

93. (FGV – 2022) A Constituição Federal de 1988, ao instituir a Seguridade Social, inaugura uma política pública estatal abrangente de proteção social para a população brasileira. Em seu Art. 194, estabelece que a Seguridade Social compreende

- um conjunto integrado de ações de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- um sistema híbrido de projetos e programas do Ministério da Saúde em conjunto com a sociedade civil, destinado a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- um complexo descentralizado de iniciativas do setor público em parceria com o terceiro setor, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- uma agregação de normas da lavra do Executivo Federal, destinadas a assegurar os programas relativos à saúde, à previdência e à assistência social.
- um compósito público estatal de regras destinadas a assegurar os programas relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

94. (FGV – 2022) Com relação à Seção II: Da Saúde (artigos 196 ao 200) da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

- A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantida mediante políticas sociais e econômicas que visem a redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.
- As ações e serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: descentralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
- A assistência à saúde é livre à iniciativa privada.

Está correto o que se afirma em

- I, apenas.
- II, apenas.
- III, apenas.
- I e II, apenas.
- I, II e III.

95. (FGV – 2019) Uma organização da sociedade civil, sem fins lucrativos, com forte atuação junto às camadas mais carentes da população, consultou sua assessoria jurídica sobre (1) a forma de organização do serviço público de saúde e (2) a possibilidade de as pessoas com as quais interage participarem da gestão do serviço.

À luz da sistemática constitucional, a assessoria respondeu corretamente que deve ser

- adotada a descentralização, mas com direção única em cada esfera de governo, sendo assegurada a participação da comunidade.
- adotada a centralização, não sendo permitida a participação da comunidade.
- adotada a descentralização, mas com direção única em cada esfera de governo, não sendo permitida a participação da comunidade.
- adotada a centralização, sendo assegurada a participação da comunidade.
- a forma seguirá a centralização ou a descentralização conforme a opção de cada governo, sendo assegurada a participação popular na definição desse modelo.

→ DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (ARTS. 201 E 202 DA CF/1988)

96. (FGV – 2021) Edna, Deputada Federal, foi procurada por um grupo de ativistas políticas, que pretendiam a alteração da legislação previdenciária, de modo que a outorga de pensão por morte, em razão do falecimento de servidor público do sexo feminino, sendo devida ao cônjuge ou companheiro supérstite, do sexo masculino, estivesse condicionada à comprovação de invalidez e de dependência econômica desse último. Isso, no entanto, não ocorreria na hipótese inversa, vale dizer, quando o falecido fosse do sexo masculino e o beneficiário do sexo feminino.

Em razão da consulta formulada, a assessoria de Edna, à luz da sistemática constitucional, respondeu, corretamente, que a fruição da pensão por morte, pelo cônjuge ou companheiro varão, deve se dar em condições:

- idênticas às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, salvo permissivo veiculado em lei complementar editada pela União.
- necessariamente distintas, mais restritivas, em relação às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, com o que se alcança a igualdade material.
- idênticas às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, o que decorre da necessária igualdade formal que deve prevalecer entre ambos.
- necessariamente distintas, mais restritivas, em relação às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, enquanto verdadeira ação afirmativa.
- necessariamente distintas, mais favoráveis, em relação às do cônjuge ou companheiro supérstite do sexo feminino, o que decorre do fato de homens se aposentarem mais tarde.

→ DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (ARTS. 203 E 204 DA CF/1988)

97. (FGV – 2021) A respeito dos artigos 203 e 204 da Constituição Federal, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- O Art. 204 normatiza a participação de associações beneficentes na assistência, desde que laicas e nacionais.
- O Art. 203 prevê os objetivos da assistência social e indica quem são os seus destinatários.
- O Art. 204 indica as fontes de recursos para custear as ações governamentais na área da assistência social.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- F – V – V.
- F – F – V.
- V – F – V.
- V – V – F.
- V – V – V.

→ DA EDUCAÇÃO, DA CULTURA E DO DESPORTO (ARTS. 205 A 217 DA CF/1988)

98. (FGV – 2022) O promotor de justiça da Comarca Alfa recebeu representação informando que (1) o Município Alfa contava com uma universidade pública; (2) essa universidade estava cobrando taxa de matrícula, fixada em patamares módicos, daqueles que se matriculassem nos cursos de graduação e de pós-graduação e não fossem hipossuficientes; e (3) ainda cobrava mensalidades nos cursos de especialização. Por entender que esses três aspectos eram ilícitos, o representante solicitou a adoção das providências necessárias à sua cessação.

O promotor de justiça concluiu, corretamente, à luz da Constituição da República de 1988, que era(m) ilícito(s) o(s) aspecto(s) factual(is) descrito(s):

- a) apenas em 1 e 2.
- b) apenas em 2 e 3.
- c) apenas em 2.
- d) apenas em 3.
- e) em 1, 2 e 3.

99. (FGV – 2022) A educação básica obrigatória é direito indisponível assegurado em sede constitucional a crianças e adolescentes em idade escolar (Art. 208, I, da Constituição da República de 1988).

Nesse particular, à luz da interpretação empreendida pelo Supremo Tribunal Federal, é **correto** afirmar que:

- a) a Constituição da República de 1988 veda o ensino domiciliar, prática que subverte a ideia de solidariedade entre a família e o Estado como núcleo principal à formação educacional de crianças e adolescentes.
- b) o ensino domiciliar é um direito público subjetivo do aluno e de sua família, extraído da precedência do papel da família e da subsidiariedade do papel estatal na formação educacional de crianças e adolescentes.
- c) o ensino domiciliar não é um direito público subjetivo do aluno ou de sua família, porém não é vedada sua criação por meio de lei federal, editada pelo Congresso Nacional, na modalidade “utilitarista” ou “por conveniência circunstancial”, desde que observadas as exigências constitucionais relativas à educação.
- d) o ensino domiciliar é um direito público subjetivo do aluno e de sua família, sendo autoaplicável nas modalidades “utilitarista” e “por conveniência circunstancial” e dependente de regulamentação nas espécies unschooling radical (desescolarização radical), unschooling moderado (desescolarização moderada) e homeschooling puro.
- e) é inconstitucional a legislação que regulamenta o ensino domiciliar, prática que aprofunda a separação anti-isonômica das classes sociais em matéria educacional e desvaloriza o convívio entre as crianças como parte essencial do processo educativo.

100. (FGV – 2021) Lei Federal nº XX dispôs que as salas de cinema do território brasileiro estão obrigadas a exibir filmes nacionais por determinado lapso temporal, contado a partir do seu lançamento. Foi estatuído, ainda, que a inobservância dessa determinação acarretaria a imposição da penalidade administrativa de multa. Insatisfeito, o proprietário de algumas salas de cinema questionou sua assessoria a respeito da compatibilidade dessa determinação com a ordem constitucional, sendo respondido, corretamente, que a referida determinação:

- a) busca proteger a cultura nacional, mas isso não pode ser feito em detrimento do livre uso da propriedade privada, ressalvada eventual compensação financeira, que não foi oferecida, o que aponta para a sua inconstitucionalidade.
- b) privilegia interesses de certos produtores de material cinematográfico, o que redundaria em afronta direta ao direito fundamental à isonomia, daí decorrendo a sua inconstitucionalidade.
- c) incursiona em seara afeta aos direitos fundamentais dos proprietários das salas, que são insuscetíveis de sofrer restrição legal, o que aponta para a sua inconstitucionalidade.
- d) busca assegurar, de maneira proporcional, a promoção e a defesa da cultura nacional, sem atingir o núcleo do direito à propriedade privada, sendo, portanto, constitucional.
- e) disciplina o uso da propriedade privada, o que sempre exige prévia autorização dos órgãos públicos, além de proteger a cultura nacional, sendo, portanto, constitucional.

→ DA COMUNICAÇÃO SOCIAL (ARTS. 220 A 224 DA CF/1988)

101. (FGV – 2022) A sociedade empresária XX, constituída sob as leis brasileiras e com sede no País, recebeu do Poder Executivo federal concessão do serviço de radiodifusão sonora.

Os controladores da sociedade empresária debateram a respeito do melhor modelo a ser atribuído à *gestão das atividades e ao estabelecimento do conteúdo da programação*. Para tanto, consultaram um advogado a respeito da existência de alguma restrição quanto à nacionalidade da pessoa que será responsável por essas atividades, já que a sociedade empresária XX também contava com acionistas estrangeiros, que possuíam vinte por cento do capital votante.

O advogado respondeu, corretamente, que o referido responsável

- a) deve ser obrigatoriamente brasileiro nato.
- b) deve ser obrigatoriamente brasileiro nato ou naturalizado há mais de dez anos.
- c) deve ser brasileiro nato ou mesmo estrangeiro, desde que o requerimento da naturalização já tenha sido apresentado.
- d) pode ser estrangeiro, no caso da gestão, mas brasileiro em relação ao estabelecimento do conteúdo da programação.
- e) pode ser brasileiro ou estrangeiro, desde que, neste último caso, resida há pelo menos cinco anos no território nacional.

102. (FGV – 2022) A Lei XX, do Município Alfa, dispôs sobre os requisitos a serem atendidos pelos meios impressos de comunicação social para que possam ser publicados no território do Município Alfa.

Entre esses requisitos estão:

- I. a necessidade de que obtenham licença da autoridade municipal competente;
- II. cada exemplar se ajuste aos padrões de moralidade sedimentados na sociedade, a ser objeto de verificação prévia à sua circulação.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que

- a) o requisito I somente será constitucional se a licença for concedida de forma vinculada, enquanto o requisito II é inconstitucional por importar em censura prévia.
- b) o requisito I é inconstitucional porque a publicação de veículo impresso independe de licença de autoridade, o mesmo ocorrendo com o requisito II, por importar em censura prévia.
- c) o requisito I somente será constitucional se a licença for concedida de forma vinculada, mas o requisito II somente não caracterizará censura prévia se for assegurado o contraditório e a ampla defesa.
- d) o requisito I é constitucional, porque toda atividade econômica depende de autorização do Poder Público, mas o requisito II somente será constitucional se a possível negativa estiver embasada em dados colhidos em audiência pública.
- e) o requisito I é constitucional, porque toda atividade econômica depende de autorização do Poder Público, o mesmo ocorrendo com o requisito II, que é uma forma de proteger o interesse coletivo contra os excessos individuais.

→ DO MEIO AMBIENTE (ART. 225 DA CF/1988)

103. (FGV – 2022) A Fundação de direito privado Alfa, cujo objetivo estatutário é a pesquisa e a manipulação de material genético, foi notificada de que, em determinado dia, fiscais vinculados ao ente competente compareceriam em sua sede, para fiscalizar não suas instalações ou seus documentos contábeis, mas, especificamente, a forma como suas atividades finalísticas eram desenvolvidas.

À luz da sistemática constitucional, é **correto** afirmar que essa fiscalização é

- a) ilícita, pois afronta a liberdade de pesquisa científica e o sigilo assegurado nas descobertas que sejam realizadas.
- b) ilícita, pois a livre iniciativa não compactua com o exercício do poder de polícia sem a notícia da prática de ilícito.
- c) lícita, pois a fiscalização de atividades dessa natureza é uma imposição constitucional.
- d) ilícita, pois a cultura e suas distintas formas de projeção devem ser fomentadas e protegidas, não tolhidas com uma fiscalização dessa natureza.
- e) lícita, já que compete ao Poder Público regulamentar e fiscalizar, em caráter contínuo, todas as atividades privadas, independentemente de sua natureza.

→ DA FAMÍLIA, DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE E DO IDOSO (ARTS. 226 A 230 DA CF/1988)

104. (FGV – 2022) Após intensa mobilização da sociedade civil organizada, determinado Estado da federação editou a Lei nº XX, prevendo a concessão de subsídios financeiros às famílias que acolhessem, sob a forma de guarda, crianças e adolescentes órfãos ou que se encontrassem abandonados.

À luz dessa narrativa, é correto afirmar que Lei estadual nº XX é

- a) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria, mas é admitida, sob o prisma material, a concessão de subsídios na forma indicada.
- b) inconstitucional, pois compete privativamente à União legislar sobre a matéria, além de não ser admitida, sob o prisma material, a concessão de subsídios na forma indicada.
- c) constitucional, pois também compete ao Estado legislar sobre a matéria, desde que observadas as normas gerais da União, sendo possível a concessão de subsídios na forma indicada.
- d) inconstitucional, pois, apesar de competir concorrentemente à União e aos Estados legislar sobre a matéria, é vedado o direcionamento de recursos públicos para a finalidade indicada.
- e) constitucional, pois compete privativamente ao Estado legislar sobre as hipóteses de estímulo ao acolhimento, mediante guarda, de crianças e adolescentes nas situações indicadas.

105. (FGV – 2022) Após o falecimento de João, servidor público estadual, Joana, que com ele vivera em união por quase dez anos, com aparência de família, compareceu perante a autoridade estadual competente e requereu o recebimento da pensão por morte. Para sua surpresa, o requerimento foi indeferido, sob o argumento de que João era casado, situação constituída em momento anterior ao início da união com Joana, e a esposa, com a qual convivia de modo simultâneo, estava recebendo o referido benefício previdenciário.

Irresignada com a situação, Joana procurou um advogado, sendo-lhe corretamente informado que, em harmonia com a sistemática constitucional afeta à família, ela

- a) tem direitos idênticos à esposa, de modo que o benefício deve ser dividido entre ambas.
- b) tem o direito de receber a integralidade do benefício, pois a aparência de família supera o formalismo do casamento.
- c) não tem direito ao benefício, pois o concubinato não pode ser equiparado, para fins de proteção estatal, ao casamento.
- d) não tem direito ao benefício, pois a ordem constitucional somente reconhece direitos nas uniões afetivas decorrentes do casamento.
- e) tem o direito de receber o benefício na forma que dispuser a lei, pois a ordem constitucional dispõe que a união estável deve ser protegida nos termos da lei.

→ ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS - ADCT

106. (FGV – 2022) Em 2021, foi submetido à Assembleia Legislativa do Estado X um projeto de lei ordinária estadual, sem qualquer anexo, contando com apenas dois artigos. Tais artigos alteravam dispositivos da Lei Complementar estadual que institui o Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA). A primeira alteração concedia isenção de IPVA a pessoas com deficiências e a segunda alteração ampliava o prazo de recolhimento desse tributo.

Caso aprovada a proposta, o dispositivo da lei estadual que concede tal isenção será:

- a) inconstitucional, já que essa lei ordinária não poderia alterar uma lei complementar.
- b) inconstitucional, já que essa lei não está acompanhada da estimativa do seu impacto orçamentário e financeiro.
- c) inconstitucional, por não se tratar de uma lei específica que regule exclusivamente a isenção.
- d) constitucional, por ser lei específica que regula o IPVA.
- e) constitucional, já que tal isenção pode ser concedida mediante lei ordinária.

→ INTRODUÇÃO, PRESSUPOSTOS E TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE

107. (FGV – 2022) Após ampla reforma administrativa levada a efeito pela Lei nº XX do Estado Alfa, foi estabelecido um rígido protocolo de isonomia no âmbito do serviço público estadual. Esse protocolo tinha por objetivo preservar a equidistância entre a remuneração recebida pelos servidores públicos estaduais e os servidores públicos federais, cujos cargos fossem providos a partir da exigência de requisitos de qualificação semelhantes e que tivessem atribuições similares. Com isso, uma vez reajustados os vencimentos do cargo federal, o mesmo ocorreria em relação ao cargo estadual correspondente.

A técnica de reajuste vencimental utilizada pelo Estado Alfa é:

- a) inconstitucional, pois é vedada essa forma de vinculação de espécies remuneratórias.
- b) inconstitucional, pois as questões remuneratórias de caráter geral devem ser disciplinadas em lei federal.
- c) constitucional, desde que a vinculação entre as espécies remuneratórias tenha sido estabelecida na Constituição Estadual.
- d) constitucional, desde que a vinculação entre as espécies remuneratórias tenha sido estabelecida em lei complementar.
- e) constitucional, desde que a vinculação entre as espécies remuneratórias tenha sido estabelecida em lei ordinária de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo.

→ CONTROLE DIFUSO (INCIDENTAL OU INCIDENTER TANTUM)

108. (FGV – 2022) O Supremo Tribunal Federal, ao julgar dois recursos extraordinários, considerou inconstitucionais alguns artigos das Leis X e Y do Estado Beta. Ao tomar conhecimento do teor dessas decisões, o Senado Federal editou resolução suspendendo a execução da íntegra das referidas leis, entendendo que os preceitos em relação aos quais o Tribunal não se manifestara expressamente padeciam dos mesmos vícios de inconstitucionalidade.

Em relação a essa narrativa, a atuação do Senado Federal:

- a) foi regular, refletindo o escorreito exercício de sua competência constitucional.

- b) somente pode ser objeto de revisão, pelo próprio Senado Federal, com observância das normas regimentais aplicáveis ao caso.
- c) foi irregular, de modo que o seu ato pode ser objeto de mandado de segurança, a ser processado e julgado perante o Supremo Tribunal Federal.
- d) foi irregular, de modo que o seu ato pode ser submetido ao controle concentrado de constitucionalidade perante o Supremo Tribunal Federal.
- e) importou em usurpação da competência da Assembleia Legislativa do Estado Beta, que deveria atuar, no caso concreto, por simetria com o modelo federal.

109. (FGV – 2021) A Lei nº XX, do Estado Beta, alterou o regime jurídico dos servidores públicos estaduais, de modo a estabelecer uma nova sistemática de cálculo para a gratificação anual de desempenho, calculada e paga a cada exercício. Apesar de dispor que essa sistemática apenas incidiria em relação às gratificações correspondentes aos exercícios futuros, o último preceito da Lei nº XX dispôs que ela seria aplicada àqueles servidores que tomaram posse em momento anterior à sua vigência. Em razão do ajuizamento de diversas ações individuais pelos servidores, muitos juízes, nos diversos quadrantes do Estado Beta, vinham considerando inconstitucional o último preceito da Lei nº XX, afastando a sua incidência sobre os servidores que tomaram posse em momento anterior à sua vigência.

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que o último preceito da Lei nº XX é:

- a) constitucional, desde que tenha sido assegurada aos servidores a opção pela sistemática anterior de cálculo.
- b) inconstitucional, sendo corretas as decisões que, em sede de controle difuso de constitucionalidade, afastaram a sua aplicação.
- c) inconstitucional, mas os juízes não poderiam ter deixado de aplicá-la antes de decisão do Tribunal competente, em razão da reserva de plenário.
- d) inconstitucional, pois as leis têm eficácia futura, não podendo afastar direitos incorporados à esfera individual, mas os processos deveriam ser suspensos até decisão do Tribunal.
- e) constitucional, sendo incorretas as decisões que, em sede de controle difuso, afastaram a sua aplicação, mas não é cabível o ajuizamento de ação declaratória de constitucionalidade.

→ AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE (ADI)

110. (FGV – 2022) A Lei federal nº XX foi impugnada em sede de ação direta de inconstitucionalidade (ADI), que se encontrava em tramitação no âmbito do Supremo Tribunal Federal. Durante essa tramitação, foi editada a Medida Provisória nº YY, que dispôs, em seu último artigo, que estava revogada a Lei federal nº XX.

À luz da sistemática vigente, é **correto** afirmar que:

- a) com a revogação da Lei federal nº XX, a ADI perdeu o objeto.
- b) a ADI deve ser suspensa até que a Medida Provisória nº YY seja apreciada pelo Poder Legislativo.
- c) deve ocorrer o aditamento da petição inicial da ADI, para nela incluir a Medida Provisória nº YY.
- d) a Medida Provisória nº YY apenas suspendeu a eficácia da Lei federal nº XX, não afetando o trâmite da ADI.
- e) diplomas normativos independentes, surgidos de processos legislativos diversos, não influem em ADIs.

GABARITO

1	A
2	E
3	B
4	B
5	A
6	D
7	D
8	A
9	D
10	C
11	B
12	E
13	D
14	C
15	B
16	C
17	A
18	D
19	A
20	B
21	C
22	A
23	D
24	D
25	A
26	B
27	D
28	C
29	C
30	B
31	C
32	A
33	B
34	B
35	B
36	E
37	D
38	B
39	C
40	D
41	A
42	B
43	A
44	C
45	A

91	E
92	A
93	A
94	E
95	A
96	C
97	A
98	C
99	C
100	D

101	B
102	B
103	C
104	C
105	C
106	B
107	A
108	D
109	E
110	D

ANOTAÇÕES



[illegible][illegible]

ADMINISTRAÇÃO GERAL E PÚBLICA; ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E GESTÃO DE PESSOAS

→ ORGANIZAÇÃO (INTRODUÇÃO À ADMINISTRAÇÃO)

1. (FGV – 2022) Um adolescente conseguiu um trabalho como jovem aprendiz em uma secretaria municipal. Antes de iniciar seu trabalho, ele precisa entender o que significa “um grupo estruturado de pessoas, com propósitos comuns, que se juntam para alcançar objetivos compartilhados”.

O significado a ser compreendido é o de

- a) coordenação.
- b) eficiência.
- c) organização.
- d) processo.
- e) recurso.

2. (FGV – 2022) Os administradores devem alcançar um bom balanceamento no exercício das funções que desempenha; entretanto, sabe-se que, em função da descentralização das atividades em níveis organizacionais, esse balanceamento dependerá do nível de atuação do administrador na estrutura organizacional.

Nesse sentido, espera-se que um administrador que atue no nível operacional desenvolva

- a) supervisão de primeira linha.
- b) determinação dos objetivos estratégicos.
- c) desenho da estrutura organizacional.
- d) definição das diretrizes corporativas.
- e) controles globais de desempenho.

3. (FGV – 2022) Um gerente foi contratado para modificar o processo produtivo para produção em massa, alterando os processos de fabricação, as atividades e a alocação das equipes em novos turnos.

A ação descrita envolve a atuação na função administrativa de

- a) planejamento.

- b) organização.
- c) monitoramento.
- d) direção.
- e) controle.

4. (FGV – 2021) As atividades de uma organização estão associadas a diferentes âmbitos de complexidade, sendo as do nível operacional focadas em:

- a) tarefas, atividades e ações específicas.
- b) alcance global da organização e definições genéricas.
- c) relacionamentos de longo prazo com fornecedores e clientes.
- d) sistemas abertos com interação entre ambiente externo e interno.
- e) unidades funcionais relacionadas às áreas de finanças, recursos humanos, produção e marketing.

→ ADMINISTRAÇÃO

5. (FGV – 2022) Ao ser convidado para assumir a administração de uma empresa, Júlio decide estudar mais a respeito do tema para não decepcionar na nova incumbência. Durante seus estudos, ele se depara com a definição de alguns termos, dentre eles, o de “administração”, que pode ser corretamente conceituado como:

- a) Um processo de alcançar objetivos pelo trabalho e por intermédio de pessoas e outros recursos organizacionais.
- b) Uma aptidão de trabalhar de forma leniente e satisfazer suas necessidades fisiológicas.
- c) Uma aversão ao relacionamento interpessoal, em detrimento da riqueza da sociedade.
- d) Um projeto de concretizar um sonho em função da sorte.
- e) Um experimento social que premia os participantes mais honestos.

→ COMPETÊNCIAS E HABILIDADES DO ADMINISTRADOR

6. (FGV – 2022) Determinadas atividades profissionais requerem habilidade e competências gerenciais distintas. Em algumas situações, o profissional deve usar sua capacidade de pensamento abstrato, que se manifesta por meio da intuição, imaginação e criatividade, para análise e tomada de decisão.

Nesse caso, o profissional deve lançar mão de habilidades

- a) técnicas.
- b) negociadas.
- c) interpessoais.
- d) formais.
- e) conceituais.

7. (FGV – 2021) Josefina lidera uma equipe de vinte profissionais em uma firma do setor de serviços. Ao voltar de seu período de férias, após uma semana em um resort em Aracaju, se depara com um grave conflito entre dois de seus funcionários, grave a ponto de um deles pedir demissão.

Com sua longa experiência em administração, Josefina logo convoca seus funcionários para uma reunião e em poucas horas solucionou completamente o conflito entre eles, trazendo novamente um clima pacífico para a firma.

Contextualizando essa situação com o conceito de habilidades proposto por Katz, Josefina executou principalmente a habilidade:

- a) técnica.
- b) conceitual.
- c) humana.
- d) elementar.
- e) cooperativa.

→ PAPÉIS DO ADMINISTRADOR

8. (FGV – 2022) Um analista foi promovido a supervisor há 6 meses. Desde então, ele percebeu que suas principais ações envolvem apartar disputas, aplicar sanções e resolver crises. Entende-se, assim, que seu principal papel é o de

- a) disseminador.
- b) empreendedor.
- c) porta-voz.
- d) símbolo.
- e) solucionador de conflitos.

→ PROCESSO ORGANIZACIONAL E FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS

9. (FGV – 2022) Certa organização publicou um anúncio de emprego para uma vaga de gerente na área de marketing. Entre as atribuições do cargo, estão: “distribuição dos vendedores por regiões atendidas; definição da estratégia de vendas; estabelecimento de metas aos vendedores”.

Essas atribuições estão relacionadas, **respectivamente**, às seguintes funções da administração:

- a) direção; direção; planejamento.
- b) planejamento; direção; planejamento.
- c) direção; planejamento; organização.
- d) organização; planejamento; planejamento.
- e) organização; planejamento. direção.

10. (FGV – 2021) Embora cada empresa tenha sua peculiaridade, existem atividades que são indispensáveis para os gestores, sendo conhecidas como funções administrativas.

Assinale a opção que apresenta corretamente as **funções administrativas**.

- a) Planejamento, organização, coordenação e coerção.
- b) Planejamento, organização, direção e controle.
- c) Organização, coordenação, controle e inovação.
- d) Coordenação, decisão, motivação e planejamento.
- e) Direção, premeditação, coerção e coordenação.

11. (FGV – 2021) O conhecimento e a correta utilização, na prática, das funções administrativas e seus instrumentos no ambiente empresarial podem ser considerados alguns dos principais meios para garantir a estabilidade e a longevidade de uma organização.

Tendo isso em consideração, assinale a opção que apresenta uma definição adequada para a função administrativa “organização”.

- a) Dividir o trabalho e atribuir responsabilidades para sua realização.
- b) Estabelecer objetivos e definir meios para alcançá-los.
- c) Monitorar e corrigir atividades operacionais.
- d) Orientar e motivar os colaboradores.
- e) Liderar e coordenar os processos de um grupo.

12. (FGV – 2019) Um desembargador responsável por um órgão do Poder Judiciário constatou que era necessário rever a estrutura e os processos internos do referido órgão. Após diagnóstico profissional e planejamento, começaram as mudanças e várias atividades e recursos foram redistribuídos.

A função da administração responsável pela distribuição de tarefas e recursos na organização é o(a):

- a) processo decisório.
- b) planejamento tático.
- c) planejamento estratégico.
- d) organização.
- e) departamentalização.

13. (FGV – 2019) As funções administrativas são desempenhadas pelos administradores nos três níveis organizacionais: estratégico, tático e operacional. No entanto, os diferentes níveis organizacionais impõem atribuições distintas aos administradores, fazendo com que a intensidade com que essas funções são desempenhadas seja diferente em cada um deles.

No nível estratégico predominam as funções de:

- a) planejamento.
- b) direção.
- c) controle.
- d) organização.
- e) coordenação.

14. (FGV – 2019) O diretor da área de marketing de uma empresa afirmou que é responsável pela avaliação da satisfação dos clientes e pela definição da estratégia comercial da empresa. Ao realizar essas atribuições, o gerente exerce, respectivamente, as seguintes funções administrativas:

- a) controle; planejamento.
- b) direção; planejamento.
- c) planejamento; organização.
- d) organização; direção.
- e) controle. direção.

→ GOVERNANÇA PÚBLICA

15. (FGV – 2022) A governança pública implica o desenvolvimento de um conjunto de princípios, diretrizes, mecanismos e suas práticas correspondentes. Por exemplo, a prática de definição e promoção dos valores da organização e dos padrões de comportamento esperados dos seus membros, a começar pelo comprometimento da liderança com esses valores e condutas.

A prática descrita no exemplo refere-se a:

- a) assegurar a efetividade da auditoria.
- b) avaliar a satisfação das partes interessadas.
- c) gerenciar os riscos do negócio.
- d) monitorar o alcance dos resultados.
- e) promover a integridade.

16. (FGV – 2021) Ao eleger representantes por meio do voto, a população espera que eles promovam políticas que sirvam ao interesse da sociedade. No decorrer dos respectivos mandatos, no entanto, nem sempre esses representantes cumprem com o prometido, buscando muitas vezes maximizar os interesses pessoais em detrimento dos sociais.

Com base na literatura sobre *governança pública*, assinale a opção que apresenta como é conhecido esse desalinhamento.

- a) Conflito de agência.
- b) Accountability.
- c) Problema dos feixes de contrato.
- d) Externalidades positivas.
- e) Free-riders.

→ ACCOUNTABILITY E TRANSPARÊNCIA

17. (FGV – 2022) Analise o texto a seguir, retirado do sítio de internet Agência Senado.

“O processo de *impeachment* de Dilma Rousseff teve início em 2 de dezembro de 2015, quando o ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha deu prosseguimento ao pedido dos juristas Hélio Bicudo, Miguel Reale Júnior e Janaína Paschoal. Com uma duração de 273 dias, o caso se encerrou em 31 de agosto de 2016, tendo como resultado a cassação do mandato, mas sem a perda dos direitos políticos de Dilma”.

À luz dos tipos de *accountability*, mecanismo que auxilia na responsabilização dos agentes do Estado, é correto afirmar que o *impeachment* constitui essencialmente um exemplo de *accountability*

- a) vertical.
- b) horizontal.
- c) societal.
- d) parcial.
- e) integral.

18. (FGV – 2021) O termo *accountability* está associado à obrigação de prestação de contas e de responsabilização dos gestores públicos. Assinale a opção que indica o tipo de *accountability* que representa o controle mútuo entre os Poderes da República, a exemplo de quando o Poder Judiciário fiscaliza o Poder Executivo.

- a) Accountability social.
- b) Accountability político.
- c) Accountability vertical.
- d) Accountability horizontal.
- e) Accountability constitucional.

19. (FGV – 2021) Assinale a opção que melhor define o termo *accountability*.

- a) A ideia de que os representantes do Estado devem prestar contas e ser responsabilizados por seus atos.
- b) A capacidade de um governo gerir recursos e implementar, de forma estruturada, políticas públicas.
- c) As condições materiais e sistêmicas necessárias para que um governo consiga exercer suas funções próprias com legitimidade.
- d) O poder de garantir condições para que todos tenham acesso ao exercício universal dos direitos civis.
- e) A forma que permite a mobilização de meios necessários para o enfrentamento de problemas críticos da sociedade.

20. (FGV – 2019) A existência de eleições livres e justas é um dos elementos essenciais para a democracia de um país. É por meio delas que o povo adquire o poder de expressar sua satisfação ou insatisfação com a atuação de seus governantes e as políticas públicas executadas.

Nesse sentido, o mecanismo representado pelo voto, por meio do qual a população exerce controle sobre os seus governantes, é conhecido como:

- a) governança.
- b) governabilidade.
- c) *accountability* vertical.
- d) *accountability* horizontal.
- e) gestão *top-down*.

→ GOVERNO ELETRÔNICO

21. (FGV – 2022) A Estratégia de Governo Digital (EGD), estabelecida em 2020 no contexto do Poder Executivo Federal, busca formalizar o esforço de modernização do governo brasileiro, tendo como elementos fundamentais a integração e o acesso a dados entre os órgãos públicos.

Para tanto, a EGD:

- a) aprimora e expande os mecanismos de interoperabilidade vigentes desde 2019.
- b) barra e sobrepõe os mecanismos de interoperabilidade vigentes desde 2019.
- c) limita e flexibiliza os mecanismos de interoperabilidade vigentes desde 2019.
- d) expande, porém, desobriga os mecanismos de interoperabilidade vigentes desde 2019.
- e) expande e complementa os mecanismos de interoperabilidade vigentes desde 2019.

22. (FGV – 2021) A evolução tecnológica ocorrida nos últimos 30 anos, com a popularização da internet, permitiu uma atuação do governo mais próxima da população, por meio do governo eletrônico.

Assinale a opção que mostra um exemplo de diretriz do governo eletrônico.

- a) Promoção do controle social.
- b) Melhoria da gestão externa.
- c) Atendimento aos clientes institucionais.
- d) Trabalhar junto aos representantes.
- e) Integração com parceiros e fornecedores.

→ PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

23. (FGV – 2022) Os objetivos são elementos essenciais do processo de planejamento organizacional, pois é por meio de sua especificação adequada que os membros da organização “conseguem um senso de direção, antecipam estágios futuros desejados e mobilizam-se para alcançá-los” (Sobral e Peci, 2013, p. 202). Objetivos eficazes devem ser adequadamente definidos, atendendo a certos critérios.

Esses critérios preconizam que os objetivos sejam:

- a) mensuráveis.
- b) definidos de forma participativa.
- c) definidos em valores financeiros.
- d) inovadores.
- e) abrangentes.

→ INDICADORES DE DESEMPENHO

24. (FGV – 2019) O diretor de recursos humanos de um órgão público de grande porte está considerando a implantação da avaliação de desempenho 360 graus, em substituição à avaliação por comissão de avaliação, atualmente adotada no órgão. O diretor considera que a avaliação 360 graus permite uma perspectiva mais ampla do desempenho do avaliado.

No entanto, o método apresenta, entre suas **desvantagens**:

- a) propensão ao efeito halo. não favorecer o planejamento de ações para melhoria do desempenho.
- b) categorização dos avaliados por curva normal. complexidade de operacionalização.
- c) propensão ao efeito de tendência central. sobrecarga de informação.
- d) pouca participação do avaliado. propensão ao efeito halo.
- e) complexidade de operacionalização. poder gerar informações conflitivas.

25. (FGV – 2019) Uma unidade da Federação incluiu no orçamento anual um programa com o objetivo de reduzir a taxa de analfabetismo entre pessoas de 15 a 25 anos, com ações específicas para esse público.

Uma medida de desempenho para esse programa poderia ser:

- a) número de alunos alfabetizados.
- b) proporção professor/aluno em sala de aula.
- c) quantidade de professores alocados no programa.
- d) valor per capita gasto com professores e pessoal de apoio.
- e) redução de 10% na taxa de analfabetismo no primeiro ano do programa.

→ BALANCED SCORECARD (BSC)

26. (FGV – 2021) Na gestão de desempenho organizacional, o Balanced Scorecard procura ligar o mapeamento estratégico da organização com um conjunto de medidores de desempenho, de forma a destacar as nuances e as interligações entre as diversas áreas dessa organização. Na implantação desse sistema, é necessário considerar alguns elementos conceituais, à **exceção de um**. Assinale-o.

- a) Objetivos estratégicos.
- b) Iniciativas estratégicas.
- c) Relações de causa e efeito.
- d) Fatores críticos de sucesso.
- e) Planejamento racional compreensivo.

27. (FGV – 2021) Um administrador está buscando uma ferramenta de medição de desempenho que não tenha, como foco exclusivo, indicadores financeiros. Analisando outras perspectivas, é adequado o uso do

- a) ebitda.
- b) *break even point*.
- c) *balanced scorecard*.
- d) *payback* descontado.
- e) margem de contribuição.

→ PLANEJAMENTO TÁTICO

28. (FGV – 2022) Everaldo, desempregado desde o início da pandemia da Covid-19, deparou-se, em suas pesquisas de emprego, com uma vaga, na sua área de formação, para atuar como responsável pelo planejamento tático de uma empresa de grande porte.

Sabendo disso, essa vaga deve ser

- a) ser de chefe do departamento de finanças.
- b) ser focada em definir ações orientadas para o longo prazo.
- c) estar voltada para as atividades rotineiras da organização.
- d) ser responsável por lidar diretamente com os acionistas da empresa.
- e) estar associada à contratação de novos empregados e ao preparo da folha de pagamentos.

29. (FGV – 2021) Assinale a opção que apresenta uma característica do *planejamento tático*.

- a) Ser realizado majoritariamente por colaboradores de nível gerencial.
- b) Possuir, como horizonte de análise, a perspectiva de curto prazo.
- c) Ser orientado, essencialmente, pela busca da eficiência organizacional.
- d) Atuar e desenvolver ações em ambientes com alto nível de incertezas.
- e) Ser dotado permanentemente de caráter genérico e sintético.

→ PLANEJAMENTO OPERACIONAL

30. (FGV – 2022) O ato de planejar deve ser compatível com a posição do cargo na organização, devendo o colaborador encarregado das tarefas rotineiras ser responsável por elaborar o planejamento do tipo

- a) estratégico.
- b) institucional.
- c) sintético.
- d) tático.
- e) operacional.

31. (FGV – 2019) Após ingressar no Poder Judiciário, Ícaro iniciou seus trabalhos assessorando um gestor no planejamento e execução de tarefas rotineiras comuns em seu departamento. Ícaro e seu chefe são responsáveis pela definição de procedimentos e processos específicos de curto prazo.

Ícaro e seu gestor encontram-se no nível organizacional:

- a) tático.
- b) gerencial.

- c) estratégico.
- d) operacional.
- e) corporativo.

→ INTRODUÇÃO AO PROCESSO DE ORGANIZAÇÃO (DESENHO ORGANIZACIONAL, CENTRALIZAÇÃO, DESCENTRALIZAÇÃO)

32. (FGV – 2022) Uma organização decidiu reorganizar seu organograma por tipos de atividades como gestão de pessoas, gestão de materiais, finanças e *marketing*.

O critério de departamentalização adotado pela organização é por

- a) cliente.
- b) função.
- c) produto.
- d) projeto.
- e) território.

33. (FGV – 2022) O dono de uma lanchonete pretende expandir seus negócios e para tal contratou um gerente geral para a nova unidade a ser aberta em um bairro próximo. Na nova unidade, a esse gerente geral serão repassadas as responsabilidades por organizar e supervisionar a equipe, controlar os estoques e realisar o fechamento diário do caixa.

Ao contratar o gerente geral para a nova unidade, o dono da empresa está realizando

- a) benchmarking.
- b) brainstorming.
- c) delegação.
- d) dominação.
- e) kaizen.

34. (FGV – 2022) Embora o emprego da estrutura do tipo matricial possa ser vantajoso para organizações que estão inseridas em ambientes instáveis, como, por exemplo, empresas do ramo de tecnologia, suas peculiaridades também são responsáveis por causar alguns prejuízos.

Assinale a opção que apresenta um desses prejuízos.

- a) Dificuldade na coordenação das tarefas, decorrente, em grande parte, da dupla subordinação dos colaboradores.
- b) Dificuldade de otimização dos recursos e insumos utilizados pela organização, causada pela baixa escalabilidade das decisões.
- c) Dificuldade no cumprimento dos prazos acordados com clientes, devido à baixa autonomia dos gestores da ponta da cadeia.
- d) Dificuldade de cooperação disciplinar entre os departamentos, derivada das diferenças de objetivos entre os diretores funcionais.
- e) Dificuldade de estimular conflito construtivo no ambiente organizacional, proveniente do respeito excessivo à hierarquia.

35. (FGV – 2022) Uma das maneiras de dividir uma organização é por meio das classificações quanto aos níveis hierárquicos, de forma que os colaboradores mais importantes e capacitados, e que acumulam mais responsabilidades, fiquem nos níveis mais altos, enquanto o restante dos funcionários em níveis inferiores.

Assinale a alternativa que apresenta o nível considerado mais alto de uma organização.

- a) Operacional.
- b) Estratégico.
- c) Chão de fábrica.
- d) De rotina.
- e) Baixo escalão.

36. (FGV – 2021) Sobre o *modelo orgânico*, à luz das diferentes classificações de modelos organizacionais, analise as afirmativas a seguir.

- I. Funcionam como sistemas abertos, interagindo constantemente com o ambiente externo.
- II. Adequam-se melhor a contextos de constante instabilidade, em que ocorrem mudanças frequentes.
- III. É caracterizado por conter regras bem definidas e respostas padrões aos desafios.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e II, somente.
- e) I e III, somente.

37. (FGV – 2021) Existem três tipos tradicionais de estruturas organizacionais: a funcional, a divisional e a matricial. Na estrutura funcional, a divisão do trabalho é baseada em:

- a) resultados, a tomada de decisão é separada entre estratégia e execução e é recomendada para ambientes organizacionais heterogêneos.
- b) recursos e resultados, a tomada de decisão é partilhada e é recomendada para ambientes complexos.
- c) conhecimento, a tomada de decisão é muito descentralizada e é recomendada para ambientes organizacionais turbulentos.
- d) recursos, a tomada de decisão é muito centralizada e é recomendada para ambientes organizacionais estáveis.
- e) recursos, a tomada de decisão é muito descentralizada e é recomendada para ambientes complexos.

38. (FGV – 2021) Acerca do conceito de *estruturas organizacionais*, analise as afirmativas a seguir.

- I. Aumento dos custos causado pela redundância de funções.
- II. Redução na produtividade da organização como um todo.
- III. Menor capacidade de adaptação às mudanças tecnológicas.

Assinale a opção que apresenta as disfunções da departamentalização por clientes.

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) I e II, somente.
- d) II e III, somente.
- e) I, II e III.

39. (FGV – 2019) No processo de administração, a função organização faz a distribuição das tarefas e dos recursos entre os membros da organização. O resultado do processo de organização é a estrutura organizacional. O desenho da estrutura é influenciado por fatores contingenciais – tais como ambiente, tamanho, tecnologia de produção e estratégia – que devem ser considerados pelos administradores na busca por eficácia organizacional.

Assim, para uma organização que atua em ambiente com grau de mudança baixo e adota produção em massa, a estrutura mais eficaz é:

- a) funcional.
- b) em rede.
- c) matricial.
- d) matricial por processo.
- e) funcional por unidade.

40. (FGV – 2019) O processo de organização é pautado por alguns princípios ou elementos básicos, como preconizado por autores como Fayol e Urwick, entre outros.

O grau em que as tarefas são divididas e padronizadas para que possam ser aprendidas e realizadas de forma relativamente rápida e eficiente é conhecido como:

- a) especialização do trabalho.
- b) delegação.
- c) coordenação.
- d) formalização.
- e) amplitude de controle.

→ PROCESSO DE CONTROLE E AVALIAÇÃO

41. (FGV – 2022) Um gestor de nível médio precisa realizar a função controle adequada ao seu nível de atuação.

Para tal, ele deve realizar atividades relacionadas a

- a) comparar o desempenho esperado e o alcançado.
- b) definir planos e metas para empresa.
- c) manualizar processos e procedimentos.
- d) montar uma equipe com atribuições específicas.
- e) realizar uma atividade da produção.

42. (FGV – 2022) Um supervisor utilizou-se de mecanismo de recompensa previsto nas políticas da empresa para gratificar um funcionário pelo bom desempenho de suas tarefas, concedendo-lhe um dia de folga.

Essa forma de controle é do tipo

- a) autocontrole.
- b) excepcional.
- c) formal.
- d) social.
- e) técnico.

43. (FGV – 2022) Leônidas, após herdar uma tradicional padaria do seu pai, decide fazer algumas mudanças para agregar valor aos pães vendidos no estabelecimento. Dentre as modificações realizadas, Leônidas estabeleceu que haverá um controle rígido na qualidade da farinha, contratando um especialista somente para cuidar dessa atividade.

Considerando as formas possíveis de controle, é correto afirmar que Leônidas implementou uma medida de controle

- a) reativo.
- b) somativo.
- c) preventivo.
- d) posterior.
- e) concorrente.

44. (FGV – 2022) Sistemas de controle organizacional eficazes devem atender a alguns critérios gerais, tais como inteligibilidade e flexibilidade. No entanto, para serem eficazes, os sistemas de controle precisam também se adequar às necessidades de cada organização, levando em conta suas características – ou seja, os sistemas de controle precisam se adequar aos fatores contingenciais que condicionam sua eficácia.

Um fator contingencial relevante e seu respectivo impacto no sistema de controle organizacional são, **respectivamente**:

- a) alta relevância da tarefa; sistemas definidos de forma participativa.
- b) baixa relevância da tarefa; controle formal e imposto externamente.
- c) estrutura organizacional centralizada; sistemas baseados em observação direta.
- d) grande porte organizacional; sistemas definidos de forma participativa.
- e) pequeno porte organizacional. controle informal e baseado em observação direta.

45. (FGV – 2022) Os mecanismos de controle utilizados por uma empresa são fundamentais para assegurar que seus produtos ou serviços sejam entregues conforme o especificado para os clientes

Em relação a esses mecanismos, é **correto** afirmar que eles podem ser divididos conforme o momento de sua ocorrência, tendo como exemplos:

- a) Familiar e ad hoc.
- b) Judicial, legislativo e administrativo.
- c) Preventivo, simultâneo e posterior.
- d) Interno, externo e popular.
- e) Provocado e de ofício.

46. (FGV – 2022) A introdução da gestão por programas na administração pública brasileira implicou criar organizações que conciliassem funções e objetivos. Foi uma desvantagem da gestão por programas:

- a) acentuar a contradição e a desintegração entre as visões setoriais e departamentais em relação aos objetivos do programa.
- b) enfatizar a elaboração e a execução orçamentária e financeira orientada pelos resultados dos programas.
- c) fortalecer e integrar as funções de planejamento, orçamento e gestão dos ministérios.
- d) transformar os compromissos de governo em orientação estratégica integradora e mobilizadora de equipes.
- e) trazer velocidade às transformações em termos de estratégia e sistemas de informação e controle.

47. (FGV – 2021) A área financeira de uma organização está enfrentando problemas em seus processos internos, como erros nos pagamentos a fornecedores e nos registros da tesouraria. O diretor da área considera que seria importante adotar controles preventivos e controles posteriores, a fim de evitar que os problemas continuem.

São formas de controle preventivo e posterior, respectivamente:

- a) supervisão direta; auditoria.
- b) estabelecimento de limites de alçada; testes de seleção de recursos humanos.
- c) definição de regras para autorização de pagamentos; demonstrativos financeiros.
- d) avaliação de desempenho dos funcionários; relatórios de resultado contábil.
- e) balanced scorecard. inspeção de matérias-primas e insumos.

48. (FGV – 2021) Uma das formas de classificação da função administrativa *controle* está associada ao momento em que ocorre.

Assinale a opção que apresenta exemplos de tipos de **controle preventivo**.

- a) Supervisão direta de pedreiros trabalhando em uma obra.
- b) Avaliação dos resultados de determinada ação de marketing.
- c) Demonstrativos financeiros de uma empresa de roupas.
- d) Inspeção de insumos e matérias-primas de uma fábrica.
- e) Avaliações de desempenho de servidores públicos.

49. (FGV – 2019) Para aumentar a eficácia do Tribunal, foi contratado um consultor com o objetivo de melhorar todas as funções administrativas de determinado setor. Uma dessas funções administrativas tem dupla atribuição: monitorar as atividades planejadas, assegurando que sejam executadas conforme planejado, e corrigir os desvios, a partir de medidas corretivas.

Tal função administrativa é:

- a) o planejamento.
- b) a organização.
- c) a direção.
- d) o controle.
- e) a execução.

50. (FGV – 2019) O controle dos processos e atividades organizacionais é uma atribuição básica dos gestores. O controle pode ser realizado em diferentes momentos: antes, durante ou depois de as atividades organizacionais serem realizadas. O controle simultâneo consiste no monitoramento contínuo das atividades enquanto são realizadas, corrigindo-se os problemas no momento em que surgem.

É um exemplo de controle simultâneo:

- a) supervisão direta.
- b) código de ética.
- c) avaliação de desempenho.
- d) relatórios financeiros.
- e) auditoria.

→ CULTURA ORGANIZACIONAL

51. (FGV – 2021) A Secretaria de Saúde do Ceará estabeleceu que, para fins de padronização, todos os funcionários devem utilizar apenas camisas brancas e calças jeans.

O nível da cultura organizacional associado a essa medida é denominado

- a) artefatos.
- b) pressuposições básicas.
- c) valores compartilhados.
- d) heróis.
- e) motivação intrínseca.

52. (FGV – 2021) Assinale a opção que indica o termo utilizado para se referir à identidade de uma organização que, além de influenciar determinados comportamentos, proporciona harmonização na relação dos funcionários.

- a) Factoring.
- b) Cultura organizacional.
- c) Inventário de recursos humanos.
- d) Espiral do conhecimento.
- e) Equilíbrio organizacional.

→ MOTIVAÇÃO

53. (FGV – 2022) Um analista de RH recomendou a um gerente que, para compreender o comportamento das pessoas na sua equipe, ele deveria levar em consideração as forças internas de uma pessoa que afetam a direção, intensidade e a persistência do seu comportamento.

A recomendação do analista está assentada no conceito de

- a) coerção.
- b) feedback.
- c) legitimidade.
- d) motivação.
- e) reciprocidade.

54. (FGV – 2022) A SEFAZ-AM estabeleceu, como meta de início do ano, o aumento da motivação de seus servidores. Em virtude disso, o Secretário de Fazenda contratou uma consultoria especializada para desenvolver mecanismos motivacionais a serem implementados no órgão, utilizando, para isso, a fundamentação da teoria dos dois fatores.

Com base no apresentado, segundo a *teoria dos dois fatores*, assinale a opção que apresenta uma medida motivacional.

- a) Um aumento salarial dos servidores em índice superior à inflação.
- b) Uma melhora nas condições físicas do ambiente de trabalho, por meio da instalação de ar condicionado.
- c) Uma ampliação do pacote de benefícios mensais, com a garantia de descontos em estabelecimentos parceiros.
- d) Um programa de metas de arrecadação mais desafiadoras, priorizando o reconhecimento pelos resultados.
- e) Um cronograma de solenidades sociais mensais, visando estimular as interações entre os colegas de trabalho.

55. (FGV – 2022) Considere que um servidor público, após realizar uma pós-graduação em gestão, sugira ao chefe de seu departamento a implementação de uma nova técnica de motivação para seus funcionários, baseada em criar medidas para saciar necessidades de forma gradual, começando pelas mais básicas, como fisiológicas e de

segurança, até alcançar as necessidades consideradas de alto nível, como estima e autorrealização.

Assinale a alternativa que condiz com a teoria motivacional proposta pelo servidor.

- a) Teoria dos dois fatores.
- b) Pirâmide de Maslow.
- c) Teoria das três necessidades.
- d) Reforço de Skinner.
- e) Autoeficácia motivacional.

56. (FGV – 2022) Um gerente percebe que sua equipe está insatisfeita e desmotivada para a realização do trabalho. O gerente marcou uma reunião com os membros da equipe, para que pudessem exprimir as razões da sua desmotivação. De uma maneira geral, os membros da equipe relataram que: percebem que a avaliação de desempenho não é transparente e que “sempre as mesmas pessoas recebem as avaliações mais altas”; valorizam, acima de tudo, a cooperação e um ambiente de trabalho amigável.

De acordo com as teorias de motivação, os membros da equipe apresentam:

- a) percepção de injustiça distributiva; necessidade de segurança.
- b) percepção de injustiça distributiva; necessidade de afiliação.

- c) percepção de injustiça processual; necessidade de realização.
- d) percepção de injustiça processual; necessidade de afiliação.
- e) percepção de injustiça processual. necessidade de segurança.

- a) Teoria da hierarquia das necessidades.
- b) Teoria X e Y.
- c) Teoria da expectância.
- d) Teoria da analogia comportamental.
- e) Teoria da Equidade.

57. (FGV – 2022) Certa organização está realizando um processo seletivo para um cargo administrativo. O gerente de recursos humanos está analisando as informações das entrevistas dos candidatos à vaga. Na avaliação do gerente, os candidatos deixaram transparecer que estão buscando satisfazer, primordialmente, necessidades que poderiam ser classificadas, pela Teoria da Hierarquia das Necessidades de Maslow, como de estima.

No contexto organizacional, necessidades de estima podem ser atendidas por meio de:

- a) cooperação e sociabilidade.
- b) responsabilidade por resultados.
- c) ambiente de trabalho participativo.
- d) estabilidade no emprego.
- e) ambiente de trabalho seguro.

61. (FGV – 2019) Pedro, funcionário de uma organização pública, não se mostra satisfeito com o trabalho. No entanto, seu chefe reconhece que ele desempenha suas atribuições com responsabilidade e com a qualidade exigida. Quando perguntado por que continua a trabalhar na organização, em vez de buscar outras oportunidades, Pedro respondeu: “Não procuro outro emprego porque ganho bem e não há boas oportunidades no mercado, no momento”.

O comprometimento de Pedro em relação à organização é do tipo:

- a) normativo.
- b) utilitário.
- c) objetivo.
- d) instrumental.
- e) coercitivo.

58. (FGV – 2021) Considere os fatores a seguir, relacionadas às teorias motivacionais.

I. Salários;

II. Segurança;

III. Relacionamentos interpessoais.

Com base na Teoria de Herzberg, assinale a opção que apresenta fatores higiênicos.

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II, III.

62. (FGV – 2019) Em uma entrevista de processo seletivo, o responsável pela seleção perguntou ao candidato o que o motiva a trabalhar na organização. O candidato respondeu: “Busco reconhecimento e *status*, e sei que o cargo me dará prestígio e oportunidades de promoção”.

Segundo a hierarquia das necessidades de Maslow, a motivação do candidato é satisfazer necessidades do tipo:

- a) fisiológicas.
- b) de segurança.
- c) sociais.
- d) de estima.
- e) de autorrealização.

59. (FGV – 2021) Um país, com necessidade urgente de aumentar os estoques dos bancos de sangue, institui uma remuneração para cada bolsa de sangue doada pelos cidadãos. Entretanto, em vez dessa nova política funcionar como um incentivo para o aumento de doações, ocorre justamente o contrário do planejado, e o número de doadores diminui ainda mais.

A teoria que se mostra adequada para explicar o ocorrido na situação apresentada, é conhecida por

- a) Teoria do comportamento de manada.
- b) Teoria da matriz de sentimentos.
- c) Teoria da avaliação cognitiva.
- d) Teoria da causalidade limitada.
- e) Teoria do caráter seletivo.

60. (FGV – 2021) Uma equipe de futebol profissional de Paulínia contratou um especialista em motivação para auxiliar o técnico na melhora do desempenho do time, ameaçado de rebaixamento no campeonato.

Após o diagnóstico inicial, o especialista identificou uma discrepância salarial excessiva entre os dois principais jogadores da equipe e o resto do elenco. Além disso, descobriu que eles tinham mais dias de folga que os outros e que essa valorização não estava se refletindo nos jogos.

Segundo o especialista, essa é a principal causa do mau desempenho da equipe no campeonato.

Assinale a opção que indica a teoria motivacional utilizada como embasamento da análise do especialista.

→ GRUPOS E EQUIPES DE TRABALHO

63. (FGV – 2022) Um Secretário de Estado criou um grupo de trabalho para tratar de determinado problema de sua pasta. Em certo momento, os integrantes do grupo passaram a convergir todos os esforços para a realização das tarefas propostas pelo Secretário.

Segundo os estudos sobre o processo de desenvolvimento de grupos e equipes, assinale a opção que indica o estágio no qual o grupo se encontrava na situação apresentada.

- a) Tormenta.
- b) Formação.
- c) Erupção.
- d) Interrupção.
- e) Desempenho.

64. (FGV – 2021) Muitas organizações preferem a formação de equipes de trabalho para a execução de tarefas organizacionais. Uma das formas de equipe bastante disseminada é chamada de “auto gerenciada”, que consiste em um grupo de trabalho em que os membros assumem as responsabilidades de supervisores.

Assinale a opção que apresenta as críticas mais comuns sobre as equipes “auto gerenciadas”.

- a) Tendem a ter problemas de gerenciamento de conflitos, ocorrendo disputas por poder em caso de divergências.

- b) Desenvolvem baixo nível de compatibilidade social entre os membros, desencadeando problemas de coesão.
- c) Possuem propensão ao desencontro de ideias, causados pela complexidade na interação entre membros de áreas diferentes.
- d) Tem inclinação para problemas de eficiência em função dos recursos escassos.
- e) Causam insatisfação nos membros do grupo, favorecendo a existência de “ilhas de excelência”.

65. (FGV – 2019) Para a criação de equipes eficazes, é preciso que se considerem variáveis de contexto, de composição e de processos da equipe. É uma variável de composição da equipe, fortemente relacionada ao seu desempenho:

- a) sistemas de avaliação de desempenho.
- b) nível de conflito interno.
- c) propósito comum.
- d) autoconfiança da equipe.
- e) personalidade dos membros da equipe.

→ COMUNICAÇÃO NO PROCESSO DE GESTÃO

66. (FGV – 2022) Um supervisor gostaria de melhorar a capacidade de comunicação com a equipe devido ao trabalho remoto ocorrerem desencontro de informações de várias fontes, gerando desentendimentos.

Assim, ele decidiu adotar a comunicação por e-mail, pois esse recurso permite

- a) comunicação de emoções por meio de texto.
- b) envio formal de informações para tomada de decisão.
- c) feedback mais rápido do que outros canais.
- d) redução do volume e fluxo de informações.
- e) solução rápida de situações ambíguas e complexas.

67. (FGV – 2022) A qualidade das interações em um ambiente organizacional está diretamente relacionada com os tipos de rede de comunicação existentes, pelos quais são passadas as informações entre os colaboradores, tendo como exemplo tanto as ordens quanto os boatos.

Sobre os tipos de comunicação, assinale a afirmativa **correta**.

- a) A comunicação informal utiliza canais que podem fluir em qualquer direção.
- b) A comunicação informal utiliza canais que fluem apenas na direção horizontal.
- c) A comunicação formal utiliza canais que fluem essencialmente por meio de boatos.
- d) A comunicação formal utiliza canais que só podem ser percorridos por meio verbal.
- e) Tanto a comunicação formal quanto a informal devem ser estruturadas de forma explícita pelas autoridades da organização.

68. (FGV – 2022) Uma equipe de trabalho de cinco pessoas tem sua rede de comunicação estruturada de acordo com a hierarquia, no tipo cadeia. A gerente reconhece que esse tipo de rede de comunicação tem certas limitações, como, por exemplo, um impacto moderado na satisfação dos membros da equipe.

No entanto, a rede de comunicação do tipo cadeia é mais eficaz do que os demais tipos de rede de comunicação quando o foco está na:

- a) minimização da sobrecarga de informações.
- b) precisão da comunicação.

- c) minimização de conflitos na equipe.
- d) qualidade do feedback.
- e) velocidade da comunicação.

69. (FGV – 2022) Considere que um órgão público está passando por um forte processo de reestruturação após a mudança de governo. Em função das incertezas do momento, uma grande rede de rumores está se formando internamente, propagando muitas vezes informações incorretas.

Acerca da situação acima, assinale a opção que apresenta a atitude que o gestor desse órgão deveria tomar.

- a) Desenvolver outra rede de rumores com informações falsas como forma de minar a credibilidade desse canal.
- b) Instituir processos administrativos disciplinares contra os responsáveis pelas informações informais.
- c) Restringir seus canais de comunicação a funcionários confiáveis e em posições de liderança no órgão.
- d) Evitar dar explicações sobre comportamentos inconsistentes, para evitar contradições.
- e) Estabelecer um cronograma detalhado de fornecimento de informações oficiais para os funcionários.

70. (FGV – 2021) Em uma organização, uma funcionária da área de RH foi recentemente promovida e recebeu a responsabilidade de coordenar um novo projeto. Na última reunião da área, seu chefe perguntou por que ela não havia respondido a um e-mail enviado para todos os colaboradores, sobre marcação de férias. A funcionária respondeu: “Estou tão focada no novo projeto que só tenho prestado atenção nas mensagens sobre esse assunto; não percebi o prazo para envio da resposta”.

A barreira à comunicação que melhor explica o que pode ter havido é:

- a) filtragem.
- b) percepção seletiva.
- c) sobrecarga de informação.
- d) ancoragem.
- e) feedback inadequado.

71. (FGV – 2021) O processo de comunicação adequado está relacionado, dentre outros fatores, à riqueza do canal escolhido para o envio da mensagem.

Nesse sentido, um canal de alta riqueza é adequado para situações em que

- a) um assunto delicado está sendo tratado, como o desligamento de colaboradores
- b) a transmissão de mensagens objetivas entre os órgãos é necessária.
- c) dados matemáticos são discutidos, como na emissão de relatórios gerenciais.
- d) conversas descontraídas estão sendo realizadas, como nos grupos de Whatsapp.
- e) a frieza e o distanciamento são importantes, como em orientações por telefone.

72. (FGV – 2021) Após uma reunião com a diretoria da organização, Maria Isabel decide acessar seu computador com o objetivo de enviar um e-mail para a sua equipe, informando-a sobre as novas coordenadas do projeto. Considerando as diferentes nacionalidades dos membros de sua equipe, ela escreve a mensagem em inglês e utiliza gírias para conferir um aspecto informal à mensagem.

Com base nos diferentes tipos de elementos presentes no processo de comunicação, é **correto** afirmar que:

- a) Maria Isabel é a emissora.
- b) o destinatário da mensagem é a diretoria.
- c) o computador é um exemplo de ruído.
- d) os códigos são os membros da equipe.
- e) o feedback é evidenciado pelas gírias utilizadas.

73. (FGV – 2019) Uma gerente recebe diariamente cerca de 200 e-mails com as mais variadas informações: notícias selecionadas de jornal, comunicações internas, comunicações do sindicato, além dos emails do seu chefe, de seus subordinados e de outros clientes internos e externos. Recentemente, seu chefe perguntou por que ela não havia respondido adequadamente a uma determinada mensagem, em que eram solicitadas informações para um novo projeto.

A barreira à comunicação que melhor explica o que pode ter havido é:

- a) canal inadequado.
- b) percepção seletiva.
- c) linguagem.
- d) sobrecarga de informações.
- e) filtragem.

74. (FGV – 2019) Barreiras à comunicação são um problema comum em grandes organizações, com muitos níveis hierárquicos. À medida que vão sendo passadas dos níveis hierárquicos inferiores para os níveis hierárquicos mais altos, é preciso que as informações sejam sintetizadas e condensadas. Nesse processo, é comum ocorrer a manipulação deliberada de informações, para que elas sejam vistas de forma mais favorável pelos receptores da informação.

Essa barreira à comunicação é conhecida como:

- a) percepção seletiva.
- b) desvio de feedback.
- c) filtragem.
- d) sobrecarga de informações.
- e) efeito disponibilidade.

75. (FGV – 2019) Ao retornar de férias, o funcionário de um órgão público encontrou 400 novas mensagens em sua caixa de correio eletrônico, contendo comunicações internas, informações de órgãos de controle, além dos e-mails do seu chefe, dos membros de sua equipe e de outros clientes internos. Poucos dias depois, seu chefe perguntou-lhe por que não havia respondido a uma determinada mensagem, que continha informações sobre um novo e importante projeto.

A barreira à comunicação que melhor explica o que pode ter havido é:

- a) filtragem.
- b) canal inadequado.
- c) percepção seletiva.
- d) feedback inadequado.
- e) sobrecarga de informações.

→ GESTÃO POR PROCESSOS (BPM CBOK, CICLO PDCA, 6 SIGMA ETC.)

76. (FGV – 2022) No cenário atual, um dos desafios dos gestores públicos está centrado no alcance de resultados organizacionais voltados à melhoria dos serviços prestados ao cidadão. Uma metodologia tradicionalmente aplicada ao planejamento orientado para resultados é a PDCA, implementada em diversas organizações, tanto na esfera pública quanto no meio empresarial.

Sobre essa metodologia, é **correto** afirmar que o foco:

- a) nos resultados é parte fundamental da terceira etapa e determinante para os ajustes, mas é dependente de indicadores de qualidade preestabelecidos.
- b) nos processos é parte fundamental da primeira etapa e determinante para os indicadores de resultado, mas é dependente de referenciais técnicos anteriores.
- c) na capacitação é parte fundamental da quarta etapa e determinante para os ajustes, mas é dependente do contexto em que a organização se encontra.
- d) nos processos é parte fundamental da segunda etapa e determinante para os indicadores de resultado, mas é dependente de referenciais técnicos anteriores.
- e) na capacitação é parte fundamental da primeira etapa e determinante para os resultados, mas é dependente do contexto em que a organização se encontra.

77. (FGV – 2022) É comum que modos diferentes de executar tarefas similares ou idênticas surjam ao longo do tempo em várias partes de uma organização.

Um dos objetivos mais importantes de projeto de processos, especialmente em grandes organizações, é maximizar o grau de:

- a) autonomia para equipes exercitarem seu julgamento.
- b) liberdade para indivíduos julgarem.
- c) padronização dos projetos de processo.
- d) surpresas que podem surgir.
- e) variabilidade nas atividades.

78. (FGV – 2021) De acordo com o BPM CBOK, principal guia de gestão de processos, está adequadamente definido como método de levantamento de dados e informações

- a) a observação indireta, realizada por meio de perguntas e respostas de forma individual ou coletiva.
- b) a análise de vídeo, processo em que as ações do observador são gravadas e depois analisadas pelo executor.
- c) a simulação de atividades, que visa buscar qualquer documentação ou notas sobre o processo existente.
- d) o workshop estruturado, no qual especialista e partes interessadas criam modelos de forma interativa.
- e) a revisão pragmática, dedicada ao redesenho de métodos e escolhas inadequadas sem a participação das partes externas.

79. (FGV – 2021) O Ciclo PDCA, método iterativo de gestão, busca desenvolver a melhoria contínua por meio de quatro etapas. Assinale a opção que indica, corretamente, duas dessas etapas.

- a) Parar e apagar.
- b) Planejar e apagar.
- c) Coletar e planejar.
- d) Conferir e apagar.
- e) Desenvolver e coletar.

80. (FGV – 2021) O aumento da competição das últimas décadas fez com que algumas empresas, para conseguir destaque no mercado, buscassem cada vez mais inovações e melhorias na qualidade dos processos de negócio.

A adoção de uma metodologia iterativa, de quatro etapas, focada na melhoria contínua, está relacionada à ferramenta conhecida por:

- a) Diagrama de Ishikawa.
- b) Ciclo PDCA.
- c) Benchmarking.

- d) Kanban.
e) 5S.

81. (FGV – 2021) A gestão por processos é um recurso gerencial que permite alcançar patamares desejados de desempenho e maturidade organizacional. Analise as afirmativas a seguir e assinale **V** para a(s) afirmativa(s) **verdadeira(s)** e **F** para a(s) **falsa(s)**.

- () Os processos podem ser classificados em gerenciais, operacionais e de apoio.
() Os fluxos de atividades são decorrentes dos macroprocessos e possuem níveis de detalhamento menor.
() Cadeia de valor é um conjunto de atividades econômicas inter-relacionadas que criam valor para o cliente.

A sequência **correta** é:

- a) V, F, V.
b) V, V, V.
c) V, V, F.
d) V, F, F.
e) F, F, F.

82. (FGV – 2021) A filosofia “Lean” é uma abordagem com foco em processos e que tem, como essência, a busca pela redução de desperdícios.

Assinale a opção que apresenta um dos princípios basilares da filosofia “Lean”.

- a) Melhoria pontual.
b) Maximização do uso de recursos.
c) Processamento “empurrado”.
d) Qualidade perfeita na segunda vez.
e) Construção de relacionamento de curto prazo com os fornecedores.

83. (FGV – 2019) As ferramentas de gestão de qualidade são essenciais na manutenção de um padrão de qualidade nas operações de uma organização.

Quando um gestor público define as metas, coloca em prática o planejado, analisa os resultados e aplica correções, ele está utilizando

- a) a Matriz SWOT.
b) o Ciclo PDCA.
c) o Diagrama de Pareto.
d) o Fluxograma.
e) a Folha de Verificação.

→ CONCEITO, PRINCÍPIOS, FUNDAMENTOS E EVOLUÇÃO DA QUALIDADE

84. (FGV – 2022) O tipo de abordagem que conceitua a qualidade como um aspecto semelhante à excelência, sendo vista como algo absoluto e universalmente reconhecível, é

- a) baseada no usuário.
b) baseada no produto.
c) transcendente.
d) específica.
e) de conformidade.

→ GESTÃO ESTRATÉGICA DE PESSOAS E PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DE PESSOAS

85. (FGV – 2022) A estratégia utilizada pela organização deverá se refletir nos procedimentos aplicados na gestão de pessoas, como os treinamentos, as recompensas e a avaliação de desempenho.

Nesse sentido, a organização que utiliza na gestão de pessoas uma orientação estratégica conservadora e defensiva, tem como característica

- a) a ênfase em aspectos de controle no âmbito dos fluxos de trabalho.
b) as avaliações baseadas em modelos customizados como forma de alcançar o desenvolvimento.
c) a falta de apoio por parte da organização para colaboradores desligados.
d) o processo de recrutamento realizado sempre que surgir a necessidade.
e) a construção de habilidades chave por meio de treinamentos em equipe.

86. (FGV – 2021) O CEO de uma empresa de capital aberto informa que, em vistas das mudanças causadas pela pandemia no mercado, a companhia adotará uma estratégia conservadora e defensiva. Sendo assim, com base na estratégia escolhida, espera-se que a gestão de pessoas adote as seguintes medidas:

- a) ênfase no controle, recrutamento interno e avaliações padronizadas.
b) processo formal de admissão e socialização, inovação e salários fixos.
c) produção eficiente, recrutamento externo e avaliações customizadas.
d) treinamento em equipe, flexibilidade e ênfase nas qualificações técnicas.
e) decisões centralizadas sobre os salários, treinamento individual e planejamento superficial do cargo.

→ RECRUTAMENTO (GESTÃO DE PESSOAS)

87. (FGV – 2022) Considere que a SEMSA esteja realizando recrutamento para um cargo de chefia, mas, por conta de problemas orçamentários, tenha que gastar o mínimo possível nessa atividade.

Dada a restrição apresentada, assinale a opção que indica o tipo de recrutamento que deveria ser adotado.

- a) Externo.
b) Interno.
c) Às cegas.
d) Por headhunter.
e) Misto.

88. (FGV – 2019) O recrutamento é um processo por meio do qual a organização atrai candidatos do mercado para suprir o processo de seleção aos cargos disponíveis. O recrutamento pode ser interno ou externo.

É um ponto forte do recrutamento interno:

- a) favorecer mudanças na cultura organizacional.
b) introduzir rapidamente novas competências na organização.
c) promover a interação da organização com o mercado de trabalho.
d) encorajar o desenvolvimento profissional dos atuais funcionários.
e) introduzir novas ideias e visões na organização.

→ SELEÇÃO (GESTÃO DE PESSOAS)

89. (FGV – 2022) Na Administração Pública, a seleção de pessoas por meio de concurso público foi uma mudança significativa, tendo sido fundamental para a profissionalização e a melhoria da capacidade de gestão da máquina administrativa.

Apesar disso, esse processo possui algumas deficiências, sendo, muitas vezes, ineficaz na seleção do profissional mais adequado para o cargo disputado, principalmente quando é realizado apenas por meio de uma prova escrita objetiva.

Com base no enunciado, assinale a opção que apresenta somente competência(s) considerada(s) na seleção por prova escrita objetiva.

- a) Conhecimento.
- b) Habilidade.
- c) Habilidade e atitude.
- d) Conhecimento e habilidade.
- e) Habilidade, conhecimento e atitude.

90. (FGV – 2022) Roberto, recém-formado em gestão de pessoas e grande entusiasta de novas tecnologias de energia sustentável, decide participar do processo seletivo de trainee para trabalhar em uma fabricante de painéis solares fotovoltaicos.

Apesar do seu interesse e sua dedicação ao processo, Roberto acaba sendo eliminado na etapa de seleção contingente.

Considerando a etapa de reprovação de Roberto, é correto inferir que Roberto foi eliminado

- a) na triagem inicial, baseada na análise curricular.
- b) nos testes de simulação de desempenho, apesar de aprovado na análise curricular.
- c) na entrevista, apesar de aprovado nos testes toxicológicos.
- d) na amostragem de trabalho, apesar de aprovado nas entrevistas.
- e) nos testes toxicológicos, apesar de aprovado nos testes escritos.

→ ANÁLISE E DESENHO DE CARGOS

91. (FGV – 2022) O plano de carreira é um instrumento que permite ao colaborador compreender como será o seu processo de crescimento na organização e quais as características que devem ser desenvolvidas para seu sucesso.

Com base nisso, assinale a opção que apresenta a estrutura de carreira na qual o colaborador inicia em um cargo básico e, posteriormente, pode optar pela carreira técnica ou gerencial.

- a) Estruturas paralelas.
- b) Linha generalista.
- c) Estrutura em rede.
- d) Estrutura em linha hierárquica.
- e) Estrutura em Y.

92. (FGV – 2022) A Administração Científica constituiu uma escola pioneira do pensamento administrativo, cujo principal expoente é Frederick Taylor. Um dos principais focos de atenção de Taylor foi a organização racional do trabalho, com vistas à eliminação do desperdício, da ociosidade e à redução dos custos de produção. A organização racional do trabalho fundamenta-se na análise dos tempos e movimentos do trabalhador, na fragmentação das tarefas e na especialização do trabalhador – resultando em cargos simples e em trabalho repetitivo. Ao longo do tempo, a racionalização do trabalho evidenciou suas limitações, tais como a monotonia e a desmotivação dos trabalhadores.

No entanto, os cargos simples ainda hoje podem ser encontrados em muitas organizações, pois têm como uma vantagem esperada:

- a) a divisão do trabalho, que favorece a cooperação.
- b) permitir a troca rápida e fácil de seus ocupantes.
- c) facilitar a adoção de novas tecnologias.
- d) a especialização, que facilita a rotação de cargos.
- e) a especialização, que reduz a incerteza no planejamento das necessidades de recursos humanos.

→ DESEMPENHO

93. (FGV – 2022) Suponha que, após a realização do Censo Demográfico de 2022, a direção do IBGE decida realizar uma avaliação de desempenho dos funcionários do Instituto que atuaram no processo, visando avaliar suas contribuições e desempenho.

Para tanto, um método simples e tradicional que poderia ser utilizado para essa avaliação de desempenho é conhecido por:

- a) Escala gráfica.
- b) Dualístico.
- c) Trigonométrico.
- d) Distribuição Exponencial.
- e) Descrição de cargos.

94. (FGV – 2022) Em certa organização pública de grande porte, o sistema de avaliação de desempenho dos funcionários é realizado pelo método da pesquisa de campo.

É uma vantagem desse método:

- a) enfatizar a melhora do desempenho e o alcance de resultados.
- b) favorecer a participação intensa do avaliado.
- c) ter baixo custo, por ser centralizado na área de recursos humanos.
- d) proporcionar a participação de todos os membros da equipe do avaliado.
- e) ter aplicação rápida, por utilizar-se de instrumentos padronizados.

95. (FGV – 2021) A avaliação de desempenho empregada pelas organizações, a que considera a percepção das pessoas de todas as áreas com quem o funcionário tem contato no contexto da organização, é conhecida como

- a) método das escalas gráficas.
- b) auto avaliação exponencial
- c) comissão de avaliação.
- d) pesquisa de campo.
- e) avaliação 360°.

96. (FGV – 2021) Os modelos de avaliação de desempenho, embora tenham grande utilidade na organização, possuem falhas que podem comprometer sua finalidade. Um exemplo desse tipo de falha está relacionado com o *Efeito Horn*, que ocorre quando o avaliador

- a) utiliza apenas valores medianos nas avaliações para não criar um mal-estar.
- b) adota uma postura benevolente com o avaliado, em função de um sentimento de pena.
- c) generaliza, de forma prejudicial, a avaliação em função de alguma fragilidade específica do avaliado.

- d) repete sempre as mesmas notas nas avaliações de indivíduos distintos.
- e) analisa de forma rigorosa os indivíduos, com o objetivo de causar prejuízo na carreira do avaliado.

97. (FGV – 2021) Os processos de avaliação de desempenho humano são sujeitos a distorções que podem impedir que o atingimento da eficácia pretendida. Um problema comumente observado é a tendência a se avaliar os colaboradores pela média, evitando-se avaliações extremas (excelentes ou muito fracas).

Essa distorção é conhecida como:

- a) tendência de halo.
- b) efeito de curva normal.
- c) pressão reducionista.
- d) efeito de proximidade.
- e) tendência central.

98. (FGV – 2021) Em um relatório de avaliação de desempenho de um funcionário, os resultados foram os seguintes:

- I. Possui grande capacidade de analisar de forma lógica.
- II. É extremamente dedicado às tarefas exigidas.
- III. Tem grande dificuldade de se comunicar em público.
- IV. Tem sérios problemas para lidar com situações de pressão.

Com base nos resultados encontrados, assinale a opção que indica o método de avaliação de desempenho utilizado.

- a) Avaliação Participativa por Objetivos.
- b) Incidentes Críticos.
- c) Lista de Verificação.
- d) Escalas Gráficas.
- e) Distribuição Forçada.

99. (FGV – 2019) Um órgão da Prefeitura de Salvador pretende aplicar uma política de valorização de pessoal, utilizando, como base, resultados de avaliações de desempenho.

Para isso, será utilizado um método democrático em que o chefe e o subordinado decidem, em conjunto, quais serão os resultados visados e os recursos necessários.

Esse método é conhecido como

- a) Avaliação 360 graus.
- b) Avaliação Participativa por Objetivos.
- c) Avaliação por Escala Gráfica.
- d) Avaliação por Listas de Verificação.
- e) Avaliação por escolha forçada.

100. (FGV – 2019) Em todas as organizações, o trabalho dos funcionários é objeto da função controle, para garantir que os esforços sejam coordenados e direcionados ao atingimento dos objetivos organizacionais. Assim, técnicas comportamentais de controle são utilizadas, de forma a assegurar que os funcionários estejam fazendo o que a organização espera deles.

É uma técnica de controle comportamental, entre outras:

- a) otimização de processos de recursos humanos.
- b) identificação de gaps de competências.
- c) especialização do trabalho.
- d) avaliação de desempenho.
- e) definição da amplitude de controle.

101. (FGV – 2019) A avaliação de desempenho é um processo conduzido de diferentes formas, nas diversas organizações. Um dos aspectos mais importantes nesse processo é definir quem conduzirá a avaliação de desempenho. Por vezes, esse processo é centralizado na área de recursos humanos, que assume total responsabilidade por sua realização.

Entre as **desvantagens** da centralização da avaliação de desempenho na área de recursos humanos, pode-se apontar:

- a) não permitir o uso de entrevistas de feedback, limitando a correção do desempenho inadequado.
- b) tendência a focar em resultados extremos, tanto positivos quanto negativos, em detrimento dos desempenhos médios.
- c) tendência a trabalhar com medidas tais como médias e medianas, em detrimento do desempenho individualizado.
- d) exigir o uso dos métodos de ordenação múltipla e distribuição forçada, resultando em complexidade de execução.
- e) exigir o mapeamento prévio das competências e dos gaps de competências, medindo apenas o desempenho passado.

→ GESTÃO POR COMPETÊNCIAS

102. (FGV – 2021) As competências coletivas, que geram a diferenciação de uma organização e o valor percebido pelos clientes, são conhecidas como

- a) básicas.
- b) essenciais.
- c) superiores.
- d) declinantes.
- e) transitórias.

103. (FGV – 2021) Ao preparar o edital de um concurso público para a contratação de novos funcionários, a IMBEL impôs, como pré-requisito para um dos cargos, experiência de 3 anos, que será, inclusive, testada de forma prática em uma das etapas do concurso.

Assinale a competência associada a essa exigência da IMBEL.

- a) Conhecimento.
- b) Habilidade.
- c) Sabedoria.
- d) Cognição.
- e) Atitude.

104. (FGV – 2019) Leia o trecho a seguir, retirado do site do jornal *O GLOBO*.

“Os dados do IBGE mostram que a taxa de desemprego é maior entre as pessoas com menor escolaridade. Os mais afetados são aqueles que têm ensino médio incompleto - para esse grupo, a taxa é de 20%, contra 6,2% para os profissionais com curso superior.”

Analisando o trecho apresentado e fazendo um paralelo com a gestão de pessoal por competências, é correto afirmar que a taxa de desemprego tem uma relação direta com a competência conhecida por

- a) atitude.
- b) conhecimento.
- c) raciocínio.
- d) aptidão.
- e) habilidade.

105. (FGV – 2019) As competências podem ser definidas como um conjunto de conhecimentos que o indivíduo mobiliza e aplica, de forma reiterada, dentro de um contexto organizacional, agregando valor à organização e a si mesmo.

Esse conceito destaca que a competência individual tem duas dimensões, a saber:

- a) capacidades e entregas.
- b) atitudes e desempenho.
- c) conhecimentos e atitudes.
- d) metas e desempenho.
- e) expectativas e entregas.

106. (FGV – 2019) Em uma organização, o mapeamento de competências apontou a necessidade de desenvolver, nos cargos de nível tático, a competência “liderança de equipes multiculturais” – envolvendo as capacidades “conhecimento da língua inglesa”, “cooperação” e “empatia”.

Seriam técnicas adequadas para o desenvolvimento dessas capacidades, respectivamente:

- a) treinamento no cargo; coaching; treinamento em sala de aula.
- b) leitura de livros; cursos a distância; treinamento experiencial.
- c) treinamento em sala de aula; treinamento experiencial; coaching.
- d) treinamento no cargo; coaching; coaching.
- e) treinamento experiencial; treinamento em sala de aula. treinamento no cargo.

→ ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

107. (FGV – 2021) Relacione os modelos de administração de caixa às suas respectivas características.

- 1. Modelo do caixa mínimo operacional.
- 2. Modelo de Baumol.
- 3. Modelo de Miller-Orr.

- () O modelo considera que o caixa é imprevisível e, assim, o fluxo líquido de caixa pode ser igual ao valor esperado ou algum valor superior ou inferior, previamente calculado e determinado.
- () O modelo supõe que as entradas e saídas de caixa podem ser previstas com precisão, ao mesmo tempo em que uma carteira de títulos negociáveis atua como um reservatório para suprir os saldos de caixa transacionais.
- () Nesse modelo, a falta de sincronização entre as entradas e saídas de recursos financeiros é financiada por uma reserva, que deve apresentar-se suficiente para processar pagamentos quando as entradas esperadas (recebimentos) não se realizarem.

Assinale a opção que mostra a relação correta, segundo a ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3.
- b) 2 – 1 – 3.
- c) 2 – 3 – 1.
- d) 3 – 1 – 2.
- e) 3 – 2 – 1.

108. (FGV – 2021) A respeito do orçamento, utilizado como instrumento de controle de uma sociedade empresária, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa:

- () O orçamento é a expressão quantitativa e formal dos planos da sociedade empresária e seu planejamento cuidadoso é vital para a saúde de qualquer organização.
- () O orçamento define se as decisões da sociedade empresária são compatíveis com a capacidade de geração de caixa, com a estrutura de capital de giro ou com as metas de remuneração pretendidas.
- () O orçamento de uma sociedade empresarial é um plano administrativo abrangendo todas as fases das operações para um período futuro definido.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- a) F – V – V.
- b) V – F – V.
- c) V – V – V.
- d) F – V – F.
- e) V – V – F.

→ DISPOSIÇÕES GERAIS (ARTS. 1º A 5º DA LEI Nº 12.527/2011)

109. (FGV – 2022) A Lei nº 12.527/2011 regulamenta o direito constitucional de acesso dos cidadãos às informações públicas.

Para os efeitos desta Lei, considera-se *primariedade* a qualidade da informação

- a) que pode ser conhecida e utilizada por indivíduos, equipamentos ou sistemas autorizados.
- b) submetida à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade.
- c) relacionada à pessoa natural identificada ou identificável durante o processamento dos dados.
- d) que tenha sido produzida, expedida, recebida ou modificada por determinado indivíduo, equipamento ou sistema.
- e) coletada na fonte, com o máximo de detalhamento possível, sem modificações.

110. (FGV – 2021) Assegurar o direito fundamental de acesso à informação se inclui entre as boas práticas de transparência no setor público, baseadas em princípios e diretrizes que orientam as legislações sobre o tema.

Uma diretriz discrepante das boas práticas de transparência no setor público é:

- a) desenvolvimento do controle social da administração pública.
- b) divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações.
- c) identificação adequada dos solicitantes de informações, mediante justificativa.
- d) observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção.
- e) utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação.

→ DO ACESSO A INFORMAÇÕES E DA SUA DIVULGAÇÃO (ARTS. 6º A 9º DA LEI Nº 12.527/2011)

111. (FGV – 2022) Pedro, cidadão com elevada consciência política, encaminhou representação ao Prefeito do Município Alfa, que tem cerca de um milhão de habitantes, na qual insurgia-se contra a não disponibilização, na *internet*, das informações afetas aos procedimentos licitatórios realizados no decorrer do ano, incluindo os contratos celebrados.

A ausência de disponibilização das referidas informações está

- a) incorreta, pois a lei de regência determina expressamente que tal seja feito.
- b) correta, já que os Municípios não são alcançados pela obrigação de adotar essa medida.
- c) correta, pois a necessidade de preservação do interesse público e da intimidade dos envolvidos impede que tal seja feito.
- d) incorreta, mas apenas em relação às licitações e aos contratos administrativos afetos à prestação de serviços públicos.
- e) correta, pois as informações devem ser fornecidas apenas àqueles que as requererem, não devendo ser disponibilizadas na internet.

→ DO PROCEDIMENTO DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 10 A 20 DA LEI Nº 12.527/2011)

112. (FGV – 2022) João, brasileiro com vinte anos de idade e que jamais solicitara o seu alistamento eleitoral, requereu, à Secretaria de Estado de Segurança Pública do Estado Alfa, informações a respeito de auditoria realizada pelo órgão competente de controle interno nas contratações realizadas pelo órgão. Acresça-se que, no bojo desse requerimento, João não indicou a finalidade em que essas informações seriam utilizadas.

À luz da sistemática vigente, é correto afirmar que o requerimento de João deve ser

- a) indeferido, pois as informações solicitadas são exclusivas para o uso interno.
- b) indeferido, pois somente o cidadão pode ter acesso às informações almejadas.
- c) indeferido, já que não foi declinada em que finalidade as informações seriam utilizadas.
- d) deferido, sendo irrelevante o fato de João não ser cidadão e de não indicar a finalidade das informações.
- e) deferido, desde que João, após a devida provocação, indique em que finalidade as informações serão utilizadas.

113. (FGV – 2022) A Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) dispõe que o acesso à informação solicitada nos termos da lei deve ser imediato, mas prevê possibilidade de prazo de vinte dias para a resposta.

Esse prazo poderá ser usado quando, no momento do recebimento da solicitação, se tratar de informação:

- a) disponível apenas em meio impresso.
- b) que necessite ser processada.
- c) de natureza pessoal.
- d) de acesso restrito.
- e) de caráter sigiloso.

→ DAS RESTRIÇÕES DE ACESSO À INFORMAÇÃO (ARTS. 21 A 31 DA LEI Nº 12.527/2011)

114. (FGV – 2021) A Secretaria de Segurança Pública do Amazonas considerou imprescindíveis à segurança da sociedade as informações constantes em um relatório de inteligência sobre organizações criminosas que atuam no Estado, de maneira que sua divulgação ou acesso irrestrito poderia comprometer atividades de inteligência, bem como de investigações em andamento, relacionadas com a prevenção e repressão de infrações. Com base na Lei de Acesso à Informação, observado o interesse público da informação e utilizados os critérios menos

restritivos possíveis, o mencionado relatório foi classificado quanto ao grau de sigilo como informação reservada.

De acordo com a Lei Federal nº 12.527/2011, o prazo máximo de restrição de acesso a tal informação reservada é de:

- a) um ano e, transcorrido esse prazo ou consumado o evento que definiu o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.
- b) três anos e, transcorrido esse prazo ou consumado o evento que definiu o seu termo final, o órgão público fará nova análise sobre a conveniência de liberação da informação a acesso público.
- c) cinco anos e, transcorrido esse prazo ou consumado o evento que definiu o seu termo final, a informação tornar-se-á, automaticamente, de acesso público.
- d) quinze anos e, transcorrido esse prazo ou consumado o evento que definiu o seu termo final, o órgão público fará nova análise sobre a conveniência de liberação da informação a acesso público.
- e) vinte e cinco anos e, transcorrido esse prazo ou consumado o evento que definiu o seu termo final, o órgão público fará nova análise sobre a conveniência de liberação da informação a acesso público.

→ NOÇÕES INTRODUTÓRIAS DE ADMINISTRAÇÃO OU GESTÃO DE PROJETOS

115. (FGV – 2022) Um novo gerente de projetos de uma empresa da Zona Franca de Manaus, ao realizar seu primeiro empreendimento, tem dúvidas sobre a definição de custos, riscos e custos de mudança de cada uma das fases do ciclo de vida de um projeto.

Em função disso, ele realiza uma pesquisa no seu guia PMBOK, chegando à conclusão de que

- a) os custos de mudança do projeto vão crescendo com o andamento do projeto, mas decaem rapidamente ao chegar na fase de avaliação.
- b) os riscos de um projeto aumentam consideravelmente à medida que o projeto vai percorrendo as fases de seu ciclo de vida.
- c) os custos de execução aumentam até o final da fase de organização e preparação, iniciando seu processo de queda a partir daí, até atingir seu nível mínimo no encerramento.
- d) os riscos relacionados a um projeto, por serem incontrolláveis, permanecem constantes até chegar ao seu final.
- e) a fase de execução é o momento do ciclo de vida no qual os custos e o nível de pessoal atingem seu nível máximo.

116. (FGV – 2022) De acordo com o PMBOK, projetos são empreendidos em todos os níveis organizacionais com diferentes objetivos.

A natureza temporária dos projetos indica que eles

- a) são de curta duração.
- b) agregam valores temporários ao negócio.
- c) têm um início e um término definidos.
- d) geram entregas que produzem efeitos temporários.
- e) findam automaticamente quando há um cronograma bem definido.

117. (FGV – 2022) Um determinado órgão da administração pública irá modernizar seu parque computacional. De modo a obter a padronização das aquisições, tecnologias e métodos, a unidade organizacional do mais alto nível da hierarquia executará a gerência dos projetos de modernização de suas subordinadas de modo coordenado. Dessa forma, a unidade de mais alto nível organizacional visa à obtenção de benefícios que não estariam disponíveis se os projetos fossem gerenciados individualmente.

Com isso, a organização deve compor um(a)

- a) megaprojeto.
- b) programa.
- c) portfólio.
- d) operação.
- e) serviço.

118. (FGV – 2022) Segundo o Guia PMBOK, 6ª edição, um **portfólio** é definido como sendo

- a) conhecimentos, habilidades, ferramentas e técnicas às atividades do projeto a fim de cumprir seus requisitos.
- b) projetos, programas, portfólios subsidiários e operações gerenciados em grupo para alcançar objetivos estratégicos.
- c) aplicação de conhecimentos, habilidades e princípios para atingir os objetivos do programa e obter benefícios e controle que de outra forma não estariam disponíveis.
- d) um ciclo de vida iterativo, cujo escopo é determinado no início do ciclo de vida do projeto, mas as estimativas de prazo e custos são normalmente modificadas à medida que a equipe do projeto compreende melhor o produto.
- e) um ciclo de vida incremental, cujos entregáveis são produzidos por meio de uma série de iterações que sucessivamente adicionam funcionalidade em um prazo predeterminado.

119. (FGV – 2021) O empreendimento temporário, realizado para a criação de um serviço, produto ou resultado exclusivo, é chamado de

- a) planejamento.
- b) operação.
- c) atividade.
- d) processo.
- e) projeto.

120. (FGV – 2021) Um funcionário da IMBEL é convocado para elaborar um projeto, visando à criação de um novo setor focado na produção de armas de precisão. Assinale a opção que indica as fases desse projeto.

- a) Iterativas, contínuas ou repetitivas.
- b) Iterativas, contínuas ou sequenciais.
- c) Sequenciais, sobrepostas ou iterativas.
- d) Contínuas, sobrepostas ou intermitentes.
- e) Sobrepostas, sequenciais ou intermitentes.

121. (FGV – 2021) Com relação à sexta edição do PMBOK, analise as afirmativas a seguir.

- I. A sexta edição manteve o número de 10 áreas de conhecimento e 5 grupos de processos.
- II. No modelo de cronograma, para estimar a duração mínima do projeto e determinar o grau de flexibilidade nas sequências lógicas das atividades da rede, o PMBOK 6ª edição indica o uso do método do caminho crítico.
- III. De acordo com o PMBOK 6ª edição, tipicamente os custos de um projeto são baixos no início e aumentam gradativamente quando o projeto se aproxima do final.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I;
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

122. (FGV – 2021) Uma empreiteira implementa projeto de construção de novo shopping na cidade de Aracaju, na orla da praia de Atalaia. Para aproveitar a vista da praia, a empresa optou por desenvolver uma edificação apenas com vidraças espelhadas, permitindo a visualização de toda a orla pelos frequentadores do shopping.

No atual momento, o projeto encontra-se na etapa de seu ciclo de vida em que os custos de mudança são altos e os riscos baixos.

É **correto** afirmar, portanto, que esse projeto se encontra na etapa de:

- a) início.
- b) preparação.
- c) organização.
- d) termo de abertura.
- e) encerramento.

123. (FGV – 2021) A ação pública desenvolve-se por intermédio de políticas, programas, projetos e atividades.

Os projetos são:

- a) incorporados à rotina das organizações e exigem modelos gerenciais hierarquizados.
- b) atividades com data de início e término e não têm restrição de tempo ou de custos.
- c) finitos no tempo, esforços singulares e exigem modelos gerenciais orgânicos.
- d) esforços permanentes para criar um produto ou serviço exclusivo.
- e) parte da atividade operacional de uma organização.

124. (FGV – 2019) Um importante conceito utilizado na gestão de projetos é o de *programa*, que está relacionado à ideia de

- a) esforço temporário desempenhado, buscando a criação de um resultado único, respeitando determinadas restrições conflitantes como escopo, tempo e orçamento.
- b) atividades rotineiras de caráter tático, desenvolvidas por gerentes intermediários a fim de promover o tratamento adequado do portfólio de serviços de determinado setor.
- c) projetos e outros trabalhos organizados de forma adequada e eficiente, a fim de atender os objetivos estratégicos da organização.
- d) sequência coordenada de atividades, realizado de forma permanente e contínua, com objetivo de gerar produtos padronizados.
- e) agregado de projetos relacionados de modo articulado, que visam a obtenção de benefícios e controles que seriam inviáveis caso geridos isoladamente.

→ CICLO DE VIDA DE PROJETOS

125. (FGV – 2021) Assinale a opção que **não** se enquadra entre as **fases do ciclo de vida de um projeto**.

- a) Execução.
- b) Início.
- c) Monitoramento.
- d) Organização e Preparação.
- e) Encerramento.

→ PMO - ESCRITÓRIO DE PROJETOS

126. (FGV – 2022) Um escritório de gerenciamento de projetos, segundo o Guia PMBOK 6ª edição, é uma estrutura organizacional que é responsável, necessariamente, por

- a) definir as políticas de preços, eliminar e/ou alterar produtos e serviços do portfólio da organização.
- b) elaborar o plano de negócio empresarial e dissipar a visão, missão e objetivos a serem perseguidos.
- c) determinar os objetivos de vendas, receitas, margens e estratégia de negócio da organização.
- d) comprar, implementar e manter em funcionamento os produtos de TI, como softwares e hardwares.
- e) padronizar processos de governança, desenvolver e disseminar práticas metodológicas.

127. (FGV – 2021) Conforme previsto no guia PMBOK, que dispõe sobre gestão de projetos, o Escritório de Gerenciamento de Projetos é a estrutura responsável, principalmente, pela manutenção dos padrões na execução de projetos no ambiente organizacional, podendo possuir diferentes graus de controle e influência.

Caso um Escritório de Gerenciamento de Projetos tenha um papel consultivo e apenas forneça modelos e informações sobre melhores práticas, será considerado do tipo

- a) diretivo.
- b) de controle.
- c) de suporte.
- d) democrático.
- e) deliberativo.

→ CONCEITOS GERAIS DE ÁREAS DE CONHECIMENTO E GRUPOS DE PROCESSO

128. (FGV – 2019) Os processos de gerenciamento de projetos são agrupados em cinco categorias. Jonas é o gerente de um projeto de desenvolvimento de software e está executando atividades para determinar, documentar e gerenciar as necessidades e requisitos das partes interessadas, a fim de atender aos objetivos do projeto.

Sendo assim, Jonas está realizando um processo do grupo de:

- a) iniciação.
- b) planejamento.
- c) execução.
- d) monitoramento e controle.
- e) encerramento.

→ GERENCIAMENTO DO CRONOGRAMA (TEMPO) DO PROJETO

129. (FGV – 2022) Uma gerente de projetos (GP) está trabalhando na construção do cronograma para um novo projeto, que fornecerá como produto uma solução de Business Intelligence. As atividades já foram definidas e sequenciadas.

Para estimar a duração esperada de cada atividade por meio de faixas de durações prováveis, otimistas e pessimistas, a GP realizou a estimativa:

- a) análoga.
- b) bottom-up.
- c) paramétrica.
- d) de três pontos.
- e) analítica de dados.

→ GERENCIAMENTO DO CUSTO DO PROJETO

130. (FGV – 2022) De acordo com o Guia PMBOK, 6ª Edição, o gerenciamento dos custos de um projeto inclui vários processos para possa ser realizado dentro do orçamento aprovado.

O processo de monitoramento do status do projeto para atualizar custos e gerenciar mudanças da linha de base dos custos, é denominado

- a) planejar o gerenciamento dos custos.
- b) determinar o orçamento.
- c) reelaborar os custos.
- d) controlar os custos.
- e) estimar os custos.

131. (FGV – 2022) Um gestor contratou a construção de um auditório para a empresa em que trabalha, ao custo de R\$ 1.200.000, com o prazo de seis meses para realização da obra. Ao fim do terceiro mês, a situação do projeto é a retratada na tabela a seguir.

Prazo	Valor	Realizado	
		Custo	Valor entregue
Mês 1	200.000	240.000	182.000
Mês 2	400.000	485.000	325.000
Mês 3	600.000	580.000	522.000
Mês 4	800.000		
Mês 5	1.000.000		
Mês 6	1.200.000		

Analisando-se o andamento do projeto pela técnica EVA (*earned value analysis*), é **correto** afirmar que (desconsiderar centavos):

- a) o valor do índice de performance de prazo (SPI) é 0,78.
- b) o índice de performance de custo (CPI) é menor que o índice de performance de prazo (SPI).
- c) se o restante do projeto for executado de acordo com o valor projetado, a estimativa para concluir o projeto (ETC) é de R\$ 600.000.
- d) se o restante do projeto for executado de acordo com o índice de performance de custo (CPI), a estimativa para concluir o projeto (ETC) é de R\$ 753.333.
- e) se o restante do projeto for executado de acordo com o índice de performance de prazo (SPI), o orçamento na data de conclusão (BAC) é de R\$ 678.000.

→ GERENCIAMENTO DA QUALIDADE DO PROJETO

132. (FGV – 2022) Com relação aos processos de gerenciamento da qualidade de projeto descritos no Guia PMBOK, 6ª edição, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Planejar a Qualidade* – Processo de identificar os requisitos e/ou padrões da qualidade do projeto e suas entregas, e documentar como o projeto demonstrará a conformidade com os requisitos e/ou padrões de qualidade.
- II. *Gerenciar a Qualidade* – Processo de transformar o plano de gerenciamento da qualidade em atividades da qualidade executáveis que incorporam no projeto as políticas de qualidade da organização.
- III. *Padronizar a Qualidade* – Processo de mensurar e registrar resultados da execução de atividades de gerenciamento da qualidade para avaliar o desempenho e garantir que as saídas do projeto sejam completas, corretas e atendam às expectativas do projetista.

Está correto o que se afirma em

- a) I, somente.
- b) II, somente.
- c) III, somente.
- d) I e II, somente.
- e) I e III, somente.

133. (FGV – 2022) Leia o fragmento a seguir.

“Segundo o Guia PMBOK, 6ª edição, uma métrica da qualidade especificamente descreve um atributo de projeto ou produto e como o processo de___ verificará a conformidade com ela. d) Alguns exemplos de métricas da qualidade incluem,___, número de defeitos identificados por dia,___, pontuações de satisfação do cliente e porcentagem de requisitos cobertos pelo plano de testes como uma medida da cobertura de testes”.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

- a) padronizar a qualidade – erros encontrados por linha de código – desempenho de custos medido por IDC.
- b) gerenciar a qualidade – desempenho de custos medido por IDC – custo geral do projeto.
- c) controlar a qualidade – índice de falhas – períodos de inatividade total por mês.
- d) certificar a qualidade – índices de acertos – quantidade de abertura de chamados de manutenção corretiva.
- e) planejar o gerenciamento da qualidade – erros em documentação – índice de substituição de membros da equipe.

→ GERENCIAMENTO DAS COMUNICAÇÕES DO PROJETO

134. (FGV – 2022) Com relação aos processos de Gerenciamento das Comunicações de um Projeto apresentados no Guia PMBOK, 6ª edição, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Controlar as Comunicações* – processo que desenvolve uma abordagem adequada para controlar as atividades de comunicação do projeto com base nas necessidades de segurança das partes interessadas, nos ativos organizacionais e sigilos do projeto.
- II. *Gerenciar as Comunicações* – processo que assegura a coleta, criação, distribuição, armazenamento, recuperação, gerenciamento, monitoramento e disposição final das informações do projeto, de forma oportuna e adequada.
- III. *Monitorar as Comunicações* – processo que garante que as necessidades de informação do projeto e de suas partes interessadas sejam atendidas.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

→ GERENCIAMENTO DOS RISCOS DO PROJETO

135. (FGV – 2022) Na execução de um projeto, uma das responsabilidades do gestor encarregado é a gestão adequada dos riscos envolvidos. Dessa forma, caso, como resposta a um risco de roubo de um dos veículos envolvidos no projeto, o gestor trate um seguro, significa que ele adotou uma postura de

- a) mitigação.
- b) prevenção.

- c) melhoria.
- d) transferência.
- e) aceitação.

136. (FGV – 2021) Segundo o disposto no PMBOK, os riscos residuais

- a) continuam a existir ainda que as respostas aos riscos tenham sido implementadas.
- b) afetam o projeto como um todo, de forma homogênea.
- c) representam condições de incertezas que podem ter efeito positivo ou negativo nos objetivos, desde que ocorram.
- d) surgem como consequência direta da implementação de respostas aos problemas.
- e) ameaçam elementos do ambiente externo da organização, como as partes interessadas.

→ GERENCIAMENTO DAS PARTES INTERESSADAS DO PROJETO

137. (FGV – 2022) O PMBOK 5ª edição possui uma área de conhecimento que aborda os processos necessários para identificar as pessoas, grupos ou organizações que podem afetar ou serem afetados pelo projeto, para analisar as expectativas desses elementos e seu impacto no projeto e desenvolver estratégias de gestão adequadas para efetivamente envolvê-los nas decisões e na execução do projeto.

O nome dessa área de conhecimento é Gerenciamento

- a) da integração.
- b) de partes interessadas.
- c) do escopo.
- d) dos riscos.
- e) da qualidade.

→ DIAGRAMA DE REDES, PERT, CPM E MDP

138. (FGV – 2022) Um gerente precisa montar a rede PERT de um projeto para redução de custos na organização em que trabalha. Uma das atividades cruciais no projeto é a instalação de painéis solares para geração de energia. O gerente trabalha com as seguintes estimativas para a duração dessa atividade: otimista, 40 dias; pessimista, 88 dias; mais provável, 52 dias.

O tempo esperado para essa atividade é de:

- a) 52 dias.
- b) 56 dias.
- c) 60 dias.
- d) 66 dias.
- e) 88 dias.

139. (FGV – 2022) Em gerência de projetos, uma das atividades mais desafiadoras é a estimativa de duração das atividades. Quando não há dados históricos suficientes ou quando se usam dados baseados em opiniões, a técnica empregada é a estimativa de três pontos. A duração esperada (tE) é calculada com base na duração mais provável (tM), na otimista (tO) e na pessimista (tP).

De acordo com o PMBOK 6ª Edição, a distribuição triangular da estimativa de três pontos é realizada por meio da fórmula:

- a) $tE = (tO \times tM \times tP)$.
- b) $tE = (1tO + 2tM + 3tP)$.
- c) $tE = 3 \times (tO + tM + tP)$.
- d) $tE = (tO + tM + tP) / 3$.
- e) $tE = (3tO + 3tM + 3tP) / 100$.

140. (FGV – 2021) As técnicas PERT e CPM, também conhecidas como Método do Caminho Crítico, são ferramentas utilizadas pelos gestores para gerenciamento de projetos. Apesar de serem técnicas isoladas, são frequentemente utilizadas em conjunto, com a finalidade de maximizar seus benefícios.

Assinale a opção que indica diferenças entre essas duas ferramentas.

- Enquanto a PERT é considerada probabilística, o CPM possui caráter determinístico.
- Enquanto a PERT pode ser desenvolvida por um único colaborador, o CPM necessita de um grupo com muitas pessoas.
- Enquanto a PERT desconsidera variáveis estatísticas, o CPM deixa de lado os aspectos emocionais dos gerenciados.
- Enquanto a PERT foca em redesenhos pontuais, o CPM preconiza o uso de mudanças radicais.
- Enquanto a PERT aloca esforços em atividades de campo, o CPM funciona melhor com a utilização de entrevistas.

141. (FGV – 2019) Entre as várias etapas do desenho de uma rede PERT está a estimativa do tempo das principais atividades do projeto em foco. O cálculo do tempo estimado de cada atividade da rede PERT leva em conta:

- a estimativa pessimista para a atividade, as folgas totais e as folgas dependentes para a atividade.
- a estimativa otimista, a estimativa pessimista e a estimativa mais provável para a atividade.
- a estimativa mais provável para a atividade e o caminho crítico do projeto.
- as folgas totais, a estimativa mais provável para a atividade e o tempo de espera para a atividade.
- as atividades predecessoras, o caminho crítico do projeto e a estimativa pessimista para a atividade.

142. (FGV – 2019) Jurema é a gerente de um projeto de desenvolvimento de software e está reanalisando o projeto para prever sua duração. Para isso, ela analisa a sequência de atividades com a menor flexibilidade no cronograma.

Jurema está utilizando a técnica chamada de:

- método do caminho crítico.
- método do diagrama de precedência.
- estrutura analítica do projeto.
- fluxograma.
- dependência de escopo.

→ EAP - ESTRUTURA ANALÍTICA DO PROJETO

143. (FGV – 2022) O processo de criar a estrutura analítica do projeto (EAP), comumente realizado em gerenciamento de projetos, consiste em

- decompor as entregas e o trabalho do projeto em componentes menores e mais facilmente gerenciáveis.
- definir repositórios de conhecimento para guardar informações históricas e lições aprendidas durante o projeto.
- coletar os requisitos de negócios para compor a declaração de escopo do projeto a ser aprovada pelos stakeholders.
- elaborar uma representação hierárquica dos responsáveis e unidades organizacionais impactadas pelo projeto.
- promover uma ação coordenada dentro da organização para assegurar que todos os riscos do projeto sejam mitigados.

144. (FGV – 2022) A Metodologia de Gerência de Projetos do Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação (MGP-SISP) é um instrumento que reúne processos, artefatos, técnicas e ferramentas para os órgãos da Administração Pública.

Segundo o ciclo de vida padrão da MGP-SISP, versão 1.0, a estrutura analítica do projeto (EAP) é um artefato que deve ser elaborado na fase de

- iniciação.
- planejamento.
- execução.
- monitoramento e controle.
- encerramento.

145. (FGV – 2021) Carlos precisa lidar com o planejamento do escopo de um projeto para assegurar que inclua todo o trabalho, e apenas o necessário, para concluir o projeto com sucesso. o PMBOK 6ª edição, decompor as entregas e o trabalho do projeto em componentes menores e mais facilmente gerenciáveis, fornecendo uma visão estruturada do que deve ser entregue, é expresso pelo processo de:

- coletar os requisitos.
- orientar e gerenciar o trabalho do projeto.
- planejar o gerenciamento dos recursos.
- controlar o escopo.
- criar EAP (Estrutura Analítica do Projeto).

146. (FGV – 2021) Acerca da gestão de projetos e das características da *Estrutura Analítica do Projeto*, analise as afirmativas a seguir.

- Evidencia as entregas em pacotes de trabalho.
- É representada por meio de uma estrutura hierarquizada.
- Amplia o tempo e a complexidade do gerenciamento.

Está correto o que se afirma em

- I, apenas.
- II, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

147. (FGV – 2021) Sobre as características da *Estrutura Analítica do Projeto*, analise as afirmativas a seguir.

- Evidencia as entregas em pacotes de trabalho.
- É representada por meio de uma estrutura hierarquizada.
- Amplia o tempo e a complexidade do gerenciamento.

Está correto o que se afirma em

- I, apenas.
- II, apenas.
- I e II, apenas.
- I e III, apenas.
- II e III, apenas.

→ OUTROS ASPECTOS DE GESTÃO DE PROJETOS

148. (FGV – 2021) Para saber se um projeto foi bem-sucedido, é fundamental utilizar medidas de desempenho, pois sem elas fica difícil, ou mesmo impossível, saber se os objetivos foram alcançados da forma adequada e segundo os impactos pretendidos.

O impacto gerado por um projeto é medido por meio da avaliação de:

- a) eficácia.
- b) eficiência.
- c) efetividade.
- d) razoabilidade.
- e) economicidade.

→ MODELAGEM DE PROCESSOS DE NEGÓCIO (BPM)

149. (FGV – 2022) A respeito da técnica de mapeamento de processo As-IS, assinale a afirmativa correta.

- a) Demonstra a situação atual dos processos organizacionais.
- b) Busca indicadores para aperfeiçoamento de processos.
- c) Implementa uma modelagem técnica de processo.
- d) Coloca em prática um modelo de processo.
- e) Redesenha o processo.

150. (FGV – 2022) A respeito da *Business Process Modeling Notation* (BPMN), analise as afirmativas a seguir.

- I. Tem objetivo de prover recursos e elementos para modelar os processos de negócio.
- II. Deve ser compreendido por analistas de negócio, técnicos, usuários e todos os envolvidos com o processo.
- III. Permite expressar os processos de negócio desde que utilizados vários diagramas de processo.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

151. (FGV – 2022) Durante o processo de mapeamento dos negócios de uma empresa que trabalha com projetos de engenharia, a equipe responsável pela identificação dos processos realizou uma entrevista com os integrantes da área de TI.

Nessa entrevista, os integrantes da equipe de TI informaram que seus processos visam prestar apoio a todos os setores da empresa garantindo a continuidade dos serviços de Internet, gerenciar o funcionamento das licenças dos *softwares* usados pela empresa e realizar a manutenção dos equipamentos.

Após essa entrevista, pode-se concluir que seus processos podem ser classificados como

- a) gerenciais.
- b) organizacionais.
- c) de suporte.
- d) de negócios.
- e) finalísticos.

152. (FGV – 2022) A cada ciclo de contratação de uma empresa hipotética, os novos colaboradores fazem cursos em que são levados a conhecer a história da empresa, sua constante busca pela melhoria dos processos e são apresentados a antigos empregados da empresa que, com seu trabalho e comprometimento, colaboraram para o sucesso e o reconhecimento que ela possui no mercado, atualmente.

No contexto do gerenciamento BPM, essa prática visa desenvolver

- a) a governança.
- b) o método.
- c) a tecnologia da informação.
- d) o alinhamento estratégico.
- e) a cultura organizacional.

153. (FGV – 2022) O ciclo de vida do *Business Process Management* é composto por quatro fases principais.

Assinale a opção que indica a fase em que o histórico de execução do projeto é analisado e os problemas são identificados, podendo levar à remodelagem dos processos.

- a) Avaliação.
- b) Reexecução.
- c) Configuração.
- d) Projeto & análise.
- e) Refinamento & manutenção.

154. (FGV – 2022) Assinale a opção que indica as categorias que os elementos notacionais de um diagrama de processos de negócio.

- a) activities – artefacts.
- b) data objects – association objects.
- c) annotation – association objects – pools.
- d) flow objects – connecting objects – swimlanes – artefacts.
- e) groups – connecting objects – swimlanes – events – gateways.

155. (FGV – 2022) Na notação BPMN, os gateways, eventos e mensagens são representados, respectivamente, pelos seguintes elementos gráficos:

- a) losango – círculo com centro aberto – envelope.
- b) fecha pontilhada – retângulo – círculo fechado.
- c) triângulo – losango – retângulo com centro fechado.
- d) quadrado – losango hachurado – elipse hachurada.
- e) fecha contínua – retângulo de bordas arredondadas – envelope.

156. (FGV – 2022) Sobre a notação BPMN e seus elementos, analise as afirmativas abaixo:

- I. Atividade é um elemento não divisível, que representa um trabalho que precisa ser executado dentro do processo.
- II. Gateways são decisores de fluxo do processo e são representados por círculos.
- III. Eventos podem representar a espera de que um fato aconteça para iniciar/prosseguir a execução do processo ou então sinalizar que o processo produzirá a ocorrência de um fato durante ou ao término de sua execução.

Está correto apenas o que se afirma em

- a) I.
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) I e III.

157. (FGV – 2022) Um modelo de processo de negócio representa um determinado estado do negócio e dos respectivos recursos envolvidos, tais como: atividades, informações de entrada e saída, e eventos.

O modelo de processo de negócio que representa o estado atual de um processo é o:

- AS-IS.
- TO-BE.
- PDCA.
- Handoff.
- Quick wins.

158. (FGV – 2019) O BPMN organiza os tipos de elementos gráficos em diversas categorias, como, por exemplo, Objetos de Fluxo, de Dados e de Conexão. A categoria Objetos de Fluxo contém elementos que definem o comportamento de um Processo de Negócio, tais como:

- Piscinas e Raias.
- Conexões e Desvios.
- Dados de Entrada e Dados de Saída.
- Fluxos de Sequência e Fluxos de Mensagem.
- Eventos e Atividades.

159. (FGV – 2019) A técnica de análise de processos que auxilia na compreensão do quão bem o processo irá lidar com mudanças nos seus vários parâmetros é a análise de:

- Riscos.
- Sensibilidade.
- Motivação e Recompensa.
- Causa-raiz.
- Padrão.

GABARITO

1	C
2	A
3	B
4	A
5	A
6	E
7	C
8	E
9	D
10	B
11	A
12	D
13	A
14	A
15	E
16	A
17	B
18	D
19	A
20	C
21	A

22	A
23	A
24	E
25	A
26	E
27	C
28	A
29	A
30	E
31	D
32	B
33	C
34	A
35	B
36	D
37	D
38	C
39	A
40	A
41	A
42	C

43	C
44	E
45	C
46	A
47	C
48	D
49	D
50	A
51	A
52	B
53	D
54	D
55	B
56	D
57	B
58	E
59	C
60	E
61	D
62	D
63	E
64	A
65	E
66	B
67	A
68	B
69	E
70	B
71	A
72	A
73	D
74	C
75	E
76	A
77	C
78	D
79	C
80	B
81	A
82	B
83	B
84	C
85	A
86	A
87	B
88	D

89	A
90	E
91	E
92	B
93	A
94	A
95	E
96	C
97	E
98	B
99	B
100	D
101	C
102	B
103	B
104	B
105	A
106	C
107	E
108	C
109	E
110	C
111	A
112	D
113	B
114	C
115	E
116	C
117	B
118	B
119	E
120	C
121	D
122	E
123	C
124	E
125	C
126	E
127	C
128	B
129	D
130	D
131	D
132	D
133	C
134	E

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

→ TABELA VERDADE DAS PROPOSIÇÕES COMPOSTAS

1. (FGV – 2022) Sabe-se que a sentença “Patrícia é amazonense ou Marlene não nasceu em Manaus” é FALSA.

É correto concluir que

- a) se Patrícia não é amazonense, então Marlene não nasceu em Manaus.
- b) Patrícia não é amazonense e Marlene não nasceu em Manaus.
- c) se Marlene nasceu em Manaus, então Patrícia é amazonense.
- d) se Patrícia é amazonense, então Marlene não nasceu em Manaus.
- e) Patrícia é amazonense e Marlene nasceu em Manaus.

2. (FGV – 2022) Sabe-se que a sentença “Se o sapato é preto, então a meia é preta ou o cinto é preto” é FALSA.

É **correto** concluir que

- a) o sapato é preto, a meia não é preta, o cinto não é preto.
- b) o sapato é preto, a meia é preta, o cinto não é preto.
- c) o sapato é preto, a meia é preta, o cinto é preto.
- d) o sapato não é preto, a meia não é preta, o cinto não é preto.
- e) o sapato não é preto, a meia é preta, o cinto é preto.

3. (FGV – 2019) Considere como verdadeira a proposição: “Solange é loura e Mônica é morena”.

Considere agora as proposições:

- I Solange não é loura ou Mônica é morena.
- II Se Solange é loura, então Mônica não é morena.
- III Se Mônica não é morena, então Solange é loura.

Dessas três proposições, são verdadeiras:

- a) apenas a proposição I.
- b) apenas as proposições I e III.
- c) apenas as proposições II e III.
- d) todas as três.
- e) nenhuma das três.

→ EQUIVALÊNCIAS LÓGICAS (INCLUI NEGAÇÃO DE PROPOSIÇÕES COMPOSTAS)

4. (FGV – 2022) Gabriel comprou a camiseta do Nacional-AM, e guardou para uma ocasião especial. Certo dia, procurado em casa por um amigo, sua irmã disse:

“Vestiu a camiseta e foi ao jogo ou ao bar.”

A negação lógica dessa sentença é:

- a) Não vestiu a camiseta e foi ao jogo ou ao bar.
- b) Vestiu a camiseta e não foi ao jogo ou ao bar.
- c) Vestiu a camiseta e não foi ao jogo nem ao bar.
- d) Não vestiu a camiseta ou foi ao jogo ou ao bar.
- e) Não vestiu a camiseta ou não foi ao jogo nem ao bar.

5. (FGV – 2022) Sabe-se que a sentença

“Se Bruno é amazonense e Ana não é paraense, então Clara é pernambucana” é FALSA.

É correto concluir que

- a) Bruno é amazonense, Ana é paraense, Clara é pernambucana.
- b) Bruno é amazonense, Ana não é paraense, Clara é pernambucana.
- c) Bruno é amazonense, Ana não é paraense, Clara não é pernambucana.
- d) Bruno não é amazonense, Ana é paraense, Clara é pernambucana.
- e) Bruno não é amazonense, Ana é paraense, Clara não é pernambucana.

6. (FGV – 2022) Considere a afirmação:

“Hoje é sexta-feira e amanhã não trabalharei”.

A negação lógica dessa sentença é

- a) Hoje não é sexta-feira e amanhã trabalharei.
- b) Hoje não é sexta-feira ou amanhã trabalharei.
- c) Hoje não é sexta-feira, então amanhã trabalharei.
- d) Hoje é sexta-feira e amanhã trabalharei.
- e) Hoje é sexta-feira ou amanhã não trabalharei.

7. (FGV – 2022) Considere a sentença:

“Se Pedro é senador e Simone não é deputada federal, então Carlota é vereadora”.

Sabe-se que a sentença dada é FALSA.

É então correto concluir que

- a) Pedro é senador, Simone não é deputada federal, Carlota não é vereadora.
- b) Pedro não é senador, Simone é deputada federal, Carlota é vereadora.
- c) Pedro é senador, Simone não é deputada federal, Carlota é vereadora.

- d) Pedro não é senador, Simone é deputada federal, Carlota não é vereadora.
- e) Pedro não é senador, Simone não é deputada federal, Carlota não é vereadora

8. (FGV – 2022) Sabe-se que a sentença “Se Carla é gaúcha, então Carlos não é baiano” é FALSA.

É **correto** concluir que

- a) Carla é gaúcha e Carlos não é baiano.
- b) Carla não é gaúcha e Carlos não é baiano.
- c) Se Carlos é baiano, então Carla não é gaúcha.
- d) Carla é gaúcha e Carlos é baiano.
- e) Carla não é gaúcha e Carlos é baiano.

9. (FGV – 2021) Considere a sentença:

“Se a cobra é verde, então ela não morde ou ela é venenosa”.

A sentença **logicamente equivalente** à sentença dada é:

- a) Se a cobra morde e não é venenosa, então ela não é verde.
- b) Se a cobra não é verde, então ela morde e não é venenosa.
- c) Se a cobra não é verde, então ela não morde ou não é venenosa.
- d) A cobra é verde e não morde ou é venenosa.
- e) A cobra não é verde e morde e não é venenosa.

10. (FGV – 2021) Considere a sentença:

“Apaguei a luz e tranquei a porta.”

A negação lógica dessa sentença é

- a) Não apaguei a luz e tranquei a porta.
- b) Apaguei a luz e não tranquei a porta.
- c) Não apaguei a luz e não tranquei a porta.
- d) Não apaguei a luz ou não tranquei a porta.
- e) Se não apaguei a luz então não tranquei a porta.

11. (FGV – 2021) Considere a afirmação:

“Se o peixe é fresco então não tem cheiro.”

Assinale a opção que apresenta a negação lógica dessa sentença.

- a) “O peixe é fresco e tem cheiro.”
- b) “Se o peixe não é fresco então não tem cheiro.”
- c) “Se o peixe não é fresco então tem cheiro.”
- d) “Se o peixe tem cheiro então é fresco.”
- e) “O peixe não é fresco e tem cheiro.”

12. (FGV – 2019) Considere a sentença: “Se não estou cansado, então vejo televisão ou vou ao cinema”.

A negação lógica dessa sentença é:

- a) Se estou cansado, então não vejo televisão e não vou ao cinema.
- b) Se estou cansado, então vejo televisão ou vou ao cinema.
- c) Se não vejo televisão e não vou ao cinema, então estou cansado.
- d) Não estou cansado e não vejo televisão e não vou ao cinema.
- e) Estou cansado ou vejo televisão ou vou ao cinema.

13. (FGV – 2019) Considere a sentença:

“Se João gosta de goiaba, então gosta de abacate.”

Uma sentença logicamente equivalente à sentença dada é.

- a) “João não gosta de goiaba ou gosta de abacate”.
- b) “Se João não gosta de goiaba, então não gosta de abacate.”
- c) “Se João gosta de abacate, então gosta de goiaba.”
- d) “João gosta de goiaba e não gosta de abacate.”
- e) “João gosta de goiaba ou gosta de abacate.”

14. (FGV – 2019) Considere a afirmação:

“A criança tomou vacina e não chorou.”

A negação lógica dessa afirmação é:

- a) A criança tomou vacina e chorou.
- b) A criança não tomou vacina e não chorou.
- c) A criança não tomou vacina e chorou.
- d) A criança tomou vacina ou chorou.
- e) A criança não tomou vacina ou chorou.

→ ARGUMENTOS – MÉTODOS DECORRENTES DA TABELA VERDADE

15. (FGV – 2022) Sabe-se que a sentença

“Se João não é vascaíno, então Júlia é tricolor ou Marcela não é botafoguense.”

é falsa.

É **correto** concluir que

- a) João é vascaíno e Júlia não é tricolor.
- b) Se Marcela é botafoguense, então Júlia é tricolor.
- c) João é vascaíno ou Marcela não é botafoguense.
- d) Se Júlia não é tricolor, então Marcela é botafoguense.
- e) João não é vascaíno, Júlia não é tricolor e Marcela não é botafoguense

16. (FGV – 2021) Sabe-se que a sentença “Se a camisa é branca, então a calça é branca” é FALSA e a sentença “Se o sapato é preto, então a camisa não é branca” é VERDADEIRA.

É **correto** concluir que:

- a) a camisa é branca, a calça não é branca e o sapato não é preto.
- b) a camisa é branca, a calça não é branca e o sapato é preto.
- c) a camisa não é branca, a calça é branca e o sapato não é preto.
- d) a camisa não é branca, a calça é branca e o sapato é preto.
- e) a camisa não é branca, a calça não é branca e o sapato é preto.

17. (FGV – 2021) Roberto fez as seguintes afirmações sobre suas atividades diárias:

- faço ginástica ou natação.
- vou ao clube ou não faço natação.
- vou à academia ou não faço ginástica.

Certo dia Roberto não foi à academia.

É **correto** concluir que, nesse dia, Roberto

- a) fez ginástica e natação.
- b) não fez ginástica nem natação.
- c) fez natação e não foi ao clube.
- d) foi ao clube e fez natação.
- e) não fez ginástica e não foi ao clube

18. (FGV – 2019) Considere como verdadeiras as sentenças:

- I. Pedro é baiano ou Maria é carioca.
 - II. Se Maria é carioca, então Sérgio é paulista.
 - III. Sérgio não é paulista.
- É verdade concluir que
- a) Pedro é baiano.
 - b) Pedro não é baiano.
 - c) Maria é carioca.
 - d) Se Maria não é carioca, então Pedro não é baiano.
 - e) Se Pedro é baiano, então Sérgio é paulista

→ DIAGRAMAS LÓGICOS, PROPOSIÇÕES, NEGAÇÃO DE QUANTIFICADORES

19. (FGV – 2022) Considere as afirmativas:

Alguns homens gostam de ler.

Quem gosta de ler vai à livraria.

A partir dessas afirmativas é correto concluir que:

- a) Todos os homens vão à livraria.
- b) Mulheres não gostam de ler.
- c) Quem vai à livraria gosta de ler.
- d) Se um homem não vai à livraria então não gosta de ler.
- e) Quem não gosta de ler não vai à livraria.

20. (FGV – 2022) Em um grupo de 100 profissionais da saúde, 70 gostam de Química e 55 gostam de Física.

O número máximo de profissionais desse grupo que não gostam nem de Química nem de Física é igual a

- a) 45.
- b) 40.
- c) 35.
- d) 30.
- e) 25.

21. (FGV – 2021) Considere as afirmativas a seguir.

- I. Todo auditor que fiscaliza a contabilidade de empresas também presta orientações sobre legislação tributária, mas nenhum auditor que presta orientações sobre legislação tributária instaura processos administrativos-fiscais.
- II. Todo auditor que apreende mercadorias irregulares faz o controle aduaneiro, e alguns auditores que fazem o controle aduaneiro, instauram processos administrativos-fiscais.
- III. Nenhum auditor que faz o controle aduaneiro presta orientação tributária.

Sendo certo que **não** há auditor que execute conjuntamente as funções de controle aduaneiro, apreensão de mercadorias irregulares e de instauração de processos administrativos-fiscais, é correto concluir que

- a) nenhum auditor que apreende mercadorias irregulares também fiscaliza a contabilidade de empresas.
- b) todo auditor que faz o controle aduaneiro também apreende mercadorias irregulares.
- c) todo auditor que presta orientações sobre a legislação tributária também fiscaliza a contabilidade de empresas.
- d) pelo menos um auditor que apreende mercadorias irregulares também instaura processos administrativos-fiscais.
- e) pelo menos um auditor que fiscaliza a contabilidade de empresas também instaura processos administrativos-fiscais.

22. (FGV – 2021) Em um grupo de sapos, alguns são amarelos e alguns são felizes.

Sabe-se que:

- 1) Todo sapo feliz sabe pular.
- 2) Nenhum sapo amarelo sabe tocar gaita.
- 3) Todo sapo que não sabe tocar gaita também não sabe pular.

É **correto** concluir que

- a) todo sapo amarelo sabe pular.
- b) nenhum sapo feliz sabe tocar gaita.
- c) todo sapo amarelo é feliz.
- d) todo sapo que sabe pular é amarelo.
- e) nenhum sapo feliz é amarelo.

23. (FGV – 2021) Se **não** é verdade que “Todo soteronito é soteronoso”, então é correto afirmar que

- a) “Nenhum soteronito é soteronoso”.
- b) “Todo soteronoso é soteronito”.
- c) “Algum soteronito não é soteronoso”.
- d) “Algum soteronoso não é soteronito”.
- e) “Algum soteronito é soteronoso”.

→ ORIENTAÇÃO NO PLANO, NO ESPAÇO E NO TEMPO

24. (FGV – 2022) Renata, Sara e Tânia estão, nessa ordem, em uma fila. Sabe-se que há 10 pessoas na frente de Renata, 8 pessoas entre Renata e Sara e 7 pessoas depois de Tânia. Sabe-se ainda que Sara está no centro da fila.

O lugar que Tânia ocupa nessa fila é o

- a) 30º.
- b) 31º.
- c) 32º.
- d) 33º.
- e) 34º.

25. (FGV – 2022) Cinco amigas, Ana, Bia, Carol, Deise e Elisa, foram ao cinema e sentaram-se em cinco cadeiras consecutivas.

Passados 5 minutos, Ana trocou de lugar com Deise e Carol trocou de lugar com Elisa.

Passados mais 5 minutos, Bia trocou de lugar com Ana e Deise trocou de lugar com Elisa.

Após essas trocas, a ordem delas era: Ana, Elisa, Bia, Carol e Deise (AEBDC).

Representando cada uma delas pela letra inicial do respectivo nome, a ordem inicial em que elas estavam sentadas foi

- a) BCAED.
- b) DCBEA.
- c) DAEBE.
- d) EABDC.
- e) BADEC.

26. (FGV – 2019) Apolo caminhou em sequência, a partir de um ponto A, 4 metros para Oeste, 7 metros para Leste e 5 metros para Oeste, chegando ao ponto B.

Em relação ao ponto B, o ponto inicial A está

- a) 2 metros a Leste.

- b) 2 metros a Oeste.
c) 1 metro a Leste.
d) 1 metro a Oeste.
e) 3 metros a Oeste.

27. (FGV – 2019) Uma formiga está situada sobre o ponto A da reta horizontal representada a seguir.



Em seguida, em movimentos sucessivos, a formiga anda sobre essa reta: 10 m para a direita, 16 m para a esquerda, 19 m para a direita e 15 m para a esquerda, chegando ao ponto B.

É correto concluir que

- a) B está 2m à esquerda de A.
b) B está 2m à direita de A.
c) B está 4m à esquerda de A.
d) B está 4m à direita de A.
e) B coincide com A.

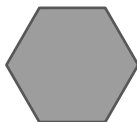
28. (FGV – 2019) Em uma fila de 8 soldados, Pedro é o 5º dessa fila. O sargento modificou a fila colocando, entre cada dois soldados consecutivos, um novo soldado. Essa segunda fila foi ainda modificada, pois o sargento colocou, entre cada dois soldados consecutivos, um novo soldado.

A posição de Pedro na terceira fila é

- a) 14º.
b) 15º.
c) 16º.
d) 17º.
e) 18º

29. (FGV – 2019)

As pessoas A, B, C, D, E e F estão sentadas em volta de uma mesa hexagonal regular, como a figura a seguir



Sabe-se que:

- E está ao lado de A.
- B está imediatamente à esquerda de D e tem C à sua frente.
- F não está oposto a A.

É correto concluir que

- a) D está imediatamente à direita de F.
b) E está oposto a D.
c) B está imediatamente à esquerda de E.
d) A e D são vizinhos.
e) F está oposto a E

30. (FGV – 2019) Álvaro, Bento, Cláudio e Danilo estão, nessa ordem, em uma fila que possui, ao todo, 50 pessoas. Sabe-se que há o mesmo número de pessoas antes de Álvaro e depois de Danilo;

- há 10 pessoas entre Álvaro e Bento;
- há 7 pessoas entre Bento e Cláudio;
- há 13 pessoas entre Cláudio e Danilo.

A posição de Cláudio na fila é:

- a) 26º.
b) 27º.
c) 28º.
d) 29º.
e) 30º.

GABARITO

1	D
2	A
3	B
4	E
5	C
6	B
7	A
8	D
9	A
10	D
11	A
12	D
13	A
14	E
15	D

ANOTAÇÕES

NOÇÕES DE ESTATÍSTICA

→ MÉDIA PARA DADOS NÃO AGRUPADOS

1. (FGV – 2022) A média das idades de um grupo de nove pessoas é igual a 31.

Se uma décima pessoa, de 36 anos, se juntar ao grupo, a média do novo grupo, agora com dez pessoas, será igual a:

- a) 31,3.
- b) 31,4.
- c) 31,5.
- d) 31,6.
- e) 31,7.

→ QUANTIS (MEDIANA, QUARTIL, DECIL, PERCENTIL) E INTERPOLAÇÃO LINEAR DE OGIVA

2. (FGV – 2022) A soma de 11 números inteiros estritamente positivos, não necessariamente distintos, é 2022.

O maior valor que a mediana desses 11 números pode ter é

- a) 335.
- b) 336.
- c) 337.
- d) 338.
- e) 339.

3. (FGV – 2022) As notas de nove candidatos num certo exame foram:

54, 48, 46, 51, 38, 50, 44, 58, 32.

A mediana dessas notas é igual a

- a) 44.
- b) 46.
- c) 48.
- d) 50.
- e) 51.

4. (FGV – 2022) A seguinte amostra de idades foi observada: 30, 24, 26, 25, 24, 28, 26, 29, 30.

A mediana dessas idades é igual a:

- a) 25,5.
- b) 26,0.
- c) 26,5.
- d) 28,0.
- e) 28,5.

5. (FGV – 2021) Sabe-se que x é maior do que 11 e que a diferença entre a média e a mediana dos cinco números 2, x , 11, 16, 5 é igual a 2.

O valor de x é

- a) 12.
- b) 16.
- c) 21.
- d) 26.
- e) 31.

→ DESVIO PADRÃO E VARIÂNCIA

6. (FGV – 2022) O ativo A está gerando grande atração de matemáticos, que conseguiram convencer a bolsa de valores a registrar preços baseados em quantidades pouco usuais, como $\sqrt{2}$ e π . Durante cinco dias foram observados os seguintes preços de dois ativos, A e B, respectivamente:

$-\sqrt{1}; \frac{\pi}{2}; \frac{1}{3}; \frac{1}{6};$ e (100,30; 400,18; 207,01; 508,00; 912,11)

Considerando esses valores, sobre a média e a variância dos retornos durante esses cinco dias, é correto afirmar que:

- a) os retornos do ativo A têm maior média e maior variância.
- b) os retornos do ativo A têm maior média e menor variância.
- c) os retornos do ativo A têm menor média e maior variância.
- d) os retornos do ativo A têm menor média e menor variância.
- e) a média e a variância dos retornos dos dois ativos são iguais.

7. (FGV – 2022) Duas sociedades empresárias, X e Y, produzem o mesmo produto e têm seus processos de produção sob controle e centrados no ponto médio da faixa de especificação.

Ambas operam com os limites de tolerâncias de 3 desvios padrões, ou seja, 3 sigmas acima e 3 sigmas abaixo do ponto médio.

Sabe-se que a amplitude da faixa de especificação é 0,21 e que os desvios padrões para as unidades X e Y são, respectivamente, 0,03 e 0,04. Com base na capacidade do processo (C_p), conclui-se que:

- a) C_p de X é 1,75, o que indica que esta unidade deve produzir um menor número de itens defeituosos que a unidade Y.
- b) C_p de X é 1,17, o que indica que esta unidade deve produzir um maior número de itens defeituosos que a unidade Y.
- c) C_p de Y é 1,5, o que indica que esta unidade deve produzir um maior número de itens defeituosos que a unidade X.
- d) C_p de Y é 0,88, o que indica que esta unidade deve produzir um maior número de itens defeituosos que a unidade X.
- e) C_p de Y é 0,88, o que indica que esta unidade deve produzir um menor número de itens defeituosos que a unidade X.

8. (FGV – 2022) Em uma turma de 10 alunos, as notas dos alunos em uma avaliação foram:

6	7	7	8	8	8	8	9	9	10
---	---	---	---	---	---	---	---	---	----

O desvio padrão dessa lista de notas é, aproximadamente,

- a) 0,8.
- b) 0,9.
- c) 1,1.
- d) 1,3.
- e) 1,5.

→ COEFICIENTE DE VARIAÇÃO E VARIÂNCIA RELATIVA

9. (FGV – 2022) Suponha que um pesquisador tenha as seguintes informações de uma amostra de dados:

- Média = 5
- Variância = 25
- Soma dos desvios absolutos em relação à média = 10
- Tamanho da amostra = 5

Assim, o coeficiente de variação dessa amostra em termos decimais será igual a

- a) 1.
- b) 2.
- c) $\sqrt{5}$.
- d) 5.
- e) 10.

10. (FGV – 2022) Um processo experimental gera vetores com grande quantidade de observações.

Em uma execução do experimento, são gerados 5 milhões de vetores, cada um de tamanho 1.000.

Para reduzir o espaço de armazenamento de dados, armazena-se apenas a soma $\sum x$, e a soma dos quadrados $\sum x^2$, as observações de cada vetor. Se, para um destes vetores, $\sum x = 800$ e $\sum x^2 = 999,64$ então o coeficiente de variação é, aproximadamente

- a) 1,21.
- b) 0,75.
- c) 0,67.
- d) 0,56.
- e) 0,45

11. (FGV – 2022) Um pesquisador, ao analisar uma amostra de dados de renda de um grupo de funcionários de uma empresa, encontrou um valor nulo para o desvio-padrão. Logo, pode-se concluir que

- a) a média da renda é nula.
- b) os dados estão incorretos, pois isso implicaria que um ou mais funcionários tem renda negativa.
- c) o coeficiente de variação da amostra é nulo, se a média da renda for diferente de zero.
- d) a mediana e a moda da renda são nulas.
- e) não é possível calcular a variância da amostra.

→ PROPRIEDADES DAS MEDIDAS DE DISPERSÃO

12. (FGV – 2022) Considere as duas listas de números a seguir.

Lista 1: 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11

Lista 2: 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15

Sejam D_1 e D_2 os desvios padrão das Listas 1 e 2, respectivamente.

É **correto** concluir que

- a) $D^2 = D_1$
- b) $D^2 = D_1 + 4$
- c) $D^2 = D_1 + 2$
- d) $D^2 = 2D_1$
- e) $D^2 = \sqrt{2D_1}$

13. (FGV – 2022) A função que representa um fenômeno físico é $y = 10 + 4x$.

Sabendo-se que x é uma variável aleatória com variância igual a 10, a variância de y é:

- a) 40.
- b) 50.
- c) 160.
- d) 170.
- e) 400.

14. (FGV – 2022) Se X é uma variável aleatória com média 10 e desvio padrão 4, e se $Y = 30 - 2X$, então a média e o desvio padrão de Y valem, respectivamente:

- a) 10 e 8.
- b) 10 e 16.
- c) 12 e 8.
- d) 16 e 8.
- e) 16 e 16.

15. (FGV – 2021) A distribuição de probabilidades do tempo de entrega de um produto possui uma assimetria positiva. Desta forma, para essa distribuição espera-se que haja a seguinte relação

- a) média > moda > mediana.
- b) média > mediana > moda.
- c) mediana > média > moda.
- d) mediana > moda > média.
- e) moda > média > mediana.

→ NÚMEROS ÍNDICES

16. (FGV – 2019) Entre os Números Índices de formulação mais difundida na prática estão os de Paasche e de Laspeyres. Sobre esses e/ou sobre sua relação com outros índices, é correto afirmar que:

- a) ambos têm a mesma base de ponderação, mas bases de comparação distintas.
- b) tanto na produção quanto no consumo, Laspeyres de preços superestima e Paasche de preços subestima o Índice de Custo de Vida Verdadeiro.
- c) no consumo Laspeyres superestima porque é uma média aritmética ponderada, enquanto Paasche subestima porque é uma média harmônica.
- d) considerando o Índice de Preços de Fisher, no consumo, o Índice de Paasche é superestimado, enquanto o Índice de Laspeyres é subestimado.
- e) quando o consumo de bens e serviços aumenta, o Índice de Preços de Marshall-Edgeworth tem sua variação dada pela variação média entre Paasche e Laspeyres de preços.

→ PROBLEMAS INTRODUTÓRIOS DE PROBABILIDADE: EVENTOS EQUIPROVÁVEIS E ABORDAGEM FREQUENTISTA

17. (FGV – 2022) Um dado comum, com as faces numeradas de 1 a 6, é lançado 3 vezes. A probabilidade de a soma dos 3 números obtidos ser igual a 16 é

- a) $\frac{1}{16}$.
- b) $\frac{1}{18}$.
- c) $\frac{1}{36}$.
- d) $\frac{1}{54}$.
- e) $\frac{1}{100}$.

18. (FGV – 2022) Luana e Vanessa estão brincando de “par ou ímpar” da seguinte maneira: elas escondem as mãos, uma delas escolhe “par” e a outra escolhe “ímpar” e, depois, ao mesmo tempo, cada uma delas mostra uma de suas mãos com 1, 2, 3, 4 ou 5 dedos estendidos.

Se o total de dedos estendidos das duas for “par” ganha a que escolheu “par”.

Caso contrário, ganha a que escolheu “ímpar”. Luana escolheu “par” e Vanessa escolheu “ímpar”.

É **correto** afirmar que

- a) as duas têm a mesma probabilidade de ganhar.
- b) a probabilidade de Luana ganhar é maior do que a de Vanessa.
- c) a probabilidade de Vanessa ganhar é maior do que a de Luana.
- d) a probabilidade de Luana ganhar é $\frac{2}{5}$.
- e) a probabilidade de Vanessa ganhar é $\frac{2}{5}$.

19. (FGV – 2022) Duas urnas A e B têm, cada uma, 9 bolas numeradas. Na urna A há 4 bolas com números ímpares e 5 bolas com números pares. Na urna B há 5 bolas com números ímpares e 4 bolas com números pares. Retira-se, aleatoriamente, uma bola de cada urna. A probabilidade de que o produto dos números das bolas retiradas seja par é:

- a) $\frac{1}{2}$.
- b) $\frac{4}{9}$.
- c) $\frac{5}{9}$.
- d) $\frac{20}{81}$.
- e) $\frac{61}{81}$.

20. (FGV – 2022) Há evidências de que uma alta pressão sanguínea esteja associada a um aumento de óbitos por problemas cardiovasculares. Em um estudo foram examinados 3.000 homens com alta pressão sanguínea e 2.400 homens com baixa pressão.

Durante o período do estudo, 12 homens do grupo de baixa pressão e 30 do grupo de alta pressão faleceram por problemas cardiovasculares.

A chance de morrer de problemas cardiovasculares no grupo de alta pressão é dada, aproximadamente, por:

- a) 0,005.
- b) 0,01.
- c) 0,1.
- d) 0,05.
- e) 0,5.

21. (FGV – 2022) Lançamos ao acaso dois dados não viciados no chão. Se S é a soma dos valores obtidos nas faces superiores, então a probabilidade de que S seja maior do 9 é igual a

- a) $\frac{1}{12}$.
- b) $\frac{1}{8}$.
- c) $\frac{1}{6}$.
- d) $\frac{1}{5}$.
- e) $\frac{1}{4}$.

22. (FGV – 2022) Bárbara escreveu cada uma das 13 letras da palavra PROBABILIDADE em 13 cartões que foram colocados em uma urna. Depois, Bárbara retirou em sequência 2 cartões da urna, sem reposição.

A probabilidade de que Bárbara tenha retirado os 2 cartões com a letra B é:

- a) $\frac{1}{78}$.
- b) $\frac{1}{39}$.
- c) $\frac{1}{26}$.
- d) $\frac{2}{13}$.
- e) $\frac{1}{13}$.

23. (FGV – 2021) Em um grupo de pessoas de uma pequena cidade, 30 acessam o site A e 24 acessam o site B. Alguns acessam os dois sites. Sorteando ao acaso uma das pessoas que acessam o site A, a probabilidade de que ela também acesse o site B é 60%. Sorteando ao acaso uma das pessoas que acessam o site B, a probabilidade de que ela também acesse o site A é:

- a) 25%.
- b) 40%.
- c) 50%.
- d) 60%.
- e) 75%.

24. (FGV – 2019) Entre 6 deputados, 3 do Partido A e 3 do Partido B, serão sorteados 2 para uma comissão.

A probabilidade de os 2 deputados sorteados serem do Partido A é de

- a) $\frac{1}{2}$.
- b) $\frac{1}{3}$.
- c) $\frac{1}{4}$.
- d) $\frac{1}{5}$.
- e) $\frac{1}{6}$.

25. (FGV – 2019) Entre as pessoas A, B, C, D, E, duas delas serão escolhidas por sorteio para integrarem o conselho diretor de uma empresa. O diretor da empresa conhece essas cinco pessoas e disse:

“Gostaria que A ou B fossem sorteados, mas não gostaria que D fosse sorteado”.

A probabilidade de que o desejo do diretor da empresa se realize é de:

- a) 30%.
- b) 40%.
- c) 50%.
- d) 60%.
- e) 70%.

→ PROBABILIDADE CONDICIONAL

26. (FGV – 2022) Uma determinada fábrica produz dois tipos de cabos elétricos, digamos M e N, nas proporções $\frac{4}{10}$ e $\frac{6}{10}$, respectivamente. A probabilidade de ocorrência de uma falha no cabo tipo M é de 5%, e no cabo tipo N, é de 10%.

Retirou-se, ao acaso, um cabo produzido na fábrica, e verificou-se que o cabo tinha falha. Assim, a probabilidade de que esse cabo seja do tipo M é

- a) 0,25.
- b) 0,30.
- c) 0,33.
- d) 0,40.
- e) 0,50.

27. (FGV – 2021) Em uma disputa de pênaltis, quando um time acerta uma cobrança de pênalti, a probabilidade de que esse time acerte a cobrança seguinte é de 70% e, quando um time perde uma cobrança de pênalti, a probabilidade de que esse time também perca a próxima cobrança é de 80%.

Se o time A acertou a primeira cobrança, a probabilidade de que esse time perca a sua terceira cobrança é

- a) 45%.
- b) 50%.
- c) 55%.
- d) 60%.
- e) 70%.

28. (FGV – 2021) Em uma urna, há bolas pequenas e bolas grandes, sendo 75% pequenas e as demais são grandes. Das bolas pequenas, 20% são azuis e as demais são vermelhas e, das bolas grandes, 60% são azuis e as demais são vermelhas.

Retira-se, aleatoriamente, uma bola da urna e constata-se que ela é azul. A probabilidade de a bola retirada ser pequena é de

- a) 20%.
- b) 25%.
- c) 30%.
- d) 40%.
- e) 50%.

29. (FGV – 2021) Em uma urna há bolas amarelas e bolas não amarelas. Nessa urna, algumas bolas são numeradas e outras não. Nenhuma bola é não amarela e não numerada. Sorteando-se uma bola amarela dessa urna, a probabilidade de ela ser

numerada é $\frac{2}{7}$.

Sorteando-se uma bola numerada dessa urna, a probabilidade de ela ser amarela é $\frac{2}{5}$.

Sorteando-se aleatoriamente uma bola dessa urna, a probabilidade de ela ser amarela e numerada é:

- a) $\frac{1}{2}$.
- b) $\frac{1}{3}$.
- c) $\frac{1}{4}$.
- d) $\frac{1}{5}$.
- e) $\frac{1}{6}$.

→ PROBABILIDADE DA INTERSECÇÃO

30. (FGV – 2022) Em uma urna há 5 bolas iguais, cada uma com uma letra da sigla **SEFAZ**. Todas as bolas têm letras diferentes entre si.

Retiram-se, aleatoriamente, 2 bolas da urna.

A probabilidade de que tenham sido retiradas as 2 vogais é de

- a) $\frac{1}{5}$.
- b) $\frac{2}{5}$.
- c) $\frac{3}{5}$.
- d) $\frac{3}{10}$.
- e) $\frac{1}{10}$.

31. (FGV – 2022) ALESSANDRA escreveu em 10 cartões diferentes cada uma das 10 letras do seu nome e colocou esses cartões em uma urna.

A seguir, ela retirou, aleatoriamente e em sequência, 3 cartões da urna.

A probabilidade de que ALESSANDRA tenha retirado os 3 cartões com a letra “A” é:

- a) $\frac{1}{120}$.
- b) $\frac{7}{120}$.
- c) $\frac{1}{40}$.
- d) $\frac{3}{10}$.
- e) $\frac{3}{7}$.

32. (FGV – 2022) Numa vila moram 20 pessoas, das quais 5 são crianças. Se sortearmos 5 pessoas diferentes dessa vila, a probabilidade de que três sejam crianças é aproximadamente igual a

- a) 3,4%.
- b) 6,8%.
- c) 10,2%.
- d) 13,6%.
- e) 20,4%.

33. (FGV – 2019) Peter é um ótimo lançador de dardos. A cada lançamento, a probabilidade de Peter acertar o alvo é de 90% e independe de Peter ter acertado ou não o alvo em lançamentos anteriores.

Após fazer dois lançamentos em sequência, a probabilidade de Peter ter acertado o alvo nos dois lançamentos é de

- a) 180%.
- b) 90%.
- c) 81%.
- d) 72%.
- e) 60%.

→ PROBABILIDADE DA UNIÃO

34. (FGV – 2022) Márcia tem uma ficha amarela, uma ficha verde e duas vermelhas. Joana tem duas fichas amarelas e uma ficha verde.

Cada uma delas escolhe aleatoriamente uma de suas fichas e mostra para a outra.

A probabilidade de que as fichas mostradas tenham a mesma cor é:

- a) $\frac{1}{12}$.
- b) $\frac{1}{7}$.
- c) $\frac{1}{6}$.
- d) $\frac{1}{4}$.
- e) $\frac{1}{3}$.

35. (FGV – 2021) Dois eventos independentes A e B têm probabilidades respectivas iguais a 0,4 e 0,5.

A probabilidade de A U B ocorrer é igual a

- a) 0,5.
- b) 0,6.
- c) 0,7.
- d) 0,8.
- e) 0,9.

→ EVENTOS INDEPENDENTES E EVENTOS MUTUAMENTE EXCLUDENTES

36. (FGV – 2022) Se A e B são dois eventos quaisquer com probabilidades maiores do que zero, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- I. Se A e B são independentes então são mutuamente exclusivos.
- II. Se $P[A] = 0,5$ e $P[B] = 0,8$ então o menor valor possível de $P[AB]$ é 0,8.
- III. Se A e B são mutuamente exclusivos então não são independentes.

As afirmativas são respectivamente

- a) F, F e F.
- b) V, V e F.
- c) F, V e V.
- d) V, F e V.
- e) V, V e V.

37. (FGV – 2019) Sobre os conceitos de eventos Mutuamente Exclusivos (ME) e Coletivamente Exaustivos (CE), é correto afirmar que:

- a) se três eventos A, B e C são CE, então também serão ME, mas a recíproca não é verdadeira.
- b) duas coleções de eventos, uma ME e outra CE, consideradas em conjunto, formam uma coleção de eventos ME.
- c) se A e B são eventos ME, enquanto C e D são CE, então os eventos $A \cap C$, $A \cap D$, $B \cap C$ e $B \cap D$, e serão ME.
- d) se uma coleção de eventos é, simultaneamente, ME e CE, então essa coleção é uma partição do espaço amostral.
- e) se A, B e C são CE, mas não são ME, então $P(A) + P(B) + P(C) > 1$.

38. (FGV – 2019) A independência entre os eventos de dado espaço amostral expressa, matematicamente, uma regra de proporcionalidade entre as medidas de probabilidades.

Tendo em consideração essa abordagem do conceito, é correto afirmar que:

- a) para eventos A e B não vazios $P(A|B) = 1 - P(B|A)$
- b) se A é independente de B e B é independente de C, então A é independente de C.
- c) se A é independente de B, B é independente de C e C é independente de A, então A, B e C são ditos coletivamente ou mutuamente independentes.
- d) se A, B e C são eventos não vazios e independentes dois a dois, então $P(A \cap B|C) = P(A).P(B)$
- e) se A e B são disjuntos e $P(C) > 0$, então $P(A \cup B|C) = P(A|C) + P(B|C)$.

→ PROBABILIDADE DO EVENTO COMPLEMENTAR

39. (FGV – 2021) Em um campeonato de futebol, quando o TIMEX joga em casa, a probabilidade de ele ganhar o jogo é de 60%, mas quando ele joga fora de casa, a probabilidade de ele ganhar o jogo é de 50%.

Nos próximos três jogos do campeonato, o TIMEX jogará dois em casa e um fora de casa.

A probabilidade de o TIMEX ganhar pelo menos um desses três jogos é:

- a) 30%.
- b) 50%.
- c) 75%.
- d) 92%.
- e) 95%.

40. (FGV – 2021) Em uma população, 10% das pessoas têm uma dada comorbidade.

Se quatro pessoas forem aleatoriamente sorteadas, com reposição, dessa população, a probabilidade de que ao menos uma apresente a referida comorbidade é, aproximadamente, igual a

- a) 0,34.
- b) 0,42.
- c) 0,54.
- d) 0,66.
- e) 0,78.

→ TEOREMA DA PROBABILIDADE TOTAL

41. (FGV – 2022) A urna I contém quatro bolas brancas e seis pretas; a urna II contém quatro bolas brancas e cinco pretas. Sorteamos uma bola da urna I e a colocamos na urna II. Em seguida, sorteamos uma bola da urna II.

A probabilidade de que essa segunda bola sorteada seja branca é igual a

- a) 0,24.
- b) 0,30.
- c) 0,36.
- d) 0,40.
- e) 0,44.

42. (FGV – 2021) Em uma caixa há 7 fichas numeradas com 1, 3, 4, 6, 7, 8, 9. Retira-se aleatoriamente uma ficha da caixa, anota-se o número e a mesma é, então, recolocada na caixa.

A seguir, retira-se, também aleatoriamente, uma ficha da caixa e anota-se o número. A probabilidade de o produto dos dois números sorteados ser par é:

- a) $\frac{33}{49}$.
- b) $\frac{16}{49}$.
- c) $\frac{14}{49}$.
- d) $\frac{4}{7}$.
- e) $\frac{3}{7}$.

43. (FGV – 2019) As técnicas de interrogatório utilizadas para identificar se um suspeito está ou não falando a verdade têm evoluído bastante, mas ainda é impossível saber, ao certo, se um indivíduo está mentindo ($\beta = 1$) ou não ($\beta = 0$). Um investigador experiente, após um interrogatório, imagina que a probabilidade de o sujeito estar mentindo é de 80%. Para tentar melhorar sua percepção, ele faz o suspeito passar pelo detector de mentiras, que acerta em 90% dos casos quando o sujeito é mentiroso, mas em apenas 60% quando está falando a verdade. O teste do detector deu positivo para a mentira.

Incorporando esse resultado do teste no detector de mentiras, é correto afirmar que:

- a) $P(\text{Ser mentiroso} / \text{Positivo para mentira}) = 0,72$.
- b) $P(\text{Não mentiroso} / \text{Positivo para mentira}) = 0,36$.
- c) $P(\text{Não mentiroso} / \text{Negativo para mentira}) = 0,60$.
- d) $P(\text{Ser mentiroso} / \text{Negativo para mentira}) = 0,08$.
- e) $P(\text{Não mentiroso} / \text{Positivo para mentira}) = 0,25$.

44. (FGV – 2019) Em um dado viciado, cada algarismo par tem probabilidade de ocorrência o dobro da probabilidade de ocorrência de cada algarismo ímpar. Esse dado é lançado duas vezes.

A probabilidade de a soma dos números obtidos nos dois lançamentos ser igual a 4 é

- a) $\frac{2}{81}$.
- b) $\frac{1}{27}$.
- c) $\frac{4}{81}$.
- d) $\frac{5}{81}$.
- e) $\frac{2}{27}$.

→ CÁLCULO DE PROBABILIDADES USANDO ANÁLISE COMBINATÓRIA

45. (FGV – 2022) Uma caixa contém 4 bolas numeradas 1, 2, 3 e 4. Seleccionam-se, ao acaso, 2 bolas sem reposição.

A probabilidade de 3 ser o maior número selecionado é

- a) $\frac{1}{6}$.
- b) $\frac{1}{4}$.
- c) $\frac{2}{3}$.
- d) $\frac{1}{3}$.
- e) $\frac{1}{2}$.

46. (FGV – 2022) O soldado Garcia vai liderar uma equipe de 3 soldados (ele incluído) para uma missão. Os outros 2 soldados da equipe serão sorteados aleatoriamente de um grupo de 6 soldados, sendo que um dos 6 é o soldado Ryan, amigo do soldado Garcia.

A probabilidade de o soldado Ryan ser um dos 2 sorteados é

- a) $\frac{1}{6}$.
- b) $\frac{1}{5}$.
- c) $\frac{1}{4}$.
- d) $\frac{1}{3}$.
- e) $\frac{1}{2}$.

47. (FGV – 2022) Quatro casais foram ao cinema e vão sentar em 8 cadeiras consecutivas em uma mesma fileira.

O número de maneiras distintas de os 4 casais se sentarem nas 8 cadeiras, de modo que cada mulher se sente ao lado de seu marido, é:

- a) 24.
- b) 96.
- c) 256.
- d) 384.
- e) 576.

48. (FGV – 2021) As amigas Alice e Bianca estão entre as 6 pessoas classificadas em um concurso e esperam a entrevista com a banca examinadora.

Os classificados receberão aleatoriamente números de 1 a 6, que determinarão a ordem em que eles serão entrevistados.

A probabilidade de que Alice e Bianca fiquem vizinhas nessa fila é:

- a) $\frac{1}{2}$.
- b) $\frac{1}{3}$.
- c) $\frac{1}{4}$.
- d) $\frac{1}{5}$.
- e) $\frac{1}{6}$.

49. (FGV – 2021) Considere o conjunto $\{-3; -2; -1; 0; 1; 2; 3\}$. Sorteiam-se, aleatoriamente sem reposição, dois elementos desse conjunto. A probabilidade de a soma dos dois números sorteados ser positiva é:

- a) $\frac{1}{7}$.
 b) $\frac{2}{7}$.
 c) $\frac{3}{7}$.
 d) $\frac{4}{7}$.
 e) $\frac{5}{7}$.

50. (FGV – 2021) Duas crianças jogam par ou ímpar. Nesse jogo, um dos participantes escolhe “par” e o outro fica com “ímpar”. Em seguida, e simultaneamente, mostram 1, 2, 3, 4, ou 5 dedos de uma mão. A soma dos números de dedos será par ou ímpar, e fica decidido o vencedor.

A probabilidade de que o jogador que escolhe “ímpar” ganhe o jogo é de

- a) 0,46.
 b) 0,48.
 c) 0,50.
 d) 0,52.
 e) 0,54

51. (FGV – 2021) Quatro pessoas estão sentadas em volta de uma mesa circular. Cada uma delas possui uma moeda honesta. Em determinado momento, as quatro pessoas lançam as respectivas moedas. Quem tirar cara deve se levantar e, quem tirar coroa, deve permanecer sentada.

A probabilidade de que não haja duas pessoas adjacentes levantadas é de

- a) $\frac{7}{16}$.
 b) $\frac{5}{16}$.
 c) $\frac{3}{8}$.
 d) $\frac{1}{4}$.
 e) $\frac{1}{2}$.

→ CONCEITOS INICIAIS E CÁLCULO DAS ESTIMATIVAS DOS PARÂMETROS (REGRESSÃO LINEAR SIMPLES)

52. (FGV – 2022) Seja Y uma variável que representa o valor do consumo médio de energia elétrica por dia, em quilowatts (kW), para determinada população, e X, a temperatura média por dia medida em graus Celsius.

Para uma amostra de 20 observações das variáveis foi obtido o seguinte modelo de regressão:

$$\hat{Y} = 80,50 + 2,95x \text{ e } R^2 = 0,92$$

onde R^2 é o coeficiente de determinação do modelo.

Com base nesses dados, assinale a afirmativa correta.

- a) 2,95 é a parte do consumo médio de energia que não depende da temperatura.
 b) A cada aumento de uma unidade na temperatura o consumo aumenta em R\$ 80,50.
 c) 92% das variações do consumo médio de energia não são explicadas pela variação da temperatura.
 d) O consumo médio de energia elétrica estimado para uma temperatura média de 30 graus Celsius é de 169 KW.
 e) Apenas 8% do valor do consumo médio de energia é explicado pela temperatura.

53. (FGV – 2022) Em relação à Regressão Linear Simples, assinale V para a afirmativa verdadeira e F para a falsa.

- () Considerando a equação $y = \alpha + \beta x$, onde α e β são parâmetros da reta teórica, os quais são estimados através dos pontos experimentais fornecidos pela amostra, obtendo-se uma reta estimada $y = a + bx$, na qual α é estimado por (a), o chamado coeficiente de regressão, e b é a estimativa de β .
 () O método mais simples para a obtenção da reta desejada é o Método do Ajuste Visual.
 () A aplicação do Princípio de Máxima Verossimilhança leva ao chamado procedimento de Mínimos Quadrados.
 () Deve-se procurar a reta para a qual se consiga maximizar a soma dos resíduos ao quadrado.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- a) F – V – V – F.
 b) F – F – V – V.
 c) F – V – F – V.
 d) V – V – F – F.
 e) F – F – F – F.

54. (FGV – 2022) Em relação aos conceitos dos métodos de estimação, analise as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

- () O método dos mínimos quadrados ordinários consiste em minimizar o quadrado da soma dos erros.
 () Sob a hipótese de normalidade dos erros, os estimadores dos parâmetros da equação de regressão pelo método dos mínimos quadrados ordinários são não tendenciosos e de variância mínima.
 () Nos modelos de regressão linear, os estimadores de máxima verossimilhança são iguais aos estimadores de mínimos quadrados ordinários.
 () O método da máxima verossimilhança possui a propriedade de invariância.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- a) V – V – F – V.
 b) V – F – F – V.
 c) F – F – V – V.
 d) F – V – V – V.
 e) F – V – F – V.

→ ANÁLISE DE VARIÂNCIA DA REGRESSÃO LINEAR SIMPLES, COEFICIENTE DE DETERMINAÇÃO E ESTATÍSTICA F.

55. (FGV – 2022) É possível que o comportamento das bolsas de valores em determinado mês prediga o seu comportamento o ano inteiro. Considere que a variável explicativa X seja a variação percentual do índice da bolsa em janeiro e que a variável de resposta Y seja a variação desse índice para o ano inteiro. O cálculo feito com dados do período de 5 anos teve como resultados:

$$\begin{aligned} \bar{x} &= 1,75\% & \bar{y} &= 9,07\% \\ S_x &= 5,36\% & S_y &= 15,35\% \\ r &= 0,59 \end{aligned}$$

O percentual de variação observado nas alterações anuais do índice que é explicado pela relação linear com a alteração de janeiro é:

- a) 2,86%.
 b) 5,18%.
 c) 34,81%.
 d) 35,50%.
 e) 59%.

56. (FGV – 2022) A respeito do coeficiente de determinação de uma regressão linear, avalie as afirmativas a seguir.

- I. Mede a porcentagem da variância total que é explicada pela regressão.
 - II. É um número real entre 0 e 1.
 - III. É igual ao quadrado do coeficiente de correlação amostral.
- Está correto o que se afirma em :

- a) I, apenas.
- b) I e II, apenas.
- c) I e III, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, II e III.

57. (FGV – 2022) No ajuste de uma regressão linear, verificou-se um coeficiente de correlação igual a - 0,75.

O coeficiente de determinação é então igual a:

- a) - 0,9595.
- b) - 0,5625.
- c) 0,4575.
- d) 0,5625.
- e) 0,9595.

58. (FGV – 2021) Numa regressão linear, as afirmativas a seguir, acerca do coeficiente de determinação, estão corretas, **exceto uma**. Assinale-a.

- a) Mede a porcentagem da variação total da variável resposta que é explicada pela regressão.
- b) É o quadrado do coeficiente de correlação estimado.
- c) É um número entre 0 e 1.
- d) Determina se as estimativas e previsões dos coeficientes são tendenciosas.
- e) Em geral, mas nem sempre, quanto maior seu valor, melhor o modelo se ajusta aos dados.

→ REGRESSÃO LINEAR MÚLTIPLA

59. (FGV – 2019) Em um modelo clássico de regressão linear, os pressupostos sobre os erros e as variáveis independentes condicionam as propriedades dos estimadores de MQO.

Sobre essa conexão entre os pressupostos e as propriedades de MQO, é correto afirmar que:

- a) se alguma das explicativas for estocástica, uma forma de evitar a inconsistência é aplicar a técnica de variáveis instrumentais em vez de MQO.
- b) se houver uma correlação muito elevada entre as variáveis explicativas, os estimadores de MQO serão ineficientes.
- c) se a matriz de variância-covariância entre os erros não for do tipo diagonal, será necessário aplicar MQP em vez de MQO.
- d) se $E(\epsilon_i) \neq 0 \forall i$, todos os estimadores de MQO da regressão serão tendenciosos.
- e) se houver entre as explicativas do modelo uma variável que seja do tipo estocástica, a consistência do estimador de MQO correspondente ficará comprometida.

→ ANÁLISE DE SÉRIES TEMPORAIS

60. (FGV – 2022) Considere o modelo SARIMA(p,d,q)(P,D,Q)12 dado pela equação:

$$(1 - B)^3 (1 + 0,4B - 0,5B^2)(1 - 0,8B^{12}) X_t = (1 - 0,3B)(1 - 0,3B^{12} + 0,6B^{24})\epsilon_t.$$

As ordens p, d, q, P, D, Q são, respectivamente:

- a) 2, 2, 2, 0, 1, 2.
- b) 2, 3, 1, 1, 0, 2.
- c) 1, 3, 2, 1, 0, 2.
- d) 3, 2, 1, 0, 1, 2.
- e) 1, 2, 3, 1, 0, 2.

GABARITO

1	C
2	B
3	C
4	B
5	E
6	D
7	D
8	C
9	A
10	B
11	C
12	A
13	C
14	A
15	B
16	D
17	C
18	B
19	E
20	B
21	C
22	A
23	E
24	D
25	C
26	A
27	A
28	E
29	D
30	E

ANOTAÇÕES

CONTABILIDADE GERAL E PÚBLICA

→ ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL PÚBLICA

1. (FGV – 2022) Tendo em vista a melhor distribuição da receita pública entre os entes para consecução de suas obrigações legais, a Constituição da República de 1988 estabeleceu que o produto da arrecadação tributária fosse redistribuído por meio da repartição tributária, segundo as regras e parâmetros por ela estabelecidos. Nesse contexto, um ente público confirmou a ocorrência do fato gerador de uma receita de natureza tributária no valor de R\$ 10.000,00, porém, por força de lei, ele precisa transferir a outro ente 25% dessa receita.

No momento do lançamento dessa receita, o ente:

- recebedor deverá registrar um ativo – créditos a receber em contrapartida de uma VPA pelo valor de R\$ 2.500,00.
- recebedor deverá registrar uma receita orçamentária, de natureza tributária, no valor de R\$ 2.500,00.
- transferidor deverá registrar uma VPA pelo valor de R\$ 7.500,00.
- transferidor deverá registrar a transação de repartição da receita, sob o ponto de vista patrimonial, como uma VPD.
- transferidor deverá registrar um ativo – créditos a receber em contrapartida de uma VPA pelo valor de R\$ 10.000,00.

2. (FGV – 2022) Os estágios da despesa pública decorrem de procedimentos administrativos e ensejam registros de natureza contábil, que geram informações para fins de controle e acompanhamento da execução orçamentária.

No caso concreto do registro do estágio do empenho de uma despesa com aquisição de material de consumo que será estocado em almoxarifado para uso posterior, mediante solicitação, a contrapartida do lançamento a débito será em conta de natureza:

- patrimonial: Estoque – Almoxarifado.
- patrimonial: Fornecedores e Contas a Pagar.
- patrimonial: Variação Patrimonial Diminutiva.
- orçamentária: Crédito Disponível.
- orçamentária: Crédito Empenhado a Liquidar.

→ INTRODUÇÃO ÀS DCASP (PARTE V, CAPÍTULO 1 DO MCASP E NBC TSP 11)

3. (FGV – 2022) De acordo com a NBC TSP 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, a apresentação de ativos e passivos no balanço patrimonial das instituições financeiras proporciona informação fidedigna e mais relevante do que a apresentação como circulante e não circulante, se adotado o seguinte critério:

- ordem crescente ou decrescente de liquidez.
- ordem crescente ou decrescente de magnitude.
- grau de familiaridade da entidade credora ou devedora.
- ordem de reconhecimento dos respectivos ativos e passivos.
- grau de relacionamento com os ativos e passivos não financeiros.

4. (FGV – 2022) A convergência às normas internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público promoveu alterações na estrutura de apresentação das demonstrações contábeis, que, além de serem previstas na Lei nº 4.320/1964, têm diretrizes definidas na NBC T SP 11 e no MCASP.

Mas como nem todas as demonstrações exigidas pela legislação brasileira têm correspondente nas normas internacionais, a NBC T SP 11 **Não** apresenta disposições para a elaboração do(a):

- balanço financeiro.
- balanço patrimonial.
- demonstração do resultado.
- demonstração das informações orçamentárias.
- demonstração das mutações do patrimônio líquido.

5. (FGV – 2022) Ao dispor critérios gerais para apresentação das demonstrações contábeis, dois pontos abordados no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) tratam de agregação e compensação de valores.

Acerca desses pontos, analise os itens a seguir.

- Um item pode ser suficientemente material para ser apresentado de forma individualizada nas notas explicativas, mesmo não sendo nas demonstrações contábeis.
- A mensuração de ativos líquidos de ajustes relacionados não é considerada como uma compensação.
- Ganhos e perdas provenientes de grupo de transações semelhantes devem ser apresentados em base líquida, mesmo quando materiais.

Está correto somente o que se afirma em:

- I;
- II.
- III.
- I e II.
- II e III.

6. (FGV – 2022) Ao tratar da estrutura de apresentação das demonstrações contábeis das entidades públicas, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) traz disposições para inclusão de informações comparativas.

Ao elaborar as demonstrações contábeis de uma entidade, um analista contábil deve considerar que, em regra, a informação comparativa:

- a) deve ser divulgada em referência a pelo menos dois exercícios anteriores ao período corrente.
- b) deve ser divulgada referente ao período anterior para todos os montantes apresentados do período corrente.
- c) é aplicável somente na apresentação do balanço patrimonial, em decorrência da natureza das informações.
- d) pode ser apresentada, alternativamente, como informação adicional em notas explicativas.
- e) tem divulgação facultativa, mas é fortemente incentivada para dar maior transparência e facilitar o controle social.

7. (FGV – 2019) Para fins de apresentação das demonstrações contábeis, a NBC TSP 11 define regras para compensação de valores.

A norma dispõe que a entidade deve informar separadamente os ativos e os passivos, as receitas e as despesas, mas permite exceções, como:

- a) estoques ao valor realizável líquido.
- b) ativo imobilizado líquido da depreciação.
- c) resultado líquido da alienação de ativos não circulantes.
- d) saldo de créditos a receber líquido de perdas estimadas.
- e) investimentos líquidos de ganhos ou perdas por equivalência patrimonial.

→ BALANÇO PATRIMONIAL (AFO E CPU)

8. (FGV – 2022) Para atender os dispositivos da Lei nº 4.320/1964, a estrutura do Balanço Patrimonial apresentada no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) acrescentou quadros e informações que devem acompanhar o quadro principal do Balanço Patrimonial.

Sobre o tema, analise os itens a seguir.

- I. Quadro de notas explicativas.
- II. Quadro das contas de compensação.
- III. Quadro do superávit / déficit financeiro.
- IV. Quadro dos ativos e passivos financeiros e permanentes.

Os itens definidos pelo MCASP para tal finalidade são somente:

- a) I e II.
- b) I e III.
- c) III e IV.
- d) I, II e IV.
- e) II, III e IV.

9. (FGV – 2022) O patrimônio líquido (PL) de uma entidade deve ser evidenciado no balanço patrimonial, conforme disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

Ao apresentar esse item do balanço patrimonial, deve-se ter em conta que:

- a) contas retificadoras não se aplicam ao PL de entidades públicas.
- b) o resultado do período será segregado dos resultados acumulados de períodos anteriores.
- c) resultados acumulados não devem constar no PL, mas serem distribuídos.

- d) um resultado patrimonial deficitário ao final de um período afeta a inscrição em restos a pagar.
- e) um resultado patrimonial deficitário ao final de um período implica passivo a descoberto na entidade.

→ DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA (MCASP E NBC TSP 12)

10. (FGV – 2022) Uma entidade do setor público apresentava os seguintes saldos em sua Demonstração dos Fluxos de Caixa em 31/12/X2.

- Amortização de empréstimos e financiamentos que foram contraídos em X0. R\$ 200.000;
- Recebimentos de caixa pela prestação de serviços: R\$ 100.000;
- Pagamentos em caixa a fornecedores de mercadorias e serviços: R\$ 50.000;
- Recebimentos de caixa provenientes do resgate de investimento de longo prazo realizado no mercado financeiro: R\$ 140.000;
- Recebimentos de caixa decorrentes de impostos, taxas, contribuições e multas: R\$ 60.000;
- Pagamentos em caixa de anuidade em transações com seguradora: R\$ 24.000.

De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, o fluxo de caixa líquido gerado ou consumido pela atividade operacional em X2 era de:

- a) -R\$ 114.000;
- b) R\$ 26.000.
- c) R\$ 50.000.
- d) R\$ 86.000.
- e) R\$ 110.000.

11. (FGV – 2022) De acordo com o MCASP, a Demonstração dos Fluxos de Caixa evidencia as alterações de caixa e equivalentes de caixa verificadas no exercício de referência. Assinale a opção que indica quando há geração de caixa proveniente da atividade de financiamento.

- a) Caixa recebido decorrente de operações descontinuadas.
- b) Pagamentos em caixa por arrendatário para redução do passivo relativo a arrendamento mercantil financeiro.
- c) Recebimentos de caixa por liquidação de adiantamentos ou amortização de empréstimos concedidos a terceiros, quando a entidade não é instituição financeira pública.
- d) Caixa recebido proveniente da emissão de debêntures, empréstimos contraídos, notas promissórias, títulos e valores, hipotecas e outros empréstimos contraídos de curto e de longo prazos.
- e) Recebimentos de caixa provenientes da venda de instrumentos patrimoniais ou instrumentos de dívida de outras entidades e participações em empreendimentos controlados em conjunto.

12. (FGV – 2022) Considere as informações no Quadro III a seguir, com valores expressos em milhões de reais, extraídas da execução orçamentária de uma entidade pública ao final de um exercício financeiro.

Quadro III

ITEM	VALOR
Alienação de bens	280,00
Amortização da dívida	250,00

ITEM	VALOR
Amortização de empréstimos concedidos	190,00
Aquisição de ativo não circulante	460,00
Concessão de empréstimos	180,00
Juros e encargos da dívida	1.310,00
Operações de crédito	1.100,00
Pessoal e demais despesas	2.300,00
Receita de Contribuições	1.300,00
Receita de Serviços	250,00
Receita patrimonial	300,00
Receita tributária	1.800,00
Remuneração das Disponibilidades	500,00
Transferências concedidas	370,00
Transferências recebidas	1.630,00

A partir desses dados, o fluxo de caixa líquido das atividades de investimento a ser apresentado na Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) da entidade, em milhões de reais, é de:

- R\$ 640,00;
- R\$ 420,00;
- R\$ 170,00;
- R\$ 130,00.
- R\$ 470,00.

13. (FGV – 2022) Um servidor responsável pela contabilização de itens de Caixa e Equivalentes de Caixa em uma entidade do setor público levantou algumas questões acerca da inclusão de aplicações financeiras como equivalentes de caixa ao analisar a normatização contábil vigente sobre esse tópico.

O servidor analisou as disposições da NBC TSP 12 - Demonstrações dos Fluxos de Caixa e do MCASP e concluiu acertadamente que:

- a classificação das aplicações financeiras em pré-fixadas ou pós-fixadas não é um critério que deve ser utilizado para definir o nível de risco.
- aplicações financeiras devem ser consideradas como equivalente de caixa se for possível convertê-las em uma quantia confiavelmente estimada de caixa.
- aplicações financeiras só podem ser consideradas como equivalente de caixa, entre outros requisitos, se forem mensuradas pelo custo amortizado.
- rendimentos de aplicações financeiras de liquidez imediata não são considerados equivalente de caixa, pois integram o fluxo de caixa das atividades de investimento.
- um dos requisitos para que aplicações financeiras sejam consideradas como equivalente de caixa é o atendimento a objetivos de investimento de curto prazo.

14. (FGV – 2022) Considere as informações a seguir, decorrentes dos registros contábeis e orçamentários de um ente público, relativos a um dado exercício e com valores expressos em milhares de reais.

ITEM	VALOR
Concessão de empréstimos	R\$ 90,00
Amortização de empréstimos concedidos	R\$ 95,00

ITEM	VALOR
Amortização da dívida	R\$ 125,00
Receita de serviços	R\$ 125,00
Alienação de bens	R\$ 140,00
Receita patrimonial	R\$ 150,00
Transferências concedidas	R\$ 185,00
Aquisição de ativo não circulante	R\$ 230,00
Remuneração das disponibilidades	R\$ 250,00
Operações de crédito	R\$ 550,00
Receita de contribuições	R\$ 650,00
Juros e encargos da dívida	R\$ 655,00
Transferências recebidas	R\$ 815,00
Receita tributária	R\$ 900,00
Pessoal e demais despesas	R\$ 1.150,00

Adicionalmente, o saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa foi de R\$ 715,00.

Considerando que são as únicas informações para elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC), é correto afirmar que:

- as atividades de investimento apresentaram apenas desembolsos.
- as atividades de investimento e financiamento afetaram negativamente a geração líquida de caixa.
- as atividades operacionais consumiram mais caixa do que geraram.
- o fluxo de caixa das atividades operacionais e de financiamento apresentaram valores líquidos equivalentes.
- o saldo final de caixa apurado na DFC foi de R\$ 1.955,00.

15. (FGV – 2022) Ao elaborar a Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma entidade pública a partir das disposições do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), o servidor responsável pelo setor de contabilidade deve atentar que, no detalhamento dos fluxos de caixa das atividades operacionais, os ingressos devem ser apresentados:

- conforme a vinculação orçamentária
- conforme o impacto na situação líquida patrimonial.
- de acordo com a categoria econômica da receita.
- de acordo com a origem das receitas.
- quanto ao impacto na apuração do resultado primário.

16. (FGV – 2021) Assinale a opção que indica a contabilização do recebimento de caixa decorrente de impostos, taxas, contribuições e multas na Demonstração dos Fluxos de Caixa de uma entidade do setor público.

- Lucro Ajustado.
- Atividade Operacional.
- Atividade de Investimento.
- Atividade de Financiamento.
- Caixa e Equivalente de Caixa.

17. (FGV – 2021) De acordo com a NBC TSP 12 – Demonstração dos Fluxos de Caixa, os fluxos de caixa decorrentes de transações em moeda estrangeira devem ser registrados na moeda funcional da entidade, convertendo-se o valor em moeda estrangeira à taxa cambial

- a) média, dos 30 dias anteriores.
- b) registrada no fim do exercício.
- c) na data da ocorrência do fluxo de caixa.
- d) média, dos meses de janeiro a dezembro.
- e) estimada no dia da transação para o final do exercício.

18. (FGV – 2019) Considere os dados apresentados no quadro a seguir, extraídos da contabilidade de uma entidade ao final de um exercício financeiro.

Aplicações financeiras de alta liquidez	R\$ 8.620,00
Aplicações financeiras de média liquidez	R\$ 13.250,00
Aplicações financeiras de longo prazo	R\$ 21.900,00
Depósitos bancários disponíveis	R\$ 35.780,00
Investimentos permanentes em ações	R\$ 50.000,00
Investimentos temporários em ações	R\$ 42.810,00
Numerário em espécie	R\$ 4.160,00

De acordo com as definições da NBC TSP 12 e com os dados do quadro, o saldo de caixa e equivalente de caixa ao final do exercício é de:

- a) R\$ 39.940,00.
- b) R\$ 48.560,00.
- c) R\$ 61.810,00.
- d) R\$ 83.710,00.
- e) R\$ 126.520,00.

→ DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (AFO E CPU)

19. (FGV – 2022) Uma entidade do setor público deve registrar os efeitos da mudança de critério contábil e da retificação de erro imputável a exercício anterior que não pode ser atribuído a fatos subsequentes como:

- a) ajustes de exercícios anteriores (Resultados Acumulados) na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- b) reserva de exercícios anteriores (Reserva de Capital) na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
- c) ajustes de exercícios anteriores (Ajustes de Avaliação Patrimonial) na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- d) outras receitas e despesas na Demonstração das Variações Patrimoniais.
- e) receitas e despesas extraorçamentárias no Balanço Financeiro.

→ NOTAS EXPLICATIVAS (AFO E CPU)

20. (FGV – 2022) Em geral, a estrutura de uma demonstração contábil contém informações, em um nível de detalhamento relevante, para atingir os objetivos da demonstração.

Tendo em vista a ampliação da compreensão das demonstrações contábeis a seus diversos usuários, estas são complementadas por informações adicionais dispostas em notas explicativas.

O Balanço Orçamentário de uma entidade pública, ao final de um dado exercício, apresentou déficit orçamentário expressivo, decorrente do volume de despesas executadas significativamente superior às receitas arrecadadas. Esse fato, em princípio, pode representar uma irregularidade.

Uma informação que pode ser apresentada em nota explicativa pela entidade para auxiliar na análise e compreensão desse cenário se refere a:

- a) detalhamento das despesas executadas por tipos de créditos orçamentários (inicial, suplementar, especial e extraordinário).
- b) diretrizes e políticas de gestão do risco financeiro definidas no contexto operacional da entidade.
- c) informações por segmento, com detalhamento das áreas de execução das despesas e suas respectivas fontes de recursos.
- d) natureza da entidade como agente não arrecadador, mas executor de despesas orçamentárias para prestação de serviços públicos.
- e) natureza e valor contábil de receitas e despesas realizadas no período pela entidade, que foram sujeitas a estimativas.

→ BALANCETE

21. (FGV – 2022) Em relação ao balancete de uma entidade do setor público, assinale a afirmativa **correta**.

- a) Reflete os aspectos orçamentário e fiscal.
- b) Segue o método das partidas simples.
- c) Demonstra o movimento e o saldo detalhado das contas contábeis.
- d) É uma demonstração contábil incluída na Lei nº 4.320/64.
- e) É uma demonstração contábil, nos termos do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP).

→ NBC T 16.11 - SISTEMA DE INFORMAÇÃO DE CUSTOS DO SETOR PÚBLICO

22. (FGV – 2022) Com os avanços em termos da adoção de uma efetiva gestão de custos nas entidades da administração pública, o uso dos chamados indicadores de desempenho de custos se tornou mais recorrente.

Os profissionais que atuam na área de gestão de custos devem considerar algumas ponderações quanto à compreensão desses indicadores, entre as quais destaca-se que:

- a) alterações em produtos ou unidades de medidas das ações não comprometem a análise comparativa temporal.
- b) avaliações qualitativas são consideradas nos resultados dos indicadores.
- c) os indicadores baseados nos relatórios de custos são complementares e não devem ser analisados isoladamente.
- d) os indicadores consideram limitações decorrentes de efeitos de fatores externos sobre o desempenho dos programas governamentais.
- e) os resultados dos indicadores devem ser apresentados em unidades específicas e não classificados em faixas de atingimento.

23. (FGV – 2022) No processo de adoção do sistema de informação de custos, uma entidade pública definiu que precisa implantar um método de custeio que lhe permita alocar os seus custos fixos incorridos ao longo do exercício, que são muito significativos, aos centros de custos.

Um dos métodos que se recomenda nesse caso é o custeio:

- a) padrão.
- b) pleno.
- c) por absorção.
- d) por ordem de serviço.
- e) variável.

→ CONCEITO, OBJETO, FINALIDADE, TÉCNICAS CONTÁBEIS, EQUAÇÃO PATRIMONIAL

24. (FGV – 2022) O objeto da Contabilidade é o patrimônio, que é formado pelos ativos e pelos passivos.

Assinale a afirmativa **correta** sobre os ativos e os passivos de uma entidade.

- a) Os ativos representam os bens, e os passivos, as obrigações e os direitos.
- b) Os ativos se referem à posição financeira, e os passivos, ao desempenho financeiro.
- c) Os ativos são evidenciados em ordem de liquidez, e os passivos, em ordem de solvência.
- d) Os ativos são mensurados de acordo com o valor justo, e os passivos, de acordo com o custo histórico.
- e) Os ativos mostram como são aplicados os recursos da entidade, e os passivos, quais as origens dos recursos.

25. (FGV – 2021) A referência à riqueza líquida de uma entidade pode ser associada:

- a) à sua capacidade de liquidez imediata.
- b) ao montante de ativos realizáveis no exercício financeiro.
- c) aos valores liquidados com capital próprio.
- d) ao montante dos ativos deduzido dos passivos.
- e) ao capital social liquidado pelos proprietários.

26. (FGV – 2021) Os registros de operações realizadas em uma empresa têm o objetivo de gerar informações úteis para a gestão organizacional.

Embora seja fornecida uma diversidade de informações nos relatórios contábeis, o objeto da contabilidade é o:

- a) controle de receitas e despesas.
- b) fluxo de caixa das entidades.
- c) lucro das entidades.
- d) patrimônio das entidades.
- e) valor de mercado das entidades.

27. (FGV – 2021) Uma entidade apresenta passivo a descoberto. Em relação à equação fundamental nesta entidade, assinale a opção **correta**.

- a) Passivo = Patrimônio Líquido – Ativo.
- b) Passivo = Ativo + Patrimônio Líquido.
- c) Patrimônio Líquido = Ativo + Passivo.
- d) Ativo = Patrimônio Líquido – Passivo.
- e) Ativo + Passivo + Patrimônio Líquido = 0.

→ ESCRITURAÇÃO: NORMAS, LIVROS CONTÁBEIS, LANÇAMENTOS, MÉTODO DAS PARTIDAS DOBRADAS

28. (FGV – 2022) Assinale a opção que indica o reconhecimento de um passivo no balanço patrimonial de uma entidade.

- a) Pagamento antecipado de despesa.
- b) Pagamento de um empréstimo bancário.
- c) Reconhecimento de provisão para contingência.
- d) Reconhecimento do uso de um ativo imobilizado.
- e) Venda de estoque, sendo metade à vista e o restante a prazo.

29. (FGV – 2022) Em janeiro de X2, uma sociedade empresária vendeu todo o seu saldo em estoque à vista com lucro. Além disso, comprou um veículo para entrega a prazo.

Assinale a opção que indica o impacto dos dois eventos no balanço patrimonial da sociedade empresária em 31/01/X2.

- a) Aumento no ativo e no passivo, apenas.
- b) Diminuição no ativo e no passivo, apenas.
- c) Aumento no ativo e no patrimônio líquido, apenas.
- d) Aumento no ativo, no passivo e no patrimônio líquido.
- e) Aumento no ativo e no patrimônio líquido e diminuição no passivo.

30. (FGV – 2021) A Cia. Beta adquiriu um veículo em 01/01/2016 pelo valor de R\$ 60.000,00. A Cia. Beta pretende usar o veículo por 5 anos e aliená-lo após esse período por 20% do valor de aquisição, que representa o valor residual.

O lançamento contábil da depreciação desse veículo (texto 2) deve ser feito a partir das seguintes contas:

- a) D – Ajustes patrimoniais
C – Veículos
- b) D – Depreciação acumulada
C – Despesa com depreciação
- c) D – Despesa com depreciação
C – Depreciação acumulada
- d) D – Despesa com depreciação
C – Veículos
- e) D – Veículos
C – Ajustes patrimoniais

31. (FGV – 2021) O contador da empresa Beta precisa registrar o valor dos juros relativos a um empréstimo tomado pela empresa.

De acordo com a lógica do regime de competência, o lançamento a débito deverá ser realizado em uma conta de:

- a) caixa e equivalentes de caixa.
- b) despesas com juros.
- c) empréstimos.
- d) encargos financeiros a transcorrer.
- e) variações monetárias passivas.

32. (FGV – 2021) Na elaboração das demonstrações contábeis, assinale a **conta de origem devedora**.

- a) Depreciação acumulada.
- b) Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa.
- c) Reversão da despesa com perdas por teste de recuperabilidade.
- d) Ajuste a valor presente na conta clientes.
- e) Adiantamento a fornecedores.

→ ATOS E FATOS CONTÁBEIS

33. (FGV – 2021) Na lógica patrimonial, a aquisição de material de expediente para estoque, com pagamento à vista, é considerada como um fato contábil:

- a) modificativo aumentativo.
- b) modificativo diminutivo.
- c) misto.
- d) misto aumentativo.
- e) permutativo.

34. (FGV – 2021) Texto 1

A empresa Alfa foi constituída em 02/01/2020 por dois sócios, Sr. X e Sr. Y. O capital social da empresa foi subscrito no valor de R\$ 100.000,00. O capital foi constituído de quotas igualmente divididas entre os dois sócios. O Sr. X integralizou a sua parte em dinheiro no ato de constituição da empresa, que foi depositada no banco em que a empresa abriu uma conta. Já o Sr. Y integralizou a parte dele com um veículo no valor de R\$ 30.000,00 e o restante ficou para ser integralizado em espécie em 90 dias.

Considere as informações apresentadas no texto 1 sobre a empresa Alfa e também que os sócios decidiram tomar um empréstimo no banco no valor de R\$ 50.000,00 para dar mais liquidez ao negócio e iniciar as atividades operacionais da empresa.

A realização dessa operação financeira com o banco constitui um fato contábil:

- a) modificativo aumentativo.
- b) modificativo diminutivo.
- c) misto aumentativo.
- d) misto diminutivo.
- e) permutativo.

35. (FGV – 2021) Os fatos contábeis podem ser permutativos, modificativos ou mistos, a depender do seu efeito patrimonial.

Um exemplo de fato contábil modificativo é o registro do(a):

- a) aquisição de móveis e utensílios.
- b) compra de materiais para estoque.
- c) depreciação de um veículo.
- d) pagamento do principal de uma dívida.
- e) recebimento por vendas a prazo.

→ REGIMES CONTÁBEIS (COMPETÊNCIA, CAIXA E MISTO)

36. (FGV – 2021) Uma loja realizava vendas à vista e em cartão de crédito, sendo que estas eram recebidas no mês seguinte à venda.

A loja registrou as seguintes vendas no primeiro trimestre de X0.

	Janeiro	Fevereiro	Março
Vendas à vista	30.000	20.000	12.000
Vendas no cartão	100.000	70.000	55.000

Em relação à receita da loja, de acordo com o Regime de Competência, assinale a afirmativa correta.

- a) Em janeiro, a receita foi de R\$ 30.000.
- b) Em fevereiro, a receita foi de R\$ 120.000.
- c) Em março, a receita foi de R\$ 67.000.
- d) No trimestre, a receita foi de R\$ 220.000.
- e) No trimestre, a receita foi de R\$ 232.000.

37. (FGV – 2021) Em janeiro de X0, uma instituição de ensino assinou um contrato para oferecer um curso fechado a uma empresa nos meses de março a dezembro, quando houve a entrega do certificado de conclusão. Pelo treinamento a instituição recebeu R\$ 120.000, sendo que, metade foi recebida na assinatura do contrato e, o restante, no primeiro dia do treinamento. Em relação à contabilização da receita de treinamento, de acordo com o Regime de Competência, assinale a afirmativa correta.

- a) R\$ 60.000 em janeiro.
- b) R\$ 10.000 em fevereiro.
- c) R\$ 12.000 em março.
- d) Zero em abril.
- e) R\$ 120.000 em dezembro.

38. (FGV – 2021) Em 10/11/2019, uma entidade detinha itens no estoque no total de R\$ 95.000,00. No dia 20/11/2019, a entidade vendeu todo o estoque pelo valor de R\$ 180.000,00, sendo R\$ 60.000,00 recebidos à vista e o restante em duas parcelas, vencíveis em 20/12/2019 e 20/01/2020.

De acordo com o regime de competência, a receita a ser reconhecida no resultado de 2019 decorrente dessa transação é de:

- a) R\$ 0.
- b) R\$ 60.000,00.
- c) R\$ 95.000,00.
- d) R\$ 120.000,00.
- e) R\$ 180.000,00.

39. (FGV – 2021) Em janeiro de X0, uma entidade que vende roupas recebeu uma encomenda de vestidos no valor de R\$30.000. O valor foi recebido em duas parcelas iguais, em fevereiro e em março de X0. A entidade produziu os vestidos nos meses de março, abril e maio, sendo que a entrega foi feita em junho.

De acordo com o Regime de Competência, assinale a opção que indica a correta contabilização da receita pela entidade.

- a) R\$ 30.000, em janeiro.
- b) R\$ 15.000, em fevereiro e março.
- c) R\$ 10.000, em março, abril e maio.
- d) R\$ 30.000, em junho.
- e) R\$ 5.000, em janeiro, fevereiro, março, abril, maio e junho.

40. (FGV – 2021) Assinale a opção que indica a situação em que a receita mensal contabilizada pelo Regime de Competência e pelo Regime de Caixa é a mesma.

- a) Venda a prazo de passagem aérea para ser utilizada imediatamente.
- b) Venda de curso mensal de informática, cujo pagamento ocorre no último dia útil do mês das aulas.
- c) Venda à vista de plano trimestral em uma academia.
- d) Venda à vista de assinatura anual de revista.
- e) Recebimento de dinheiro por encomenda de roupa que ficará pronta em dois meses.

→ BALANÇO PATRIMONIAL (QUESTÕES DE NÍVEL BÁSICO)

41. (FGV – 2022) Uma sociedade empresária apresentava os seguintes saldos em 31/12/X0. Caixa e equivalente de caixa: R\$ 50.000.

- Empréstimo a diretor com recebimento em 60 dias: R\$ 25.000.

- Receita de vendas recebida antecipadamente com prazo de realização de 70 dias: 55.000. Estoques previstos para serem vendidos em 120 dias: 40.000,00.
- Clientes, com recebimento em 180 dias: 60.000,00.
- Aluguel pago antecipadamente, com apropriação linear e mensal por 24 meses: R\$ 48.000.
- Terreno destinado à valorização: R\$ 100.000.
- Perdas estimadas com teste de recuperabilidade do terreno: R\$ 10.000. Perdas estimadas com desvalorização de estoques: R\$ 4.000.
- Perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa: R\$ 3.000.

Com base nos saldos acima, assinale a opção que indica o ativo circulante da empresa em 31/12/X0.

- R\$ 143.000.
- R\$ 167.000.
- R\$ 174.000.
- R\$ 192.000.
- R\$ 223.000.

42. (FGV – 2022) Em 01/01/X0, uma sociedade empresária tomou um empréstimo bancário no valor de R\$6 milhões, sendo que R\$3 milhões foram recebidos em 01/01/X0 e o restante será recebido em 01/01/X1. O pagamento do empréstimo será feito em parcelas semestrais ao longo de cinco anos, a partir de 01/01/X2.

Assinale a opção que indica, respectivamente, o aumento no passivo circulante e no passivo não circulante da sociedade empresária na data da contração do empréstimo.

- Zero e zero.
- Zero e R\$3 milhões.
- R\$3 milhões e zero.
- R\$3 milhões e R\$3 milhões.
- Zero e R\$6 milhões.

43. (FGV – 2022) Considere os saldos de natureza patrimonial no quadro a seguir, apresentados por uma entidade ao final de um dado exercício financeiro.

Adiantamento de clientes	R\$ 5.000,00
Capital a integralizar	R\$ 10.000,00
Capital social	R\$ 30.000,00
Clientes	R\$ 10.000,00
Máquinas e Equipamentos	R\$ 20.000,00
Fornecedores	R\$ 10.000,00
Mercadorias	R\$ 5.000,00
Reserva de lucros	R\$ 5.000,00
Seguros a vencer	R\$ 2.000,00
Tributos a recuperar	R\$ 3.000,00

A partir de tais informações, o valor do capital próprio da referida entidade ao final do exercício é de:

- R\$ 15.000,00.
- R\$ 25.000,00.
- R\$ 30.000,00.
- R\$ 35.000,00.
- R\$ 40.000,00.

44. (FGV – 2021) Uma entidade apresentava os seguintes saldos em 31/12/X0.

- Disponibilidades: R\$ 50.000;
- Despesas antecipadas: R\$ 20.000;
- Receitas recebidas antecipadamente: R\$ 40.000;
- Empréstimo concedido: R\$ 50.000;
- Ativo contingente: 18.000;
- Estoque: R\$ 30.000;
- Imóveis: R\$ 120.000.

Com base nesses saldos, assinale a opção que indica o patrimônio líquido da entidade na data.

- R\$ 130.000.
- R\$ 190.000.
- R\$ 230.000.
- R\$ 248.000.
- R\$ 270.000.

45. (FGV – 2021) No balanço patrimonial de uma empresa devem ser considerados diversos tipos de bens. As máquinas industriais utilizadas nos processos produtivos são exemplos de bens

- de investimento.
- imobilizados.
- de venda.
- de renda.
- intangíveis.

46. (FGV – 2021) Na apresentação do Balanço Patrimonial, as contas que compõem o grupo do Ativo representam:

- aplicações de recursos e devem ter saldo total igual ao Passivo mais Patrimônio Líquido.
- aplicações de recursos e a riqueza líquida da entidade.
- aplicações de recursos financiadas por capital de terceiros.
- origens de recursos e devem ter saldo total igual ao Passivo.
- origens de recursos para uso nas atividades operacionais.

47. (FGV – 2021) Uma entidade que presta serviços de consultoria apresentava os seguintes saldos em seu ativo, em 31/12/X0.

- Disponibilidades: R\$ 50.000;
- Empréstimo concedido a sócio da entidade para pagamento em 3 meses: R\$ 20.000;
- Crédito Fiscal: R\$ 15.000;
- Automóveis utilizados no negócio: R\$ 30.000;
- Depreciação Acumulada dos automóveis: R\$ 10.000;
- Seguro antecipado dos automóveis, com vigência de dois anos: R\$ 24.000.

Assinale a opção que indica o valor do ativo realizável a longo prazo, em 31/12/X0.

- R\$ 27.000.
- R\$ 32.000.
- R\$ 47.000.
- R\$ 59.000.
- R\$ 79.000.

48. (FGV – 2021) Uma sociedade empresária apresentava o seguinte balanço patrimonial, em 31/12/X0.

Ativo	Patrimônio Líquido
Caixa 10.000	Capital Social 10.000
Ativo Total 10.000	Patrimônio Líquido 10.000

Em 01/01/X1, ela prestou um serviço por R\$ 100.000, com recebimento em 90 dias.

A sociedade empresária necessitava de recursos financeiros e descontou a duplicata no banco, que cobrou juros de R\$ 5.000 pelo serviço.

Assinale a opção que indica o saldo das contas que integram o ativo circulante da sociedade empresária, em 31/01/X1, após o desconto da duplicata, considerando apenas esses fatos.

- a) Caixa: R\$ 110.000.
- b) Caixa: R\$ 10.000. duplicatas descontadas: R\$ 100.000.
- c) Caixa: R\$ 105.000. despesa antecipada: R\$ 5.000.
- d) Caixa: R\$ 10.000. duplicatas a receber: R\$ 100.000.
- e) Caixa: R\$ 105.000. duplicatas a receber: R\$ 100.000.

49. (FGV – 2021) Em 01/01/X1, uma entidade adquiriu um carro, para ser utilizado por seu diretor, por R\$ 50.000, para pagamento no mês seguinte. No mesmo dia, ela pagou R\$ 6.000 a título do seguro anual do carro.

Assinale a opção que indica a movimentação no balanço patrimonial da entidade, na data.

- a) Ativo Imobilizado: +R\$ 50.000. Passivo Circulante: +50.000.
- b) Passivo Circulante: +R\$ 50.000. Patrimônio Líquido: +R\$ 50.000.
- c) Ativo Circulante: +R\$ 6.000; Ativo Imobilizado: +R\$ 50.000. Passivo Circulante: +56.000.
- d) Ativo Circulante: +R\$ 6.000; Ativo Imobilizado: +R\$ 50.000; Passivo Circulante: +50.000. Patrimônio Líquido: +R\$ 6.000.
- e) Ativo Circulante: -R\$ 6.000; Ativo Imobilizado: +R\$ 50.000; Passivo Circulante: +50.000. Patrimônio Líquido: -R\$ 6.000.

50. (FGV – 2021) No balanço patrimonial de uma entidade, nos casos apresentados a seguir o ativo deve ser classificado como circulante, **à exceção de um**. Assinale-o.

- a) É mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- b) É utilizado na atividade operacional da empresa.
- c) Espera-se que, após a data do balanço, seja realizado em até doze meses.
- d) Espera-se que seja realizado ou vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade.
- e) É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo seja vedada durante os doze meses após a data do balanço.

→ CAPITAL SOCIAL (SUBSCRITO, A REALIZAR, REALIZADO)

51. (FGV – 2021) Texto 1

A empresa Alfa foi constituída em 02/01/2020 por dois sócios, Sr. X e Sr. Y. O capital social da empresa foi subscrito no valor de R\$ 100.000,00. O capital foi constituído de quotas igualmente divididas entre os dois sócios. O Sr. X integralizou a sua parte em dinheiro no ato de constituição da empresa, que foi depositada no banco em que a empresa abriu uma conta. Já o Sr. Y integralizou a parte dele com um veículo no valor de R\$ 30.000,00 e o restante ficou para ser integralizado em espécie em 90 dias.

De acordo com o texto 1, no momento da constituição da empresa, o patrimônio líquido tem o valor de:

- a) R\$ 100.000,00.
- b) R\$ 80.000,00.
- c) R\$ 50.000,00.
- d) R\$ 30.000,00.
- e) R\$ 20.000,00.

→ AÇÕES (ÁGIO NA EMISSÃO, REEMBOLSO, RESGATE, AMORTIZAÇÃO, GASTOS NA EMISSÃO)

52. (FGV – 2022) Em 02/01/X0, uma sociedade empresária emitiu 500.000 novas ações com valor nominal de R\$ 1,00. O custo com a emissão de ações foi de R\$ 20.000. As ações foram integralizadas por R\$ 550.000.

Assinale a opção que indica o aumento provocado pela emissão no patrimônio líquido da sociedade empresária.

- a) R\$ 500.000.
- b) R\$ 520.000.
- c) R\$ 530.000.
- d) R\$ 550.000.
- e) R\$ 570.000.

→ RESERVAS DE LUCROS

53. (FGV – 2022) Assinale a opção que indica a contabilização da contrapartida do lançamento da reversão da reserva de lucros a realizar constituída em anos anteriores, quando os lucros nela contidos forem realizados financeiramente.

- a) Dividendos a pagar.
- b) Lucros acumulados.
- c) Reserva de lucros.
- d) Ações em Tesouraria
- e) Reserva de Ágio.

54. (FGV – 2022) Assinale a opção que indica a reserva constituída no patrimônio líquido de uma sociedade empresária com o objetivo de segregar uma parcela de lucros, correspondente a prováveis perdas extraordinárias futuras, que deverão diminuir o resultado em exercícios futuros.

- a) Legal.
- b) Estatutárias.
- c) Para contingências.
- d) De lucros a realizar.
- e) De lucros para expansão.

→ RESERVAS DE CAPITAL

55. (FGV – 2021) No Patrimônio Líquido, os valores recebidos por uma entidade para reforço de capital e que não transitam pelo Resultado como receitas, são contabilizados como

- a) Capital Social.
- b) Reservas de Capital.
- c) Ajustes de Avaliação Patrimonial.
- d) Reservas de Lucros.
- e) Reservas de incorporação.

→ AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

56. (FGV – 2022) A conta Ajustes de Avaliação Patrimonial foi introduzida na contabilidade brasileira pela Lei 11.638/07.

Em relação a essa conta, é correto afirmar que

- a) sua contrapartida é uma conta redutora do ativo.
 b) corresponde a uma conta de reserva no patrimônio líquido.
 c) sua constituição é evidenciada na Demonstração do Resultado do Exercício.
 d) reconhece as variações de valor atribuído a elementos do ativo e do passivo em decorrência da avaliação a valor justo.
 e) os valores registrados na conta devem ser transferidos para o resultado do exercício no final do exercício social.

57. (FGV – 2021) A correta identificação dos elementos patrimoniais é necessária para mensurar a situação patrimonial de uma entidade em um determinado período.

Dos itens elencados a seguir, o que representa um componente do patrimônio líquido é:

- a) resultado diferido.
 b) depósitos judiciais.
 c) instrumentos financeiros.
 d) títulos e valores mobiliários.
 e) ajustes de avaliação patrimonial.

→ AÇÕES EM TESOURARIA

58. (FGV – 2022) Com o objetivo de diminuir a circulação de suas ações no mercado, uma sociedade empresária adquiriu, à vista, ações de sua própria sociedade para mantê-las em tesouraria.

Assinale a opção que indica o efeito da transação na equação fundamental da contabilidade.

- a) Diminuição do ativo e aumento do passivo.
 b) Diminuição do ativo e aumento do ativo.
 c) Diminuição do patrimônio líquido e aumento do patrimônio líquido.
 d) Diminuição do ativo e diminuição do patrimônio líquido.
 e) Aumento do passivo e diminuição do patrimônio líquido.

59. (FGV – 2022) As ações em tesouraria adquiridas no mercado pela própria empresa devem ser divulgadas como um(a):

- a) conta redutora do patrimônio.
 b) direito no ativo circulante.
 c) investimento no ativo não circulante.
 d) conta no passivo circulante.
 e) conta no passivo não circulante.

60. (FGV – 2021) Assinale a opção que apresenta a conta do Patrimônio Líquido que é evidenciada com saldo negativo no Balanço Patrimonial.

- a) Reservas de capital.
 b) Ações em tesouraria.
 c) Capital social subscrito.
 d) Reservas de lucros a realizar.
 e) Reservas para contingências.

GABARITO

1	E
2	E
3	A
4	A
5	D
6	B
7	C
8	E
9	B
10	D
11	D
12	C
13	A
14	E
15	D
16	B
17	C
18	B
19	A
20	D
21	C
22	C
23	C
24	E
25	D
26	D
27	B
28	C
29	D
30	C

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES //////////////////////////////////////

[illegible]

ECONOMIA E FINANÇAS PÚBLICAS

→ CONCEITO DE ECONOMIA

1. (FGV – 2022) São remunerações do trabalho, da terra e do capital, respectivamente,

- a) lucro, valor de mercado e juros.
- b) salário, aluguel, e juros e lucros.
- c) participação nos lucros, juros de financiamento e lucro.
- d) salário, juros e lucros, e aluguel.
- e) remuneração, aluguel e aluguel.

2. (FGV – 2022) Em relação ao livre mercado, analise as afirmativas a seguir e assinale **V** para a verdadeira e **F** para a falsa.

- () Caracteriza-se por ser uma economia descentralizada e independente.
- () Existe divisão do trabalho e da propriedade privada dos meios de produção.
- () As transações entre duas partes só ocorrem caso cada parte espere se beneficiar com a operação.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.
- c) V – F – V.
- d) F – V – F.
- e) F – F – F.

→ ESCASSEZ, ESCOLHA E CUSTO DE OPORTUNIDADE

3. (FGV – 2022) Considere uma linha de produção executada por apenas um trabalhador. Nesse processo produtivo, ele pode produzir o carro X e o carro Y utilizando o capital disponível, em quantidades diferentes, em uma hora de trabalho.

Nessa hora de trabalho, a capacidade produtiva máxima deste trabalhador é representada pela tabela a seguir:

Carro X	Carro Y
10	0
8	1
6	2
4	3
2	4
0	5

O custo de oportunidade de produzir uma unidade a mais do carro X e o custo de oportunidade de produzir uma unidade a mais do carro Y são iguais, **respectivamente**, a

- a) 1 unidade a menos do carro Y e 1 unidade a menos do carro X.
- b) 0,5 unidade a menos do carro Y e 0,5 unidade a menos do carro X.
- c) 2 unidades a menos do carro Y e 2 unidades a menos do carro X.
- d) 0,5 unidade a menos do carro Y e 2 unidades a menos do carro X.
- e) um valor entre 0 e 2, em ambos os casos, dependendo do nível de partida.

→ CURVA DE POSSIBILIDADES DE PRODUÇÃO

4. (FGV – 2022) Considere o modelo da fronteira de possibilidades de produção (FPP).

Assinale a opção que apresenta a situação em que a economia **não** opera na FPP.

- a) A economia obtém o máximo dos recursos disponíveis.
- b) O custo de oportunidade de um bem é medido em termo do outro bem.
- c) A economia de mercado gera resultado eficiente.
- d) Não há tecnologia disponível que permita ampliar a produção de um dos bens sem reduzir a do outro bem.
- e) O elevado desemprego gera escassez de mão de obra e a produção dos bens se reduz.

→ DEMANDA E OFERTA

5. (FGV – 2022) O site Folha de S. Paulo publicou, no dia 08 de outubro de 2021, notícia intitulada “**Carnes, combustíveis e passagem aérea disparam na pandemia; veja a alta de preços**”, cujo trecho é reproduzido a seguir:

“Carnes, alimentos diversos, combustíveis e passagem aérea. Esses são alguns exemplos de itens que ilustram a disparidade de preços sentida pelos brasileiros durante a pandemia de Covid-19.

O cenário é retratado por um levantamento do economista André Braz, do FGV Ibre (Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas), a pedido da Folha.

Para analisar a escalada da inflação, o pesquisador utilizou resultados do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) verificados ao longo da crise sanitária, entre fevereiro de 2020 e setembro de 2021.

A pesquisa, realizada pelo FGV Ibre, contempla sete capitais: São Paulo, Brasília, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Salvador, Recife e Porto Alegre. De fevereiro de 2020 a setembro de 2021, o IPC teve variação de 11,59% em termos gerais.

No recorte por grupos, chama atenção o aumento maior e disseminado por alimentos frequentemente usados em churrascos e festas.

Carnes bovinas (35,31%), frango em pedaços (32,62%), frango inteiro (28,21%) e carnes suínas (25,26%), por exemplo, dispararam (...)

(Fonte: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2021/10/carnes-combustiveis-e-passagem-aerea-disparam-na-pandemia-veja-a-alta-de-precos.shtml>)

Dentre as possíveis causas para a disparada de preços dos diferentes tipos de carnes e frango, não é possível mencionar

- aumento da demanda internacional por esse tipo de alimento.
- aumento do custo de commodities que são utilizadas como insumos na criação de animais.
- desestruturação da cadeia produtiva causada pela pandemia.
- aumento do desemprego, que reduziu o poder de barganha dos trabalhadores do setor.
- aumento das exportações de carne pelo país.

→ ELASTICIDADE PREÇO DA DEMANDA

6. (FGV – 2021) Se a demanda por um bem x é representada pela seguinte curva de demanda $x(P) = a - b \cdot P$, então a elasticidade-preço da demanda é igual a:

- a ;
- $-b$;
- -1 ;
- -2 ;
- $-b \cdot P / (a - b \cdot P)$.

7. (FGV – 2022) Suponha que haja na economia apenas dois bens, X e Y . Considere um consumidor que esteja maximizando sua função utilidade sujeito à restrição orçamentária.

Considerando que haja um aumento na renda nominal, em relação aos efeitos das variações de renda na demanda marshalliana do consumidor, é correto afirmar que, caso:

- o bem X seja um bem inferior, o bem Y também será um bem inferior.
- o bem X seja um bem normal, sua curva de Engel tem inclinação negativa.
- os bens X e Y seja bens normais, o caminho de expansão da renda tem inclinação negativa.
- o bem X seja um bem inferior, a elasticidade renda da demanda do bem X é negativa.
- o bem Y seja um bem necessário, a elasticidade renda da demanda do bem Y é estritamente maior do que a unidade.

→ ELASTICIDADE PREÇO DA OFERTA

8. (FGV – 2022) Assinale a opção que indica o fator que torna a oferta mais elástica.

- Maior horizonte temporal de análise.
- Limitação na oferta de terrenos.
- Choque positivo na oferta de insumos produtivos.
- Disponibilidade de substitutos próximos.
- Bens menos necessários.

→ RESTRIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9. (FGV – 2022) Considere uma economia composta por somente dois bens, 1 e 2, cujas quantidades consumidas são, respectivamente, A e B . Assuma também que em dezembro de 2021 os preços dos bens 1 e 2 sejam, respectivamente, p e q , e o consumidor possua renda M . Suponha que, em janeiro de 2022, o preço do bem 1 sofra um aumento de 80%, o preço do bem 2 sofra um aumento de 40% e a renda do consumidor dobre de valor.

Após determinar a escolha ótima dos bens 1 e 2, em janeiro de 2022, o consumidor se defronta com a seguinte restrição orçamentária:

- $0,2pA + 0,6qB \leq 2M$
- $0,8pA + 0,4qB \leq M$
- $0,8pA + 0,4qB = 2M$
- $0,9pA + 0,7qB \leq M$
- $0,9pA + 0,7qB = 2M$

→ EQUILÍBRIO DO CONSUMIDOR

10. (FGV – 2022) A Teoria do Consumidor, ou Teoria da Escolha, é uma teoria microeconômica, que busca descrever como os consumidores tomam decisões de compra e como eles enfrentam os tradeoffs e as mudanças em seu ambiente.

Relacione os termos da Teoria do Consumidor às suas respectivas definições.

- Excedente do consumidor
- Escolha Intertemporal
- Preferências
- Utilidade

() é a decisão de usar a renda, retratada na curva de restrição orçamentária, no consumo presente ou adiar a decisão de consumir optando pelo consumo futuro.

() é o nome dado a uma teoria microeconômica que estuda como os consumidores fazem suas escolhas. Cada consumidor tem conhecimento exato de toda informação relevante para as suas decisões de consumo, conhece os bens e serviços disponíveis e de seu potencial de satisfazer suas necessidades.

() é normalmente aplicada pelos economistas em construções como a curva de indiferença que apresenta, para um determinado nível de satisfação, a quantidade de bens que um indivíduo ou uma sociedade aceitariam ter.

() é a diferença entre o montante que o consumidor estaria disposto a pagar por determinada quantidade de um bem e o montante que efetivamente paga.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- II, IV, III e I.
- I, III, II e IV.
- III, II, I e IV.
- II, III, IV e I.
- III, IV, II e I.

→ PRODUÇÃO

11. (FGV – 2022) Em relação à função de produção, analise as afirmativas a seguir e assinale **V** para a verdadeira e **F** para a falsa.

() Descreve a fronteira do conjunto de possibilidades de produção.

- () Indica a maior quantidade de produto possível que pode ser gerada a partir de determinada quantidade de insumos.
- () A tecnologia utilizada determina se a função de produção apresenta retornos decrescentes, constantes ou crescentes de escala.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e V.
b) V, V e F.
c) V, F e V.
d) F, F e V.
e) F, F e F.

12. (FGV – 2022) Considere uma função de produção em que o insumo variável seja trabalho. O produto médio do trabalho atinge seu nível máximo quando

- a) a produtividade marginal do trabalho for nula.
b) a produtividade marginal do trabalho também alcançar seu nível máximo.
c) a produtividade marginal do trabalho igualar com o produto médio do trabalho.
d) a produtividade marginal do trabalho igualar com o produto total.
e) o produto total atingir seu nível máximo.

13. (FGV – 2021) Suponha que uma empresa opere com uma função de produção $f(x,y)$ de retornos crescentes de escala.

Assinale a expressão que indica, **corretamente**, esse tipo de função de produção.

- a) $3f(x,y)=f(3x,3y)$.
b) $2f(x,y)>f(2x,2y)$.
c) $4f(x,y)<f(4x,4y)$.
d) $3f(x,y)>f(2x,2y)$.
e) $2f(x,y)<f(3x,3y)$.

→ TIPOS DE ESTRUTURA

14. (FGV – 2022) Em relação às consequências das decisões das firmas sobre preços e quantidades em estruturas de mercado de concorrência imperfeita, é correto afirmar que:

- a) a firma seguidora em um duopólio de Stackelberg obtém lucro superior ao que obteria em um duopólio de Cournot, porque possui vantagem informacional ao reagir sequencialmente à decisão de produção da firma líder.
b) a ocorrência do paradoxo de Bertrand em mercados oligopolizados pressupõe que haja restrição individual de capacidade produtiva para atender a demanda de mercado e que as firmas produzam produtos diferenciados.
c) a regulação de preços pelo custo marginal que busca a solução competitiva no monopólio natural, em mercados incontestáveis e sem produtos substitutos, é uma solução intermediária entre a determinação de preços pela regra do markup e a solução socialmente eficiente.
d) a regulação em mercados monopolisticamente competitivos pode ser dispensada quando nenhuma firma tem substancial poder de mercado e os ganhos advindos da valorização dos consumidores pela diversidade de marcas e produtos tendem a superar o custo social.
e) quando o monopolista não é capaz de estimar as curvas de demanda dos consumidores individuais ou de grupos de consumidores distintos, o mecanismo mais eficaz de captura dos excedentes dos consumidores é o incentivo à autosseleção (self selection) por meio da prática de discriminação de preços de terceiro grau, tal como a tarifação em duas partes.

→ CONCORRÊNCIA PERFEITA

15. (FGV – 2022) Em uma indústria perfeitamente competitiva, sem barreiras à entrada e à saída, e com potenciais entrantes, cada firma tem uma estrutura de custos idêntica, não afetada pela entrada de novas firmas, e igual a $c(q) = 75 = q + 3q^2$, para $q > 0$ e $c(0) = 0$, onde q é a quantidade produzida por cada firma. A demanda inversa de mercado é dada por $p(q) = 141 - 0,5Q$, em que q é a quantidade demandada e o preço.

Então:

- a) o preço de equilíbrio é igual a 15.
b) cada firma oferta duas unidades no longo prazo.
c) a curva de oferta de longo prazo da indústria será igual a $p(Q) = 6Q + 1$
d) caso a demanda inversa de mercado se altere para $p(Q) = 161 - 0,5Q$, oito firmas entram na indústria no novo equilíbrio de longo prazo.
e) caso o governo decida instituir um imposto de três unidades monetárias por unidade vendida, o impacto tributário recai totalmente nos consumidores e a perda de peso morto da economia no longo prazo é igual a 18.

→ MONOPÓLIO

16. (FGV – 2022) É comum um monopolista tentar adotar estratégias de diferenciação de preços de seus produtos como forma de capturar o excedente do consumidor.

Assim, na discriminação de preços de terceiro grau:

- a) o monopolista vende diferentes unidades de produto a diferentes preços iguais aos preços de reserva de cada consumidor.
b) é necessário o incentivo à autosseleção, pois o monopolista não consegue estimar a curva de demanda de cada grupo de consumidores.
c) o monopolista consegue separar os consumidores em grupos identificáveis de forma a ser possível cobrar preços ótimos distintos de cada grupo.
d) o consumidor pode ser individualmente identificado, de forma que a discriminação é perfeita, pois permite a extração de todo o excedente do consumidor.
e) o monopolista cria um perfil de preços denominado tarifa linear em duas partes como forma de cobrar dos consumidores o preço ótimo compatível com a quantidade que desejam comprar.

17. (FGV – 2021) Suponha um mercado com apenas um comerciante, que discrimina preços em 2º grau. Logo, uma estratégia desse tipo de firma é.

- a) observar as preferências do consumidor e extrair todo seu excedente.
b) desenhar pacotes com quantidades do produto e preços diferentes, para que cada consumidor revele sua preferência.
c) praticar preços diferentes para grupos ou tipos de consumidores distintos.
d) cobrar uma tarifa fixa para acessar o produto e depois um preço por unidade consumida.
e) precificar de forma linear, mas não observar as quantidades consumidas por cada consumidor.

18. (FGV – 2019) Uma firma monopolista maximizadora de lucro escolhe um nível de produção associado a uma elasticidade preço da demanda igual a -3.

Se seu custo total é dado por $C(Q) = 10Q$, infere-se que o preço escolhido por essa firma monopolista é de:

- a) 57 unidades monetárias.
- b) 42 unidades monetárias.
- c) 30 unidades monetárias.
- d) 21 unidades monetárias.
- e) 15 unidades monetárias.

→ INFORMAÇÕES ASSIMÉTRICAS

19. (FGV – 2022) Ao determinar o modelo regulatório mais adequado, uma restrição surge quando as firmas a serem reguladas declaram custos excessivos não observáveis pelo regulador com o objetivo de obter preços regulados maiores do que seus custos reais, ou quando o regulador pode subestimar os custos reais das firmas ou calcular equivocadamente a elasticidade-preço da demanda por seus produtos.

Nesse caso, o regulador está diante do(a):

- a) desregulação, em que o regulador mantém seu controle pelas atividades da firma.
- b) presença de externalidades, em que o regulador deve implementar um imposto pigouviano sobre a produção da firma.
- c) problema de perigo moral (moral hazard), em que o regulador evitaria assegurar a recuperação dos custos e fornecer renda informacional.
- d) provisão ineficiente de um bem público, em que a implementação prática da solução de Lindahl pelo regulador impede a existência de caronas.
- e) problema da seleção adversa, em que o regulador precisa desenhar mecanismos para que as firmas revelem informações sobre suas estruturas de custos.

→ TEORIA DOS JOGOS

20. (FGV – 2019) Considere o jogo estático descrito pela matriz abaixo, que descreve a relação entre dois jogadores 1 e 2,

		Bia	
		III	IV
Ana	I	4 ; 2	2 ; 1
	II	2 ; y - 1	y ; 3

onde $0 \leq y \leq 1$ é uma constante.

Com base nesse jogo, analise as afirmativas a seguir.

- I. Se $y = 3$, um equilíbrio de Nash do jogo seria Ana jogar I e Bia jogar III. e)
- II. Se esse jogo fosse transformado em um jogo sequencial com Ana jogando primeiro, e se, um equilíbrio perfeito em subjogos desse novo jogo sequencial seria Ana jogar I, e Bia jogar IV quando Ana escolher I, e IV quando Ana escolher II.
- III. O jogo acima é do tipo “dilema dos prisioneiros”.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I;
- b) II.
- c) III.
- d) I e II.
- e) II e III.

→ CONCEITOS E IDENTIDADES MACROECONÔMICOS

21. (FGV – 2022) Suponha que o único bem produzido por um país seja suco de laranja com morango. Para produzir esse suco é necessário produzir laranja e morango. O processo produtivo é descrito na tabela a seguir.

Produto	Valor do Produto	Insumos
Laranja	20	0
Morango	10	0
Suco de Laranja com Morango	50	30

Os valores do Produto Agregado, do Valor Adicionado e do Valor Bruto da Produção da economia desse país são iguais, respectivamente, a

- a) 80, 80 e 80.
- b) 50, 50 e 80.
- c) 50, 50 e 50.
- d) 20, 20 e 80.
- e) 20, 80 e 50.

22. (FGV – 2022) A oferta agregada global em equilíbrio deve igualar a demanda agregada global, que será igual à soma

- a) de consumo, investimento, gastos do governo e exportações.
- b) de consumo, investimento, gastos do governo e exportações e deduzido as importações.
- c) de consumo, investimento, gastos do governo e importações.
- d) de consumo, poupança e arrecadação tributária.
- e) da poupança privada e do governo.

23. (FGV – 2022) Uma das principais medidas de desempenho econômico de um país é o Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, outras medidas também consideradas são o Produto Interno Líquido (PIL) e o Produto Nacional Bruto (PNB).

Em relação ao PIB, PIL e PNB e suas diferentes formas de mensuração, é possível afirmar que

- a) o PIB corresponde à soma do valor dos bens e serviços intermediários e finais produzidos.
- b) o PIB, calculado pelo lado da renda, é igual à soma de salários, juros e aluguéis.
- c) o PIL a custo de fatores é igual ao PIB a custo de fatores adicionado à depreciação.
- d) o PIB a preços de mercado é igual ao PIB a custo de fatores adicionado de impostos indiretos e deduzido dos subsídios.
- e) o PNB a custo de fatores é igual ao PIB a preços de mercado deduzido da Renda Líquida Enviada ao Exterior.

24. (FGV – 2022) Uma das principais medidas de desempenho econômico de um país é o Produto Interno Bruto (PIB). No entanto, outras medidas também consideradas são o Produto Interno Líquido (PIL) e o Produto Nacional Bruto (PNB).

Em relação ao PIB, PIL e PNB e suas diferentes formas de mensuração, é possível afirmar que

- a) o PIB corresponde à soma do valor dos bens e serviços intermediários e finais produzidos.
- b) o PIB, calculado pelo lado da renda, é igual à soma de salários, juros e aluguéis.
- c) o PIL a custo de fatores é igual ao PIB a custo de fatores adicionado à depreciação.

- d) o PIB a preços de mercado é igual ao PIB a custo de fatores adicionado de impostos indiretos e deduzido dos subsídios.
- e) o PNB a custo de fatores é igual ao PIB a preços de mercado deduzido da Renda Líquida Enviada ao Exterior.

25. (FGV – 2022) Para algumas variáveis associadas à Macroeconomia, considere a notação a seguir.

Y: Produção C: Consumo

I: Investimento

G: gastos do governo

Exp: nível de exportações

Imp: nível de importações

Assinale a opção que indica a equação que expressa o modelo IS-LM-BP.

- a) $Y = C + I + G + \text{Exp} - \text{Imp}$.
- b) $Y = C + I - G + \text{Exp} - \text{Imp}$.
- c) $Y = C + I - G - \text{Exp} + \text{Imp}$.
- d) $Y = C - I + G - \text{Exp} + \text{Imp}$.
- e) $Y = C - I + G + \text{Exp} - \text{Imp}$.

26. (FGV – 2019) Considerando o Sistema de Contas Nacionais, um aumento de despesas de capital do governo é imputado como:

- a) débito na Conta do Produto Interno Bruto.
- b) crédito na Conta do Produto Interno Bruto, incrementando o item Formação Bruta de Capital Fixo.
- c) débito na Conta Corrente das Administrações Públicas, elevando o item Juros da Dívida Pública.
- d) débito na Conta de Capital, elevando a variação de estoques.
- e) débito na Conta de Apropriação da Renda, elevando a poupança interna.

→ ECONOMIA FECHADA

27. (FGV – 2022) Assuma que a economia possua apenas um mercado financeiro, o mercado de fundos para empréstimos. Poupadores e tomadores de crédito se encontram nesse mercado para realizar transações.

Assinale a opção que indica a estatística descritiva que **não** descreve corretamente a dinâmica desse mercado.

- a) Quando o governo reduz o imposto aplicado sobre a poupança, a oferta de fundos aumenta e a taxa real de juros diminui.
- b) Quando o governo gera crédito tributário sobre a investimento, a demanda por fundos aumenta e a taxa real de juros aumenta.
- c) Quando o governo incorre em déficit orçamentário, a oferta de fundos se contrai, o que eleva a taxa real de juros.
- d) Quando o governo aumenta a poupança nacional por meio de superávit orçamentário, a taxa real de juros se reduz e o investimento aumenta.
- e) Quando o governo reduz a poupança pública, via queda da carga tributária, eleva-se o investimento via tomada de crédito, levando à redução do efeito crowding-out.

28. (FGV – 2022) Considerando o modelo IS-LM, o caso da armadilha da liquidez é caracterizado pela

- a) retenção pelos cidadãos de qualquer aumento na oferta monetária.
- b) Teoria Quantitativa da Moeda, com total ineficácia da política monetária.

- c) política fiscal totalmente ineficaz, quando a ampliação do gasto público eleva apenas a taxa de juros.
- d) ocorrência do denominado efeito crowding-out, com total substituição dos gastos privados pelos gastos públicos.
- e) demanda de moeda ser perfeitamente inelástica, com a curva LM sendo vertical.

29. (FGV – 2022) Com base no modelo IS-LM para uma economia fechada, é **correto** afirmar que:

- a) na denominada armadilha da liquidez, a intervenção da autoridade monetária via operação de mercado aberto tem o potencial de reduzir a taxa de juros.
- b) na denominada armadilha da liquidez, verifica-se o fenômeno deslocamento total (crowding out total) em resposta a uma elevação do déficit público via política de gastos.
- c) como forma de preservar o nível de produto, em resposta a uma política fiscal contracionista, a autoridade monetária pode estimular a economia via redução da alíquota de depósito compulsório.
- d) a maior eficácia da política monetária em relação à política fiscal independe da sensibilidade do investimento em relação à taxa de juros, mas depende da sensibilidade da demanda por moeda em relação à taxa de juros.
- e) se o objetivo da autoridade monetária é com a estabilidade do produto, em resposta a um aumento de gastos públicos, o Banco Central utiliza como instrumento de política monetária a compra de títulos no mercado aberto.

→ ECONOMIA ABERTA (MODELO MUNDELL-FLEMMING)

30. (FGV – 2022) Considere uma economia aberta sob regime de câmbio fixo e com relativa mobilidade de capitais (curva BP menos inclinada que a curva LM), inicialmente em equilíbrio interno e externo, e com orçamento equilibrado.

Com base no modelo IS/LM/BP, é correto afirmar, em relação às consequências da adoção de diferentes políticas macroeconômicas, que, *coeteris paribus*:

- a) a ocorrência de esforço fiscal que reduza a necessidade de financiamento do setor público é ineficaz porque a intervenção cambial não esterilizada expande a base monetária e aumenta o déficit primário.
- b) a política fiscal expansionista tende a provocar acúmulo de reservas internacionais, diminuição do passivo monetário do Banco Central e aumento da taxa de juros interna, elevando a relação dívida bruta/PIB.
- c) a política fiscal contracionista, acompanhada de intervenções cambiais esterilizadas, mantém um déficit no balanço de pagamentos e permite o controle simultâneo da taxa de juros e da taxa de câmbio, enquanto durar o estoque de reservas internacionais.
- d) as políticas monetária e fiscal são cada vez menos eficazes à medida que o fluxo de capitais é mais sensível ao diferencial de taxa de juros, pois a paridade descoberta da taxa de juros é válida, ocorrendo o ajustamento monetário automático.
- e) a desoneração tributária não acompanhada de medidas de compensação acarreta a formação de déficits gêmeos e a redução do passivo monetário do Banco Central, se a intervenção cambial vier acompanhada de uma expansão do crédito doméstico.

31. (FGV – 2022) Considere o modelo IS-LM-BP para uma economia pequena com perfeita mobilidade de capital e regime de câmbio fixo. Se o país adotar uma política fiscal expansionista, a consequência será

- a) primeiro, aumento dos juros internos e da renda, e, segundo, a renda mais alta gera déficit comercial e o BACEN perde reservas, reduzindo a oferta monetária e, assim, juros aumentam ainda mais e renda retorna ao nível inicial.
- b) inicialmente, aumenta renda e taxa de juros, levando a déficits comerciais, induzindo desvalorização da moeda, levando a novo aumento da renda.
- c) de imediato, aumento da renda e da taxa de juros, e com entrada de capital, ocorre valorização da moeda, reduzindo a demanda e a renda retornando ao nível original.
- d) aumenta renda e juros de início, levando a déficit comercial, e BACEN reduz reservas ao contrair a oferta de moeda, reduzindo um pouco a renda e ampliando os juros.
- e) inicialmente, aumento da renda e da taxa de juros, e, na sequência, com a entrada de capital e emissão de moeda pelo BACEN, juros cai e renda se amplia ainda mais.

32. (FGV – 2022) Considere o modelo IS-LM, em uma situação inicial de excesso de demanda por moeda e excesso de oferta de bens e serviços.

Supondo que o ajuste dos insumos de trabalho e capital no processo de produção de bens e serviços seja mais lento do que ajustes nos preços dos ativos, que são correções instantâneas. Assinale a opção que apresenta corretamente como se dá o processo de ajustamento até o equilíbrio entre os dois mercados.

- a) Há pressões por aumento da taxa de juros e redução da renda, ultrapassando o equilíbrio do mercado monetário, até atingir o equilíbrio do mercado de bens. a partir daí, os juros se reduzem e a renda se eleva até o nível de equilíbrio.
- b) A taxa de juros se reduz, sem alterações da renda, até o equilíbrio do mercado monetário. a partir daí, renda e juros aumentam, mantendo-se o equilíbrio monetário, até o equilíbrio entre os mercados.
- c) A taxa de juros se eleva, sem alterações da renda, até o equilíbrio do mercado monetário. a partir daí, renda e juros caem, mantendo-se o equilíbrio monetário, até o equilíbrio entre os mercados.
- d) A renda e produção caem até alcançar o equilíbrio do mercado de bens e serviços. a partir daí, juros aumentam e renda cai, mantendo-se o equilíbrio produtivo, até o equilíbrio dos mercados.
- e) A taxa de juros se eleva, sem alterações da renda, até o equilíbrio do mercado monetário. a partir daí, renda e juros aumentam, mantendo-se o equilíbrio monetário, até o equilíbrio entre os mercados.

→ INFLAÇÃO

33. (FGV – 2022) Sobre as possibilidades de ocorrer inflação de custos, assinale a afirmativa **incorreta**.

- a) Aumento no preço das matérias-primas decorrente de quebra de safra agrícola.
- b) Desvalorização cambial que pressiona o preço de insumos da indústria.
- c) Aumentos salariais acima de elevações da produtividade do trabalho.
- d) Elevações nas taxas de juros.
- e) Excesso de demanda em relação à produção.

34. (FGV – 2022) A tabela a seguir apresenta os preços de produtos que compõem a base de cálculo de um índice de preços hipotético.

Produto	Valor [R\$]	
	Jan. 22	Fev. 22
P1	15,00	15,00
P2	20,00	25,00
P3	10,00	14,00

Com base nos dados fornecidos, a inflação no período em questão, em valores percentuais, é de

- a) 10,0.
- b) 15,0.
- c) 20,0.
- d) 25,0.
- e) 32,5.

35. (FGV – 2022) O denominado efeito Oliveira-Tanzi está presente quando:

- a) a política fiscal não tem qualquer impacto sobre o produto interno bruto.
- b) há uma grande defasagem entre o empenho da despesa pública e o seu pagamento.
- c) a elevação da taxa de câmbio afeta a inflação, que por sua vez reduz o déficit primário.
- d) a elevação de preços pode proporcionar a redução do déficit público por meio da queda real nos gastos públicos.
- e) a inflação reduz a receita tributária em termos reais em decorrência da defasagem entre o fato gerador do imposto e seu efetivo recolhimento.

36. (FGV – 2022) Em relação às consequências de uma taxa de inflação elevada e persistente, não é possível mencionar

- a) as distorções na alocação de recursos da economia, visto que os preços relativos deixam de ser sinalizadores da escassez e dos custos relativos de produção.
- b) o efeito negativo sobre o incentivo a investir, uma vez que os agentes terão dificuldades para prever o retorno dos ativos.
- c) a piora na distribuição de renda, visto que os mais pobres têm maior dificuldade em se proteger da perda de poder aquisitivo de sua renda.
- d) o efeito Olivera-Tanzi, quando a inflação impulsiona a arrecadação nominal do governo, devido à defasagem entre o fato gerador e o recolhimento dos tributos.
- e) o aumento dos custos de transação da economia, devido a maior tempo em pesquisa de preços, elaboração de contratos, remarcação de preços, dentre outros.

→ POLÍTICA FISCAL

37. (FGV – 2022) A Política Fiscal brasileira se inspira, desde o final da década de 1990, no chamado “Modelo da Equivalência Ricardiana”, que considera o déficit público como um fator de ineficiência alocativa. No entanto, o debate teórico sobre o papel da Política Fiscal opõe duas correntes de pensamento: os Novos Clássicos, defensores desse modelo, e os Keynesianos.

Com relação à análise da Política Fiscal por essas duas correntes, é correto afirmar que

- a) de acordo com a corrente Keynesiana, um orçamento público deficitário deve ser utilizado para a promoção do crescimento econômico, tendo em vista seu efeito sobre a demanda agregada da economia.

- b) a abordagem dos Novos Clássicos utiliza o modelo de expectativas racionais, segundo o qual os agentes econômicos esperam que o governo adote uma Política Fiscal anticíclica.
- c) ambas as correntes consideram que a Política Fiscal só tem efeito sobre o crescimento econômico se os aumentos de gastos forem financiados com dívida, e não com impostos.
- d) os Novos Clássicos advogam que a Política Fiscal deve adotar um orçamento equilibrado apenas em situações de crescimento da inflação.
- e) os Keynesianos recomendam que, em situações de queda da atividade econômica, a Política Fiscal adote um orçamento superavitário, com o objetivo de recuperar a confiança dos agentes econômicos.

→ POLÍTICA MONETÁRIA

38. (FGV – 2022) Sob o regime de câmbio fixo, quando a autoridade monetária compra/vende reservas internacionais em troca de venda/compra de moeda doméstica, ao mesmo tempo que realiza uma operação de mercado aberto para manter a base monetária inalterada, estamos diante de:

- a) intervenção cambial esterilizada.
- b) monetização da dívida externa.
- c) ocorrência de déficits gêmeos.
- d) redução do passivo monetário.
- e) ocorrência de dolarização e de crise cambial.

39. (FGV – 2022) A política monetária afeta os preços da economia por meio dos seguintes canais: (1) decisão entre consumo e investimento das famílias e empresas; (2) taxa de câmbio; (3) preço dos ativos; (4) crédito; e (5) expectativas.

Relacione os quatro primeiros canais com suas respectivas características.

- () Quanto mais aberta a economia, maior o efeito desse canal quando do aumento da taxa de juros, afetando a inflação via pass-through.
- () Considerado o canal mais conhecido, quando a taxa de juros sobe, a demanda por bens e serviços da economia se reduz, contribuindo para a queda da inflação.
- () O BACEN através da taxa SELIC estimula variações nas taxas cobradas por empréstimos bancários, gerando alterações no consumo e no investimento.
- () Uma política monetária restritiva reduz o preço das ações e, portanto, reduz o valor da riqueza financeira das famílias e das empresas, desestimulando o consumo e os planos de investimento.

Assinale a opção que indica a relação correta, na ordem apresentada.

- a) 1 – 2 – 3 – 4.
- b) 2 – 1 – 3 – 4.
- c) 2 – 1 – 4 – 3.
- d) 3 – 2 – 4 – 3.
- e) 4 – 3 – 2 – 1.

40. (FGV – 2021) Em relação às funções do Banco Central (BC), analise as afirmativas a seguir.

- I. O BC deve zelar pela estabilidade do sistema financeiro, regulando e fiscalizando os agentes.
- II. O BC mantém reservas internacionais em dólares que permitem a intervenção tanto no mercado cambial doméstico como no de outros países.
- III. O BC é o banqueiro do Tesouro Nacional, tanto concedendo empréstimos ao Tesouro, como mantendo em seu passivo títulos públicos federais.

IV. O BC pode emitir moeda, que passa a ser uma dívida desse órgão.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I;
- b) II.
- c) I e IV.
- d) II e III.
- e) I, III e IV.

41. (FGV – 2019) Em relação ao modelo IS-LM-BP, analise as afirmativas a seguir como verdadeiras (V) ou falsas (F).

- () Sem mobilidade de capital e em um regime de câmbio fixo, a política monetária não afeta a renda e a taxa de juros.
- () No caso de livre mobilidade de capital em uma economia pequena com regime de câmbio flexível, a política fiscal expansionista eleva a renda e a taxa de juros.
- () Em uma economia grande com mobilidade imperfeita de capital, o regime de câmbio fixo torna a política cambial ineficaz.

A sequência correta é:

- a) V – V – V.
- b) V – F – V.
- c) V – F – F.
- d) F – F – V.
- e) F – F – F.

→ PRINCÍPIOS TEÓRICOS DA TRIBUTAÇÃO

42. (FGV – 2022) Com base nos tipos de tributos e nos princípios teóricos da tributação, é **correto** afirmar que:

- a) em uma economia inicialmente em equilíbrio eficiente de Pareto, a implementação de um imposto específico sobre as vendas de mercadorias causa distorção alocativa e o ônus tributário é repassado integralmente aos consumidores, independentemente da elasticidade- preço da demanda.
- b) a baixa participação da tributação da renda e do patrimônio e a excessiva participação dos tributos sobre bens e serviços em relação à carga tributária total de um país tendem a provocar alto grau de regressividade do sistema tributário ao onerar a parcela da população com menor rendimento.
- c) em situações de desequilíbrio econômico, o imposto de renda regressivo torna-se um importante instrumento automático de estabilização e de justiça fiscal, desde que o governo consiga minimizar a defasagem entre o recebimento da renda e o pagamento do imposto, beneficiando inequivocamente a eficiência econômica.
- d) a implantação do imposto único sobre valor adicionado é um importante instrumento do federalismo fiscal por aumentar a eficiência e a integração vertical e promover a equidade horizontal e a progressividade, contudo, dificulta a política de isenção tributária dos bens de produção por parte dos entes federativos.
- e) o princípio do benefício está de acordo com as previsões do modelo de Tiebout, pois a tributação proporcional ao uso leva o governo a oferecer bens e serviços compatíveis com os tributos cobrados (“votação com os pés”), além de atender a um dos objetivos mais relevantes da tributação, que é a distribuição de renda.

43. (FGV – 2022) Em decorrência de instabilidades no cenário econômico refletidas em indicadores macroeconômicos em um dado período, foi registrado aumento nos custos de produtos e serviços, e consequente aumento nos preços ao consumidor. Por sua relevância como serviço de utilidade pública e

por seu impacto no custo do setor produtivo, o governo propôs a concessão de um benefício aos consumidores de energia elétrica, de até determinada faixa de renda para reduzir o impacto da alta da tarifa.

A aprovação de tal benefício está condicionada, entre outros fatores, às normas para concessão de:

- anistia.
- compensação.
- isenção.
- incentivo.
- subsídio.

44. (FGV – 2022) Considere uma situação hipotética em que os cidadãos de um determinado Estado tendem a morar e trabalhar em Municípios que oferecem os melhores serviços públicos, associados com uma menor tributação. Em consequência, alguns Municípios tornam-se mais responsáveis na gestão da coisa pública, buscando oferecer bens e serviços compatíveis com os tributos municipais cobrados dos contribuintes.

Considerando-se o princípio teórico da tributação, a situação descrita está de acordo com o princípio do(a):

- benefício.
- capacidade contributiva.
- equidade vertical.
- isonomia.
- equidade horizontal.

45. (FGV – 2022) Em relação às características da carga tributária líquida medida no Brasil, é correto afirmar que

- reflete o impacto da política fiscal sobre a renda bruta do setor privado.
- é mensurada pelo Sistema de Contas Nacionais, adotado pela Receita Federal do Brasil.
- a partir da carga tributária bruta, soma as transferências de assistências e desconta os subsídios destinados ao setor privado.
- para seu cálculo usa dados de execução orçamentária da União e dos entes subnacionais, além de dados de saques do FGTS fornecidos pela Caixa Econômica Federal.
- entre 2011 e 2017, a carga tributária líquida cresceu no Brasil.

46. (FGV – 2022) Com relação às características das diversas formas geralmente adotadas para tributação, assinale a afirmativa correta.

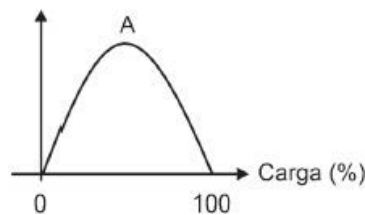
- Impostos que incidem sobre a folha de pagamentos das empresas, como as contribuições previdenciárias, tendem a ser pagos de fato pelos empregadores, quando a oferta de trabalho é inelástica.
- Impostos sobre consumo de bens e serviços, como o ICMS, são neutros em termos de equidade tributária, pois todos os contribuintes pagam a mesma alíquota.
- Impostos sobre a renda e o patrimônio individuais, como o IRPF e o IPTU, têm custo muito alto para a administração tributária, tendo em vista o grande número de contribuintes.
- Imposto sobre a renda das empresas, como o IRPJ, tem efeito negativo sobre a eficiência da economia, pois altera a alocação setorial dos investimentos.
- Impostos que incidem em cascata, como o PIS e a Cofins, são prejudiciais à competitividade internacional do país, pois não podem ser desonerados das exportações.

→ CURVA REVERSA (DE LAFFER)

47. (FGV – 2022) Em relação à curva de Laffer, **não** é possível afirmar que

- quanto maior a alíquota tributária, maior a arrecadação até o ponto ótimo.
- a receita tributária marginal é decrescente, até o ponto de máximo arrecadação.
- um aumento na taxa de impostos implica em menor retorno de cada hora adicional de trabalho.
- alíquotas tributárias acima do ponto ótimo, podem induzir à sonegação e informalidade do trabalho.
- a receita tributária será nula apenas quando a taxa de impostos também for nula.

48. (FGV – 2022) Considere a seguinte relação entre receita tributária e carga tributária:



Obs.: **A** indica o ponto máximo de arrecadação tributária.

O trecho OA é a parte crescente da curva (entre o ponto 0 e o ponto A).

O trecho A100 é a parte decrescente da curva (entre o ponto A e o ponto 100).

Considerando essas informações, a evasão tributária e a taxa de formalização do emprego igual a 100% ocorrem **respectivamente**

- no trecho 0_A e no trecho A_{100} .
- no trecho 0_{100} e no ponto A.
- no trecho A100 e no ponto 0.
- no ponto 100 e no trecho A_{100} .
- no ponto A e no ponto 100.

→ DÍVIDA PÚBLICA, NFSP E TIPOS DE DÉFICIT PÚBLICO NO BRASIL

49. (FGV – 2022) Considere as seguintes nomenclaturas:

- NFSP = Necessidade de Financiamento do Setor Público;
- cn (subscrito) = conceito nominal;
- co (subscrito) = conceito operacional;
- G = Gastos públicos não financeiros;
- T = Arrecadação não financeira;
- B = Estoque da dívida pública;
- i = taxa nominal de juros;
- r = taxa real de juros = $i - \pi$;
- π = inflação.

NFSP_{co} é igual a

- NFSP_{cn} – πB .
- G – T.
- G – T + iB.
- G – T + $(r + \pi)B$
- Déficit Primário – NFSP_{cn} – πB

50. (FGV – 2022) Suponha que um auditor do Tribunal de Contas esteja realizando um estudo sobre a evolução da dívida pública de um país e obtenha as seguintes informações sobre a economia no ano de 2021.

- I. O superávit primário é de 1% a.a.
- II. A razão dívida-PIB atual é de 85%.
- III. A taxa nominal de juros é de 12% a.a.
- IV. A taxa de inflação é de 10% a.a.
- V. O PIB potencial cresce a uma taxa de 2% a.a.

Ao considerar que essas informações permanecerão constantes ao longo do tempo, a melhor previsão do pesquisador em relação ao valor da relação dívida-PIB daqui a dois anos será de:

- a) 82%.
- b) 83%.
- c) 84%.
- d) 85%.
- e) 86%.

51. (FGV – 2022) Diversos trabalhos empíricos destacam a trajetória crescente dos gastos públicos em vários países. Dentre as inúmeras explicações para esse fenômeno, as abordagens não institucionais relacionam os mecanismos de crescimento da economia e do desenvolvimento da sociedade à necessidade da maior presença do Estado.

Dentro desse contexto, de acordo com a lei de Wagner:

- a) os gastos públicos crescem com o aumento da renda e a elasticidade-renda dos gastos do governo é maior do que a unidade.
- b) os gastos públicos crescem de forma descontínua financiados pela carga tolerável de tributação (efeito inspeção).
- c) os gastos públicos são determinados pelo eleitor mediano e são crescentes devido à concentração de renda e ao fortalecimento da democracia.
- d) o crescimento dos gastos públicos é explicado pelos mecanismos próprios do processo político de tomada de decisões, não necessariamente refletindo a demanda social.
- e) a demanda por bens públicos é inelástica e, como o setor governamental é intensivo no fator trabalho, os preços relativos dos bens e serviços públicos crescem ao longo do tempo.

52. (FGV – 2022) Suponha que os juros nominais sejam iguais aos juros reais. A existência de déficit do governo (necessidade de financiamento do governo – NFG) **não** é possível se

- a) a poupança do governo for positiva.
- b) a soma de consumo, juros e investimento do governo for superior à receita tributária.
- c) a soma de consumo e juros do governo for superior à arrecadação tributária.
- d) a soma do consumo e juros do governo for nula.
- e) a poupança pública for superior ao investimento público.

53. (FGV – 2022) Em relação aos conceitos de Dívida Líquida do Setor Público (DLSP) e de Necessidade de Financiamento do Setor Público (NFSP), assinale (V) para a afirmativa verdadeira e (F) para a falsa.

- () O registro de uma dívida associada a déficits antigos e não assumidos no tempo adequado (“esqueletos”) eleva a DLSP, mas não afeta a NFSP.
- () Se um país detém dívida externa, uma desvalorização cambial eleva a DLSP, sem afetar a NFSP.
- () A NFSP no conceito primário é obtida pela diferença entre as NFSP no conceito nominal e as despesas de juros nominais incidentes sobre a DLSP, calculadas pelo critério de

competência e descontada a receita de juros relativa à aplicação das reservas internacionais.

As afirmativas são, respectivamente,

- a) V, V e V.
- b) V, F e V.
- c) V, V e F.
- d) F, V e F.
- e) F, F e F.

54. (FGV – 2022) Considere as seguintes siglas:

- NFSP = Necessidade de Financiamento do Setor Público
- G = Gastos públicos não financeiros
- T = Arrecadação não financeira
- B = Estoque da dívida pública
- i = taxa nominal de juros
- r = taxa real de juros
- π = inflação

Além disso, na frente da sigla NFSP podem vir os seguintes termos em subscritos:

- cn = conceito nominal
- co = conceito operacional
- cp = conceito primário

Assinale a opção que, do ponto de vista das Finanças Públicas, apresenta a expressão correta.

- a) $NFSP_{cn} = G - T$.
- b) $NFSP_{co} = G - T + iB$.
- c) $NFSP_{cp} = NFSP_{co} - (\text{Receitas e Despesas Não Financeiras})$.
- d) $NFSP_{co} = \text{Variação de } B + \text{Emissão Monetária}$, se o BACEN adquirir uma parcela da dívida.
- e) $\text{Déficit Primário} + (\text{Receitas e Despesas Financeiras}) = NFSP_{co} - \pi B$.

55. (FGV – 2022) A tese da neutralidade do déficit público, proposta pela Teoria da Equivalência Ricardiana, se baseia, entre outras hipóteses, em.

- a) expectativas adaptativas do comportamento dos agentes privados.
- b) dividir sua renda entre consumo e poupança, mantendo o padrão de consumo estável ao longo da vida.
- c) alterar a riqueza total ao longo do ciclo de vida em função da alteração dos impostos.
- d) políticas fiscais e monetárias no máximo de sua eficácia.
- e) alteração dos preços relativos, em função da expansão da oferta monetária.

56. (FGV – 2022) A ocorrência de déficits do setor público pode ter diferentes impactos sobre a economia, dependendo de certas características do sistema tributário e da forma como os déficits são financiados.

Com relação a esses impactos, assinale a afirmativa correta.

- a) De acordo com o Modelo de Equivalência Ricardiana, o financiamento por meio de endividamento não tem impacto futuro sobre as finanças do setor público.
- b) Para que o sistema de impostos tenha papel de estabilizador da atividade econômica, o governo deve sempre praticar o equilíbrio orçamentário.
- c) Caso o sistema tributário tenha uma estrutura de impostos progressiva, os déficits tendem a se ajustar automaticamente, atuando com efeito anticíclico sobre a atividade econômica.

- d) O déficit pode ser reduzido de forma automática ao longo do ciclo econômico quando for financiado por meio de imposto inflacionário.
- e) A utilização da capacidade do governo de emitir moeda para financiar parte dos déficits não é desejável, pois pode gerar inflação mesmo que a emissão fique aquém do aumento da demanda por moeda.

- a) abertura comercial, criação da moeda Real e câmbio fixo.
- b) âncora cambial, âncora fiscal e âncora monetária.
- c) criação da URV, conversão da URV em reais e minibanda cambial.
- d) aprovação do FSE, implementação do IPMF e criação do PAI.
- e) ajuste fiscal, indexação da economia e reforma monetária.

57. (FGV – 2019) Um analista emitiu a seguinte opinião: “Quando houver déficit público, o governo terá poupança negativa”. Considerando uma economia com inflação nula, a opinião acima é:

- a) recorrente, pois a arrecadação é insuficiente para cobrir os gastos com consumo e juros do governo.
- b) correta, sempre que a soma de juros da dívida e investimento público for inferior à receita tributária.
- c) imprecisa, pois a poupança pública pode ser positiva mas insuficiente para financiar o investimento do governo.
- d) errada, pois a diferença entre arrecadação e a soma de consumo do governo e juros da dívida será necessariamente negativa.
- e) errada, pois os conceitos de déficit e poupança públicos não se relacionam.

→ ANTECEDENTES E IMPLANTAÇÃO

58. (FGV – 2022) O Plano Real realizou o combate à inflação por meio das seguintes etapas:

- a) fixação da URV, âncora cambial e conversão monetária.
- b) ajuste fiscal, indexação completa da economia e reforma monetária.
- c) criação do Fundo Social de Emergência, fixação de um regime cambial fixo e conversão do cruzado para o real.
- d) implementação do PAI, criação do IPMF e indexação dos preços à URV.
- e) aumento inicial da arrecadação via imposto inflacionário, criação de minibandas cambiais e controle de preços.

59. (FGV – 2022) Com relação ao Plano Real e seus reflexos na economia brasileira ou argentina, analise as afirmativas a seguir e assinale **(V)** para a verdadeira e **(F)** para a falsa.

- () O Plano Real atacou o processo inflacionário do país por meio de 3 estágios: ajuste fiscal, indexação completa da economia (via URV) e reforma monetária (conversão da URV em reais – R\$).
- () A âncora cambial do Plano Real – com valorização do Real, volume grande de reservas e abertura comercial – permitiu travar os preços internos devido a possibilidade de importações, evitando-se assim a propagação de choques.
- () Após a implementação do Plano Real e da valorização do Real, as contas externas da Argentina apresentaram melhora pelo fato do Brasil ser um dos seus principais parceiros comerciais.

As afirmativas são, na ordem apresentada, respectivamente,

- a) V – V – V.
- b) V – V – F.
- c) V – F – V.
- d) F – V – V.
- e) F – F – F.

60. (FGV – 2019) O Plano Real conseguiu gerar a estabilização monetária por meio de três estágios, que ocorreram na seguinte ordem:

GABARITO

1	B
2	C
3	D
4	E
5	D
6	E
7	D
8	A
9	D
10	D
11	A
12	C
13	C
14	D
15	D
16	C
17	B
18	E
19	E
20	A
21	B
22	A
23	D
24	D
25	A
26	B
27	E
28	A
29	C
30	C

ANOTAÇÕES

DIREITO TRIBUTÁRIO E LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

→ PRINCÍPIOS TRIBUTÁRIOS

1. (FGV – 2022) Na Constituição Federal de 1988, muitos princípios em matéria tributária garantem que os contribuintes não serão surpreendidos pelo Fisco com novas cobranças e venham a ter problemas com seu planejamento financeiro.

Assim, o princípio da anterioridade nonagesimal ou noventa não se aplica

- a) ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana, ao Imposto sobre a Renda e ao Imposto de Importação.
- b) ao Imposto de Propriedade Territorial Rural, ao Imposto sobre a Renda e ao Imposto de Exportação.
- c) ao Imposto de Importação, ao Imposto sobre a Renda e ao Imposto de Exportação.
- d) aos Impostos Extraordinários no caso de guerra externa, ao Imposto de Propriedade Territorial Rural e ao Imposto de Importação.
- e) ao Imposto sobre Produtos Industrializados, ao Imposto sobre a Renda e ao Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana.

2. (FGV – 2022) Considere que a União, por meio de decreto do Presidente da República, publicado em abril deste ano, majorou a alíquota do IPI (Imposto sobre Produtos Industrializados) de diversos produtos, nos limites estabelecidos em lei. A referida alteração entrou em vigor 30 (trinta) dias após a publicação do decreto.

Sobre a hipótese descrita, considerados os princípios gerais tributários, assinale a afirmativa **correta**.

- a) Houve violação aos princípios da anterioridade anual, da anterioridade nonagesimal e da legalidade.
- b) Houve violação ao princípio da anterioridade anual; o IPI não se submete ao princípio da anterioridade nonagesimal. e não há violação ao princípio da legalidade.
- c) O IPI não se submete à anterioridade anual; houve violação ao princípio da anterioridade nonagesimal. e não há violação ao princípio da legalidade.
- d) O IPI não se submete ao princípio da anterioridade anual. houve violação aos princípios da anterioridade nonagesimal e da legalidade.
- e) O IPI não se submete aos princípios da anterioridade anual e nonagesimal. e não há violação ao princípio da legalidade.

3. (FGV – 2022) João, estudioso do sistema tributário nacional, foi instado a se manifestar sobre o momento em que a Lei federal nº YY, que aumentou a alíquota de determinado tributo e

foi promulgada no presente exercício financeiro, poderia produzir efeitos. Para tanto, realizou alentada pesquisa a respeito das normas constitucionais de proteção ao contribuinte, mais especificamente sobre a previsibilidade das obrigações tributárias que compulsoriamente recaem sobre ele.

Ao final de sua pesquisa, concluiu, **corretamente**, que:

- a) todos os tributos estão sujeitos aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal.
- b) apenas os impostos estão sujeitos aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal, ressalvadas as exceções constitucionais.
- c) todos os tributos estão sujeitos aos princípios da anterioridade e da anterioridade nonagesimal, ressalvadas as exceções constitucionais.
- d) todos os tributos estão sujeitos ao princípio da anterioridade, mas apenas as contribuições sociais se submetem ao princípio da anterioridade nonagesimal.
- e) todos os impostos estão sujeitos ao princípio da anterioridade, mas apenas as contribuições sociais e os impostos expressamente indicados se submetem ao da anterioridade nonagesimal.

4. (FGV – 2021) No Estado X, foi decretado pelo Governador o estado de calamidade pública referente às áreas fortemente afetadas por chuvas torrenciais. O Governador, por Medida Provisória (MP) estadual, também concedeu isenção de IPTU referente às áreas afetadas.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) Tal isenção é heterônoma, sendo vedada pela Constituição.
- b) Tal isenção não poderia ser concedida por medida provisória.
- c) Tal isenção poderia ser concedida por decreto dos prefeitos dos municípios afetados, mas não por ato do Governador.
- d) Para que a isenção concedida por MP estadual tivesse validade seria necessário o prévio reconhecimento da calamidade pública pela Assembleia Legislativa.
- e) Para que a isenção concedida por MP estadual tivesse validade seria necessário o prévio reconhecimento da calamidade pública pelas Câmaras de Vereadores dos municípios afetados.

5. (FGV – 2021) José percebeu que, a partir de janeiro de 2021, em sua fatura de consumo de energia elétrica, passou a ser cobrada também uma nova contribuição para o custeio do serviço de iluminação pública, instituída por lei municipal de dezembro de 2020.

Acerca dessa contribuição, é correto afirmar que tal cobrança

- a) é inconstitucional, por não ser específico e divisível o serviço de iluminação pública.
- b) não poderia ser efetuada na fatura de consumo de energia elétrica.
- c) violou o princípio da anterioridade tributária nonagesimal.
- d) não poderia ser instituída por lei municipal.
- e) está adequada às normas constitucionais que regem tal tributo.

→ IMUNIDADES TRIBUTÁRIAS

6. (FGV – 2022) A organização religiosa Alfa alugou o imóvel de João para ali instalar o seu templo. Ato contínuo, foi comunicada, pela imobiliária que administrava a relação locatícia, sobre a necessidade de pagar o IPTU incidente sobre o imóvel, o que estaria previsto no contrato de locação.

Por ter dúvida a respeito da compatibilidade da cobrança com a ordem constitucional, consultou seu advogado, que respondeu, corretamente, que ela era:

- a) inconstitucional, pois os templos de qualquer culto estão imunes à cobrança de qualquer tributo.
- b) inconstitucional, pois os templos de qualquer culto não podem figurar como contribuintes de direito em relação a qualquer imposto.
- c) inconstitucional, pois, apesar de a organização religiosa Alfa figurar como contribuinte de fato, não de direito, ela é imune à cobrança do IPTU.
- d) constitucional, pois os templos de qualquer culto não estão imunes ao pagamento de impostos quando figurarem como contribuintes de fato.
- e) constitucional, pois os templos de qualquer culto, quando figurarem como contribuintes de fato, somente estão imunes ao pagamento de impostos sobre a renda, não sobre o patrimônio.

7. (FGV – 2022) A Santa Casa de Misericórdia do Município X, atendendo às exigências estabelecidas em lei, foi devidamente certificada na área de saúde como entidade beneficente de assistência social. Contudo, em 01/06/2022, o Fisco Federal lavrou contra ela auto de infração para pagamento de CSLL, PIS e COFINS, entendendo que teria desvirtuado seu caráter beneficente ao passar a remunerar, em R\$ 20.000,00 mensais, um médico contratado pela CLT para cumprir a função de dirigente não estatutário da entidade.

Diante desse cenário:

- a) tal entidade faria jus apenas à imunidade de impostos.
- b) tal entidade faria jus apenas a isenções, por ausência de previsão na CF/1988 de imunidades em favor de entidade beneficente atuante na área da saúde.
- c) a remuneração ao médico que atua como dirigente não estatutário não descaracterizaria sua condição de entidade imune.
- d) competiria à Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil cancelar a certificação de entidade imune desta Santa Casa.
- e) a cobrança de eventual dívida tributária contra tal entidade não poderia ser feita por meio de execução fiscal.

8. (FGV – 2022) Sociedade de economia mista estadual responsável pelo saneamento básico no Estado Alfa, que possui ações negociadas em bolsa de valores, requereu ao Município Beta, quanto a seu edifício sede situado em território municipal:

- a) reconhecimento de imunidade tributária de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

- b) concessão de isenção de Contribuição de Iluminação Pública (Cosip) prevista em lei específica municipal em favor da União, Estados, Distrito Federal, Municípios e suas respectivas autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Diante desse cenário e à luz da Constituição da República de 1988 e do entendimento dominante dos Tribunais Superiores, tal empresa estatal:

- a) faz jus à imunidade tributária de IPTU e à isenção de Cosip.
- b) faz jus à imunidade tributária de IPTU, mas não à isenção de Cosip.
- c) faz jus à imunidade tributária de IPTU e à isenção de Cosip proporcionalmente às ações detidas pelo Poder Público.
- d) não faz jus à imunidade tributária de IPTU, mas sim à isenção de Cosip.
- e) não faz jus à imunidade tributária de IPTU nem à isenção de Cosip.

9. (FGV – 2021) Uma entidade religiosa, em difícil situação financeira, resolveu alugar apartamentos de sua propriedade, situados em diversos lugares do Município X, para fiéis da própria entidade. O dinheiro dos aluguéis é revertido em favor do pagamento das remunerações eclesásticas dos ministros de culto, que se encontravam atrasadas.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A imunidade tributária em favor das entidades religiosas abarca apenas o templo e os imóveis a ele adjacentes.
- b) Tais imóveis, em razão de a renda de seus aluguéis ser usada no pagamento de remuneração dos ministros de culto, não fazem jus à imunidade tributária de IPTU.
- c) Tais imóveis, em razão de serem alugados a terceiros, não fazem jus à imunidade tributária de IPTU.
- d) Tais imóveis fazem jus à imunidade de IPTU, uma vez que o uso do valor dos aluguéis está relacionado com as finalidades essenciais da entidade.
- e) O uso de valores da entidade para pagamento de ministros de culto configura distribuição proibida de suas rendas, devendo a condição de imune da entidade ser revogada.

10. (FGV – 2021) O Estado X não vem recolhendo a taxa municipal de coleta de lixo domiciliar quanto a um terreno em que pretende construir, no futuro, o novo prédio-sede da Secretaria Estadual de Fazenda.

Em razão disto, teve o débito inscrito em dívida ativa e contra ele foi promovida a execução para cobrança dos valores não pagos.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O Estado X goza de imunidade recíproca, não podendo ser cobrado por tal dívida.
- b) A imunidade tributária recíproca não se aplica à hipótese, por se tratar de terreno ainda não vinculado a uma finalidade pública.
- c) A imunidade tributária recíproca não se aplica a taxas.
- d) A taxa municipal de coleta de lixo domiciliar é inconstitucional, por tomar como base de cálculo a metragem do imóvel.
- e) A taxa municipal de coleta de lixo domiciliar é inconstitucional, pelo fato de o serviço prestado ou posto à disposição, não ser específico e divisível.

11. (FGV – 2021) O Município Alfa, localizado no interior do Estado Beta e com menos de 3 mil habitantes, autuou a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) por não estar recolhendo ISS sobre serviços por ela prestados em regime de livre concorrência. A EBCT impugna administrativamente o lançamento de ofício realizado, afirmando que, dada sua peculiar natureza jurídica, não está obrigada ao recolhimento de tal tributo.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- a) assiste razão à EBCT, pois, ainda que as atividades que se pretende tributar sejam exercidas em regime de livre concorrência, a imunidade tributária a ela conferida também abarca tais serviços.
- b) assiste razão ao Município, pois a EBCT é pessoa jurídica de direito privado, devendo ser tributada como as demais pessoas jurídicas privadas, em virtude do princípio da isonomia tributária e da livre concorrência.
- c) assiste razão ao Município, pois a EBCT, não sendo empresa pública municipal, não goza da imunidade tributária que seria conferida a uma empresa pública integrante da Administração Pública municipal.
- d) assiste razão ao Município, pois a EBCT apenas goza de imunidade tributária quanto a impostos que recaem sobre o seu patrimônio, mas não sobre serviços por ela prestados.
- e) assiste razão à EBCT, pois as empresas públicas federais gozam de imunidade tributária pelo fato de integrarem a Administração Pública.

→ COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO TRIBUTÁRIO

12. (FGV – 2021) Projeto de lei do Município Alfa, do ano de 2021, de iniciativa da vereadora Maria, propõe a revogação da lei instituidora de certa taxa municipal, para produzir efeitos no mesmo dia da publicação da lei. O projeto é aprovado na Câmara Municipal por voto da maioria simples, com obediência às exigências legais para renúncia de receitas. Contudo, ao seguir para o prefeito, este vetou a lei sob argumento único de inconstitucionalidade formal do projeto de lei.

Diante desse cenário, é correto afirmar que as razões do veto pelo prefeito:

- a) são adequadas, pois a Constituição da República de 1988 reserva ao chefe do Poder Executivo a iniciativa de leis que afetem matéria tributária.
- b) são adequadas, pois a Constituição da República de 1988 exige, para a extinção desse tributo, a votação pelo quórum de maioria absoluta.
- c) são adequadas, pois a Constituição da República de 1988 exige, para a extinção desse tributo, que o projeto de lei seja de iniciativa de ao menos um terço dos membros da Casa Legislativa.
- d) não são adequadas, pois está presente no caso um vício de inconstitucionalidade material, a saber, a violação do princípio da anterioridade tributária.
- e) não são adequadas, pois a Constituição da República de 1988 não exige, para a extinção desse tributo, que o projeto de lei seja de iniciativa do chefe do Poder Executivo.

→ COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA: CONCEITOS E CARACTERÍSTICAS

13. (FGV – 2021) No Estado X, uma lei estadual conferiu poderes à autarquia estadual gestora do regime próprio de previdência dos servidores estaduais para fiscalizar, arrecadar e inclusive cobrar judicialmente a contribuição previdenciária dos servidores.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A lei estadual pode delegar a chamada capacidade tributária ativa à autarquia.
- b) A autarquia estadual, por ser integrante da Administração Indireta, não pode arrecadar tributos.
- c) A lei estadual viola a competência tributária do Estado X, conforme estabelecida na Constituição.

- d) A lei estadual viola a competência tributária do Estado X, conforme estabelecida no Código Tributário Nacional.
- e) A fiscalização e a arrecadação podem ser feitas pela autarquia, mas a cobrança judicial de tributos é ato privativo da Administração Direta do ente federado.

14. (FGV – 2021) Projeto de lei complementar federal pretende delegar a uma entidade privada integrante do chamado “sistema” (serviços sociais autônomos) a fiscalização e cobrança de uma contribuição já existente voltada para o custeio das atividades de tal entidade. Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania da Câmara dos Deputados, um dos membros da referida comissão sustenta a impossibilidade de tal delegação, por transferir a uma entidade privada funções tributárias privativas do poder público.

Diante desse cenário, é correto afirmar que:

- a) tais contribuições somente poderiam ser cobradas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, órgão da União responsável pela cobrança de tributos federais.
- b) dada a natureza privada de tais contribuições, a possibilidade de sua cobrança exigiria a celebração de convênio entre os contribuintes e a entidade privada integrante do “sistema”.
- c) a capacidade para fiscalizar e cobrar tais contribuições pode ser delegada a pessoas jurídicas de direito privado.
- d) a fiscalização de tais contribuições pode ser delegada a pessoas jurídicas de direito privado, mas sua cobrança compete apenas a pessoas jurídicas de direito público.
- e) as entidades privadas integrantes do “sistema” não podem receber delegação para cobrança direta de tais contribuições, sendo apenas beneficiárias do produto da arrecadação.

→ REPARTIÇÃO DA COMPETÊNCIA TRIBUTÁRIA (PRIVATIVA, COMUM, CUMULATIVA, RESIDUAL, EXTRAORDINÁRIA)

15. (FGV – 2022) Nosso sistema tributário caracteriza-se por tributos específicos que devem ser recolhidos por cada entre federativo.

Tratando apenas de *impostos*, assinale a opção que indica os que são de competência dos Estados.

- a) O ITBI, o ICMS e o IPVA.
- b) O ITCMD, o IPI e o ICMS.
- c) O ITBI, o ICMS e o IPTU.
- d) O ITCMD, o ICMS e o IPVA.
- e) O ICMS, o IPVA e a COSIP.

16. (FGV – 2021) O Governador do Estado Alfa, buscando encontrar uma solução para a grave crise sanitária que assolava esse ente federativo, consultou sua assessoria sobre a possibilidade de ser criado um novo imposto estadual, o que acarretaria o aumento da arrecadação.

A assessoria respondeu, corretamente, que o Estado:

- a) não pode criar o imposto, já que não dispõe de competência tributária residual.
- b) pode criar o imposto, desde que não tenha fato gerador próprio dos impostos já existentes.
- c) pode criar o imposto, desde que não seja cumulativo e tal seja feito por meio de lei complementar.
- d) não pode criar o imposto, ressalvada a existência de autorização da União, veiculada em lei complementar.
- e) pode criar o imposto, via lei complementar, sendo não cumulativo e com fato gerador distinto dos outros impostos.

17. (FGV – 2021) A União resolveu exercer sua competência tributária residual criando um novo Imposto sobre Movimentações Financeiras.

Acerca de tal imposto, assinale a afirmativa correta.

- a) Poderá ser instituído por lei ordinária.
- b) Poderá ser cumulativo.
- c) Seu fato gerador poderá ser coincidente com o de outro imposto já previsto na Constituição.
- d) Sua base de cálculo poderá ser coincidente com a de outro imposto já previsto na Constituição.
- e) Do produto de sua arrecadação, 20% pertencerá aos Estados e ao Distrito Federal.

18. (FGV – 2021) Sobre a esfera de competência dos tributos sobre vendas, assinale a afirmativa **correta**.

- a) O IPI e o ICMS são de esfera estadual.
- b) O PIS e o COFINS são de esfera federal.
- c) O PIS e o IPI são de esfera estadual.
- d) O ICMS e o COFINS são de esfera federal.
- e) O COFINS e o PIS são de esfera estadual.

→ DISPOSIÇÕES GERAIS SOBRE OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA (CONCEITO, OBRIGAÇÃO PRINCIPAL E ACESSÓRIA)

19. (FGV – 2022) Uma loja de roupas femininas estava transportando produtos de uma de suas filias para outra, tendo sido autuada e multada pela Receita Estadual pela ausência de nota fiscal.

Sobre a cobrança da multa, assinale a afirmativa correta.

- a) Não está correta, por não incidir ICMS na transferência de mercadorias entre estabelecimentos do mesmo titular.
- b) Está correta por se tratar de obrigação acessória, que pode acarretar multa em caso de descumprimento.
- c) Não está correta, pois a atitude correta seria a apreensão das mercadorias.
- d) Não está correta, pois não é necessária nota fiscal para tal transferência.
- e) Só seria possível se houvesse cobrança de ICMS.

→ SUJEITO: ATIVO E PASSIVO (ARTS. 119 A 123 DO CTN)

20. (FGV – 2022) Mário emprestou gratuitamente a seu irmão Mateus o automóvel de sua propriedade, devidamente registrado em seu nome, firmando com ele contrato em que Mateus se responsabilizava pelo pagamento do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA).

Passados três anos do empréstimo e estando o automóvel ainda na posse de Mateus, este não pagou nenhuma vez o IPVA. O Fisco Estadual então iniciou a cobrança dos valores atrasados contra Mário.

Diante desse cenário e à luz do Código Tributário Nacional.

- a) Mário é o contribuinte do IPVA, mas Mateus é responsável tributário solidariamente pela dívida.
- b) Mário é o contribuinte do IPVA, mas Mateus é responsável tributário subsidiariamente pela dívida.
- c) tanto Mário como Mateus são contribuintes do IPVA.
- d) Mário responde sozinho perante o Fisco pela dívida.
- e) Mário, em razão de seu contrato com Mateus, pode exigir do Fisco que cobre a dívida integralmente de Mateus.

→ CAPACIDADE TRIBUTÁRIA (ART. 126 DO CTN)

21. (FGV – 2022) Alexandre Peres, com 14 anos, passou a receber valores a título de propaganda no seu canal de *Youtube*, com receita superior à isenção do Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas. Assinale a opção que indica a situação de Alexandre, por ele ser menor, diante do IRPF.

- a) Só pode ser contribuinte se for emancipado.
- b) Não, o contribuinte será um dos seus pais.
- c) Não há incidência de IRPF para menores.
- d) Por auferir renda, pode ser contribuinte.
- e) Seus pais serão solidariamente responsáveis, mesmo que seja possível cobrar do menor.

→ DOMICÍLIO TRIBUTÁRIO (ART. 127 DO CTN)

22. (FGV – 2022) José, aposentado, passa metade do ano residindo na área urbana do Município Alfa (Estado Beta), onde se localiza a agência bancária em que recebe sua aposentadoria. Na outra metade do ano, reside em sua propriedade rural no Município Gama (Estado Delta), onde possui uma pequena pousada que explora comercialmente. José indicou ao Fisco que seu domicílio tributário como pessoa física é o Município Gama.

Diante desse cenário e à luz do Código Tributário Nacional, o domicílio tributário de José será.

- a) exclusiva e obrigatoriamente o Município Alfa, onde se localiza a agência bancária em que recebe sua aposentadoria.
- b) exclusiva e obrigatoriamente o Município Gama, onde se localiza a pequena pousada que explora comercialmente.
- c) exclusiva e obrigatoriamente o Município onde José aufera receitas de maior valor.
- d) duplo, tanto no Município Alfa como no Município Gama.
- e) livremente escolhido por José.

23. (FGV – 2022) A sociedade empresária Beta alterou sua sede para uma cidade extremamente distante a qual só é possível chegar de barco e gastando mais de um dia de viagem, mas deixou filiais na Capital do Estado. A sociedade empresária impugnou autuações recebidas nas filiais em que ocorreram os fatos que deram origem à obrigação, por não ser o seu domicílio tributário.

Sobre a posição da sociedade empresária Beta, assinale a afirmativa correta.

- a) Assiste razão à sociedade empresária, pois a Receita Estadual não pode discriminar a sede da empresa.
- b) A Receita Estadual só pode mandar as autuações para outros endereços, após 3 tentativas de encontrar os responsáveis pela sociedade empresária.
- c) A Receita Estadual está errada, não podendo atribuir à sociedade empresária, sua falta de estrutura.
- d) Não assiste razão à sociedade empresária, pois a Receita Estadual pode, ao seu arbítrio, escolher qual o domicílio tributário da sociedade empresária.
- e) Não assiste razão à sociedade empresária, pois a autoridade administrativa pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização do tributo.

→ RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA (ARTS. 128 A 138 DO CTN)

24. (FGV – 2022) Farmácia do Povo Ltda. é uma sociedade empresária limitada composta por 4 (quatro) sócios; A, B, C e D. O sócio B é administrador. No exercício regular de suas atividades, o administrador da pessoa jurídica deixou dolosamente de pagar o PIS nos anos 2017, 2018, 2019 e 2020, razão pela

qual, após todas as medidas administrativas de fiscalização, e esgotadas as formas de recebimento dos valores em aberto, foi ajuizada a competente ação de Execução Fiscal.

Sobre a situação apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, quando praticadas no exercício regular de administração, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito.
- b) A responsabilidade é pessoal ao agente quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de culpa.
- c) A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionada com a infração.
- d) A responsabilidade por infrações da legislação tributária, salvo disposição de lei em contrário, independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

25. (FGV – 2022) A pessoa jurídica Espectro, em processo de falência, foi alienada judicialmente para a sociedade empresária Ômega, que manteve o mesmo nome e as mesmas lojas daquela.

Em relação aos tributos devidos, a empresa Ômega

- a) responderá integralmente, por ter adquirido o fundo de comércio e os estabelecimentos.
- b) Responderá subsidiariamente com o alienante.
- c) Só responderá se o alienante não continuar no mesmo ramo de comércio.
- d) Não responderá, por ter havido alienação judicial em processo de falência.
- e) Não responderá, mesmo que um de seus sócios seja sócio da sociedade empresária Espectro.

26. (FGV – 2021) José, registrador, por um lapso na hora de registrar contrato por escritura pública de compra e venda de imóvel, esqueceu-se de exigir a guia de pagamento do ITBI quitada. Nesse local, a responsabilidade de exigir a comprovação de quitação do ITBI é atribuída aos registradores, e não aos tabeliães. O Fisco municipal, contudo, percebeu que o tributo não havia sido recolhido e, tendo realizado o lançamento de ofício, notificou os contribuintes e o registrador para que pagassem o débito. Os contribuintes não o fizeram voluntariamente, ainda que tivessem bens suficientes para o adimplemento da dívida. Diante desse cenário e à luz do CTN, o registrador José:

- a) é pessoalmente responsável por tal dívida, podendo ser demandado juntamente com os contribuintes do imposto, sem posterior direito de regresso contra eles.
- b) é pessoalmente responsável por tal dívida, podendo ser demandado juntamente com os contribuintes do imposto, com posterior direito de regresso contra eles.
- c) é substituto tributário dos contribuintes, devendo a cobrança ser feita apenas em face dele.
- d) responde pela dívida por sua omissão, mas apenas nos casos de impossibilidade de exigência aos contribuintes do cumprimento da obrigação principal.
- e) por não ser parte no negócio jurídico de compra e venda, não pode ser responsabilizado por tal dívida tributária.

→ LANÇAMENTO E CONSTITUIÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 142 A 150 DO CTN)

27. (FGV – 2022) O lançamento é a etapa da receita orçamentária que representa o ato da repartição competente, em que há verificação da procedência do crédito fiscal, a pessoa que lhe

é devedora e a inscrição do débito desta. Assinale a opção que indica quando há o lançamento por ofício.

- a) ICMS e IPI.
- b) IPTU e IPVA.
- c) PIS e COFINS.
- d) IR e CSSL.
- e) ITBI e ITCMD.

28. (FGV – 2022) 321 *Vestuário Ltda.*, atuante no comércio varejista de roupas, sonegou o Imposto Estadual sobre a Circulação de Mercadorias (ICMS), omitindo dolosamente do Fisco Estadual suas operações comerciais com o fim de evitar o pagamento do tributo devido.

Diante desse cenário, o Fisco Estadual, a fim de poder cobrar administrativamente tais valores, terá necessariamente de realizar.

- a) um lançamento por declaração.
- b) um lançamento de ofício.
- c) um lançamento por homologação.
- d) uma notificação prévia ao lançamento para comparecimento do sujeito passivo perante autoridade fiscal estadual.
- e) uma notificação prévia ao lançamento à autoridade policial acerca dos indícios de crime de sonegação fiscal.

29. (FGV – 2021) A sociedade empresária Construções 100% Ltda., prestadora de serviços de construção, conservação e reforma a terceiros, deixou de declarar e de pagar ISS, tributo sujeito a lançamento por homologação, relativo a um período de 3 meses.

A respeito desse cenário e à luz do Código Tributário Nacional, o Fisco Municipal poderá exercer seu direito de constituir o crédito tributário por meio de.

- a) autolancamento, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- b) lançamento por declaração, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.
- c) lançamento por declaração, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- d) lançamento de ofício, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados da ocorrência do fato gerador.
- e) lançamento de ofício, extinguindo-se tal direito após 5 anos contados do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado.

→ EXTINÇÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 156 A 174 DO CTN)

30. (FGV – 2022) João, em dezembro de 2021, possuidor com *animus domini* desde janeiro de 2018 de imóvel de propriedade de Maria, deseja dela comprar o referido bem. Ao emitir certidão de quitação de IPTU, percebe que há valores desse tributo, referentes aos anos de 2013 e 2014, que não foram pagos nem impugnados. Na escritura pública de compra e venda, Maria concede a João desconto no preço de aquisição, condicionado a que ele realize o pagamento da dívida de IPTU. João adere a parcelamento tributário da dívida e efetua o pagamento da 1ª parcela, levando a escritura pública a registro.

À luz da literalidade do Código Tributário Nacional e do entendimento dominante do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar que:

- a) João, na condição de possuidor com *animus domini*, não pode ser contribuinte de IPTU.

- b) o desconto no valor da compra e venda concedido por Maria impede João de discutir judicialmente tal dívida de IPTU.
- c) é possível cobrar de João essa dívida de IPTU, por ser ele o adquirente do imóvel.
- d) a cláusula do contrato de compra e venda que transfere a responsabilidade pelo pagamento da dívida de IPTU a João é oponível ao Fisco.
- e) o pagamento parcelado do tributo foi indevido, pois a dívida já se encontrava prescrita.

31. (FGV – 2022) A empresa Alpha requereu na Receita Estadual a restituição de ICMS referente aos últimos 5 anos, valores que entende terem sido recolhidos além dos devidos, e este requerimento foi indeferido na seara administrativa.

Assinale a opção que indica o prazo para a ação judicial que visa anular este indeferimento.

- a) O prazo decadencial é de 5 anos, a partir do indeferimento administrativo.
- b) O prazo é prescricional de 3 anos, admitindo uma interrupção.
- c) O prazo é decadencial de 3 anos, não admitindo interrupção.
- d) O prazo é prescricional de 5 anos, admitindo uma interrupção.
- e) O prazo é prescricional e de 2 anos.

32. (FGV – 2021) Lei ordinária do Estado X prevê a quitação de débitos tributários estaduais por meio de dação em pagamento de bens imóveis, após prévia avaliação e aceitação pela Secretaria Estadual de Fazenda.

Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) A lei estadual ordinária poderia instituir esta nova modalidade de pagamento de tributos.
- b) A dação em pagamento por meio de bens imóveis deveria ser instituída por lei estadual complementar.
- c) A lei estadual não poderia condicionar o pagamento por dação à prévia avaliação pela Secretaria Estadual de Fazenda.
- d) A Constituição não admite pagamento de tributo em espécie distinta de moeda (dinheiro).
- e) O Código Tributário Nacional não admite pagamento de tributo em espécie distinta de moeda (dinheiro).

33. (FGV – 2021) Um tabelião deixou de declarar e recolher, na modalidade de lançamento por homologação, ISS incidente sobre serviços notariais por ele prestados de abril a agosto de 2014. Em fevereiro de 2020, o Fisco do município X efetua o lançamento de ofício dos tributos não declarados nem pagos, notificando o tabelião para pagamento em trinta dias. O tabelião então adere a um parcelamento de tais débitos em seis prestações. Concluído o pagamento, é advertido por seu advogado de que este teria sido indevido, pois o crédito tributário parcelado já teria decaído.

Diante desse cenário, na data da constituição do crédito tributário, o prazo decadencial:

- a) ainda não havia se completado, sendo tal pagamento devido.
- b) já havia se completado, mas não o prazo prescricional, sendo tal pagamento devido.
- c) já havia se completado, configurando hipótese de extinção do crédito tributário, sendo tal pagamento indevido.
- d) já havia se completado, mas o pagamento voluntário de dívida tributária alcançada pela decadência não permite a restituição.

- e) já havia se completado, mas a confissão da dívida pelo parcelamento operou uma novação do débito, sendo tal pagamento devido.

→ EXTINÇÃO, EXCLUSÃO E SUSPENSÃO DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO

34. (FGV – 2022) Sapataria Moderna Ltda., sociedade empresária limitada, foi autuada pela falta de pagamento de COFINS, pelo que apresentou, no prazo correto, a competente impugnação administrativa contra tal autuação. A impugnação foi julgada improcedente pela Delegacia de Julgamento e a sociedade empresária interpôs recurso ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, pendente de análise até o momento.

Sobre a hipótese apresentada, assinale a afirmativa correta.

- a) Caso venha a ser concedida por lei, moratória em caráter geral ou caráter individual, sem o prazo de duração do favor, haverá a suspensão da exigibilidade do crédito tributário.
- b) A decisão administrativa irreformável extingue o crédito tributário, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, passível de objeto de ação anulatória.
- c) A sociedade, por estar com recurso pendente de análise, pode participar de licitação que exija prova da quitação de determinado tributo.
- d) As reclamações e os recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo suspendem a exigibilidade do crédito tributário, dispensando o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja suspenso, ou dela consequentes.

→ GARANTIAS E PRIVILÉGIOS DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO (ARTS. 183 A 193 DO CTN)

35. (FGV – 2022) Caio, administrador e sócio da sociedade empresária limitada Empório da Carne Ltda., atuante no ramo de compra e venda de produtos alimentícios, deixou de pagar o ICMS da referida pessoa jurídica, o que levou ao ajuizamento da ação de execução fiscal competente.

Não encontrados bens em nome da pessoa jurídica, a mesma foi redirecionada para Caio, que dolosamente, após o ajuizamento da execução fiscal, alienou seus bens para Clóvis, seu irmão.

Diante do caso apresentado, assinale a afirmativa **correta**.

- a) Em face da natureza jurídica do crédito tributário, a simples alienação de bens pelo sujeito passivo, por quantia inscrita em dívida ativa, sem a reserva de meios para quitação do débito, gera presunção absoluta de fraude à execução.
- b) O juiz não pode determinar a indisponibilidade de bens e direitos na hipótese de o devedor tributário, devidamente citado, não pagar nem apresentar bens à penhora no prazo legal e não forem encontrados bens penhoráveis.
- c) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa desde que já em fase de execução.
- d) A caracterização de má-fé do terceiro adquirente, ou mesmo a prova do conluio é necessária para caracterização da fraude à execução.

36. (FGV – 2021) A sociedade empresária ABC Serviços de Informática Ltda. teve sua falência decretada, tendo ainda dívidas referentes a obrigações principais de ISS.

A massa falida possui, também, entre seus débitos, as seguintes dívidas:

- I. créditos com garantia real.
- II. créditos quirografários.
- III. créditos extraconcursais.
- IV. créditos decorrentes da legislação do trabalho.
- V. créditos decorrentes de acidentes de trabalho.

À luz do Código Tributário Nacional, na falência, os créditos tributários referentes a obrigações principais de ISS têm preferência sobre os créditos

- a) com garantia real, no limite do valor do bem gravado.
- b) quirografários.
- c) extraconcursais.
- d) decorrentes da legislação do trabalho, nos limites e condições estabelecidos em lei.
- e) decorrentes de acidentes de trabalho.

→ IMPOSTO DE RENDA - IR (CF/1988 E CTN)

37. (FGV – 2022) Determinado Estado da Federação cria uma universidade estadual, como uma autarquia, e passa a oferecer alguns cursos pagos.

Sobre esses cursos, haverá incidência do Imposto sobre a Renda?

- a) Não. A autarquia estadual goza da mesma imunidade dos Estados em relação ao seu patrimônio e renda.
- b) Sim, pois a autarquia estadual não tem imunidade dos Estados.
- c) Não, pois o ensino universitário está isento de Imposto sobre a Renda.
- d) Sim. Haverá incidência se houver convênio com particulares.
- e) Sim, pois há contraprestação ou pagamento de preços ou tarifas pelo usuário.

→ IMPOSTO SOBRE PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL - ITR

38. (FGV – 2021) Mário, proprietário de imóvel localizado em área urbana, mas voltado a finalidades de produção agrícola de hortaliças orgânicas, celebra promessa de compra e venda por escritura pública com João, em 2016, transmitindo imediatamente a posse do imóvel e mantida a mesma exploração, mas sem que a escritura tenha sido levada a registro. Em 2020, Mário é surpreendido com cobrança pelo Fisco de imposto incidente sobre a propriedade do imóvel referente aos anos de 2017, 2018 e 2019.

Diante desse cenário, o imposto devido é o:

- a) ITR, e o promitente vendedor pode ser responsabilizado pelas dívidas posteriores à lavratura da escritura pública de promessa de compra e venda com transmissão da posse.
- b) ITR, mas o promitente vendedor não pode ser responsabilizado pelas dívidas posteriores à lavratura da escritura pública de promessa de compra e venda com transmissão da posse.
- c) IPTU, e o promitente vendedor pode ser responsabilizado pelas dívidas posteriores à lavratura da escritura pública de promessa de compra e venda com transmissão da posse.
- d) IPTU, mas o promitente vendedor não pode ser responsabilizado pelas dívidas posteriores à lavratura da escritura pública de promessa de compra e venda com transmissão da posse.
- e) IPTU, e o promitente vendedor pode ser responsabilizado pro rata com o promitente comprador pelas dívidas posteriores à lavratura da escritura pública de promessa de compra e venda com transmissão da posse.

→ DO RENDIMENTO BRUTO (ARTS. 33 A 65 DO RIR)

39. (FGV – 2021) De acordo com o Decreto nº 9580/2018, assinale a opção que apresenta rendimentos tributáveis.

- a) Diárias destinadas exclusivamente ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em Município diferente ao da sede de trabalho, inclusive no exterior.
- b) Ajuda de custo destinada a atender as despesas com transporte, frete e locomoção do beneficiado e de seus familiares, na hipótese de remoção de um Município para outro.
- c) Valor recebido de pessoa jurídica de direito público a título de auxílio-moradia, não integrante da remuneração dos beneficiários, em substituição ao direito de uso de imóvel funcional.
- d) Prêmio de seguro individual de vida do empregado pago pelo empregador, quando o empregado é o beneficiário do seguro, ou indica o beneficiário deste.
- e) Auxílio-alimentação pago em pecúnia aos servidores públicos federais civis ativos da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.

40. (FGV – 2021) De acordo com o Decreto nº 9580/2018, os rendimentos do trabalho assalariado recebidos em moeda estrangeira por servidores ausentes no exterior, a serviço de repartição do governo brasileiro situada no exterior, consideram-se tributáveis vinte e cinco por cento do total recebido. Assinale a opção que indica como os rendimentos serão convertidos em reais, com base no valor do dólar divulgado para compra pelo Banco Central do Brasil.

- a) no dia efetivo de pagamento do rendimento.
- b) no último dia útil do mês de pagamento do rendimento.
- c) na média do valor do dólar do mês de pagamento do rendimento.
- d) no último dia útil da primeira quinzena do mês anterior ao do pagamento do rendimento.
- e) no último dia útil da quinzena do mês do pagamento do rendimento.

→ DO LUCRO REAL (ARTS. 257 A 586 DO RIR)

41. (FGV – 2021) Na apuração do imposto sobre a renda pelo lucro real de uma sociedade empresária, são *despesas não dedutíveis* as relativas.

- a) à alimentação fornecida aos empregados.
- b) aos seguros e planos de saúde dos empregados.
- c) às multas administrativas e por infrações fiscais de empregados.
- d) à formação profissional de empregados.
- e) às contribuições não compulsórias destinadas a custear planos de benefícios complementares em benefício dos empregados.

→ DA INCIDÊNCIA (ARTS. 1º A 7º DO DECRETO Nº 7.212/2012)

42. (FGV – 2021) O Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) incide sobre produtos industrializados, nacionais e estrangeiros.

Nesse sentido, considera-se industrialização.

- a) a alteração da apresentação de um produto pela colocação de embalagem ou a substituição da antiga embalagem por uma nova, para venda.

- b) o preparo de um produto, por encomenda direta do consumidor, na residência do preparador ou em oficina, onde seja preponderante o trabalho profissional.
- c) a manipulação em farmácia, para venda direta a consumidor, de medicamentos officinais e magistrais, mediante receita médica.
- d) o preparo de refrigerantes, à base de extrato concentrado, por meio de máquinas em restaurantes, para venda direta ao consumidor.
- e) o preparo de produtos alimentares em cozinhas industriais, não acondicionados em embalagem de apresentação, quando destinados à venda direta a pessoas jurídicas, para consumo de seus funcionários.

→ LEI Nº 9.393/1996 - ITR E DÍVIDA AGRÁRIA

43. (FGV – 2022) A Lei nº 9.393/1996 dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR). Para a instituição de um sistema de tributos, a referida lei estipulou uma série de definições e conceitos para definir o objeto da tributação. No que se refere aos conceitos de imunidade e isenção do ITR, avalie se as afirmativas a seguir são falsas (F) ou verdadeiras (V).

- () Nos termos do art. 153, § 4º, *in fine*, da Constituição Federal de 1988, o imposto não incide sobre pequenas glebas rurais, quando as explore, só ou com sua família, o proprietário que não possua outro imóvel.
- () Pequenas glebas rurais são os imóveis com área igual ou inferior a: I - 100 ha, se localizado em município compreendido na Amazônia Ocidental ou no Pantanal mato-grossense e sul-mato-grossense; II - 50 ha, se localizado em município compreendido no Polígono das Secas ou na Amazônia Oriental; III - 30 ha, se localizado em qualquer outro município.
- () É isento do imposto o imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, caracterizado pelas autoridades competentes como assentamento, que, cumulativamente, atenda aos seguintes requisitos: a) seja explorado por associação ou cooperativa de produção; b) a fração ideal por família assentada não ultrapasse os limites estabelecidos no artigo anterior; c) o assentado não possua outro imóvel.

As afirmativas são, respectivamente, na ordem dada,

- a) V, V e V.
- b) V, F e F.
- c) F, V e F.
- d) V, F e V.
- e) F, V e V.

44. (FGV – 2022) Diego Coimbra foi assentado com sua família num imóvel rural compreendido em programa oficial de reforma agrária, cabendo a eles uma fração ideal de 40 hectares nos arredores de uma cidade do interior do Estado de São Paulo. Não possui outro imóvel e o assentamento está sendo explorado por associação ou cooperativa de produção.

Em relação a sua situação em relação ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, assinale a afirmativa correta.

- a) Tem imunidade por se tratar de assentamento de Reforma Agrária.
- b) Tem isenção por se tratar de assentamento de Reforma Agrária.
- c) Tem isenção por sua fração ideal ser inferior a 50 hectares.
- d) É contribuinte do ITR por sua fração ideal ser superior a 30 hectares.
- e) É contribuinte do ITR por não haver isenção em lei para assentamentos de Reforma Agrária.

45. (FGV – 2021) João é proprietário de imóvel rural de grandes dimensões situado no território de dois municípios, sendo 40% da área total do imóvel no Município A e 60% no Município B.

A sede do imóvel fica localizada no Município A.

Diante desse cenário, para efeitos de enquadramento do imóvel e de fixação do domicílio tributário do contribuinte no Imposto Territorial Rural (ITR), é correto afirmar que o imóvel:

- a) deverá ser enquadrado no Município B, mas o domicílio tributário do contribuinte é o Município A.
- b) deverá ser enquadrado no Município B, sendo este também o domicílio tributário do contribuinte.
- c) deverá ser enquadrado no Município A, sendo este também o domicílio tributário do contribuinte.
- d) deverá ser enquadrado no Município A, mas o domicílio tributário do contribuinte é o Município B.
- e) deverá ser enquadrado no Município B, mas o contribuinte poderá eleger o domicílio tributário em quaisquer dos municípios.

GABARITO

1	C
2	C
3	C
4	A
5	C
6	C
7	C
8	E
9	D
10	C
11	A
12	E
13	A
14	C
15	D
16	A
17	E
18	B
19	B
20	D
21	D
22	E
23	E

DIREITO PREVIDENCIÁRIO

→ PRINCÍPIOS E OBJETIVOS DA SEGURIDADE SOCIAL

1. (FGV – 2022) As irmãs Sandra e Geórgia trabalham para o mesmo empregador, localizado no bairro Lago Azul (Manaus). Sandra recebe 1 salário-mínimo mensal e Geórgia, por ocupar cargo mais especializado, recebe 3 salários-mínimos por mês. Ambas as irmãs possuem um filho, sendo que o de Sandra tem 2 anos de idade e o de Geórgia, 5 anos.

Sandra recebe em seu contracheque uma cota de salário-família, mas Geórgia nada recebe a esse título. O princípio constitucional previdenciário que justifica a diferença de tratamento entre as irmãs é

- a) a equidade na forma de participação no custeio.
- b) a seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços.
- c) a irredutibilidade do valor dos benefícios.
- d) a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais.
- e) o caráter democrático e descentralizado da gestão administrativa.

2. (FGV – 2021) Diante dos princípios e regras constitucionais da seguridade social brasileira, é **correto** afirmar que:

- a) o mutualismo inerente aos regimes previdenciários públicos viabiliza, independentemente de fonte de custeio, aposentadorias precoces para trabalhadores em situação de desemprego involuntário.
- b) a universalidade de cobertura e atendimento da proteção social brasileira traz, como consectário, a cobertura integral a quaisquer pessoas, de forma idêntica a modelos universalistas de previdência social.
- c) dentro da previdência complementar brasileira, nos termos da Constituição da República de 1988, a adesão a entidades fechadas de previdência complementar é obrigatória para servidores e trabalhadores privados.
- d) a assistência social, para fins de concessão de benefícios, exige, dos interessados, determinado número mínimo de contribuições mensais.
- e) o princípio constitucional da uniformidade e equivalência dos benefícios às populações urbana e rural não impede a concessão de benefícios com requisitos de elegibilidade distintos entre as referidas parcelas da sociedade brasileira.

→ SEGURADO FACULTATIVO (RGPS)

3. (FGV – 2021) De acordo com a Instrução Normativa RFB nº 971/09, poderá contribuir como segurado facultativo, de modo a se inscrever como contribuinte da Previdência Social,

- a) um segurado especial.
- b) um trabalhador avulso.
- c) um empregado doméstico.
- d) um contribuinte individual.
- e) um presidiário que não exerce atividade remunerada.

→ DA MANUTENÇÃO E DA PERDA DA QUALIDADE DE SEGURADO

4. (FGV – 2022) Manuela é dona de casa e faz recolhimento para a Previdência Social como contribuinte facultativa há 12 anos ininterruptamente. Em virtude da crise econômica que se abateu sobre a família de Manuela, em janeiro de 2022 ela precisou cessar a contribuição que até então realizava.

Considerando os fatos narrados e a previsão contida na Lei previdenciária, assinale a afirmativa correta.

- a) Manuela manterá a qualidade de segurada, independentemente de contribuições, por até 6 meses.
- b) Manuela continuará ostentando a condição de segurada por um período de 12 meses.
- c) Por haver realizado mais de 120 contribuições mensais sem interrupção, Manuela terá um período de graça de 24 meses.
- d) Deixando de recolher, Manuela perderá imediatamente a condição de segurada porque o sistema da Previdência Social é contributivo.
- e) Manuela terá direito a um período de graça de 36 meses porque contribuiu por mais de 10 anos ininterruptos e não é empregada.

→ DA APOSENTADORIA POR INVALIDEZ

5. (FGV – 2021) Jorge, segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), ingressa em juízo frente à autarquia previdenciária em busca de aposentadoria por invalidez, nos termos da Lei nº 8.213/1991.

Em tal cenário, uma conduta correta do magistrado do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná seria:

- a) reconhecer a incompetência da Justiça Estadual para a demanda, sendo irrelevante a origem e natureza da invalidez, assim como a espécie de segurado obrigatório a qual pertence Jorge.
- b) admitir que Jorge poderá ter seu pleito atendido, mesmo quando demonstrada a existência da doença profissional em data anterior ao ingresso no atual emprego, a depender da data de início da incapacidade a ser fixada por perícia.
- c) admitir que o benefício requerido e eventuais consectários nunca poderão superar o valor máximo de benefícios do RGPS, uma vez concedidos.
- d) afirmar que, uma vez demonstrada a incapacidade total e permanente para a atividade habitual de Jorge, devidamente comprovada em perícia judicial, o benefício previdenciário deverá ser concedido, independentemente de outros requisitos.
- e) concluir que a aposentadoria por invalidez acidentária, uma vez concedida por sentença judicial transitada em julgado, é imodificável.

→ DA APOSENTADORIA ESPECIAL

6. (FGV – 2022) Após cumprir todos os requisitos legais, Renata, empregada de uma empresa privada, conseguiu, em 2022, a aposentadoria especial após 20 anos de serviços prestados em ambiente no qual havia exposição a agente químico prejudicial à saúde. Renata continuará trabalhando na mesma empresa, mas acertou com o empregador que, em razão da aposentadoria, será transferida para outro setor, no qual há agente prejudicial à saúde diverso daquele que gerou a aposentadoria especial.

Considerando os fatos descritos e a previsão contida na norma previdenciária, assinale a afirmativa correta.

- a) Renata receberá metade da aposentadoria especial enquanto permanecer em atividade.
- b) Não haverá qualquer consequência na aposentadoria especial porque o agente agressor à saúde é diverso.
- c) Haverá uma redução de 25% na aposentadoria, mas a empresa deverá acrescentar essa diferença no salário.
- d) Inexistindo previsão legal para esta situação, o INSS acionará o Poder Judiciário para que este decida o destino da aposentadoria.
- e) A aposentadoria especial de Renata será automaticamente cancelada.

→ DO AUXÍLIO-DOENÇA

7. (FGV – 2022) Matheus era portador de uma doença antes de se filiar ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS). Após ser admitido como empregado em uma empresa, e por conta das condições adversas de trabalho, a doença de Matheus comprovadamente se agravou, a ponto de impossibilitá-lo de trabalhar, ficando afastado do serviço por mais de 15 dias; consequentemente, foi encaminhado ao INSS.

Considerando os fatos narrados e a previsão contida na Lei previdenciária, assinale a afirmativa correta.

- a) O segurado em questão receberá metade do auxílio por incapacidade temporária porque já portador da doença antes de entrar para o RGPS.
- b) Matheus não receberá auxílio por incapacidade temporária por se tratar de doença pré-existente ao ingresso no RGPS.
- c) Matheus poderá receber aposentadoria por incapacidade permanente em razão do agravamento da doença, mas não auxílio por incapacidade temporária.

- d) Matheus receberá auxílio por incapacidade temporária porque houve agravamento da doença após seu ingresso no RGPS.
- e) Somente haveria direito ao auxílio por incapacidade temporária se houvesse progressão da doença, mas não agravamento, pelo que Matheus não receberá o benefício.

→ DA PENSÃO POR MORTE

8. (FGV – 2022) Mirela, 40 anos de idade, era segurada obrigatória do RGPS e faleceu em fevereiro de 2022, vítima de Covid-19. Mirela deixou o viúvo Daniel, que tem 45 anos de idade e cujo casamento durou 20 anos e 2 filhos, Solange, que tem 15 anos de idade, e Fátima, que tem 19 anos de idade. Cinco meses após o óbito, os dependentes Daniel, Fátima e Solange requereram a pensão por morte relativa à finada Mirela.

Considerando os fatos descritos e a previsão contida na norma de regência, assinale a afirmativa correta.

- a) A pensão será deferida a contar da data do óbito para Solange, Daniel e Fátima.
- b) A pensão será deferida a contar da data do óbito para Solange e a partir da data do requerimento para Daniel e Fátima.
- c) Fátima não terá direito à pensão por morte porque tem mais de 18 anos de idade.
- d) A pensão será deferida a contar da data do óbito para Solange e Fátima e a partir da data do requerimento para Daniel.
- e) A pensão será deferida a contar da data do requerimento para Solange, Daniel e Fátima.

→ ACIDENTE DE TRABALHO

9. (FGV – 2022) A Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências, considera acidente de trabalho aquele que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou:

- a) pelo exercício do trabalho dos segurados especiais e autônomos, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
- b) de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais e dos servidores públicos estatutários, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
- c) de empregador doméstico ou pelo exercício do trabalho dos segurados especiais, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
- d) pelo exercício do trabalho autônomo, provocando lesão corporal e a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.
- e) pelo exercício do trabalho dos servidores públicos estatutários, provocando lesão corporal ou a perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou a redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

10. (FGV – 2022) Renan terminou uma jornada de trabalho e pegou sua motocicleta, que estava estacionada na garagem do empregador. Enquanto se dirigia para sua residência, devidamente equipado, Renan foi abalroado por um automóvel e sofreu um acidente de grande proporção.

Diante da situação exposta e dos termos da Lei previdenciária, assinale a afirmativa correta.

- a) O acidente do trabalho está caracterizado na hipótese, sendo irrelevante que o veículo seja de propriedade do segurado.
- b) Durante 2 horas contadas da saída do emprego, qualquer evento ocorrido com Renan seria acidente do trabalho, sendo irrelevante para onde ele estava se deslocando.
- c) O evento não se configura acidente do trabalho porque o veículo era de propriedade do segurado, que assim assume o risco.
- d) Somente se o deslocamento estivesse sendo feito em transporte público ou em transporte fornecido pelo empregador é que o sinistro seria acidente do trabalho.
- e) A Lei é omissa a respeito, cabendo ao juiz verificar as condições do sinistro para concluir se ele poderá, ou não, ser caracterizado como acidente do trabalho.

11. (FGV – 2022) Conforme dispõe o Art. 19 da Lei nº 8.213/91, “*acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no Art. 11, inciso VII, desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho*”.

Ainda de acordo com seu conceito legal, são considerados acidentes de trabalho os que ocorrem nas seguintes situações, **exceto**:

- a) Ao realizar outros serviços sob o mando do empregador.
- b) Nos períodos de descanso, no local de trabalho.
- c) No período de férias do empregado.
- d) Em viagem a serviço da empresa.
- e) No percurso da residência para o local de trabalho.

→ REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

12. (FGV – 2022) Roberta é uma pessoa preocupada com o futuro, e, com essa filosofia, economiza o máximo que pode de seu salário para formar uma reserva financeira que possa garantir sua tranquilidade em termos patrimoniais, especialmente após a aposentadoria. Roberta é empregada numa multinacional e recebe salário elevado, bastante superior ao limite (“teto”) da Previdência Social.

Diante da situação narrada, assinale a afirmativa correta.

- a) Por receber salário superior ao “teto” da previdência, Roberta é obrigada a se filiar a um regime de previdência privada complementar.
- b) Há a possibilidade de Roberta aderir ao regime de previdência privada, que tem caráter complementar e é facultativo.
- c) O regime de previdência privada não exige colaboração de Roberta, sendo obrigatório porque ela recebe salário superior ao “teto” do INSS.
- d) Previdência privada tem caráter principal e, desde a Reforma da Previdência Social, é obrigatório no Brasil para quem tem salário acima do “teto”.
- e) O regime de previdência complementar é restrito ao âmbito privado e para quem recebe alto salário, não se aplicando aos servidores públicos.

13. (FGV – 2022) Quanto às Emendas Constitucionais que reformaram os regimes geral e próprios de previdência social, é correto afirmar, sob o ponto de vista atuarial, que:

- a) o fator previdenciário foi extinto por lei em decorrência da Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/1998.
- b) a Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003, extinguiu a aposentadoria por tempo de contribuição.

- c) a Emenda Constitucional nº 47, de 05/07/2005, é considerada uma contrarreforma à Emenda Constitucional nº 41, de 19/12/2003.
- d) a Emenda Constitucional nº 70, de 29/03/2012, gerou diminuição nos valores de aposentadoria por invalidez.
- e) a Emenda Constitucional nº 103, de 12/11/2019, não respeita o direito adquirido à aposentadoria programada.

14. (FGV – 2022) Maria, cônjuge supérstite de servidor público federal, tendo preenchido os requisitos exigidos pela ordem jurídica, requereu o recebimento da pensão previdenciária devida. Em razão da negativa, que entendeu ser injurídica, ajuizou ação em face do ente competente da Administração Pública indireta, visando compeli-lo à observância da obrigação de fazer a que estava vinculado. Considerando que o pedido de Maria foi julgado procedente em primeira instância, é correto afirmar que a pensão.

- a) pode ser implantada imediatamente, sendo possível a execução provisória, sem a incidência do regime constitucional de precatórios.
- b) somente pode ser implantada após o trânsito em julgado, incidindo o regime constitucional de precatórios, não a requisição de pequeno valor.
- c) somente pode ser implantada após o trânsito em julgado, incidindo o regime constitucional de precatórios, admitida a requisição de pequeno valor.
- d) somente pode ser implantada após o esgotamento das instâncias ordinárias, desde que ofertadas as devidas garantias à Fazenda Pública.
- e) pode ser implantada provisoriamente ou após o trânsito em julgado, mas é imprescindível a observância do regime constitucional de precatórios.

15. (FGV – 2022) Caio, magistrado do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, com ingresso na magistratura em janeiro de 2005, busca orientações quanto às regras de aposentadoria voluntária aplicáveis após a reforma previdenciária de 2019.

Diante desse cenário, é **correto** afirmar que:

- a) o magistrado foi imediatamente submetido às novas regras de aposentadoria previstas na Emenda Constitucional nº 103/2019, independentemente de legislação local atual ou futura, ressalvados os direitos adquiridos.
- b) como Caio ingressou no regime previdenciário local antes da Emenda Constitucional nº 103/2019, não será possível a adesão voluntária ao regime de previdência complementar, na hipótese de sua criação.
- c) Caio poderá obter aposentadoria voluntária no regime previdenciário estadual, nos termos da legislação vigente, em valores superiores ao limite máximo estabelecido para o Regime Geral de Previdência Social.
- d) o magistrado, por ter ingressado no regime previdenciário local antes da Emenda Constitucional nº 103/2019, possui direito adquirido às regras pretéritas.
- e) Caio somente poderá aposentar-se de forma compulsória.

GABARITO

1	B
2	E
3	E
4	A
5	B

11	C
12	B
13	C

14	A
15	C

ANOTAÇÕES

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

FLUÊNCIA DE DADOS

→ COMPUTAÇÃO EM NUVEM (CLOUD COMPUTING)

1. (FGV – 2022) Júlia e seus colegas de faculdade estão fazendo um trabalho em grupo e decidiram compartilhar seus arquivos de imagens e texto na nuvem de modo que cada integrante do grupo possa ver e acessar as atualizações dos outros pela Internet.

Para compartilhar na nuvem os arquivos do trabalho com os colegas do grupo, Júlia deve usar o

- a) Dropbox.
- b) Pendrive.
- c) Mozilla Thunderbird.
- d) Windows Explorer.
- e) Infraestrutura como Serviço (IaaS).

→ SQL SERVER

2. (FGV – 2022) No contexto do MS SQL Server, assinale a opção que contém somente comandos válidos para o estabelecimento de permissões de acesso/uso num ambiente de bancos de dados.

- a) Allow, Create, Remove.
- b) Allow, Deny, Revoke.
- c) Create, Drop, Permit.
- d) Deny, Grant, Revoke.
- e) Drop, Grant, Permit.

3. (FGV – 2022) No âmbito do MS SQL Server, a propriedade *identity*, usada na descrição de colunas de tabelas, tem a função de:

- a) especificar a chave primária da tabela.
- b) fazer uma referência *default* aos atributos que compõem a chave primária da tabela.
- c) gerar valores para a coluna.
- d) armazenar o *timestamp* do instante em que uma nova linha é inserida na tabela.
- e) criar um índice do tipo *clustered*.

→ ORACLE

4. (FGV – 2022) No contexto do Oracle, analise o comando a seguir e as afirmativas a respeito das consequências desse mesmo comando.

`create global temporary table temp (a int not null primary key, b varchar(20) not null);`

I. Dados introduzidos numa sessão (em inglês, *session*) são removidos no fim da sessão.

II. Dados inseridos numa sessão podem ser acessados somente pela própria sessão.

III. Ao término de uma transação por meio de um comando *commit*, os dados são automaticamente removidos da tabela.

Está correto somente o que se afirma em:

- a) I.
- b) II.
- c) I e II.
- d) I e III.
- e) II e III.

→ MYSQL

5. (FGV – 2022) Observe o comando MySQL a seguir.

```
create table X
(
  A int auto_increment unique,
  B float not null
)
type = myisam
select C, D, A as A2
from Y
where B is null
```

A execução desse comando:

- a) gera um erro de sintaxe.
- b) gera um erro de execução.
- c) cria uma nova tabela com três colunas.
- d) cria uma nova tabela com quatro colunas.
- e) cria uma nova tabela com cinco colunas.

→ BIG DATA

6. (FGV – 2022) Leia o fragmento a seguir.

“Atualmente, no contexto do Big Data e Data Analytics, faz-se referência às características enunciadas por pesquisadores e produtores de soluções como sendo um conjunto de cinco Vs. Originalmente, a definição clássica de Big Data fez referência a três Vs fundamentais: __, __ e __ de dados que demandam formas inovadoras e rentáveis de processamento da informação, para melhor percepção e tomada de decisão.”

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima, na ordem apresentada.

- a) valor – variância – veracidade.
- b) validade – velocidade – vocabulário.

- c) valor – variabilidade – viscosidade.
- d) variedade – velocidade – volume.
- e) valor – volatilidade – volume.

7. (FGV – 2022) Com relação às arquiteturas de big data, analise as afirmativas a seguir.

- I. *As arquiteturas de big data* suportam um ou mais tipos de carga de trabalho, por exemplo, processamento em lote de fontes de *big data* em repouso; processamento em tempo real de *big data* em movimento; exploração interativa de *big data* e análise preditiva e aprendizado de máquina.
- II. *A arquitetura kappa* aborda o problema da baixa latência criando dois caminhos para o fluxo de dados. Todos os dados que entram no sistema passam por dois caminhos: a camada de lote (caminho frio) que armazena os dados de entrada em sua forma bruta e executa o processamento os dados em lote, e a camada de velocidade (*hot path*) que analisa os dados em tempo real. Essa camada é projetada para ter baixa latência, em detrimento da precisão.
- III. *A arquitetura lambda*, posterior à kappa, foi proposta para ser uma alternativa para mitigar os problemas da baixa latência. Lambda tem os mesmos objetivos da kappa, mas com uma distinção importante: todos os dados fluem por um único caminho, usando um sistema de processamento de fluxo de dados. Semelhante à camada de velocidade da arquitetura lambda, todo o processamento de eventos é realizado através de um fluxo único de entrada.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

→ NOSQL

8. (FGV – 2022) Com relação ao teorema CAP e suas propriedades aplicadas ao contexto de bancos de dados NoSQL na Web, analise as afirmativas a seguir.

- I. *Consistência* é a garantia de o sistema devolverá a resposta correta a cada requisição de dados que atender, ou seja, os dados devolvidos serão os mais atualizados que estejam disponíveis.
- II. *Atomicidade* é a garantia de que toda requisição recebida pelo sistema em um nó não falho, será respondida o mais isoladamente possível.
- III. *Performance* é a garantia de que o sistema continue operante mesmo no caso da ocorrência de uma falha que isole os nós em grupos, e que os nós não consigam se comunicar com os demais do grupo.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

9. (FGV – 2021) Com referência ao MongoDB, nas consultas usando o método *find* é possível exibir o resultado formatado por meio do método:

- a) format.
- b) organize.
- c) pretty.

- d) structure.
- e) tidy.

→ PYTHON

10. (FGV – 2022) Analise o código Python a seguir.

```
x = lambda a, b: a + [a[-1] + a[-2] + b]
```

```
y = [-1, 0]
```

```
for i in range(7):
```

```
y = x(y, i)
```

```
print(y)
```

O resultado produzido pela execução desse código na IDLE Shell 3.9.9 é:

- a) [-1, 0, -1, -1, -2, -3, -5, -8, -13]
- b) [0, -1, 4, 9, 18, 33, 51, 84]
- c) [-1, 0, -1, -2, -3, -5, -8, -13, -21]
- d) [-1, 0, -1, 0, 1, 4, 9, 18, 33]
- e) [-1, 0, -1, 4, 9, 18, 33, 51]

11. (FGV – 2022) No contexto do Python 3.9, analise o trecho a seguir.

```
import json
```

```
s1 = {"nome": "Ciro", "cep": "99999-999"}
```

```
s2 = ["um", "dois"]
```

```
s3 = "true"
```

```
s4 = "null"
```

```
print(json.loads(s1))
```

```
print(json.loads(s2))
```

```
print(json.loads(s3))
```

```
print(json.loads(s4))
```

Dado que “\” funciona como escape character, o resultado exibido pela execução desse trecho é:

- a) {'nome': 'Ciro', 'cep': '99999-999'}
['um', 'dois']
True
None
- b) {'nome': 'Ciro', 'cep': '99999-999'}
(um', 'dois')
true
Null
- c) {nome: 'Ciro', cep: '99999-999'}
(um', 'dois')
true
None
- d) {nome: 'Ciro', cep: '99999-999'}
(um', 'dois')
True
None
- e) {nome: 'Ciro', cep: '99999-999'}
(um', 'dois')
true
Null

12. (FGV – 2022) Analise o código Python a seguir.

```
def xpto(L):
```

```
return (L[::-1])
```

A expressão `xpto([1,2,3])` retorna:

- a) [].
- b) [1].
- c) [3].

- d) [1, 2, 3].
e) [3, 2, 1].

13. (FGV – 2021) Analise o código Python a seguir.

```
x = [1,2,3,4,5]
print(x[-1])
```

Assinale a opção que indica a saída produzida pela execução desse código.

- a) [1,2,3,4,5].
b) 1.
c) [5,1].
d) 5.
e) [5,4,3,2,1].

14. (FGV – 2021) Considere o código Python 2.7 a seguir.

```
L=[6,5,4,3,2,1]
for k in range(-3,3):
    print L[k]
```

A execução desse código exibe os números:

- a) 1 1 1 6 5 4.
b) 1 2 3 4 5 6.
c) 3 2 1 6 5 4.
d) 6 5 4 3 2 1.
e) 6 5 4 6 5 4.

15. (FGV – 2019) Analise o código Python 2.7 a seguir.

```
frutas = ["banana","laranja","manga","uva"]
for k in range (-1,-4,-2):
    print frutas [k]
```

O conjunto de palavras exibidas pela execução desse código, na ordem, é:

- a) banana.
b) laranja, manga.
c) uva, laranja.
d) banana, laranja, manga.
e) uva, manga, laranja.

→ LINGUAGEM R

16. (FGV – 2022) Utilizando a Linguagem R tem-se um objeto x como consta a seguir.

```
x
## [1] 1 3 4 3 4 <NA>
## Levels: 1 3 4
is.factor(x)
## [1] TRUE
```

O comando que resulta na soma dos elementos numéricos de x é:

- a) `sum(as.numeric(as.character(x)), na.rm = TRUE)`.
b) `sum(x)`.
c) `sum(as.numeric(x), na.rm = TRUE)`.
d) `sum(as.numeric(x), na.rm = FALSE)`.
e) `sum(x[-5])`.

17. (FGV – 2022) No contexto da linguagem de programação R, analise o código a seguir.

```
for (x in 1:10) {
  if (x >= 4) {
    print(x)
    next }
  if (x == 8) {break}
}
```

O número de linhas exibidas pela execução desse código é:

- a) 6.
b) 7.
c) 8.
d) 9.
e) 10.

18. (FGV – 2022) Analise o código da linguagem de programação R a seguir.

```
xpto <- array(c(1:24), dim = c(4, 3, 2))
print (xpto[3, 2, 1])
```

Na execução desse código, o *print* produz o valor:

- a) 5.
b) 7.
c) 10.
d) 18.
e) 19.

→ MÉTODOS DE CLASSIFICAÇÃO (MACHINE LEARNING)

19. (FGV – 2022) Um analista decidiu aplicar um modelo Naive Bayes a um problema cujo conjunto de dados disponível possui apenas atributos categóricos codificados em *one-hot*.

O modelo de eventos mais apropriado nesse caso é o:

- a) Multinomial.
b) Bernoulli.
c) Gaussiano.
d) Exponencial.
e) Uniforme.

→ MÉTODOS DE TREINAMENTO DE MODELOS (MACHINE LEARNING)

20. (FGV – 2022) Como parte de um esforço para melhorar a produtividade, uma empresa vem medindo o tempo gasto em cada tarefa do seu principal processo produtivo. Uma das tarefas, que envolve carregar material em uma máquina, ocorre uma vez por dia e teve os seguintes tempos medidos na semana anterior, em minutos:

Seg	Ter	Qua	Qui	Sex
80	76	85	68	56

Considerando um modelo de regressão linear ajustado para perda mínima, usando as medições da semana anterior, o valor residual com relação ao modelo, para o tempo de 70 minutos medido na quinta-feira da semana atual é, em minutos:

- a) -3.
b) -2.
c) 1.

- d) 2.
- e) 3.

→ PROCESSAMENTO DE LINGUAGEM NATURAL (IA)

21. (FGV – 2022) Um problema comum no processamento de texto é o tratamento de termos compostos por mais de um token, tais como “Ministério Público”, tal que represente uma unidade linguística distinta, em particular na construção de modelos de linguagem.

Considerando o problema acima descrito, a alternativa que apresenta uma técnica usada para sua resolução é:

- a) representação por entidade.
- b) índice invertido.
- c) embedding.
- d) representação por n-gramas.
- e) decomposição morfológica.

→ CLOUD COMPUTING (COMPUTAÇÃO EM NUVEM)

22. (FGV – 2022) Uma empresa desenvolveu um sistema de votação em massa para milhares de usuários concorrentes e o implantou na nuvem do provedor AWS. A API de cadastro e acesso à informação dos usuários foi disponibilizada por meio de um serviço ECS, que mantém de 10 a 100 instâncias registradas no balanceador de carga.

O cadastro de um usuário consiste nas seguintes informações: nome, e-mail, telefone e foto. As informações textuais são armazenadas em um banco de dados relacional, e os arquivos são armazenados no disco da instância. Recentemente foi identificada uma falha intermitente, na qual usuários reportam que a sua foto raramente é exibida.

Considerando que os serviços estão corretamente dimensionados, a causa dessa falha é:

- a) a não utilização de uma abordagem serverless.
- b) a não utilização de um serviço de cache para os arquivos.
- c) o número de instâncias no balanceador de carga ser muito alto.
- d) a utilização de um banco de dados relacional.
- e) o arquivo da foto ser armazenado no disco da instância.

23. (FGV – 2022) O provisionamento de serviços em nuvem divide-se basicamente em: IaaS – Infraestrutura como Serviço, PaaS – Plataforma como Serviço e SaaS – Software como Serviço.

Assinale a opção que indica o modelo de serviço que dá mais autonomia de gerenciamento do ambiente ao cliente.

- a) SaaS, porque o cliente é capaz de gerenciar o sistema operacional do serviço.
- b) PaaS, porque o cliente é capaz de gerenciar a virtualização do serviço.
- c) IaaS, porque o cliente é capaz de gerenciar o sistema operacional, os dados e a aplicação do serviço.
- d) SaaS, porque o cliente é capaz de gerenciar a unidade de armazenamento do serviço.
- e) SaaS, porque o cliente é capaz de gerenciar a virtualização do serviço.

24. (FGV – 2022) Existem alguns benefícios na adoção de nuvens privadas em relação às nuvens públicas.

Assinale a opção que descreve apenas benefícios de uma nuvem privada.

- a) Melhor nível de serviço, em oposição às diversas equipes especializadas que operam nas nuvens públicas.
- b) Melhor controle e estabilidade, em oposição ao compartilhamento de recursos inerente às nuvens públicas.
- c) Melhor contingenciamento, em oposição às nuvens públicas, que possuem Data Centers distribuídos no mundo todo.
- d) Menor custo de administração, em oposição aos altos custos iniciais dos serviços das nuvens públicas.
- e) Rápida atualização no menu de serviços, em oposição à escassez de serviços das nuvens públicas.

25. (FGV – 2022) Assinale a opção que denota apenas elementos que tornaram possível a evolução de serviços em nuvem.

- a) Virtualização, Internet, computação escalável.
- b) Bancos de dados, Internet, computação escalável.
- c) Bancos de dados virtuais, Internet, computação escalável.
- d) Internet das Coisas, virtualização, computação escalável.
- e) Sistemas de ERP, virtualização, computação escalável.

26. (FGV – 2022) O desenvolvimento e a disponibilização de serviços na nuvem é uma prática muito comum.

Sobre uma plataforma de *streaming* de filmes que cobra por assinatura, assinale a opção que indica o modelo de serviço recebido do provedor de nuvem e o que é entregue pelo desenvolvedor ao usuário final.

- a) Recebe SaaS e entrega PaaS.
- b) Recebe SaaS e entrega IaaS.
- c) Recebe PaaS e entrega SaaS.
- d) Recebe PaaS e entrega IaaS.
- e) Recebe IaaS e entrega IaaS.

27. (FGV – 2022) Na configuração de uma aplicação que irá utilizar múltiplos contêineres, queremos definir o método de balanceamento adequado, no qual o tempo de resposta de cada servidor é usado para calcular o seu peso.

O nome desse método é

- a) menor tempo de início lento de conexão.
- b) ponderado fixo.
- c) round robin ponderado.
- d) round robin.
- e) resposta ponderada.

28. (FGV – 2022) Nos últimos anos, a adoção de ambientes em nuvem cresceu expressivamente. Modelos de serviço em nuvem facilitam a criação de soluções tecnológicas modernas de maneiras diferentes.

A seguir, estão listadas algumas características de um desses modelos.

- I. O provedor de nuvem fica responsável pelo gerenciamento da infraestrutura de servidores, sistemas operacionais, atualizações e outras tarefas administrativas.
- II. Acessível pela internet por meio do navegador web.
- III. Permite equipes de desenvolvimento colaborarem em todo o ciclo de vida de um aplicativo, incluindo codificação, integração, teste, entrega, implantação e feedback.

As características descritas referem-se a

- a) IAC.

- b) TaaS.
- c) SaaS.
- d) IaaS.
- e) PaaS.

29. (FGV – 2021) João é um cientista de dados que iniciou o processo de estudo dos dados de sua empresa com o objetivo de identificar um diferencial competitivo diante de seus concorrentes. Como resultado, João decidiu implementar um *Big Data* e hospedá-lo em um ambiente de nuvem.

Diante das possibilidades dos serviços, considerando os requisitos de escalabilidade e elasticidade, em caso de aumento de demanda pontual, aliados à tecnologia de Big Data, a alternativa que melhor descreve o tipo de serviço em nuvem a ser contratado por João é:

- a) infraestrutura como serviço (IaaS), que consiste na entrega de funções de computação, incluindo hardware, redes, armazenamento e espaço de Datacenter com base em um modelo de aluguel.
- b) plataforma como serviço (PaaS), que oferece um conjunto consistente de serviços que garantem que os desenvolvedores tenham um modo integrado para a criação de aplicativos em nuvem.
- c) software como serviço (SaaS), que consiste em um aplicativo de negócios criado e hospedado por um provedor em um modelo de múltiplos usuários.
- d) dados como serviço (DaaS), que é um serviço independente de plataforma que permite conexão à nuvem para armazenar e recuperar informações.
- e) infraestrutura como código (IaC), que consiste em uma abordagem baseada na agilidade para entregar uma infraestrutura de forma muito mais rápida, com uma codificação objetiva e simples.

30. (FGV – 2019) João é um Gestor de TI que precisa configurar e disponibilizar um servidor para a produção de um novo Sistema de Informação. João não tem um local adequado com refrigeração e energia elétrica para hospedar um servidor, por isso decidiu usar uma Máquina Virtual na Nuvem.



O tipo de serviço de Computação em Nuvem que João deverá utilizar é:

- a) IaaS.
- b) PaaS.
- c) DaaS.
- d) SaaS.
- e) DBaaS.

GABARITO

1	A
2	D
3	C
4	C
5	E

6	D
7	A
8	A
9	C
10	D

11	A
12	E
13	D
14	C
15	C
16	A
17	B
18	B
19	B
20	A

21	D
22	E
23	C
24	B
25	A
26	C
27	E
28	E
29	D
30	A

ANOTAÇÕES

ANOTAÇÕES

[illegible]